

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA



**Aproximações entre o Ensino de Filosofia e a Agroecologia: repensando a  
Questão Agrária e o agronegócio no Brasil através da perspectiva histórico  
-crítica**

**Tiê Nogueira Figueiroa**

São Carlos

2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA

**Aproximações entre o Ensino de Filosofia e a Agroecologia: repensando a  
Questão Agrária e o agronegócio no Brasil através da perspectiva histórico  
-crítica**

Dissertação apresentada ao Programa  
de Mestrado Profissional em Filosofia  
da Universidade Federal de São Carlos  
para obtenção do título de mestre em  
Filosofia.

Orientador: Dr. Luiz Bezerra Neto

Tiê Nogueira Figueiroa

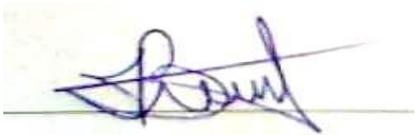
São Carlos

2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA

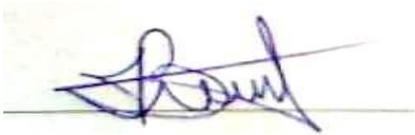
Folha de aprovação

Assinatura dos membros da comissão que avaliou e aprovou a Dissertação do candidato Tiê Nogueira Figueiroa:



\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Luiz Bezerra Neto



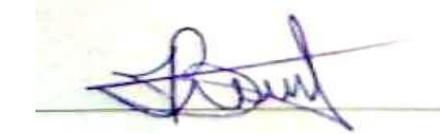
\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho



\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Claudio Luís de Alvarenga Barbosa



\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Rosalvo Schütz

São Carlos

2021.

## **Dedicatória**

Às camponesas e camponeses, que foram até Brasília na Marcha das Margaridas, especialmente à minha filha, Maia, que me acompanha há 6 anos (desde que nasceu) em manifestações e na vida no sítio, em meio as matas, águas, hortas, cafés e cogumelos, produzindo alimentos saudáveis.

## **Agradecimentos**

Agradeço à CAPES por fomentar a pesquisa, assim como à coordenação do PROEB e do curso PROF-FILO, também aos meus professores (incluindo os autores dos livros utilizados), em especial ao Luiz Bezerra Neto que me orientou, ao Joelson Gonçalves de Carvalho, Rosalvo Schutz, Vicente Euler e Claudio Barbosa, que contribuíram com a leitura e participação na banca de avaliação desta pesquisa. Também agradeço aos educandos, colegas de sala de aula, do mestrado, do GEPEC e do trabalho na escola. Ainda, não poderia deixar de mencionar, os meus amigos e familiares, que contribuíram com minha trajetória de aprendizagens ao longo da vida, me incentivaram e acolheram, especialmente nestes últimos dois anos conturbados.

## Resumo

A presente dissertação tem como objeto de estudo o ensino de filosofia, através do olhar crítico-filosófico sobre o modelo de desenvolvimento rural adotado no Brasil a fim de problematizar e entender as relações existentes no modo de produção dos alimentos *in natura* que consumimos, com a influência da agricultura (e pecuária) na estruturação da sociedade brasileira e manutenção desta, bem como os impactos na sociedade e no ambiente. Para conseguir alcançar esse objetivo, que é amplo, iremos percorrer o seguinte itinerário: entender o processo histórico de ocupação do solo brasileiro juntamente com a formação da sociedade brasileira; compreender as forças de influência do agronegócio nos diferentes setores da sociedade brasileira; pensar nos danos ambientais e sociais acarretados pela agricultura hegemônica; para então propor como solução a Agroecologia; que contempla também a necessidade da reforma agrária; por fim, pensar no Ensino de Filosofia, através da pedagogia histórico-crítica, como parte importante desse processo de conscientização e politização das questões agrárias para uma práxis social do estudante egresso do Ensino Médio. No término da pesquisa, apresentamos as conclusões referentes ao presente itinerário considerando a aplicação de um questionário com os estudantes e a prática deste percurso nas aulas de filosofia na Escola Estadual Dep. Eduardo Vicente Nasser – Divinolândia/SP e na Escola Estadual Prof. Roque Ielo – Caconde/SP.

**Palavras Chaves:** Agroecologia – agronegócio – Ensino de Filosofia – questão agrária – reforma agrária

## **Abstract**

This paper has as object of study the teaching of philosophy through a critical-philosophical view at the model of the Brazilian rural development in order to discuss and comprehend the relationships between the in natura production method of the food we consume, with the influence of agriculture (and livestock) in the structuring of Brazilian society and its keeping, as well as the impacts on society and the environment. In order to reach this wide objective we are going through the following itinerary: understanding the historic process of land occupation as though as the formation of Brazilian society; comprehending the influence forces of the agribusiness in the different sectors of Brazilian society; thinking about the environmental damage caused by hegemonic agriculture; and offer the agroecology as a solution that also contemplates the need of a land reform; finally, thinking of the philosophy teaching through critical-historical pedagogy as an important part of this process of awareness and politicization of the agriecological questions for a social praxis of high school students. By the end of the research we will offer conclusions referring to the itinerary considering the application of a questionnaire with the students and the practice of this route in the philosophy classes in the Prof. Roque Lelo State School in Caconde-SP.

**Keywords:** Agroecology - Agribusiness - Philosophy Teaching - Agricultural Question - Land Reform



## **LISTA DE SIGLAS:**

ALN – Ação Libertadora Nacional

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

EE – Escola Estadual

EB – Educação Básica

EUA – Estados Unidos da América

EM – Ensino Médio

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GO – Goiás

IBGE – Índice Brasileiro de Geografia Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MATOPIBA – Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia

MG – Minas Gerais

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MT – Mato Grosso

ONU – Organização das Nações Unidas

OGM – Organismos Geneticamente Modificados

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PLANAPO – Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PP – Partido Progressista

PROEB – Professores da Rede Pública de Educação Básica

PROF-FILO – Metrado Profissional em Filosofia

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

PHC – Pedagogia Histórico-Crítica

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

SP – São Paulo

STF – Supremo Tribunal Federal

TFP – Tradição Família e Propriedade

UE – Unidade Escolar

## SUMÁRIO

<b>1.0 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2.0 AS ORIGENS DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO E ESTRUTURAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: .....</b>	<b>24</b>
<b>2.1 Introdução à formação do Brasil .....</b>	<b>24</b>
<b>2.2 A ocupação do território por nativos indígenas anteriormente à chegada dos europeus. ....</b>	<b>25</b>
<b>2.3 A chegada dos europeus nos sambaquis .....</b>	<b>26</b>
<b>2.4 A colonização portuguesa no Brasil: a cana-de-açúcar e o trabalho escravo.....</b>	<b>28</b>
<b>2.5 A entrada de africanos em terras da colônia portuguesa.....</b>	<b>31</b>
<b>2.6 A colonização do norte no período colonial.....</b>	<b>35</b>
<b>2.7 As pequenas propriedades e o mercado interno de produtos primários .....</b>	<b>37</b>
<b>2.8 A descoberta do ouro no interior .....</b>	<b>41</b>
<b>2.9 A lavoura de cafeeira e o início das colônias de imigrantes nas fazendas .....</b>	<b>43</b>
<b>2.10 A colonização na região Sul do país .....</b>	<b>49</b>
<b>2.11 Conclusões sobre a ocupação do território nacional e a formação do Brasil.....</b>	<b>52</b>
<b>3.0 DO LATIFÚNDIO AO AGRONEGÓCIO: A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA DO CAPITAL NO CAMPO.....</b>	<b>56</b>
<b>3.1 Introdução à agricultura industrial .....</b>	<b>56</b>
<b>3.2 Sobre a definição do conceito de agronegócio .....</b>	<b>57</b>
<b>3.3 As bases da problematização da industrialização do campo e da agricultura capitalista .....</b>	<b>61</b>
<b>3.4 A “Modernização” na agricultura brasileira .....</b>	<b>68</b>
<b>3.5 O poder econômico do agronegócio .....</b>	<b>79</b>
<b>3.6 A aliança do agronegócio com a política .....</b>	<b>90</b>

<b>3.7 A influência do agronegócio na educação formal .....</b>	<b>110</b>
<b>3.8 A manipulação midiática do agronegócio .....</b>	<b>115</b>
<b>3.9 Os danos ambientais do Agronegócio .....</b>	<b>122</b>
<b>3.10 As consequências sociais provocadas pelo agronegócio .....</b>	<b>133</b>
<b>3.11 Conclusões sobre o agronegócio .....</b>	<b>143</b>
<b>4.0 AS POSSIBILIDADES DA REFORMA AGRÁRIA E DA AGROECOLOGIA .....</b>	<b>148</b>
<b>4.1 Introdução à Agroecologia .....</b>	<b>148</b>
<b>4.2 Sobre o conceito de Agroecologia .....</b>	<b>150</b>
<b>4.3 A necessidade da Reforma Agrária .....</b>	<b>157</b>
<b>5.0 O ENSINO DE FILOSOFIA E A AGROECOLOGIA .....</b>	<b>171</b>
<b>5.1 Introdução ao Ensino de Filosofia no Brasil .....</b>	<b>171</b>
<b>5.2 A Pedagogia Histórico-Crítica .....</b>	<b>173</b>
<b>5.3 O ensino de filosofia contextualizado ao meio rural.....</b>	<b>181</b>
<b>5.4 A História da Filosofia e a Agroecologia: interfaces com a Filosofia Antiga.....</b>	<b>182</b>
<b>5.5 Filosofia da Ciência e Agroecologia: contribuições epistêmicas.....</b>	<b>184</b>
<b>5.6 Ética: área da Filosofia na Agroecologia .....</b>	<b>195</b>
<b>5.7 Teoria do Conhecimento: estabelecendo paralelos com a Agroecologia.....</b>	<b>200</b>
<b>5.8 Filosofia Política: um campo da filosofia presente na Agroecologia.....</b>	<b>202</b>
<b>5.9 Conclusões sobre o ensino de filosofia em consonância com a Agroecologia .....</b>	<b>233</b>
<b>6.0 PESQUISA QUANTITATIVA E QUALITATIVA COM GRUPO DE ALUNOS DO EM 236</b>	
<b>6.1 Projeto de ação prática no ensino de filosofia .....</b>	<b>252</b>
<b>7.0. CONCLUSÕES.....</b>	<b>256</b>

<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>262</b>
<b>Sites:.....</b>	<b>268</b>
<b>8.0. ANEXOS.....</b>	<b>269</b>
<b>Mapa 1: Região do MATOPIBA ou MAPITIBA .....</b>	<b>269</b>
<b>Gráfico 1: preço do petróleo, preço do milho, trigo e soja.....</b>	<b>269</b>
<b>Gráfico 02 – Número de famílias assentadas no Brasil por ano (1990 a 2016) .....</b>	<b>270</b>
<b>Tabela 1: Principais projetos educacionais de algumas das entidades da classe patronal e das principais empresas do agronegócio no Brasil .....</b>	<b>270</b>
<b>Tabela 2: Classificação e Toxicidade com Cor indicada na embalagem e DL de agrotóxicos .....</b>	<b>272</b>
<b>Questionário realizado com os estudantes através do Google Forms: Ruralidade e educação .....</b>	<b>273</b>

## 1.0 Introdução

O ensino de filosofia, ao nosso ver, não é apenas o ensino sobre um conjunto de filósofos consagrados ao longo da história da filosofia. Não vamos desmerecer o ensino desta, pois sabemos que também é importante a história do pensamento humano, por constituir a nossa realidade, portanto é fundamental ter conhecimento sobre os filósofos, suas histórias e contextos, mas ainda assim, estará incompleta a formação do egresso do curso de filosofia no EM apenas com essas informações. Faltará tornar-se um filósofo no sentido gramsciano, ou nos termos kantianos, não é possível ensinar filosofia, mas sim ensinar a filosofar. Estes seriam dois dos objetivos da filosofia no ensino médio, segundo o PCN-filosofia (Parâmetro Nacionais Curriculares de filosofia), sabemos que a BNCC (Base Nacional Curricular Comum) surgiu recentemente, por isso o debate, o conhecimento e cumprimento desta nas escolas e está efervescente, porém ela ainda é carente no que se trata do Ensino de Filosofia. Contudo, o PCN-filosofia possui o seu valor, ao menos como literatura de referência aos professores de filosofia atuantes no EM (Ensino Médio). Que é o caso, pois esta pesquisa é fruto de uma modalidade diferenciada de Mestrado, o PROF-FILO (Mestrado Profissional em Filosofia), porque é direcionado aos professores do EM, sendo assim, estabelece como pré-requisito estar lecionando no EM, preferencialmente em escolas públicas, uma vez que o programa pertence ao PROEB (Programa de formação de professores da Educação Básica). O que faz o presente trabalho ser pensado na perspectiva de uma pesquisa de um professor do EM dirigindo-se para outros/as professores/as do EM e pesquisadores da área de ensino escolar ou ainda para formadores de professores do nível básico. O que não impede a leitura por pesquisadores de outras áreas, ou estudantes, militantes de movimentos populares, enfim, o público em geral, contudo, alertamos que a abordagem dos temas tratados aqui será menos específica e aprofundada em relação às pesquisas dos programas especializados em linhas próprias relativas aos temas, no caso, educação, filosofia, questão agrária e agroecologia.

A presente pesquisa envolve um “produto” como resultado prático, conforme estabelecido em edital que regulamente o Prof-Filo 2019. No nosso caso, o produto da pesquisa é a prática didática escolar do pesquisador, em acordo com a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), dessa forma, o legado da pesquisa é o próprio conhecimento assimilado pelos alunos de modo orgânico, ao menos é o que esperamos, de todo modo, certamente a pesquisa contribuiu com a formação do professor de filosofia das escolas participantes do projeto.

A didática adotada nas aulas de filosofia nas unidades escolares (EU) EE. Dep. Eduardo Vicente Nasser; e na, EE. Prof. Roque Ielo foram embasada na Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), pois pensamos que ao partir dos problemas do contexto dos alunos, seus conhecimentos, de suas compreensões da realidade, conseguimos despertar o interesse deles para a matéria/aula e com isso, proporcionar a oportunidade de um aprendizado orgânico, que faça sentido em suas vidas e possa transformar a realidade. Dessa forma, o professor deve despertar nos estudantes a vontade em conhecer mais, em sentir fome de cultura, sede de leituras. Mas como provocar esses sentimentos nos alunos? Para nós, trata-se de fazer com que eles percebam uma necessidade e, ao mesmo tempo, o prazer em desvelar a realidade e entender a origem das coisas, dos pensamentos, das desigualdades sociais, com o entendimento de que somos também resultado de uma história anterior à nossa existência, mas que agora é a nossa vez de construir a história presente a partir desse legado deixado para nós e que será o estruturante para a geração futura, para isso também devemos exercitar a escuta atenta, dar crédito ao que eles trazem de conhecimentos prévios para posteriormente tentar desconstruir os preconceitos, essa é uma atividade filosófica por excelência, se permitir pensar de um outro modo, questionar os próprios pensamentos, para entendermos o porquê da forma como agimos e pensamos ordinariamente.

Para repensar o debate da questão agrária nas aulas de filosofia, partimos de uma necessidade básica do ser humano, pensar a nossa alimentação em um viés crítico, filosófico, questionador. No livro didático de filosofia para o EM adotado na EE. Dep. Eduardo Vicente Nasser, “Filosofia: experiência do pensamento”, de Silvio Galo, encontramos nas últimas páginas<sup>1</sup> deste livro, ao tratar da ética, mais especificamente da Bioética e Ética Ambiental, uma aproximação com a nossa proposta, pois menciona a fome no mundo como um problema de distribuição, bem como na sequência, apresenta os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), porém é no suplemento do professor que encontramos o ponto em comum com a nossa temática, em que trata dos agrotóxicos e os incentivos fiscais no Brasil, através de um texto de Leonor Assad, publicado na

---

<sup>1</sup> A partir da página 304, onde se lê “Trabalhando com textos” em que traz um excerto do texto “Ética Prática”, de Peter Singer, com duas figuras, sendo a primeira “agricultores em lavoura de cultivo orgânico em Santa Maria de Jetibá (ES)” e a segunda “trabalhador acompanha colheita mecanizada de milho em Cornélio Procópio (PR)” ao término do trecho selecionado (de uma página, excluindo as figuras), propõe 4 questões sobre o texto (em anexo), na sequência nos apresenta outro fragmento, desta vez, de Gilles Lipovetsky, extraído de uma conferência em que questiona os interesses econômicos por detrás da ética empresarial, ao final do texto, apresenta 3 questões sobre o mesmo, e na sequência encontra-se o texto 3, de Michel Srres, com o título de “Camponês e marinheiro”, em que trata do afastamento da humanidade em relação à natureza, seguido de 3 perguntas. Na p.314 com o título: “Um diálogo com geografia, sociologia e língua portuguesa”, abaixo, “leia o texto a seguir. Fome é causada pela má distribuição e não pela falta de alimentos”, seguido por 4 questões sobre o texto, incluindo a figura com os “8 jeitos de mudar o mundo”, uma campanha da ONU.

revista *Ciência e Cultura*, na sequência elabora três perguntas<sup>2</sup>, sendo a última delas uma proposta de redação: “Você já pensou sobre as origens dos nossos alimentos? Como ele é produzido? É orgânico ou convencional? Ele é geneticamente modificado?” e propõe que os alunos assistam o documentário “O veneno está na mesa” para depois escreverem uma dissertação sobre a temática: “Como as pessoas poderiam melhorar a qualidade dos alimentos ingeridos?” dessa forma parte de boas perguntas e bons textos, mas na proposta de atividade acaba condenando ao sujeito a responsabilidade pela mudança na qualidade dos alimentos, ao menos é o que nos parece de acordo com a formulação do tema proposto para redação. Mas, ainda assim é interessante a proposta de diálogo com outras disciplinas<sup>3</sup> ao tratar do modo de produção na agricultura brasileira. Assim, é possível problematizar um simples ato essencial do ser humano, presente em nosso cotidiano e carregado de ciência, política, ética, enfim de filosofia. Dessa forma, e com o precedente do livro didático de filosofia mencionado há pouco, justificamos nosso objeto de estudo e nossa pesquisa, a qual vai além dos pontos mencionados nas propostas de atividades do referido livro didático, o qual não menciona, por exemplo, a reforma agrária. Sobre os outros livros didáticos de filosofia a abordagem acaba se restringindo à Bioética, Ética ambiental, ou Eco ética, o que não engloba a questão agrária, tornando o debate pouco esclarecedor, em nosso ponto de vista.

Nesta nossa proposta de repensar a agricultura (e pecuária), pretendemos encontrar com os estudantes a complexidade das respostas que explicam melhor o funcionamento da lógica em vigor no caso da produção, armazenagem, beneficiamento (ou até mesmo processamento), comercialização e distribuição de alimentos e produtos oriundos do campo. Dando um significado real das ações concretas em nosso cotidiano, compreenderemos os processos e origens que envolvem esta atividade própria da humanidade, que a estruturou, modificou e permanece alterando mais do que nunca a nossa sociedade, o nosso corpo e ambiente. Ainda poderemos filosofar, com maior complexidade, o que pode ser feito para solucionar os problemas encontrados durante o questionamento, partindo da crítica para apontar propostas de

---

<sup>2</sup> São elas: “1. Faça uma pesquisa sobre a composição química dos agrotóxicos e dos efeitos que cada uma dessas substâncias pode provocar no corpo humano. Redija uma redação com os dados encontrados e comente-os.

2. Faça um levantamento sobre as várias regiões agrícolas brasileiras, identificando:

- a) o tipo de cultivo que se faz
- b) o uso de sementes industrializadas
- c) o uso de agrotóxicos

Depois responda: Quais os impactos humanos e ambientais provocados em cada uma dessas regiões? (GALLO, 2017, p. 399). A terceira questão encontra-se praticamente na íntegra no corpo de texto na continuidade da nota de rodapé.

<sup>3</sup> Percebemos na proposta de atividade a presença interdisciplinar com a química, a biologia (principalmente nas questões n°1), a geografia e sociologia (questão n°2).

transformação da realidade a fim de diminuir as desigualdades sociais, pensar possíveis resoluções para a extinção da fome e pobreza no campo, como também na cidade, na tentativa de sanar o sectarismo existente entre o meio rural e o meio urbano, fruto de um processo secular de espoliação. Devemos ter o cuidado de abordar através de uma visão de conjunto, tanto nesta relação campo e cidade, quanto no país e mundo, como também, na concepção de indivíduo e coletivo, não delegando ao sujeito particular as mazelas provocadas pelo sistema de produção implantado no país (e no mundo), mas entender que somos apenas a parte inserida nesse processo, porém com menos poder econômico, político, midiático. Assim, a estrutura montada em cima da cadeia produtiva da agricultura é bem maior que a soma dos sujeitos que consomem os produtos, ou até mesmo daqueles que trabalham na produção destes, trata-se do sistema capitalista mundial (sendo redundante, pois o capitalismo se efetiva nas relações internacionais). Portanto, pretendemos criar um pensamento crítico sobre a realidade concreta em sua totalidade, tarefa árdua, porém necessária para entendermos como agirmos a fim de modificar as condições existentes.

Trata-se de tirar a filosofia da torre de marfim e colocá-la no chão da sala de aula, nos corpos pensantes destes jovens, sujeitos históricos capazes de saírem das aulas pensativos, de tal modo que consigam transformar a si mesmos e se organizarem para transformar a sociedade, a natureza e a realidade como parte integrante destas. Quiçá esse é um bom início de mudanças, pois através da educação, do Ensino de Filosofia junto com outras disciplinas, obtemos cidadãos mais aptos para agirem, exigirem e decidirem o projeto de nação que desejam, ou no limite, lutarem pelo mundo que anseiam, pensando além dos limites de Estado nacional e agindo para modificar as estruturas cristalizadas pelo poder do capital. Afinal, quantas gerações são necessárias para modificarem os costumes? Ou alterar bruscamente as relações com a natureza? Ainda, quantos filósofos são responsáveis por direcionarem o rumo da humanidade através da permeabilidade de suas ideias, propostas e interesses? Como também, pensamos que a filosofia é neutra? Ou as ciências e as mídias são imparciais? Este tempo acabou, o discurso indiferente é o reforço da ideologia hegemônica, portanto não existe um pensamento sem sujeito, logo classe social. Devemos procurar tomar consciência de classe para não introjetarmos um discurso que não é o nosso, que não nos pertence, não nos contempla, não nos beneficia.

A Filosofia, assim como a Agroecologia, é capaz de relacionar conteúdos de diferentes áreas sem perder o seu teor filosófico, questionador, investigativo. Portanto, trata-se de compreendê-la também como interdisciplinar, isto é, temos a nossa peculiaridade filosófica e conseguimos estabelecer vínculos com outras disciplinas, pensar de modo crítico outros campos

do conhecimento, afinal a filosofia é a mãe (ou berço) das ciências, desse modo, possui relações existentes desde suas origens, com as ciências e as artes, todavia com uma abordagem menos instrumentalizada, tecnicista, porém mais problematizadora, questionadora, envolvendo outras questões de outros campos do conhecimento, estabelecendo novas relações e visões sobre os objetos.

Neste sentido, transitaremos por conteúdo da História, Geografia e Sociologia, tangendo a biologia e a química, sinalizando a importância de problematizar a matemática aplicada na maximização da produção com a única perspectiva econômica. É uma proposta ousada, mas julgamos pertinente devido a necessidade da temática na conjuntura atual tendo como base a crise ambiental, social, política, econômica e sanitária que vivemos e que aumenta a cada dia.

Para efetivar a nossa proposta de abordagem com os alunos conforme a PHC, é imprescindível que o/a professor/a tenha uma boa noção de história geral do Brasil, pesquise ao menos um pouco da história agrária brasileira (que envolve a geografia), pontos fundamentais para entender a configuração da sociedade brasileira (conteúdo de sociologia). Assim, nossa pesquisa envolve, no mínimo, mais três disciplinas: História; Geografia e Sociologia; as quais ficam convidadas a contribuir com a temática através da participação dos professores em suas aulas, revisando conteúdos, ou aprofundando-os conforme a especialidade de suas disciplinas.

Dessa forma, faremos uma retomada do processo histórico que configurou a predominância da presente ocupação de terras no Brasil, a qual forjou a sociedade brasileira. Esse é um tema bastante explorado nas aulas de Geografia, História e Sociologia, que conseguem desenvolver ainda ao longo do Ensino Básico (EB) um rico conteúdo, o qual permite entender com criticidade o processo de hierarquia da estruturação da sociedade brasileira e como (não) foi feita a distribuição de terras no Brasil ao longo dos anos, ainda, devem trabalhar os conflitos no campo e nas cidades, uma vez que possuem uma íntima relação, seja, nas cidades do interior onde residem os trabalhadores rurais, ou nos grandes centros urbanos, povoados geralmente por famílias que deixaram (ou foram expulsas, por não possuírem outra escolha, no caso de trabalhadores que foram demitidos, mas moravam em terras de fazendeiros) a zona rural em busca de oportunidade de emprego nas cidades.

Porém, mesmo assim, nos parece fundamental que a disciplina de Filosofia no Ensino Médio (EM) retome esse conteúdo histórico brasileiro de modo crítico com os estudantes fazendo uma revisão para avançarmos no entendimento da estrutura política e social que se formou neste país, também é importante porquê somos frutos dessa história na formação de nossas subjetividades, e até mesmo em nossos corpos, afinal, a cor da pele ainda influencia muito nos

salários<sup>4</sup>, atividades desenvolvidas (profissões) e até expectativa de vida no Brasil, tema que está em voga nos jornais devido as constantes manifestações de ruas, mesmo em plena alta da mortalidade decorrente da pandemia, nos EUA e em outros países.

Questionaremos a constituição da propriedade privada no Brasil, quando e como ela se deu, ainda, por quais motivos? Pois, em princípio, não havia, nestes termos, entre os indígenas nativos, pois, o que existiam eram etnias que ocupavam regiões distintas e respeitavam, em certa medida (ou na maioria do tempo) esses limites, podendo em certos eventos festivos realizar encontros entre etnias diferentes também com a finalidade de encontrar um/uma parceiro/a sexual. Porém, nem tudo eram flores, também havia conflitos por áreas melhores, ou mesmo sequestros, saques, até o canibalismo<sup>5</sup>. Doravante, não podemos dizer que se tratava de propriedade privada, pois os artefatos e lares eram coletivos, assim como as produções agrícolas, caças e pescados, também eram compartilhadas.

Mas a organização social se modificou com a vinda dos europeus mais constantemente e com a instalação de uma colônia de povoamento, que também era de exploração, que, a propósito, ocorreu exclusivamente apenas após meados do século primeiro da chegada de Pedro Álvares Cabral. Pois, de início, os indígenas e europeus mantiveram uma relação que podemos considerar pacífica. Nesta primeira fase de aproximação e intervenção no território da colônia dominou o extrativismo (que ainda é presente principalmente na região da Amazônia) em forma de escambo com os indígenas para o fornecimento de matéria prima na Europa no tingimento de tecido por meio do Pau-brasil. Mas foi preciso transformar essa colônia de exploração em colônia de povoamento por diversos motivos, dentre eles o maior, talvez seja, a dívida<sup>6</sup> de Portugal com a Inglaterra, que fez com que Portugal investisse em extrair a maior quantidade de riquezas de suas colônias que com o alto valor do açúcar no mercado europeu e adotando a mão-de-obra escrava do indígenas nativos, acreditou ser a melhor estratégia econômica, outro fator que contou bastante foi a possibilidade de perda de riquezas, assim como do próprio território, para outras metrópoles que estabeleceram relações com os indígenas do Brasil, na época, Pindorama, para o povo Tupi.

Foi nessas circunstâncias que se instalaram as lavouras de cana-de-açúcar (vindas do oriente, mais precisamente, da Índia) nos países tropicais das Novas Índias, como era chamada a

---

<sup>4</sup> Segundo relatório da ONU, a média salarial dos negros chega a ser três vezes menor que das outras pessoas. (ONU 2019).

<sup>5</sup> O qual encontrava-se em poucas etnias (RIBEIRO, 2010).

<sup>6</sup> A dívida era grande e só foi abatida com o acordo de independência do Brasil, que herdou a dívida de Portugal para ser reconhecido pela Inglaterra como País independente (GUIMARÃES, 1964).

América, ou Novo Mundo. Ainda que alguns autores<sup>7</sup> não consideram essa cultura inicial o começo da agricultura no país, mas apenas posteriormente (a partir do início dos anos 1800), nós optamos por considerar até mesmo antes dessa lavoura e assim valorizamos a cultura indígena de plantio denominada *Sambaquis* (MACHADO, 2018). Portanto, já havia um método de cultivo agrícola, contudo ainda não se apresentava em larga escala a ponto de ser uma atividade econômica de exportação – mesmo porque tratar-se-ia de um anacronismo, uma vez que não cabe o termo comercial ao modo de vida indígena, muito menos o termo exportação, ou ainda no aspecto científico do termo na acepção de ciência moderna, ainda que fosse a época do surgimento dessa. Contudo, o início da expansão agrícola se deu com o uso da mão-de-obra escrava de indígenas nativos e negros/as vindos/as de regiões da África para o *Plantation*, isto é, o cultivo que se estabeleceu a partir do plantio da cana-de-açúcar para a produção da rapadura nos engenhos, os quais os senhores de engenho (que eram comodatários das terras que pertenciam exclusivamente ao monopólio de Portugal) iriam exportar essa mercadoria, nos tornando o maior exportador de açúcar do mundo durante bom período (GUIMARÃES, 1964).

Para não sermos demasiadamente longos nessa introdução, cabe lembrar que, apenas com o fim do tráfico negreiro, pela proibição imposta pela Inglaterra, em 1850, houve um declínio na produção do açúcar por diversos motivos (os quais iremos apresentar no próximo capítulo) o que acabou favorecendo o Sudeste brasileiro com a produção em Monocultura do Cafeeiro (pé-de-café) que se iniciava há pouco tempo, mas já se mostrava importante em termos econômicos e conseqüentemente políticos, os quais incentivaram e financiaram a massiva entrada de imigrantes europeus e posteriormente asiáticos<sup>8</sup> bem como a industrialização do campo e da cidade. Neste ponto a agricultura se tornou uma “atividade especializada, intensiva e permanente” (SZMRECSÁNYI, 1996), o que irá determinar a centralização da economia no sudeste (sobretudo São Paulo e Rio de Janeiro – onde se instalaram as primeiras grandes fazendas de café) e conseqüentemente o futuro político e social do país, assim como as características de seu povo, exceto a colonização do sul do país que se deu por outras vias, mas em menor população, contudo o seu aumento populacional também se deu, no caso do Paraná, por conta da Monocultura de Cafeeiros juntamente com a derrubada da vegetação nativa, fonte de nobres madeiras para móveis e madeiramentos em construções.

---

<sup>7</sup> Para Tamás Szmrecsányi, não se tratava de uma “atividade econômica especializada, intensiva e permanente”, para ele, “[...] a agricultura brasileira só começou a existir concretamente como setor econômico diferenciado a partir da independência política do país e, principalmente, da formação em seu interior de uma economia de mercado” (SZMRECSÁNYI, 1996 p.11).

<sup>8</sup> No caso do Japão e somente mais adiante de outros países do Oriente Médio e outras localizações mais recentemente, como coreanos e chineses.

Após relembrar os principais aspectos históricos do povoamento do Brasil e os sistemas de produção agrícola da época, o *plantation* e posteriormente a Monocultura, iremos buscar a origem do conceito “agronegócio”, a saber, este é o sucessor da chamada “Revolução Verde”, que foi a entrada em grande escala de adubos químicos, agrotóxicos, sementes “melhoradas” e maquinários pesados para a produção em monocultura, transformando os complexos agrícolas (CA) em complexos agrícolas industriais (CAI) (DELGADO, 2012). O que, segundo alguns, possibilitou o aumento da produção de alimentos no mundo, dando resposta à preocupação da época: uma iminente falta de alimentos para a humanidade devido ao crescimento populacional e as projeções para as próximas décadas sem a mesma proporção na produção de alimentos (conforme Malthus). Contudo, ocorreu o oposto, pois, embora realmente houvesse um aumento populacional, também houve um aumento da produção de alimentos (e ainda há, como nestes últimos anos o Brasil, que vem batendo recorde após recorde de safras agrícolas<sup>9</sup>) todavia houve ainda mais o aumento da fome e desigualdade social no mundo (e atualmente ocorre o mesmo, no Brasil, o número de pessoas abaixo da linha de pobreza aumentou neste último ano de 2019, também aumentou o número de bilionários no país<sup>10</sup>, assim como, houve um aumento consecutivo nos últimos três anos das pessoas que passam fome no mundo, segundo a ONU)<sup>11</sup>, pois com o avanço tecnológico, do maquinário e da química, as pessoas não podiam mais trabalhar na roça, uma vez que bastava apenas um operador da máquina para fazer o serviço de centenas, então houve um consequente êxodo rural e inevitavelmente um aumento das favelas, ou seja criou-se um excedente do exército de trabalho nas cidades, ao mesmo tempo um mercado consumidor despossuído de alimentos, porém, paradoxalmente, sem condições de aquisição, sem trabalho, sem dinheiro, quando consegue um emprego, acaba recebendo somente o suficiente para sobreviver e ser obrigado a voltar no dia seguinte se quiser permanecer sobrevivendo (MARX, 2018). Essa foi a base que se ergueu o agronegócio, porém, o termo ainda não era empregado.

Nos EUA, o *agrobusiness*, que é a tradução literal do agronegócio, já aparece na década de 1950, mas no Brasil aparece posteriormente, apenas na década de 1990, após algumas mudanças propositais por agências de marketing, pois o termo utilizado nas traduções eram outros como agroindústria, por exemplo (LEITE *et* MEDEIROS). Porém, remete à algo bem

---

<sup>9</sup> Disponível na matéria do site: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26538-safra-deste-ano-deve-superar-recorde-de-2019-e-atingir-243-1-milhoes-de-toneladas>

<sup>10</sup> Divulgado no jornal online: <https://www.brasildefato.info/2019/12/09/com-tendencia-de-queda-no-ranking-do-idh-brasil-e-o-2o-pais-mais-desigual-do-mundo>

<sup>11</sup> De acordo com o site oficial da ONU: <https://nacoesunidas.org/fome-aumenta-no-mundo-e-atinge-820-milhoes-de-pessoas-diz-relatorio-da-onu/>

maior que apenas a indústria agrícola, pois envolve uma dimensão política e econômica que interferem diretamente na sociedade, mas para essa introdução, basta pensar que é a dependência de um pacote tecnológico que controla a cadeia produtiva e de comercialização de produtos agrícolas, principalmente das monoculturas de soja, milho, trigo, café, entre outros, sobretudo para exportação, que, em grande parte, são *commodities*, ou seja, uma produção voltada para o mercado externo com preços regulados pelo mercado financeiro de ações na Bolsa de Valores, como estudaremos mais especificamente no capítulo, Do latifúndio ao agronegócio: a construção da hegemonia do capital no campo.

Também analisaremos com mais atenção as consequências deste sobre os agricultores e a população de modo geral, principalmente através da política, assim como, na mídia e universidades públicas do país. Ao vasculharmos a formação da bancada ruralista veremos a composição com latifundiários, grileiros, desmatadores e com presença de trabalho escravo. Ainda perceberemos influência do financiamento do agronegócio para a eleição de senadores, deputados federais, deputados estaduais, governadores e até presidentes do país. Como a política brasileira funciona à base de troca, toda conquista financiada pelo agronegócio estará comprometida com este setor, seja para disponibilizar verbas, ou isentar produtos, liberar o uso de novos produtos desta indústria, enfim, trata-se do comprometimento da pauta da bancada ruralista com o agronegócio.

Também veremos a presença do marketing, através de eventos, propagandas e parcerias, as quais envolvem instituições públicas, como as Instituições de ensino (IE), desde o fundamental até o ensino superior, incluindo a pós-graduação e outras empresas públicas de pesquisa, por exemplo, a Embrapa, Institutos e universidades públicas, por meio do financiamento de pesquisas, do patrocínio em eventos institucionais e financiamento de custeios, como matérias e laboratórios. Não podemos deixar de mencionar o papel do agronegócio na economia mundial, pois essa é sua essência, foi por isso que o agronegócio foi criado e é para o capital internacional que ele “trabalha”.

Pode soar estranho o emprego do termo como sujeito, ou seja, uma entidade autônoma, mas como exploraremos no capítulo a respeito, tratam-se pouquíssimas entidades e empresas multinacionais que direcionam esse modelo produtivo. Portanto, a capacidade de atuação delas na bolsa de valores em muitos países não é algo desprezível, ao contrário, elas exercem o domínio sobre os valores de compra dos grãos e outros produtos agrícolas e também controlam os preços dos insumos “necessários” (na lógica de produção convencional) para a produção, sendo assim as multinacionais ocupam os dois extremos da cadeia produtiva, dessa forma, restam apenas os

riscos (no sentido econômico, ambiental e salutar) para os agricultores, como apresentaremos adiante.

Dando sequência apresentaremos alguns aspectos dos danos ambientais provocados pelo agronegócio, assim como as consequências sociais desse modelo de produção agrícola. O qual acaba refletindo de diversas maneiras na sociedade em geral, mas principalmente aos lavradores que trabalham diretamente com a terra. Seja através da intoxicação pelo uso excessivo de venenos (LONDRES, 2011), ou pelo endividamento acarretado pelo modelo de produção e incentivo do governo nesse projeto de desenvolvimento rural (GUIMARÃES, 1964), pois a lógica consiste em benefícios que privilegiam as transnacionais do agronegócio, porquê existe um incentivo para que os camponeses comprem as sementes patenteadas, e ao fazer isso, dependem do uso de insumos (os quais incluem o veneno – que apresenta risco à saúde do agricultor e sua família) fabricados, muitas vezes, pelas mesmas empresas das sementes (principalmente no caso das transgênicas: OGM – Organismo Geneticamente Modificado), porém, os agricultores contam com as adversidades da natureza (riscos de perdas por causas ambientais, um excesso de chuvas, ou uma queimada, ou o inverso, uma geadada, ou ainda um longa estiagem, ou uma chuva de granizo, enfim, danos naturais). Contudo, mesmo que o clima seja adequado e a sorte esteja ao lado do agricultor ainda resta o preço estabelecido no mercado internacional (mais um risco, pois pode acontecer do valor de venda não cobrir os custos de produção). Portanto, veremos que o camponês<sup>12</sup> é o maior prejudicado neste modelo agrícola. Ainda devemos considerar os danos psicológicos pelo uso de agrotóxicos, os quais tem relação com o suicídio e outros transtornos mentais (LONDRES, 2011), bem como a interferência na cultura local, se apropriando e massificando a arte popular (CHÃ, 2018).

O agronegócio acarreta diversos danos ambientais, de imediato podemos citar a ausência de alimentos para a fauna local, a falta de diversidade genética da flora e conseqüentemente o enfraquecimento da espécie, também a morte de insetos polinizadores (como as abelhas, borboletas, joaninhas, mamangavas) decorrente do uso de agrotóxicos e grandes maquinários pesados; outros aspectos acarretados por isso são: a contaminação do lençol freático e cursos d'água; o assoreamento dos rios; a seca das nascentes; a lixiviação do solo; a contaminação da atmosfera, pois são produtos voláteis que provocam o aquecimento global e o aumento do buraco

---

<sup>12</sup> Ao longo da dissertação apresentaremos o emprego de diversos termos até encontrarmos através da exposição de argumentos o termo mais correto para nos direcionarmos aos pequenos agricultores, sem diminuí-los, mas também sem adotar o conceito criado pelo governo junto com o agronegócio, que pretende cooptar e mercantilizar através do uso de Agricultura Familiar, chegaremos ao entendimento que a melhor maneira de resgatar o verdadeiro sentido contra hegemônico de uma agricultura voltada para a diversidade será o conceito de camponês.

na camada de ozônio, se não na sua aplicação, ao menos no processo de extração e fabricação. Para otimizar essa introdução, passaremos para o tema seguinte, a saber, a Agroecologia como possibilidade de agricultura sustentável, que promove segurança e soberania alimentar e desenvolvimento social no campo.

Para falarmos sobre Agroecologia, precisamos defini-la, existem algumas definições divergentes sobre esse conceito, as quais abordaremos durante o capítulo específico. Contudo, adotaremos a usualmente mais aceita, que envolve o entendimento da Agroecologia para além do conjunto de técnicas de cultivo orgânico, ou seja, é uma forma de desenvolvimento social e um resgate cultural que valoriza os conhecimentos dos camponeses em suas tradições culturais e no preparo do solo.

O termo também envolve o aspecto científico (como campo de estudo), econômico (da atividade agrícola) e das políticas públicas para a permanências dos jovens e famílias no campo, existem outras dimensões que o emprego do termo requer olhares, como ética, epistemológica, dentre outras. Sendo assim, a Agroecologia não está preocupada apenas com o meio ambiente, ou somente com a produção agrícola, nem exclusivamente com o desenvolvimento rural, mas trata-se do conjunto dos diversos fatores que compõe a Agroecologia, o que a torna uma abordagem sistêmica de estudo e práticas para a construção de uma sociedade mais igualitária e respeitosa com o meio ambiente.

Ao falar de Agroecologia, identificaremos a necessidade da Reforma Agrária em nosso país. Contudo, para abordar essa temática retomaremos ao período em que talvez chegamos mais próximos de realizá-la – a Reforma Agrária – plenamente, a saber, o contexto pré-golpe Militar de 1964. Foi inclusive um dos grandes motivos para deflagrar o golpe e também um dos principais argumentos de apoio à Ditadura Militar por parte da sociedade conservadora, sendo a TFP (Tradição, Família e Propriedade) a expressão dessa manifestação, no caso a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que sai às ruas para “pedir” a realização do mesmo, com medo dos “comunistas comedores de criancinhas” conforme acreditavam com a influência da campanha anticomunista norte americana, a qual financiou a própria marcha (FICO, 2008).

Houve uma entrada de dinheiro americano nas associações (berços do agronegócio no Brasil) de grandes latifundiários para financiar campanhas eleitorais, além do intercâmbio de intelectuais acadêmicos para os EUA a fim de difundir o modelo de desenvolvimento econômico e rural adotado pelo Brasil durante o golpe militar, ou seja, o *agrobusiness* (FICO, 2008). Porém, para acalmar os ânimos e evitar um grande levante popular, uma das primeiras medidas do Governo Militar foi publicar o Estatuto da Terra, que regulamentou as relações de produção em

parceria, no caso de meeiros e os critérios para a desapropriação e regulamentação fundiária para a reforma agrária, assim, pela primeira vez na história do Brasil, em plena ditadura, concederam direitos aos trabalhadores rurais sem terra, contudo, isso foi parte de uma manobra política que instituía apenas no papel o que seria retirado na prática durante o período do regime militar, conforme veremos.

Recolocaremos as discussões da época e avançaremos, com as conquistas durante a reabertura da democracia, quando surgiu o Movimento Sem Terra (MST) e o debate retornou com fôlego após os anos de chumbo em que o campo representou também a resistência, mas muitos/as tombaram e outros/as tantos tiveram que se calar. A partir da constituinte, em 1988, retomou-se o fôlego sobre o debate da necessidade da reforma agrária e fez parte do projeto de nação resolver essa dívida com o povo brasileiro. Contudo, os governos eleitos representavam as elites agrárias e econômicas, mesmo com o discurso progressista, e pouco foi feito neste sentido. E como se encontra hoje a pauta da reforma agrária no governo? Ou ainda é necessário fazer a reforma agrária? Esses são os problemas que encontraremos na atualidade com desmonte geral da política, das instituições que foram criadas para assegurar os direitos presentes na constituição, bem como houve o desmantelamento da política para a reforma agrária e Agroecologia, respectivamente, a PNRA e o PLANAPO.

Por isso, convidamos os alunos a pensar essa temática também na aula de filosofia, para desconstruir preconceitos e criar conceitos sobre aqueles que são trabalhadores rurais sem-terra, como também no que diz respeito à produção orgânica.

Veremos ao final desse itinerário que o Ensino de Filosofia pode contribuir com a questão agrária na medida em que consegue estabelecer uma relação interdisciplinar com a história, geografia e sociologia, através da problematização a partir de hábitos concretos que nos possibilitam pensar a nossa realidade a partir do materialismo-histórico-dialético adotado na PHC. Pensamos que a prática com alunos do EM permite repensar a vida deles, pois devido ao amadurecimento próprio da idade e visível no último ciclo escolar, em que muitos estão pensativos se vão continuar os estudos e pra qual área vão seguir, com essa proposta ampliamos os campos do ensino tradicional e nos aproximamos de áreas pouco estudadas na escola, como a economia, a agronomia, a agroecologia e até o direito, de certa forma.

O desafio encontrado, que sempre será, enquanto não aumentarem a carga horária da disciplina, é conseguir terminar todo o conteúdo proposto no PCN-Filosofia e nos livros didáticos, ainda estabelecer relações com temas contemporâneos da realidade brasileira inserida no plano econômico mundial. Porém, argumentamos que a conexão se dá dentro dos temas

próprios da filosofia, se o professor trabalhar a partir da história da filosofia, o debate em Marx permite puxamos as relações de trabalho e espoliação dos camponeses como fonte do capital primitivo da industrialização, expressão da passagem do mercantilismo ao capitalismo e a reforma agrária (com a agroecologia) como solução desta opressão.

Outra possibilidade de entrada ao conteúdo se dá na epistemologia, a “ciência” que defende o agronegócio e seus interesses econômicos, contraposta às teorias e experimentos científicos que refutam esse modelo econômico, político social de desenvolvimento agrário. Também pode haver outros caminhos, como a discussão sobre ética, ou também dentro da indústria cultural. Ou seja, cabe ao professor aproximar o conteúdo da vida do aluno da maneira que achar mais pertinente, propomos essa apresentada aqui, mas ela não é a única, nem necessariamente a melhor, porém apenas uma possibilidade para aqueles que trabalham com o ensino de filosofia no ensino médio, inclusive o técnico, se for em colégio agrícola será melhor ainda, contudo não impede com alguns aprofundamentos ser desenvolvido no ensino superior de diferentes áreas.

A ideologia veiculada na mídia constitui a subjetividade da população de modo geral, seja nos centros urbanos ou no campo. Exemplo disso é o alinhamento de grande parcela desta com as políticas excludentes, como a proposta de lei que criminaliza movimentos sociais como o Movimento dos trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)<sup>13</sup>, que encontram bastante eco na sociedade brasileira como um todo, até mesmo nos pequenos agricultores, os quais pertencem a mesma classe social daqueles, mas com a diferença de serem proprietários de sítios, ou possuírem contrato de meeiro (ou parceria, como também arrendamento, ou ainda comodato) de pequenas propriedades rurais. Porém, alguns deles, ainda acreditam que correm o risco de ter uma “invasão” (nos termos deles) e com isso irão perder a terra, como aponta a pesquisa que desenvolvemos com os alunos do meio rural. Mal sabem que existem leis que regulamentam o processo de reforma agrária e o que está em jogo, no momento, não é uma revolução bolchevique, mas apenas um direito previsto na constituição brasileira. Portanto, existe ainda muita desinformação na sociedade, incluindo nossos estudantes de EM.

Nestas condições a filosofia precisa assumir a responsabilidade de debater certos temas que a princípio parecem não fazer parte da nossa área específica de conhecimento, mas todos nós

---

<sup>13</sup> De acordo com a redação do jornal Brasil de Fato: “O deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), membro da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) conseguiu na última terça-feira (13) reunir assinaturas suficientes para avançar com o pedido de urgência pra tramitação do Projeto de Lei 9.604/2018, que classifica os movimentos sociais como grupos terroristas.” Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/16/pl-que-possibilita-criminalizar-mst-e-mtst-avanca-no-congresso>

nos alimentamos diariamente e podemos fazer isso com consciência do processo existente nessa cadeia produtiva, ou de modo alienado, sem a preocupação de saber o que estamos ingerindo, de onde veio e como foi produzido. Se formos lembrar um antigo filósofo, Hipócrates, conhecido como o pai da medicina, iremos encontrar que “você é aquilo que come” ou “faça do seu alimento o seu remédio”, portanto, esse é um tema antigo na filosofia, mas talvez por interesses políticos e econômicos, ou por uma ciência cartesiana, fomos perdendo essa dimensão da filosofia no campo, ou nos termos de Epicuro, a filosofia do jardim. Contudo, cabe lembrar que Marx retomou Epicuro e tratou do modo de produção dos alimentos em *O capital*.

Atualmente essa temática tem ganhado forças, existe uma crescente busca por alimentos orgânicos, ou produtos que são mais sustentáveis, enfim, não é algo generalizado, contudo, se compararmos ao contexto dos anos 1990, veremos que houve uma tendência, que já virou documentário, que foi o caso dos filmes “O mundo segundo a Monsanto” e “O veneno está na mesa” (esse com duas edições), dentre outros. Quem sabe, com isso, nós conseguimos escolher melhor nossos parlamentares e assim derrotar a bancada ruralista. Corremos o risco de sermos acusados de fazer ideologia marxista em sala de aula, de ser antiético, para estes que possam nos interpretar desse modo, respondemos: não se trata de fazer ideologia, mas de criar consciência sobre nossos atos, de buscar a história dos conceitos, de fazer uma filosofia, a qual deve tomar parte nas temáticas, ou seja, se posicionar abertamente, pois demonstra que existe um sujeito pensante, um professor que também é humano e sendo assim um *Zoopolitikon*, que podemos exercitar o *logos* e desenvolver uma argumentação nesse diálogo, como está estabelecido nos Parâmetros Curriculares Nacional de Filosofia (PCN-filosofia) que reconhece a possibilidade de posicionamento do professor como parte de um exercício de educação e cidadania. Pois, em nome de uma suposta neutralidade se ergueu a educação burguesa, a ciência desumana, a história dos vitoriosos, a arte excludente, o jornalismo elitista, o direito burguês.

Enfim, esse discurso de imparcialidade privilegia a ideologia hegemônica e promove a exclusão social, a permanência da sociedade como está, com o aumento de gente na linha da miséria, como atualmente temos uma a cada nove pessoas passando fome no mundo, isto é, 820 milhões de pessoas sem ter o que comer; ainda esperam e desejam que a filosofia seja imparcial, neutra, a custo dessas vidas? Para atender os interesses do capital internacional, das elites econômicas nacionais, ao *status quo*? Nenhum dos grandes filósofos foram imparciais, sabemos que não pertencemos a essa categoria, embora Gramsci tenha nos reconhecido ao afirmar que “todos os humanos são filósofos”, sabemos da importância de cada um de nós nesta construção

da realidade, porém alguns conseguiram exercer mais influências no curso tomado ao longo do tempo.

Porque não existe neutralidade, depois porque eles deixaram claro a classe que defendiam, ou que pertenciam, ou ainda que almejavam pertencer, basta ler suas obras e biografias, ou entender o contexto de sua época, então se terá nítido o seu envolvimento em defesa, ou ataque, ao poderio em jogo, exemplo clássico foi o caso de Thomas Hobbes, que gostava de física, mas ficou mais conhecido por seus escritos políticos, isso porque viveu em um período de guerra civil na Inglaterra se viu obrigado a deixar de lado seus estudos de ótica e fluídos para defender sua vida, sua classe, a nobreza. Tendo em vista o contexto atual do Brasil, o que cabe a filosofia contemporânea discutir? Pensamos ser a desigualdade social, suas origens, suas mazelas e possíveis soluções, sendo assim, a nossa pesquisa se propõe repensar a formação da nossa sociedade para entender a atualidade.

Nesse sentido, fez se necessário aplicarmos um questionário online, através do Google Forms, pois, devido a pandemia do Covid-19, não foi possível aplicar em sala de aula, pois foram decretados o isolamento social e o ensino remoto. O questionário foi direcionado aos estudantes a fim de fazer um levantamento sobre o entendimento deles a respeito da vida no campo e da questão agrária, de modo geral, incluindo o uso de agrotóxicos, como também a questão da renda e permanência no campo, ainda a compreensão de conceitos como: agronegócio, campesinato, agricultura familiar, agroecologia, reforma agrária. Foram obtidos 105 participantes, sendo apenas 25 deles, da zona rural. O questionário foi composto por questões de múltiplas escolhas e questões abertas. Ao observar as respostas individualmente, concluímos que alguns estudantes não responderam com seriedade e devida atenção. Também pudemos concluir que existe muita confusão e pouca clareza em relação aos conceitos envolvidos, misturando categorias de análise incompatíveis, ainda percebemos a existência de muitos preconceitos em relação à reforma agrária e ao maior movimento de luta por esta no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

## **2.0 As origens da ocupação do território e estruturação da sociedade brasileira:**

### **2.1 Introdução à formação do Brasil**

Partiremos em busca da compreensão da formação estrutural da sociedade brasileira a partir da ocupação do território do Brasil. Neste capítulo nosso enfoque será mais geral, para conseguirmos atingir o objetivo que nos propomos dentro do curto tempo que temos e o limitado espaço que nos impedem de aprofundarmos nos detalhes e correlacioná-los com a esfera política maior, assim como o contexto mundial. Sendo assim, nos limitaremos às questões que competem aos motivos mais relevantes que originaram a atual estrutura social e agrária do país. Para isso, recuperaremos a história do Brasil em um viés econômico e agrário, referenciado principalmente, por dois grandes clássicos da literatura que diz respeito às questões agrárias no Brasil, são eles: Caio Prado Júnior, em sua obra: *História Econômica do Brasil*; e Alberto Passos Guimarães, que dentre outras, escreveu: *Quatro Séculos de Latifúndio*. Também utilizaremos outros autores de renome na área, como Celso Furtado e Darcy Ribeiro, este último mais relacionado à antropologia brasileira.

A literatura nessa temática é muito ampla e com constantes publicações, o que torna praticamente impossível esgotar o debate, assim, tendo que optar entre inúmeras obras, artigos, dissertações e teses, decidimos por beber direto na fonte por pensarmos que o exercício fundamental da academia consiste em conhecer os originais para num momento seguinte estabelecer um diálogo com os comentadores e estudiosos.

Dentre os clássicos na temática, ainda nos faltou a inserção de Ignácio Rangel no debate aqui apresentado, o qual é falho no aspecto de conflitos de narrativas distintas, pois cada um desses quatro clássicos tem o seu modo próprio de avaliar e solucionar a questão agrária, ao mesmo tempo possuem pontos em comum, foram estes que nós buscamos fortalecer. Os quais nos permitiram desvelar as origens do nosso problema<sup>14</sup> de acordo com a metodologia que nos

---

<sup>14</sup> No caso, trata-se do entendimento dos alunos do Ensino Médio sobre as questões agrária

propomos adotar, a já mencionada anteriormente, o materialismo-histórico-dialético, pensando que ambos os autores utilizados nessa dissertação foram membros influentes do PCB, desse modo embora com propostas distintas buscavam o mesmo objetivo.

## **2.2 A ocupação do território por nativos indígenas anteriormente à chegada dos europeus.**

Ao iniciar o debate a partir do princípio das ocupações de terras no Brasil, veremos que a primeira ocupação do território se deu por indígenas de diversas etnias diferentes. Chegados há mais de 11 mil anos atrás, embora alguns arqueólogos apontam indícios de até 40 mil anos de existência (PROUS, 2007). Os nativos formaram mais de 300 etnias com 274 línguas diferentes (FUNAI)<sup>15</sup>, as quais possuem ricas culturas próprias, singulares, mas que foram se perdendo depois da chegada do europeu e continuam em uma constante resistência, resgate e esforços para a conservação desta, a qual envolve desde língua, música, dança, pinturas, artesanatos, crenças, histórias dos antepassados, sepultamento, técnicas de construção na mata, conhecimento da mata, plantio, armazenagem, pesca e caça (PROUS, 2007).

Antes da conquista destas terras pelos europeus, eram mais de 2 milhões<sup>16</sup> de indígenas (IBGE), que viviam em uso comunal das terras dentro da própria etnia e no caso de etnias nômades que faziam uso temporário das áreas, sendo assim ocupavam grande parte da extensão de terras, rios e a faixa litorânea (que eram usados também como meio de transporte e obtenção de alimentos), com a predominância dos indígenas da língua Tupi, que se estenderam do norte ao sul, do litoral ao interior do Amazonas (RIBEIRO, 2010). Nessa ocupação domesticaram diversas plantas, dentre elas:

Além de mandioca, plantavam milho, batata-doce, o cará, o feijão, o amendoim, o tabaco, a abóbora, o urucum, o algodão, o carauá, cuias e cabaças, as pimentas, o abacaxi, o mamão, a erva-mate, o guaraná, entre muitas outras plantas, inclusive dezenas de árvores frutíferas, como o caju o pequi e etc. Faziam, para isso, grandes roçados na mata, derrubando as árvores com seus machados de pedra e limpando o terreno com queimadas (*idem*).

Também retiravam da mata a matéria prima para suas moradias e embarcações, assim como artefatos de uso cotidiano, além de caçarem e pescarem ainda possuíam o hábito de fazer rituais festivos ligados à natureza, envolvendo assim o plantio e a mata. A organização do uso da

---

<sup>15</sup> <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>

<sup>16</sup> <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/os-numeros-da-populacao-indigena.html>

terra se dava através do uso comunitário, assim, praticamente todos participavam das atividades agrícolas.

[...] essas aldeias excepcionais chegavam a alcançar de 3 mil pessoas. Eram, todavia, conglomerados pré-urbanos (aldeias agrícolas indiferenciadas), porque todos os moradores estavam compelidos à produção de alimentos, só liberando delas, excepcionalmente, os líderes religiosos (*pajés e caraíbas*) e uns poucos chefes guerreiros (*tuxuuas*) (*ibidem*).

Portanto, já existia a atividade agrícola nas etnias indígenas de modo geral. Inclusive com diferentes técnicas de plantio e com um conhecimento muito elevado sobre as plantas. Ainda sobre isso, existe o registro de “sítios de arqueológicos conhecidos por *sambaquis* (amontoados de conchas em tupi)” (MACHADO et MACHADO FILHO, 2014, p.44), os quais consistem em montes feitos por restos de animais, frutos do mar e vegetais, também possuíam o conhecimento de fazer silos, isto é, estruturas para armazenar cereais, como identificado no livro de Andre Prous:

Na Lapa do Boquete, verificou-se que essas estruturas de armazenamento eram recobertas por cinzas para despistar os roedores e prevenir a infestação por insetos. Alguns desses “silos” são muito bem-preservedos e datados de até 1.200 anos atrás, mas é possível reconhecer, na estratigrafia, sinais de depósitos anteriores que foram retirados, perturbando os sedimentos mais antigos – sem que seja possível saber em que época os abrigos começaram a ser utilizados como celeiro (PROUS, 2007, p. 49)

Portanto, existe um conhecimento sobre a produção e conservação de alimentos anterior ao saber científico, anterior à colonização, isto é, trata-se de um conhecimento técnico indígena. O que implica no reconhecimento científico contemporâneo dos saberes dos povos tradicionais. Fato que tanto os colonizadores, quanto os cientistas, souberam aproveitar, apropriando-se dos saberes ancestrais dos povos do campo.

### **2.3 A chegada dos europeus nos sambaquis**

Mas como se sabe, os indígenas não ficaram sós, os portugueses avistaram o Monte Pascoal e aportaram suas naus em nosso litoral, próximo à Porto Seguro, litoral sul da Bahia, em 22 de abril de 1500 (HOLANDA, 2011). Ao desembarcarem foram recebidos por indígenas, os quais ambos foram pacíficos, estabelecendo um primeiro contato amistoso e de reconhecimento em que também levaram os indígenas para verem suas embarcações e os indígenas deram-lhes água e mantimentos, ainda mostraram o que a terra tinha para lhes oferecer, assim iniciou-se os escambos (RIBEIRO, 2010). De início levaram coisas sem muito valor, como pequenas araras

verdes, grandes papagaios vermelhos, cascavéis e alimentos típicos da região, mas logo perceberam uma espécie de árvore parecida com uma encontrada no Oriente e que servia para o tingimento de tecidos (GUIMARÃES, 1964). A estratégia adotada por Portugal foi extrair a quantidade máxima de riquezas da colônia, por isso tornamo-nos uma colônia de exploração, pois o início dessa exploração foi a madeira (a qual ainda hoje permanece indo para o exterior), no caso era o Pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), que foi praticamente extinto (PRADO JÚNIOR, 2004). Quem trabalhava na obtenção da madeira e carregamento da mesma nas embarcações portuguesas, e posteriormente também francesas, eram os indígenas, fator que possibilitou a extração da espécie florestal pra exportação, pois caso não tivesse a população nativa para fazer o serviço, os europeus não conseguiriam tornar viável essa mercadoria. Cito Caio Prado Junior:

[...] não foi difícil obter que os índios trabalhassem; miçangas, tecidos e peças de vestuários, mais raramente canivetes, facas e outros objetos os enchiam de satisfação; e em troca dessa quinquilharia, de valor ínfimo para os traficantes, empregavam-se arduamente em servi-los. Para facilitar o serviço e apressar o trabalho, também se presenteavam os índios com ferramentas mais importantes e custosas: serras, machados. Assim mesmo a margem de lucro era considerável, pois a madeira alcançava grandes preços na Europa. O negócio, sem comparar-se embora com os que se realizava com o Oriente, não era desprezível despertou bastante interesse (PRADO JÚNIOR, 2004, p.25).

Mas isso durou relativamente pouco, cerca de meio século, pois, a escassez da árvore nas matas litorâneas tornou o negócio economicamente inviável, cessando assim o ciclo econômico do Pau-brasil, que foi a primeira mercadoria brasileira de exportação. Embora pertencente à Portugal, sob concessão da Coroa, não conseguiram impedir os franceses de virem negociar esta mercadoria com os indígenas, os quais em princípio não distinguiam os europeus, mas com o passar dos anos, passaram a se aliarem a uns ou outros, participando inclusive de guerras pelo monopólio do mercado (PRADO JUNIOR, 2004). Porém ainda assim não havia uma colônia de povoamento até meados do século XVI, embora com algumas pequenas fortificações construídas em pontos estratégicos da faixa litorânea para se abrigarem em caso de conflitos com indígenas ou com europeus de outros países (no caso franceses e portugueses), também utilizavam esses pequenos fortins para estocar o Pau-brasil, contudo não habitavam esses fortes nem o continente, ou as ilhas, abandonando-os para levar a mercadoria para a Europa, dessa forma podemos afirmar que desde o início fomos uma colônia de exploração (*idem*).

## 2.4 A colonização portuguesa no Brasil: a cana-de-açúcar e o trabalho escravo

A necessidade de habitar a colônia foi devido a decadência do Pau-brasil e com a necessidade de extrair riquezas da colônia, também pela iniciativa de outros países, principalmente a França, que não respeitava o Tratado de Tordesilhas<sup>17</sup>, pois este não lhe concedia nada, nem a soberania do Papa, que legitimava os direitos da terra para a Coroa portuguesa, no nosso caso (assim como para os espanhóis a outra parte da divisão estabelecida pela linha do tratado). Diferentemente de Portugal – como veremos mais adiante – a Espanha respeitou o tratado e não apareceu na nossa costa em busca de riquezas, pois também já se ocupava com a parte que lhe pertencia. O que, como mencionamos anteriormente, os franceses não fizeram, embora o rei da França não torne isso público, formal ou explícito em nenhum documento, mas também não fez nada para impedir seus livres comerciantes de virem buscar as riquezas pertencentes aos portugueses (PRADO JÚNIOR, 2004). Com esse problema, que se transformou em pequenas guerras na faixa litorânea, sendo a maior e última delas no Sul (atual Sudeste), entre a região do Espírito Santo até São Paulo, que reuniu indígenas aliados aos portugueses contra os indígenas aliados aos franceses, mas acabaram conseguindo expulsá-los de sua colônia.

A mais importante delas foi a confederação de Tamoios, foi ensejada pela aliança com os franceses instalados na baía de Guanabara. Reuniu, de 1563 a 1567, os tupinambás do Rio de Janeiro e os carijó do planalto paulista – ajudados pelos Goitacá e pelos Aimoré da serra do mar, que eram de língua jê– para fazerem guerra aos portugueses e aos outros grupos indígenas que os apoiavam. [...] 12 mil na batalha final do Rio de Janeiro, em 1567 [...] os tamoios venceram diversas batalhas, destruíram a capitania do Espírito Santo e ameaçaram seriamente a de São Paulo, mas no final foram vencidos pelos aliados aos jesuítas (RIBEIRO, 2010, p.29).

Nestas condições a Coroa portuguesa se viu obrigada a instaurar uma colônia de povoamento, a fim de assegurar a propriedade sobre a terra. Mas como fazer isso em um ambiente bem precário e adverso para os padrões europeus da época? O rei decidiu dar poder e títulos da corte para aqueles que se instalassem no Novo Mundo. Mas, mesmo assim, ainda foi difícil encontrar voluntários, mas a promessa de conseguir riquezas e com poderes soberanos aos corajosos que abdicassem da vida na Europa em nome de uma nova empresa na colônia, alguns nobres mais próximos surgiram interessados em suas fatias do bolo. Dessa forma o Rei dividiu a

---

<sup>17</sup> No caso o segundo Tratado de Tordesilhas, pois pelo primeiro não caberia nada aos portugueses, mas como a bula de demarcação das 100 léguas ao ocidente foi carregada pela maré, a nova, substituída em 1494, demarcava 370 léguas a oeste o que presenteou Portugal com as terras brasileiras (PEREGALI, 1996).

colônia em 12 partes, chamadas de *capitanias*, ou Donatarias, e as entregou para os donatários, ou governadores, que teriam o poder soberano sobre elas. Neste ponto encontramos a primeira ocupação do solo brasileiro por portugueses com direito de uso conforme for conveniente, cito Caio Prado Júnior:

O plano, em suas linhas gerais, consistia no seguinte: dividiu-se a costa brasileira (o interior, por enquanto, é para todos efeitos desconhecidos) em doze setores lineares com extensão que variavam entre 30 e 100 léguas. Estes setores chamar-se-ão *capitanias*, e serão doadas a titulares que gozarão de grandes regalias e poderes soberanos; caber-lhes-á nomear autoridades administrativas, juízes em seus respectivos territórios, receber taxas e impostos, distribuir terras, etc. O Rei conservará apenas direitos de suserania semelhantes aos que vigoravam na Europa feudal. Em compensação, os donatários das capitanias arcarão com todas as despesas de transportes e estabelecimento de povoadores (PRADO JÚNIOR, 2004, p.32).

Portanto, assim se deu a primeira “distribuição” de terras no Brasil para os portugueses, pois sabemos que já havia uma certa divisão entre os indígenas que inevitavelmente ao ultrapassar esses limites entravam em guerra com outras etnias. Mas desta vez os que vieram estavam interessadas em explorar esse mesmo território, fazendo contato com etnias indígenas que os forneciam produtos e mão-de-obra escrava indígena, seja de tribos rivais, ou dos mesmos quando eram “desapropriados” de suas terras. Porém, para conseguir fazer isso, foi preciso construir Igrejas, Fortes, vilas e habitarem com colonizadores portugueses as capitais das capitanias para posteriormente expandirem aos arredores e conquistarem o território continental, expulsando os indígenas de suas terras para então formar os primeiros latifúndios, os quais tiveram origem junto com o primeiro ciclo da agricultura no Brasil, a cana-de-açúcar produzida para o suprimento de matéria prima nos engenhos de açúcar que iriam abastecer o mercado Europeu que estava com os preços em alta e como a planta se adaptou bem aqui e conseguiram um produto de alta qualidade a lavoura e engenho obteve êxito por longo período (três séculos), apenas aumentando a área de produção, desse modo, conseqüentemente a contínua expulsão de indígenas de suas terras.

[...] A transformação da terra conquistada em colônia de exploração [e povoamento] exige novas instituições jurídicas, novas formas de propriedade que somente poderiam viçar sobre as ruínas das instituições primitivas. Incipiente ainda, a caça aos escravos indígenas não havia até então provocado a ruptura definitiva nas relações entre estes e os conquistadores, o que se verificaria irremissivelmente (sic) mais tarde, com a expropriação em larga escala de suas terras. (GUIMARÃES, 1964. p.14)

Como é sabido, 1549, foi criado o primeiro Governo-Geral, na Bahia, onde foi a primeira capital da colônia e o primeiro governador geral da colônia, o qual marca a mudança de política da ocupação de terras, pois se antes os indígenas ainda conviviam pacificamente com os portugueses, raros eram os casos de escravidão indígena, assim como de conflitos com os portugueses, de relatos de canibalismo, com a vinda do governador e a tentativa de ocupação do território, para a lavoura de cana-de-açúcar, a luta pela terra começou efetivamente. Cito novamente Alberto Passos Guimarães:

O predomínio dos métodos de força viria a firmar-se, definitivamente, depois de 1549, com a instalação do Governo-Geral de Tomé de Souza, quando aparecem, com maior evidência as provas de utilização de índios cativos entre a mão-de-obra empregada internamente, período em que iam sendo progressivamente ocupadas e exploradas, de maneira sistemática, as terras outrora a eles pertencentes. (*idem*, p.15)

Mas como os indígenas não eram acostumados com este tipo de trabalho, nem a se submeter aos outros, pois tinham uma forma de organização autônoma e bem horizontalizada em suas etnias, não aceitavam facilmente serem capturados e aliciados em cativo. Desse modo acabavam morrendo por extermínio dos portugueses conquistadores ainda em suas tribos. Quando capturados, por excesso de trabalho, ou acoites, ou em fuga, mas também por doenças que adquiriram com o maior contato com os europeus (RIBEIRO, 2010). Cito a passagem destacada por Darcy Ribeiro sobre a visão do Padre Anchieta sobre o Governador-Geral:

Anchieta, descuidado da cordura que correspondia à sua futura santidade, louva assim o bravo governador:  
 “Quem poderá contar gestos heroicos do Chefe  
 À frente dos soldados, na imensa mata:  
 Cento e sessenta aldeias incendiadas,  
 Mil casas arruinadas pela chama devoradora,  
 Assolados os campos, com suas riquezas,  
 Passado tudo ao fio da espada.”  
 Esses são alguns dos 2 mil versos de louvação escritos em latim por José de Anchieta (RIBEIRO, 2010 p. 45).

Dessa forma, acentuou-se os conflitos entre colonizadores e nativos, através da necessidade da ocupação do solo brasileiro por portugueses interessados exclusivamente em obter renda com a produção da cana-de-açúcar, uma vez que o Pau-brasil se encontrava bem escasso e a ameaça de uma invasão francesa era presente. Como os indígenas não serviam como mão de obra, então poderiam morrer, ou se converterem católicos para sobreviverem servindo ao lado dos jesuítas, pois sabe-se que eles precisavam também dos conhecimentos dos nativos, pois conheciam muito sobre as matas, as plantas e animais que viviam ali, além de dominar o curso

dos rios e áreas de serras e planícies. Portanto, eram úteis aos portugueses, tanto no avanço da conquista do território, como em lutas e capturas de outros indígenas.

Apesar de o projeto jesuítico de colonização do Brasil nascente ter sido formulado sem qualquer escrúpulo humanitário, tal foi a ferocidade da colonização negra que se estalou, algumas décadas depois, um sério conflito entre padres da Companhia e os povoadores dos núcleos agrário-mercantis. Para os primeiros, os índios, então em declínio e ameaçados de extinção, passaram a ser criaturas de Deus e donos originais da terra, com direito a sobreviver se abandonassem suas heresias para se incorporarem ao rebanho da Igreja, na qualidade de operários da empresa colonial recolhidos às missões. Para os colonos, os índios eram um gado humano, cuja a natureza, mais próxima de bicho que de gente, só os recomendava à escravidão. (RIBEIRO, 2010, p. 49).

Desse modo, instaurou-se uma disputa entre os interesses da missão jesuíta catequizadora e o mercantil latifundiário, em que o primeiro pretendia aumentar o número de fiéis, e o segundo o número de escravos para a produção de açúcar, sendo necessário primeiramente ocupar as terras, depois retirar a densa nativa, para posteriormente preparar o solo e introduzir a planta exótica, até esta etapa do processo, os indígenas ocupam lugar central, seja por serem os ocupantes do território, bem como por saberem quais madeiras eram fortes para aguentar a estrutura do engenho, portanto, extremamente úteis aos colonizadores, sejam eles missionários ou capitalistas.

## **2.5 A entrada de africanos em terras da colônia portuguesa**

Na conjuntura da época os portugueses se viram na necessidade de importar mão-de-obra escrava vinda da África, a qual já estava mais habituada com estas condições, pois sofreram anteriormente desse mal pelas invasões muçulmanas do século VIII, quando negros africanos foram capturados e vendidos como escravos (SOUZA, 2012). Desse modo, o mercado de escravos negros já existia, inclusive na Europa (em Portugal cerca de 10% da população era de escravos africanos negros) sendo uma expansão dessa horrível atividade econômica o uso dessa mão-de-obra no Brasil colonial.

Mesmo anteriormente, quando da expansão muçulmana no norte do continente africano (séculos VII e VIII), a escravidão foi incorporada às dinâmicas comerciais e bélicas daquela dominação. Ou seja, o tráfico negreiro já era uma realidade mundial antes da conquista da América (SOUZA, 2012, p. 33).

A viagem não era tranquila, pois o aperto, a ausência de higiene, epidemias e maus tratos da longa viagem, levando à morte de muitos deles (*idem*). Os óbitos, que chegavam a cerca de 50% do total embarcado na África, tornavam o custo mais alto e conseqüentemente o valor do escravo muito mais caro em sua chegada se comparado ao escambo feito em sua origem (PRADO JÚNIOR, 2004). Contudo, o investimento nesta rota foi muito lucrativo, tornando-se uma das atividades mais rentáveis da época após algum tempo do início dos latifúndios de cana-de-açúcar, o que só fez aumentar a população do Brasil de modo geral, pois houve um aumento das duas mercadorias, o açúcar e para isso os escravos (NOVAIS, 2012). Fator que também determinou a formação e estruturação da população brasileira (RIBEIRO, 2010) que chegou a ter a maior parte da população composta por escravos negros, lembrando que o Brasil foi o último país a deixar o trabalho-escravo (oficialmente, pois ainda hoje existe em regime de trabalho análogo ao escravo, como veremos mais adiante). Na aquisição de escravos na África se usava a cachaça, que provinha de anexos do engenho, chamados de *engenhocas*, ou *molinetes*, que são menores, mas que também empregavam mão-de-obra escrava (PRADO JÚNIOR, 2004). Mas outra mercadoria usada no escambo de escravos na África era o tabaco, produto próprio da América, que foi ampliada sua produção com essa finalidade, dando origens às lavouras de tabaco que desempenharam um significativo destaque na agricultura brasileira da época, embora em menor quantidade e importância econômica em relação ao açúcar, mas mesmo assim ocuparam abrangentes territórios do Alagoas, Sergipe e Bahia, outra lavoura que se plantou na região foi o algodoeiro que também se destinaria para o mercado interno e exportação, porém não alcançaria a lucratividade do açúcar (*idem*).

Percebemos a importância das rotas comerciais marítimas, que se estabeleceram também através das rotas da escravidão, na construção da sociedade brasileira. Pois, foram a origem de grande parte da população que passou a residir no continente. Um dos grandes “méritos” desta metrópole (junto com a Espanha, seguidos pela França, Holanda e Inglaterra) foi conseguir dominar a navegação atlântica, além também de terem estabelecido novas rotas para o oriente principalmente com o porto de Macau na China, pois Veneza dominava o comércio com as índias, então a busca econômica forneceu novas terras em continentes americanos e na África.

Este foi o motivo do negro “entrar” nas Américas, no Brasil, que foi uma prisão latifundiária, longe de ser uma nova pátria acolhedora, ao contrário, no cativo a cultura dos africanos e seus descendentes, com seus conhecimentos e tradições, resistiu com muita dificuldade e inevitáveis perdas, porém com resiliência às estratégias de submissão e aniquilação de qualquer subjetividade e sentimento de pertencimento social, pois irão coloca-los longe de

membros das mesmas tribos de origem a fim de aculturar e desarticular suas relações, tornando-os mais submissos, “frágeis”, “boçais”, sem conseguir se comunicar, deslocados, sem referências para serem mais facilmente dominados.

Logo que eles desembarcavam dos navios negreiros, eram açoitados, para já ficarem desorientados e abatidos, depois os senhores de engenhos, vindos da oligarquia portuguesa, encarregavam seus subordinados, os capatazes, os futuros capitães do mato, que caçariam os escravos fugitivos e exterminariam nativos que se recusassem a submeterem-se aos mandos dos senhores de engenho. Sendo assim, desprovidos de qualquer tipo de bens materiais e mesmo do próprio corpo, que deveria servir apenas para o trabalho-escravo, seja na lavoura, no engenho, ou em demais serviços.

As grandes caravelas que eles desenvolveram possibilitaram que atravessassem o oceano em relativa segurança. Na saída da Europa para a vinda ao Brasil, as embarcações passavam antes pela África<sup>18</sup> e carregavam com escravos em troca de cachaça, fumo e outras baratezas. Depois os descarregavam no litoral brasileiro para serem vendidos, só então carregar novamente com açúcar e essas outras mercadorias para retornar à Europa e novamente para África, também acontecia de integrarem na rota a América Central e do norte, com basicamente os mesmos produtos, depois, com a proibição do comércio marítimo de escravos, o Brasil será abastecido pela América Central.

Esse ciclo comercial permaneceu em ascensão por 3 séculos, erguendo a sociedade nordestina, sobretudo pernambucana e baiana, quando o Brasil se tornou o maior produtor de açúcar do mundo, além de outros produtos pra exportação como o algodão que a partir da revolução industrial inglesa teve um crescimento econômico, mas não durou muito tempo principalmente devido ao atraso técnico em relação aos EUA que se tornaram os maiores exportadores (PRADO JÚNIOR, 2004).

Contudo, a decadência do açúcar irá se iniciar pela entrada de grandes concorrentes da América Central, mais posteriormente também pela descoberta do açúcar de beterraba que fez a produção europeia suprir seu mercado conseguindo ainda produzir excedentes e uma política de proteção econômica que sobretaxava o açúcar brasileiro, assim o preço do açúcar começa a cair no mercado mundial (*idem*). Outra influência, foi a descoberta de jazidas de ouro em Minas Gerais (*idem*), assim como posteriormente a proibição imposta pela Inglaterra no tráfico de escravos e depois a abolição da escravidão (o que acarreta a considerável diminuição da lavoura

---

<sup>18</sup> De diversas regiões ao longo do litoral e parte vinda do interior, mas predominou a origem de negros da Guiné, Nigéria, Congo e Angola, esta última em maior quantidade (SOUZA, 2012)

de tabaco), também pela falta de inovação dos fazendeiros nos engenhos e lavouras (SZMRECSÁNYI, 1996), enfim, diversos motivos que marcaram o fim do predomínio da economia nordestina do açúcar e de lá pra cá o nordeste passou a emigrar mão-de-obra, no início de escravos, depois de trabalhadores livres (GUIMARÃES, 1964).

Como vimos, houve grande concentração de terras na origem e desenvolvimento das lavouras de cana-de-açúcar, oriundas das sesmarias e capitânicas hereditárias que concediam o uso para senhores de engenhos com capacidade de comprar escravos e implantar lavouras, financiados pelo mercado mundial, sobretudo banqueiros judeus da Holanda e Portugal (PRADO JÚNIOR, 2004). Embora ainda no início existissem também trabalhadores livre, que ocupavam outras funções como caixeiros (que fazem caixas para acondicionar o açúcar), dentre outras fora dos engenhos, inclusive, muitas vezes, são escravos libertos, que também arrendavam terras dos donatários, mesmo sem a permissão<sup>19</sup> da Coroa, mas ainda nestes casos, a mão-de-obra era de escravos negros.

A estrutura agrária que se formava no país, de acordo com Alberto Passos Guimarães (1964), era semelhante aos feudos na velha Europa, pois a terra pertencia ao Rei que concedia o uso aos Senhores, em ambos os casos, mas nos feudos, os *land-lords* colocavam servos (camponeses) para produzirem para si, em subsistência, e trabalhar para o senhor noutros dias na outra parte da terra ou/e entregar uma parte da produção pertencentes à gleba em que o servo era fixado (preso), quanto mais servos um senhor de terras possuía maior era o seu prestígio, influência e poder, pois teria mais guerreiros para lhe defender, portanto não era muito a quantidade de terras, mas o número de pessoas que ele conseguiria reunir que definia a sua posição social.

No nosso caso, do Brasil colonial, era uma versão piorada, mais atrasada e atenuada, pois embora as terras fossem distribuídas conforme a influência, riquezas e quantidades de escravos, a mercadoria aqui produzida não ficava no feudo, mas era escoada, para a condição do trabalhador era pior, pois não era preso à terra, mas à condição de nascimento, de ser uma mercadoria que poderia ser vendida ou flagelada de acordo com a vontade do senhor (ou capitão, ou coronel, como eram chamados, por títulos). Outro ponto de distinção é a condição da produção do latifúndio, no primeiro caso era para suprir a subsistência do próprio feudo, com sobras que possibilitavam tocar por outras mercadorias mais distantes, contudo não havia mais centros urbanos, pois houve, de modo geral, um retorno para o campo, para a proteção do feudo.

---

<sup>19</sup> A concessão de terras era destinada para uso exclusivo do próprio donatário, o qual não poderia arrendar podendo apenas ter a quantidade de terras suficientes para o seu potencial de produção momentâneo, não podendo também deixá-las ociosas (GUIMARÃES 1964).

Na impossibilidade de contar com o servo da gleba, o feudalismo colonial teve que regredir ao escravismo, compensando a resultante perda do nível de produtividade, em parte com a extraordinária fertilidade das terras virgens do Novo Mundo e, em parte, com o desumano rigor aplicado no tratamento de sua mão-de-obra. Teve, ainda, de dar outros passos atrás, em relação ao estágio mercantil que correspondia ao seu modelo, restabelecendo muitos dos aspectos da economia natural. Mas, em compensação, pode desenvolver o caráter comercial de sua produção, não para o mercado interno, que não existia, mas para o mercado mundial. E, com açúcar, vinculou-se profundamente à manufatura (GUIMARÃES, 1964, p. 27).

Como vimos, no Nordeste cresceu muito o número de engenhos, o que levou um avanço econômico para a região e um aumento da população, diferentemente do Sudeste em que os engenhos não obtiveram muito sucesso devido ao relevo, o que fez manterem certa estagnação. No caso do norte e o Centro-oeste ainda eram praticamente desconhecidos assim como no Sul que teve uma colonização mais tardia e que pelo Tratado de Tordesilhas nem pertenceria à Portugal (PEREGALLI, 1996).

## 2.6 A colonização do norte no período colonial

Os holandeses estiveram presentes, como os franceses, desde o primeiro século do achamento do Brasil, como relata Hans Staden. Mas assim como ocorreu com os franceses, que foram expulsos ainda no início da colonização, na guerra com os indígenas Tamoios, os holandeses também subiram o litoral brasileiro e tentaram estabelecer colônia mais ao norte do Brasil, em Pernambuco em 1630, pegando a região do Alagoas ao Maranhão e o Pará, neste último os ingleses também fizeram esforços pra conquistar antes a região (PRADO JÚNIOR, 2004). Contudo não obtiveram êxito, pois havia uma aliança<sup>20</sup> entre Portugal e Espanha na defesa do território colonial, dessa forma construíram em parceria fortes ao longo da costa e dos grandes rios (como o forte na atual cidade de Manaus e outro na foz do Amazonas em Belém, que data de 1616), que acabaram ajudando a delimitar o território nacional e expulsar totalmente os holandeses e ingleses em 1654 (*idem*). Contudo, ainda houve certa influência da Holanda em São Luiz do Maranhão e em Recife de Pernambuco, assim como de franceses também nestes dois casos.

---

<sup>20</sup> “De 1580 a 1640 a coroa portuguesa esteve reunida à da Espanha. O reino de Portugal não foi englobado na na monarquia espanhola; embora sob a dominação do mesmo monarca, conservou sua autonomia sendo governada por um Vice-Rei em nome de um soberano espanhol. (PRADO JÚNIOR, 2004).

Em poucas décadas desapareceram as povoações indígenas que as caravelas do descobrimento encontraram por toda a costa brasileira e os primeiros cronistas contemplaram maravilhados. Em seu lugar haviam se instalado três tipos novos de povoações. O primeiro e principal, formado pelas concentrações de escravos dos engenhos e portos. Outro, disperso pelos vilarejos e sítios da costa ou pelos campos de criação de gado, formado principalmente por mamelucos e brancos pobres. O terceiro esteve constituído pelos índios incorporados à empresa colonial como escravos de outros núcleos concentrados nas aldeias, algumas das quais conservaram sua autonomia, enquanto outras eram regidas por missionários. (RIBEIRO, 2010, p. 48)

A colonização da região norte, na Amazônia “intocada” se iniciou por motivos políticos, para afastar invasores europeus de outros países que acabaram formando colônias mais ao norte, as Guianas. Diferente das outras regiões que os portugueses conquistaram através do latifúndio de cana-de-açúcar, no caso da floresta amazônica foi impossível, pois o fato da variante do rio ser muito grande entre a época da cheia e da seca impediu a instalação dos engenhos e mesmo das plantações. Restando apenas o extrativismo de produtos da floresta, sendo assim o escravo negro não foi necessário, pois o indígena conseguiu fazer muito bem esse serviço de coletor e caçador (*ibidem*), por isso lá se conservou a floresta e a população nativa, fato que até hoje é perceptível. Os responsáveis pelo início da colonização nesta região (e no sul) foram os missionários católicos, principalmente Jesuítas e Carmelitas, tanto por parte de Portugal, quanto pela Espanha, pois na época, como nos referimos anteriormente havia a união ibérica que reuniu os dois reinos (*ibidem*).

A aventura começa com Pedro Teixeira, que entre 1637 e 1639, subiu o Amazonas e atingiu o rio Quito, no vice-reino do Peru, pelas águas do Napo e do Aguarico. De lá baixando em direção a Belém, deu início à monumental irradiação que resultou, ao norte, na fundação do povoado de Franciscana, fronteira das duas monarquias ibéricas, novamente independentes em 1640. Nesse fim da Amazônia, ambas as coroas assinalaram, pacificamente, as fronteiras de seus domínios. Tal posse foi observada por multidões de índios silenciosos. (DEL PRIORE, 2010, p.125).

Eles subiram e desceram os grandes rios vindos dos dois sentidos conseguindo estabelecer contato com os nativos e organizando-os, para o trabalho, comércio, educação, religião e até mesmo “militarmente” em conflitos contra possíveis invasores (PEREGALLI, 1996). Depois, por motivos políticos, os missionários serão expulsos pelo Marquês de Pombal no século XVIII (PRADO JÚNIOR, 2004). Nesta época a população era praticamente em sua totalidade de indígenas. Mas com a exploração da seringueira para extração da matéria prima da borracha, o látex, a partir do século XIX, houve um grande fluxo de nordestinos para a região em busca de trabalho (FURTADO, 1997). Contudo, as condições não eram muito favoráveis para o

labor, embora com o uso coletivo da terra nas áreas de extrativismo, ainda assim, existia um controle e monopólio sobre o produto, também havia um isolamento nas regiões que colaboravam com a exploração dos trabalhadores pelos “patrões”, pois os seringueiros dependiam dos seringalistas, comerciantes de borracha, para fornecer transporte, alimentos e insumos naquela lonjura, assim o regime de trabalho análogo ao escravo se dava por dívidas e ausência de fiscalização, operando a ordem imposta pelos jagunços a mando dos investidores seringalistas (ANDRADE, 2010).

Assim, as condições de trabalho eram bem precárias e junto a isto ainda havia a malária, que fez muitas vítimas desaparecidas na imensidão da floresta. A economia da Amazônia teve uma alta, a qual acarretou a anexação do Acre devido a ocupação de Brasileiros nesta localidade em busca de látex, assim após diversos conflitos, acordos e impasses políticos na região, incluindo a existência temporária da República do Acre, o Brasil indenizou a Bolívia e aumentou seu território. Porém, pouco tempo depois o preço da borracha caiu por motivo da entrada de seringueiras na Ásia, que se tornou a maior produtora e grande concorrente do Brasil (FURTADO, 1997).

Os planos do imigrante nordestino que seguia para a Amazônia, seduzido pela propaganda fantasista dos agentes pagos pelos interesses da borracha, ou pelo exemplo das poucas pessoas afortunadas que regressavam com recursos, baseavam-se nos preços que o produto havia alcançado em suas melhores etapas. Ao declinarem estes de vez, a miséria generalizou-se rapidamente. Sem meios para regressar e na ignorância do que realmente se passava na economia mundial do produto, lá foram ficando. Obrigados a completar seu orçamento com recursos locais de pesca e caça, foram regredindo à forma mais primitiva de economia de subsistência, que é a do homem que vive na floresta tropical, e que pode ser aferida por baixíssima taxa de reprodução. [...] o grande movimento de população nordestina para a Amazônia constituiu basicamente em um enorme desgaste humano em uma etapa em que o problema fundamental da economia brasileira era aumentar a oferta de mão-de-obra (FURTADO, 1996, p. 134/135).

Tratamos anteriormente da ocupação na Amazônia brasileira e a produção, ou extração, caça e pesca para a subsistência, de modo resumido. Passaremos agora para uma abordagem anterior no sentido cronológico, mas que possui uma primeira dimensão de produção para a subsistência e posteriormente na formação das pequenas propriedades, que eram as responsáveis por abastecer as vilas com alimentos para a mesa, como veremos a seguir.

## **2.7 As pequenas propriedades e o mercado interno de produtos primários**

Para suprimir as necessidades do mercado interno, principalmente na parte de alimentação (mas também no couro – e nesse caso também para exportação), a agricultura de subsistência esteve presente nos latifúndios-feudais por meio da mão-de-obra escrava, que tinha um dia da semana para cuidar do roçado para o gasto interno da fazenda, incluindo a família da casa grande (PRADO JÚNIOR, 2004). Mas no caso dos centros urbanos, que ainda são pequenos, mas mesmo assim, vão se avolumando e o excedente da produção de subsistência das fazendas passa a não dar conta, então surge a necessidade de abastecer esse mercado interno, mas como o preço do açúcar ainda estava em alta, não havia interesse do Senhor de engenho em mudar a lavoura. Sendo assim, nasce uma outra forma de produção:

Forma-se assim um tipo de exploração rural diferente, separado da grande lavoura, e cujo o sistema de organização é muito diverso. Trata-se de pequenas unidades que se aproximam do tipo camponês em que é o proprietário que trabalha ele próprio, ajudado quando muito por um número pequeno de auxiliares, sua própria família em regra, e mais raramente algum escravo. A população indígena contribuiu em grande parte para essa classe de pequenos produtores autônomos (*ibidem*, p. 42).

Assim surge uma classe intermediária, entre os latifundiários e os escravos, são os trabalhadores livres, que são em sua maioria de origem indígena, os quais foram se mestiçando e deram origem aos caboclos, que ficaram ao redor dos centros urbanos que se formavam com a chegada de colonos portugueses e missionários que viriam fundar as cidades (*ibidem*). Ainda assim o problema da falta de alimentos, principalmente nos centros urbanos, mas também nos latifúndios de monocultura, que também existiam, permanecerá ao longo da história do Brasil, que deixou sua população subnutrida (*idem*). Não faltaram leis para obrigar os senhores de engenho a plantarem alimentos além da cana-de-açúcar, porém não foi cumprida na prática, nem fiscalizada, pois não era de interesse das elites. Portanto, desde as origens da produção agrícola para exportação, coube aos camponeses o cultivo dos alimentos de consumo interno. Também percebemos desde o início de expropriação da terra o problema da grande propriedade.

As importantes consequências deste fato, que podem ser avaliadas sem necessidade de maior insistência na matéria, justificam suficientemente só por si a necessidade brasileira de distinguir na economia brasileira aqueles dois setores em que se dividem suas atividades produtivas: o da grande lavoura e o da subsistência. Se não, não se explicaria esse quadro característico da vida colonial: de um lado abundância, propriedade e grande atividade econômica, doutro a falta de satisfação da mais elementar necessidade da grande massa da população: a fome. (*idem*).

No caso da produção de carne bovina e tração animal (GUIMARÃES, 1964) para mover os engenhos, acontece semelhanças, pois é produzida tendo em vistas o mercado interno e externo no caso do couro, empregam trabalhadores livre, ou fugitivos, indígenas, escravos libertos, enfim gente sem ligação com a aristocracia, porém possuem um patrão, que compra o rebanho e manda abrir as fazendas (*idem*). A pecuária foi a responsável pela ocupação do interior do Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte e da Paraíba, além do interior do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, em menor quantidade pois a terra era melhor e a população menor, então foram precisos menos fazendas pra suprir o mercado urbano mais próximo, São Paulo, Santo André, São Vicente e Rio de Janeiro (PRADO JÚNIOR, 2004).

Segundo Alberto Passos Guimarães, essa ocupação do território mais próximo do litoral também promoveu a ocupação do interior através da pecuária com o avanço da fronteira agrícola aberta pelos caminhos dos bovinos e equinos:

Revelava a Metrópole a intensão de ampliar seus objetivos colonizadores, reservando a faixa litorânea para fincar, principalmente as melhores e mais prósperas terras, a exploração açucareira e fazendo da pecuária o seu grande instrumento de ocupação, sem dúvida o mais indicado para o alargamento da fronteira agrícola (GUIMARÃES, 1964, p.57).

Nesta ocupação das áreas mais remotas além dos indígenas estavam também negros fugidos que formaram vilas<sup>21</sup>, em que viviam em uso comunal da terra com produção para subsistência com a finalidade de se manterem isolados e protegidos. Sendo assim, escolhiam lugares estratégicos para se fixarem, portanto eram de difícil acesso e com mirantes que possibilitavam enxergar a movimentação de embarcações ou pessoas de longe para que conseguissem fugir a tempo caso fosse necessário. Também acontecia de se misturarem com indígenas (GOMES, 2011), formando uma miscigenação que deu origem ao termo Cafuso para os descendentes destas relações.

O primeiro registro que se teve desse tipo de povoamento foi em 1575, desse modo, a sua formação é anterior ao ano do registro (GOMES, 2012). Essas comunidades se espalharam de forma bem difusa e descentralizadas politicamente, poderiam ser formadas por pouquíssimas pessoas até uma grande população para época. O caso mais emblemático foi o Quilombo dos Palmares, na capitania de Pernambuco – atualmente pertencente ao estado de Alagoas – que chegou a reunir aproximadamente de 6 mil a 8 mil pessoas, embora alguns relatos da época

---

<sup>21</sup> Conhecidos por quilombos, nome dado pelos colonizadores, mas para os próprios escravos eram chamados de *Mocambo*, ou *cerca*, (SOUZA, 2012). Também se encontra nos registros da Corte o termo Santidade para se referir à essas comunidades alternativas (GOMES, 2011).

afirmam 20 mil e até mesmo 30 mil pessoas, contudo as medições eram bem rudimentares e misturadas com impressões exageradas (*idem*). “Conforme podemos notar, várias regiões da Colônia conviveram com quilombos. Isolados como palmares ou inseridos nas periferias das grandes cidades, agressivos ou pacíficos, reunindo diferentes etnias, cor e credo.” (PRIORE; VENANCIO, 2010, p.68).

Sobre essa forma de ocupação, devemos considerá-la importante constituinte das regiões, pois embora com poucos<sup>22</sup> territórios ainda hoje cadastrados pelo INCRA<sup>23</sup>, informalmente se fez presente em grande parte do território, por isso existem bairros em grandes cidades, como no Rio de Janeiro<sup>24</sup>, assim como nas pequenas cidades que são nitidamente constituídos por comunidades remanescentes quilombola (*idem*). Até mesmo cidades<sup>25</sup> que se originaram de antigos quilombos, mas que mesmo assim ainda não constam como território quilombola. No que diz respeito à agricultura desenvolvida por eles, como mencionamos é para subsistência e possui uma técnica própria chamada de plantio de *Coivara*, que consiste na derrubada da mata, seguida da queimada e posteriormente o plantio diversificado para a subsistência, havendo excedente e estando próximos das cidades ainda comercializavam (*ibidem*).

No caso do interior do país, parte do Nordeste, Centro-oeste, Sudeste até o Sul a colonização se deu por meio da criação de gado (e posteriormente a mineração – exceto no caso do Sul). As *fazendas* nascem como uso exclusivo de terras para a produção de gado, depois o termo se remete a qualquer propriedade rural de tamanho relativamente grande (GUIMARÃES, 1964). Seja como for, ambas se constituíram como concessão da Coroa através das sesmarias nas Capitâneas Hereditárias, portanto são latifúndios, isto é, formam grandes extensões de terras sob o domínio de uma pessoa, ou família patriarcal. Origem de grande parte da consolidação da ocupação do território explorado da colônia. Porém, mesmo assim, ainda havia bastantes terras ainda pertencentes à corte, mas estas já estavam ocupadas por quilombos e indígenas, que deixaram de ser pacíficos assim que perceberam a intenção dos colonizadores em escravizá-los. A Coroa reconhecia que onde houvesse indígenas, as terras lhes pertenceriam de acordo com o Alvará de 1º de abril de 1680:

---

<sup>22</sup> Atualmente constam apenas 296 comunidades remanescentes quilombolas no Brasil todo oficializadas pelo órgão competente (INCRA, 2017).

<sup>23</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, criado em 1970.

<sup>24</sup> Como o quilombo do Sacopã, pedra do Sal e Camorim, além de outras 26 comunidades dentro da cidade.

<sup>25</sup> Por exemplo nas cidades da região da serra da Mantiqueira que derivam de nomes de origem africana, como Caconde/SP (que vem de Cacunda) e Muzambinho/MG (com um bairro chamado Muzambo), ou no caso da antiga cidade de Sapecado/SP, a qual passou a se chamar Divinolândia (que tem um bairro chamado Quilombo), são inúmeros exemplos de bairros e cidades em várias regiões do país. Essas pequenas, ou grandes, mudanças nos nomes aparecem sempre para perder as origens e diminuir a importância do negro em nossa sociedade.

Muito mais incisivo e consistente do que os anteriores, esse documento adquiriu extraordinária significação porque nele foi reconhecido, pela primeira vez, ao indígena, o direito à propriedade das terras “ainda que sejam dadas as sesmarias a pessoas particulares, porque na concessão dessas sesmarias se reserva o prejuízo do terceiro e muito mais se entende, e quero que se entenda, ser reservado o direito dos índios, primários e naturais senhores delas” (GUIMARÃES, 1964, p.18).

Porém, como sabemos, ocorreu que a lei não foi aplicada, pois como a Coroa estava distante e as fiscalizações eram nulas neste aspecto, então caberia aos “senhores de terras” do Brasil efetuarem suas próprias leis e punições. Assim começou cedo o coronelismo em terras brasileiras. Os quais serão legitimados pela Metrópole com o passar do tempo, pois terá como sua aliada a elite aristocrática brasileira e não os nativos da terra ou mesmo a classe média que surgira dos trabalhadores livres e escravos alforriados, dentre outros que formaram esse novo estamento.

Parte desse apoio já era explícito na forma como foram concedidas as terras pela Coroa no Brasil, que em 1695, passou a ser regulamentada a propriedade privada para os senhores de engenho e fazendeiros, a partir da Ordem real de 27 de dezembro de 1695, ou seja, 15 anos após a lei que dava direito aos indígenas, agora chegou a vez dos efetivos proprietários de terras no Brasil (*idem*). Assim se deu o início da propriedade privada no Brasil: “Sob esse signo da violência contra as populações nativas, cujo direito congênito à propriedade da terra nunca foi respeitado e muito menos exercido, é que nasce e se desenvolve o latifúndio no Brasil. Desse estigma de ilegalidade que é o seu pecado original, jamais ele se redimirá” (*ibidem*, p. 20).

A lei que entraria em vigor mais tarde e essa sim se fez valer por motivos políticos e econômicos, para atender o fornecimento de mão-de-obra, foi a Lei de Terras, de 1850, a qual viremos com mais detalhes mais adiante, quando tratarmos da imigração.

## **2.8 A descoberta do ouro no interior**

Os bandeirantes, saindo de São Paulo em busca de escravos indígenas e negros, nas expedições conhecidas como Bandeiras, que eram extremamente violentas e dizimaram centenas de aldeias e milhares de indígenas, também representaram a expansão da colonização (GUIMARÃES, 1964). Pois, se derivou dessas expedições a descoberta de ouro em Minas, mais precisamente na Vila Rica (futura cidade de Ouro Preto) em 1696 (PRADO JÚNIOR, 2004), se utilizando dos rios, principalmente os rios Tietê, Pardo, Taquari e Cuiabá, passaram para além

da linha do Tratado de Tordesilhas e fundaram cidades onde encontraram ouro, chegando em 1719 a criação da cidade de Cuiabá em Goiás (PEREGALLI, 1996).

A mão-de-obra utilizada na mineração era de, predominantemente, escravos negros, que contavam proporcionalmente no momento da divisão das terras à serem exploradas, isto é, quem tivesse mais escravos recebia mais terras para extrair o ouro, mas também existiam os faiscaidores (ou faisqueiros), que eram trabalhadores isolados, os quais poderiam ser escravos ou não, que ocupam rios e/ou minas abandonadas, por isso tornam-se a maior parte dos trabalhadores conforme as jazidas vão se definindo (PRADO JÚNIOR, 2004). Dessa forma, mais uma vez se distribuíram terras para aqueles que possuíam bens, no caso pessoas, escravos.

Como mencionamos anteriormente, onde havia escravos, também tinha fuga desses e conseqüentemente a fundação de quilombos nos arredores, expandindo ainda mais as fronteiras agrícolas e populacionais através da ocupação por meio de posses, as quais geralmente não se caracterizavam como grandes ocupações, inclusive porque para ocupar grandes extensões de terras é necessário um investimento maior de capital, sendo assim para essas pessoas que não possuíam riquezas nem terras regularizadas, no caso dos escravos alforriados, ou mestiços e descendentes europeus (principalmente de portugueses ainda nessa época) que vieram em busca de enriquecer era praticamente impossível conseguir crédito ou financiamento para empreender na agricultura, também pelo fato do relevo da região dificultar o manejo e locomoção na fazenda.

No caso da mineração, a Coroa esteve mais presente e contava com uma legislação e fiscalização orgânica, pois a primeira descoberta de ouro aconteceu bem anteriormente em São Vicente, mas foram encontradas quantidades praticamente irrisórias que não chegaram a ser exportadas, contudo serviu para preparar a Corte caso voltassem a encontrar jazidas maiores e foi o que ocorreu. As quantidades de ouro encontradas posteriormente foram responsáveis pelo desenvolvimento e deslocamento de várias regiões, além também do enfraquecimento de outras, porém as minas teriam uma duração de aproximadamente um século, assim foram suficientes para modificar a economia portuguesa, que ficava com o seu quinto<sup>26</sup>, desta vez foram exportadas grandes quantidades, atraindo piratas e corsários, obrigando a Corte a proibir as navegações isoladas a fim de evitar roubos e desvios de mercadorias entre elas o Ouro, com isso intensificou-se a política do monopólio imposta por Portugal, vetando qualquer embarcação de outra nacionalidade navegar e aportar no litoral brasileiro (PRADO JÚNIOR, 2004).

---

<sup>26</sup> Um quinto do ouro extraído era entregue ao governo da Coroa Portuguesa, que criou casas de fundição para conseguir fiscalizar a produção e pegar a sua parte. A quota anual mínima que o quinto tinha que alcançar era de cem arrobas (1,5 tonelada) caso não conseguisse chegar na cota, a população deveria fazer o derrame, completar até atingir a medida (PRADO JÚNIOR 2004).

Contudo, a mineração passa a ter uma queda de rendimentos após meio século de seu início, por diversos motivos, por limitação natural do tipo de ouro encontrado, por falta de técnica de extração, por ausência de incentivos do reinado, enfim, o fato é que a mineração foi diminuindo até o esgotamento no fim do século XVIII (*idem*). Na mesma época encontraram diamantes nestas regiões, o que fez do Brasil “o primeiro grande produtor moderno desta pedra” (*ibidem*, p.62) que deu o nome a cidade de onde foi mais encontrada, Diamantina/MG, em que apenas uma Junta da Administração Geral de Diamantes poderia extrair a pedra, isolando a área e proibindo outras pessoas entrarem nestes distritos, pois também foi o caso em outras localidades de MG, GO, MT. Mas por problemas econômicos de Portugal, este não conseguiu frear a entrada da sua própria pedra no mercado mundial, por necessidades financeiras teve que comercializar as grandes quantidades o que fez cair o preço constantemente, até o início do século XIX, quando também já não possuía mais o que vender devido ao esvaziamento de nossas jazidas (*ibidem*).

O ciclo da mineração desempenhou papel importante na economia mundial e nacional, contudo também deixou danos, pois deslocou e isolou a população para o interior do país, desabitando outras regiões e atrapalhando a economia de outras localidades (COSTA, 1996). A capital da colônia deixou de ser no Nordeste, em Salvador/BA e passou a ser o Rio de Janeiro/RJ para ficar na rota de exportação desta atividade. Portanto, houve uma mudança do eixo comercial da colônia, que deixou de ser o Nordeste açucareiro e passou a ser o Sudeste e Centro-Oeste minerador, que dará origem ao desenvolvimento da região e continuará assim durante a época do café e permanecerá em vantagem econômica até a atualidade.

## **2.9 A lavoura de cafeeira e o início das colônias de imigrantes nas fazendas**

As grandes fazendas de produção de café surgiram ainda na época das sesmarias. O café foi produzido em maior escala no Sudeste. Passou<sup>27</sup> a ser plantado por praticamente toda Guanabara, seguindo a trilha da cana-de-açúcar subiu a Serra-do-Mar e expandiu sua produção ao longo dos caminhos já abertos, dando nome a região conhecida como Vale do Café, na capitania do Rio de Janeiro. Prossegue sendo amplamente plantado nas antigas fazendas de gado do planalto paulista e dos campos gerais até o Paraná. Essa expansão da lavoura cafeeira veio

---

<sup>27</sup> O cafeeiro chegou pela divisa do Norte, vindo das Guianas, em 1727 (NIXFORD, 1954), provavelmente por contrabando, pois já era uma planta conhecida na Europa por sua bebida há aproximadamente cem anos, por meio dos Árabes que retiraram as primeiras sementes da Etiópia, de onde é nativo. Aqui no Brasil foram plantados exemplares ao longo da costa e chegou rápido ao Sudeste, no Rio de Janeiro, vindo direto do Maranhão trazido por “João Alberto Castelo Branco, um reinol de grande prestígio na metrópole” (GUIMARÃES, 1964, p.71) e foi plantado inicialmente nos jardins dos mosteiros (*idem*).

acompanhada de muitos casos de violência, pois onde já existiam pequenos proprietários sem escrituras, os grandes fazendeiros ao chegarem com seus capatazes expulsavam essas famílias para outras áreas, quando se recusavam a sair, então se fazia uso da força, do fogo, enfim dos meios mais perversos para ocuparem as melhores áreas, as beiras de rios, baixadas, ou encostas menos declivosas, sendo assim, essas famílias, de mestiços (caboclos, cafuzos, mamelucos, mulatos), negros, indígenas, enfim pessoas sem riquezas que já estavam na região eram deslocadas para as periferias, em alguns casos mais de uma vez.

[...] Embora rareiam nas páginas de nossa história fatos concernentes aos métodos de violência empregados nessa fase de expansão do sistema latifundiário brasileiro, o que se deixa escapar nas entrelinhas e alguns poucos exemplos mencionados expressamente bastam para ativar os traços marcantes de tal fase. Esta se configura por dois aspectos básicos: a coação sobre as pequenas explorações vizinhas, com vistas a anexá-las à propriedade latifundiária mais poderosa; e a implacável violência no sentido de desalojar das melhores terras os ocupantes sem títulos, os posseiros ou intrusos. [...] fato que se tornou comum a todas as regiões brasileiras assoladas pela marcha avassaladora do latifúndio feudal, repetindo-se com ainda maior frequência no seu ciclo não escravista [...] (GUIMARÃES, 1964, p. 82 e 83)

No começo do latifúndio cafeeiro, a mão-de-obra adotada é de escravos negros, comercializados ainda no litoral do Rio de Janeiro. Depois, com a contínua expansão das sesmarias cafeeiras, por conta da alta no valor do café no mercado mundial e a proibição do tráfico de escravos, em 1831, mão-de-obra escrava será fornecido pelo Nordeste que estava entrando em declive econômico, conforme mencionamos anteriormente.

No primeiro ciclo de sua expansão, a agricultura do café havia gerado um tipo peculiar de grande domínio territorial que representava um retorno às formas feudais, coloniais e escravistas estratificadas no engenho de açúcar. Com o café, a *fazenda*, que tinha evoluído, com a criação de gado, para um modelo mais avançado de exploração, em muitos casos não escravocrata e mais aproximado dos padrões capitalistas, regrediria, assim às origens do senhorio açucareiro. (GUIMARÃES, 1964, p.75)

Porém, com a redução de escravos disponíveis e o alto preço destes, além da idade deles que já estava avançada para a expectativa de vida da época para um trabalhador de 16 horas diárias, enfim, não era mais economicamente interessante continuar investindo em escravos, mas essa ruptura foi um processo gradual, em que houve a convivência da mão-de-obra livre e escrava (PRADO JÚNIOR, 2004).

É importante salientar que esses dois ciclos, que diferenciam a marcha do latifúndio cafeeiro, não representam dois períodos de tempo sucessivos, mas sim duas linhas paralelas de evolução, as quais, em determinada época, passam a coexistir. Com isso queremos dizer que muito antes ter-se encerrado o primeiro ciclo da fazenda de café – a que podemos denominar feudal-escravista – o segundo ciclo havia iniciado dentro ou ao lado do primeiro (GUIMARÃES, 1964 p. 75).

A plantação de café foi muito lucrativa, pois com os preços no mercado mundial em alta e com constante crescimento, porque, além do mercado Europeu que se expandia, novos mercados surgiram, como nos EUA que trocava largamente o chá pelo café em seus hábitos diários (*ibidem*). Portanto, o momento em que o Brasil começou a cultivar em grande escala o produto coincidiu com o aumento da procura no mercado e assim os preços se mantiveram em alta mesmo com um considerável aumento das lavouras nestes 50 anos do início da produção. Assim, o café superou em muito a cana-de-açúcar nesta mesma época. O Brasil passou a ser em um curto tempo (e ainda é) o maior exportador de café do mundo.

Durante 388 anos, o latifúndio colonial e feudal, e seu semelhante, o sistema escravista de plantação lançaram mão dos mais variados meios ao seu alcance para impedir que as massas humanas oprimidas, que vegetavam à ourela das sesmarias ou se agregavam aos engenhos e fazendas, tivessem acesso à terra e nela fixassem em caráter permanente suas pequenas ou médias explorações. Quando aqui e ali o fizeram, longe do núcleo principal das plantações e ao seu redor, eram mais cedo ou mais tarde, expulsas com a dilatação dos cultivos ou das criações dos grandes senhores. E se lhes concediam pequenos tratos de terra para a agricultura necessária ao seu sustento, era com a finalidade de mantê-las subjugadas, como mão-de-obra de reserva, dentro ou nas proximidades dos latifúndios. (GUIMARÃES, 1964, p. 94).

Portanto, o latifúndio do café que desmatou territórios e colonizou fazendas, fez surgir diversas cidades, construir casarões e palacetes, teatros, bibliotecas, escolas, pensados para atender as elites agrárias, além das necessárias infraestruturas, como malha ferroviária, telégrafo, galpões e máquinas as custas da espoliação, da exploração e expulsão dos camponeses. Assim como Marx (2017), nos diz qual foi a fonte da acumulação primitiva, a saber, em síntese: a expropriação dos camponeses através da violência pela aristocracia fundiária aliada a bancocracia<sup>28</sup> com o apoio do governo e suas leis que legitimaram esses atos, como vemos, o mesmo aconteceu aqui séculos depois, até a atualidade.

---

<sup>28</sup> Os capitalistas burgueses favoreceram a operação, entre outros motivos, para transformar o solo em artigo meramente comercial, ampliar a superfície da grande exploração agrícola, aumentar a oferta de proletários absolutamente livres provenientes do campo etc. Além disso, a nova aristocracia fundiária era aliada natural da nova bancocracia, das altas finanças recém-saídas do ovo e dos grandes manufatureiros, que então se apoiavam por tarifas

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, camponês, [ou terras comunais (de uso coletivo) – seja na Europa, ou no nosso caso, na América pré-colombiana] constituiu a base de todo o processo. (MARX, 2017, p. 787)

Os barões do café contavam com financiamentos de bancos ingleses e uma política de exportação com a reabertura dos portos que contribuiu para o crescimento das lavouras e conseqüentemente, com o fim da escravidão, sobretudo por motivos econômicos e técnicos, (em 1888) (GUIMARÃES, 1964). Pois com constante aumento da necessidade de mais mão-de-obra nas lavouras de café no Sudeste, fez com que os grandes fazendeiros de São Paulo e posteriormente o governo criasse uma política de incentivo para a imigração no Brasil, investindo em as propagandas e viagens na Europa em busca de trabalhadores livres com maior conhecimento técnico para um avanço da lavoura e beneficiamento do café nas próprias fazendas (PRADO JÚNIOR, 2004).

Nestas políticas, para não acontecer do imigrante conseguir comprar uma gleba e passar a trabalhar para si, como um camponês autônomo, o Estado estabelece um valor mínimo bem acima do mercado e com o dinheiro advindo dessa venda lucrativa ele deve reverter para as políticas de auxílio à estrangeiros que queiram vir trabalhar e residir no país. Esta teoria ficou conhecida como “colonização sistemática”, termo cunhado por Wakefield, e que Marx nos traz em O Capital:

A proeza está em matar dois coelhos com uma só cajadada. O governo deve conferir à terra virgem, por decreto, um preço artificial, independente da lei da oferta e da demanda, que obrigue o imigrante a trabalhar como assalariado por um período maior, antes que esse possa ganhar dinheiro suficiente para comprar sua terra e transformar-se num camponês independente. O fundo resultante das terras a um preço relativamente proibitivo ao assalariado, isto é esse fundo de dinheiro extorquido do salário mediante a violação da sagrada lei da oferta e da demanda, deve ser usado pelo governo, por outro lado, para importar – numa quantidade proporcional ao crescimento do próprio fundo – pobres-diabos da Europa para as colônias e assim, manter o mercado de trabalho assalariado sempre abastecido para o senhor capitalista, *tout sera pour le mieux dans le meilleur des mondes possible*. Esse é o grande segredo da “colonização sistemática”. (MARX, 2017, p. 842).

No Brasil, pensando dessa forma, criou-se a Lei de Terras<sup>29</sup>, que demorou sete anos pra ser formulada, após idas e vindas ao senado, foi promulgada pelo imperador em setembro de 1850, contudo a regulamentação chegou após 4 anos. A Lei estabelecia a aquisição de terras apenas por meio da compra, sendo assim, os posseiros não tinham legitimidade no uso da terra, portanto, revogava o regime de posses anteriormente estabelecido no país, condenando aqueles que iniciassem, após a Lei, tal prática a multa e prisão de até seis meses. Ela ainda determinava em seu artigo 14, que os lotes só poderiam ser adquiridos mediante o pagamento à vista – ponto que sofre alteração em 1858, permitindo o prazo – respeitando o preço mínimo estabelecido pelo governo, valor que era muito superior ao de mercado, se fosse comprar de outro proprietário ao invés do Estado, inclusive se comparado o preço mínimo adotado no Brasil ao de outros países, como os EUA, também chega a ser exorbitante, pois neste as terras eram doadas ou vendidas a um preço bem acessível aos imigrantes que chegavam da Europa. As vendas foram poucas, mesmo depois de permitido o prazo para pagamento, mas o valor arrecadado foi convertido para uma política de auxílio ao imigrante, como hospedagem e o financiamento de viagens em busca de mais imigrantes pra suprirem a mão-de-obra necessária, portanto foi uma colonização sistemática wakefieldiana (GUIMARÃES, 1964).

Contudo, houve um grande problema no início desse trabalho livre nas lavouras, por dois grandes motivos: primeiro o trabalho junto ao escravo, na mesma função e condições; segundo, por se tornar praticamente um escravo por dívidas. Embora existisse uma Lei de 4 de julho de 1864, que proibia o uso de mão-de-obra escrava junto ao regime de trabalho livre ou contrato de parceria, esta era desrespeitada visivelmente em fazendas que recebiam essa população estrangeira, inclusive poderia acabar acontecendo destes últimos se tornarem como aqueles primeiros em regime de cativo.

O senhor que precisasse adquirir tal ou qual morador de outro lugar pagava as dívidas por aquele contraídas ao dono da propriedade, transferindo-se para o seu engenho, como morador seu subordinado. Tal prática, muito frequente, se enquadra no tipo de servidão por dívidas, um velho costume medieval.

O sistema iniciado em Ibicaba, e logo após estendido a numerosas fazendas de café paulistas, não poderia se confundir com a figura típica da parceria, tal como surgira num período mais adiantado da evolução das relações agrárias no continente europeu. Representava antes, a parceria

---

<sup>29</sup> “Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra. Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nelas derribarem matos ou lhes puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de benfeitorias, e de mais sofrerão a pena de dois a seis meses do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do dano causado. Esta pena, porém, não terá logar nos atos possessórios entre hereis confinantes. (Lei nº 601, de 1850, *apud* CARVALHO, 2004?).

de Vergueiro, uma regressão às formas mais atrasadas de renda pré-capitalistas, assemelhando-se por muitos traços à *meação* praticada desde os primeiros tempos até os nossos dias nos latifúndios brasileiros (GUIMARÃES, 1964, p. 88/89).

A forma encontrada para receber esses imigrantes foi através dos contratos de parceria, arrendamento, ou meia, que vigoram até hoje. No caso da parceria tanto o parceiro, quanto o dono da terra dividem os custos de produção e a safra na colheita; no contrato de arrendamento o proprietário aluga as terras para o agricultor produzir, porém este assume todos os gastos e riscos, enquanto o proprietário recebe a renda da terra, desse modo ele recebe independente da colheita; o último caso, muito comum ainda nos dias de hoje, coloca o agricultor/trabalhador numa situação inferior ao proprietário, o qual recebe metade da safra por ser o dono da terra. Existem particularidades específicas em cada contrato (quando existente, pois muitas vezes são orais), mas aqui optamos por essa generalização para prosseguir a argumentação de acordo com o nosso referencial.

Dissimulando, sob a capa do trabalho livre, os traços mais vivos da servidão e vestígios evidentes do escravismo o sistema de parcerias tomava foros de um contrato bilateral, supostamente feito em igualdade de condições, combinado entre senhor da terra e o seu cultivador. Isso o tornaria atraente para o imigrante europeu e o isentaria da crítica da opinião pública, que dominada pelas ideias abolicionistas, se tinha mostrado intolerante, para com outras formas de trabalho escravo servil como o trabalho obrigatório (sob pena de prisão aos que se recusassem a trabalhar nos latifúndios) ou a importação de cules chins que fortes correntes da grande lavoura insistentemente pleiteavam. [...] Davatz enumera uma série de fatos para mostrar a completa ausência de liberdade a que estavam submetidos, alinhando dados que comprovam o crescente endividamento, a extorsão pelo sistema de vales e de fornecimento de gêneros alimentícios no armazéns de Vergueiro, os suspeitosos encontros de contas, etc. chegando a afirmar: “o solo é de propriedade do patrão, e os moradores também o são de certo modo: os fatos mencionados, além de muito outros, põem isso em evidência.” (GUIMARÃES, 1964 p. 88/89)

Mais tarde, pela proibição da Suíça de imigração para o Brasil, também devido ao clima do nordeste ser oposto ao da atual Alemanha, os fazendeiros, junto ao governo brasileiro modificaram o contrato de trabalho e passou-se a pagar salários fixos aos imigrantes (PRADO JÚNIOR 2004). Grande parte destes vieram da Itália, que foi o maior fluxo de mão de obra pra São Paulo, por diversos motivos, dentre eles os principais são a necessidade de trabalhadores rurais em São Paulo, o clima ser mais próximo ao deles (em comparação com o nordeste brasileiro e a Alemanha), por fim, conflitos sociais e políticos na Itália (*idem*). Anteriormente o

monarca, Dom João VI, havia tentado uma política<sup>30</sup> de colônias de alemães suíços e holandeses (*idem*), como veremos mais adiante.

No curso de sua existência de mais de uma centena de anos, o latifúndio cafeeiro evoluiu do regime escravista para o não escravista sem perder sua posição dominante alcançada no primeiro ciclo de sua expansão, que conservou no segundo ciclo, mantendo praticamente inalterados o seu poderio extraeconômico e sua participação fortemente na política e no Estado (GUIMARÃES, 1964, p. 92).

Desse modo o café é responsável pelo progresso dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, parte de Minas Gerais e São Paulo. Assim como das concepções de inovadoras, seja na estrutura de produção das fazendas (principalmente no caso de São Paulo), ainda, da sociedade e política. Pois com sua influência na economia conseguiu direcionar os rumos do país e provocar mudanças grandiosas na formação da sociedade com a vinda de imigrantes e conseqüentemente na política (PRADO JÚNIOR 2004), como a Proclamação da República e nos anos seguintes, até a crise de 1929 o café conseguiu diminuir seus efeitos com uma retomada do crescimento em 1930 (PRIORE ; VENANCIO, 2010). Portanto, foi essa atividade econômica a responsável pelo capital inicial da industrialização do Rio de Janeiro e principalmente São Paulo, outras localidades também contaram com o dinheiro vindo da agricultura para financiar a indústria, mas não tinham a vantagem da lucratividade que o café possuía, por isso ao longo de algumas décadas São Paulo deixa de ser o sexto colocado nos Estados com indústrias e passa a liderança com sobra (*idem*), ainda mantendo esse lugar. Todavia, não trataremos desse tema nesta dissertação, pois foge do nosso objeto de pesquisa. Vamos nos ater aos aspectos agrários do país, portanto nossa retomada histórica tem o viés geográfico e demográfico do meio rural.

## **2.10 A colonização na região Sul do país**

Sendo assim, retornaremos novamente ao período do século XVIII para abordarmos a colonização da região sul do país, uma vez que foi concomitante com a mineração e o início da expansão da lavoura cafeeira, as quais já tratamos anteriormente. Para uma organização melhor

---

<sup>30</sup> Política que se desenvolveu com os países em guerra contra Napoleão. A Inglaterra também teve um papel importante nesta política, inclusive com o fornecimento de mão-de-obra pois para a formação das estradas de ferro, assim como a criação do porto de Santos, eram necessárias máquinas à vapor e um conhecimento específico que foi adquirido com a contratação de companhias inglesas. Também forneceu tecnologia no início dessa fase de progresso e início da industrialização nas cidades mais desenvolvidas. Efetuou forte investimento em empréstimos para empresários e o governo na área de infraestrutura. Outro grande empréstimo foi na guerra que ocorria no Brasil pouco depois contra o Paraguai, de onde restaram mais dívidas.

do texto, optamos por tratar do café primeiro pois estávamos abordando a mesma região anteriormente por ser mais antiga sua colonização, ou melhor, exploração.

No Sul, a divisão de terras foi bem maior, doravante, mesmo assim, houve casos de formação de latifúndios por influências de militares na Corte. Porém, ainda desse modo, se distinguiu das outras regiões na formação da população que habitou a região, embora não fossem numerosos (PRADO JÚNIOR, 2004). O governo geral, após o fim da União Ibérica, se antecipou em demarcar os limites do território da colônia portuguesa, pois era uma das poucas riquezas que restou para Portugal. Sendo assim, optou-se por construir um Forte no limite mais extremo possível da região até então não colonizada de fato por espanhóis nem portugueses (*idem*). Dessa forma, chegaram ao rio da Prata, próximo da ocupação espanhola fixada em Buenos Aires (na atual capital da Argentina). Ao fazer isso, Portugal conseguiu mais espaço para fazer as futuras negociações que as recorrentes disputas de fronteiras (espanholas e portuguesas; posteriormente Argentina e Brasil) na região lhes obrigaram a formar um Estado intermediário, o Uruguai, como Estado tampão (RIBEIRO, 1975).

Para ocupar esse território pouco habitado, Portugal financiou a vinda de famílias de camponeses (pobres) de Portugal, a fim de formarem pequenas colônias agrícolas, o Rei cedeu terras e ferramentas. Assim, formaram pequenas *estâncias* (sítios) e vilas de colonos europeus, inicialmente de portugueses (PRADO JÚNIOR, 2004). O tipo de colonização foi outro e não empregavam mão-de-obra escrava, mas principalmente da própria família. Partindo da capital do Rio Grande do Sul, e depois no interior, principalmente na região de pelotas, desenvolveram a produção de gado para a exportação de couro, chegando a abandonar a carne nos pastos de tão grande era sua produção e pequena a população que habitava a região.

As terras eram férteis e o gado crescia sem esforços, tornando o Sul a maior produção de carne do país, que passou a exportar o charque (carne-seca) como forma de conservar e evitar as perdas, ainda ter um bom valor no mercado e melhorar a economia da região (*idem*). Uma segunda leva de imigrantes posteriormente darão nascimento às cidades com nomes característicos, como Joinville, Blumenau, a qual veremos na sequência.

Apesar de numericamente pouco ponderável, o papel do imigrante foi muito importante como formador de certos conglomerados regionais nas áreas sulinas, em que mais se concentrou, criando paisagens caracteristicamente europeias e a população predominantemente branca (RIBEIRO, 2010, p. 222).

Com a vinda de Dom João VI (em 1808), fugindo das guerras napoleônicas, chegaram muitos portugueses ligados à corte e se instalaram inicialmente no Rio de Janeiro. A partir deste

fato, o Brasil se modificou em termos sociais, políticos e econômicos. Como vimos, nesta época, o café ainda estava no início do seu primeiro ciclo, ainda na região do Rio de Janeiro, porém como estas pessoas da elite estavam chegando em terras novas, foram cedidas sesmarias para muitos dessa nobreza instalarem lavouras de café aos arredores. Também foram concedidas terras para a colonização alemã nessa época em Nova Friburgo, região serrana do Rio de Janeiro, mas não era uma região de fácil acesso e mercado consumidor próximo, pois as formações geográficas tornavam tudo mais dificultoso, exceto o clima que era mais agradável se comparado com o do Nordeste, onde também houve uma experiência anterior de colonização de países nórdicos da Europa.

Com o núcleo em Nova Friburgo, instalado em terras impróprias para a grande lavoura e em atendimento a uma solicitação de Cantão de Friburgo que acabava de reestabelecer relações com Portugal, começa propriamente a colonização estrangeira no Brasil. A tentativa produziu êxitos limitados, mas justificava sua extensão a outras regiões que não se mostrassem incompatíveis com os interesses da grande lavoura latifundiária (GUIMARÃES, 1964, p. 114).

Também houve uma influência na política mundial, abrindo os portos para imigrantes inicialmente da Suíça e Alemanha, também da Holanda, enfim países nórdicos da Europa que estavam sem o domínio de Napoleão, ou em conflito com ele. Exemplo disso foi a iniciativa de doação de terras para colonos produzirem grãos e outros alimentos que estavam escassos no país, também a fim de aumentar o contingente de futuros soldados para possíveis guerras<sup>31</sup>, uma vez que o exército era pouco numeroso, e sem muito preparo. Por meio de políticas anteriores à mencionada Lei de Terras, regulamentou-se a entrada de imigrantes, como é o caso do acordo de março de 1824, que autoriza o pagamento de viagens e concede terras, com bois, cavalos, etc. além de benefícios financeiros durante os dois primeiros anos de formação da colônia, também garantia a liberdade de culto e isenção de impostos. Contudo, essa promessa não foi cumprida por ser inconstitucional e logo as autoridades alemãs protestaram com Dom Pedro I, que foi obrigado a cumpri-las, mas isso dois anos depois da primeira vinda de alemães nestas condições. Por isso, criaram a Lei de 15 de dezembro de 1830 que proibia as despesas com imigrantes, o que encerra a primeira fase de colonização estrangeira no Brasil.

Nesta nova política houve uma abertura da economia para a importação e exportação, aumentando a comercialização na colônia que passou a figurar como império, colocando fim ao monopólio com Portugal. Assim, o Brasil passou a ter certa autonomia política que não aceitará

---

<sup>31</sup> Como no caso da guerra da platina que se encerra em 1827.

mais retrocessos no aspecto econômico. Pois, mesmo posteriormente, quando o Rei tem que retornar à Portugal por exigências da metrópole, o que faz com que deixe o filho Dom Pedro I em seu lugar, ainda assim, a condição de colônia não será mais aceita, obrigando-o a proclamar a independência, a qual só foi reconhecida pela Inglaterra com a herança da dívida de Portugal entregue ao Brasil, que aceitou os termos impostos em nome da suposta liberdade política e econômica (RIBEIRO, 1975). Desse modo, o Brasil independente já nascia com dívidas, e com suas mercadorias entregues ao mercado internacional, no caso com o domínio da Inglaterra. Neste contexto inicia-se o segundo ciclo de imigrantes, o qual tratamos ao mencionar o trabalho livre assalariado e por meio de parcerias nas fazendas cafeeiras, posteriormente também nos pequenos sítios de olericultura nos cinturões verdes dos centros urbanos, incluindo neste caso a vinda dos japoneses no início do século XX.

## **2.11 Conclusões sobre a ocupação do território nacional e a formação do Brasil**

Foram praticamente estes fatores históricos que constituíram a sociedade brasileira. Portanto, ela se modificou de acordo com a economia, a qual nasce com o extrativismo do Pau-brasil, que dura até praticamente seu desaparecimento e conseqüentemente se faz necessária a introdução de uma lavoura pra exportação, o latifúndio de cana-de-açúcar, assim inicia-se o povoamento, com portugueses e a escravidão de negros e indígenas (que foram praticamente exterminados). Essa perdurou durante a mineração, que mudou o eixo comercial e depois a entrada do café (SZMRECSÁNYI). Essas foram as principais atividades econômicas que alteraram a configuração da distribuição de terras e da população. Também havia outras culturas como o tabaco, o algodão, o couro, como vimos, além de outros ciclos que não nos dedicamos, como o cacau e a borracha.

O caráter espúrio da cultura brasileira decorre, como vimos, da própria natureza exógena e mercantil da empresa que lhe deu nascimento como formação colonial escravista, organizada para prover o mercado europeu de certos produtos. Nestas condições, o Brasil nasce como um proletariado externo das sociedades europeias, destinado a contribuir para o preenchimento das condições de sobrevivência, de conforto e de riqueza destas e não de suas próprias. A classe dominante brasileira, em consequência, é chamada a exercer, desde o início, o papel de uma camada gerencial de interesses estrangeiros, mais atenta aos interesses desses do que para as condições de existência da população nacional. (RIBEIRO, 1975, p. 157).

Houve exceções durante esse processo de expulsão de indígenas, de comercialização de escravos, de ocupação de território de modo geral, mas o que predominou foi essa, aqui resumida, longa história de exploração humana e ambiental. Não vamos nos ater nos detalhes ou em episódios esporádicos, como de negros alforriados que compravam escravos e viravam senhores de terras, pois são casos isolados e o que queremos é uma visão geral da história do povo e da ocupação do território brasileiro.

Também não nos dedicamos às revoltas populares de insurgência aos latifúndios e sistemas políticos, que embora as suas motivações tenham origens na temática de nossos estudos, dentre elas (palmares, os mascates, a cabanagem, a Balaiada, a praieira, farroupilhas, sabinada, canudos, contestado, dentre outras<sup>32</sup>) não formaram uma ocupação permanente da população em uma região ou uma conquista terras que alterassem os limites nacionais, por mais que em algumas delas houve o início de uma colonização que chegou a durar décadas, até centenas de anos, mas acabaram sendo eliminadas pela força do Estado após várias investidas e muitos gastos (COSTA, 1996) mas conseguiu manter a unidade do território nacional que desenvolveu uma unidade do povo brasileiro que contempla a diversidade proporcionada pelas diferenças históricas da colonização, economia e política.

Concluimos que, as origens da propriedade agrícola brasileira são um processo excludente. O país, inicialmente, é pertencente à Coroa portuguesa, a qual concede à aristocracia latifundiária o direito de uso para ser fornecedora de produtos agrícolas para exportação por meio do monopólio comercial da metrópole. A mão-de-obra predominante durante três séculos de escravidão também configurou a sociedade brasileira. Pois grande parte da população que habitou o Brasil, após o massacre contra os indígenas, foram os negros, que após a abolição da escravatura, em sua expressiva maioria, não receberam terras, nem trabalhos, juntando-se à outros que não possuíam bens, formando metade da população da colônia em vadios e ociosos (PRADO JÚNIOR, 2004b).

Ao contrário, foi feita uma política que provocou um embranquecimento da população, através de propagandas na Europa, principalmente na Itália e na Espanha para a vinda ao Brasil com oportunidade de trabalho e moradia, com possibilidade de enriquecimento e mesmo entrega de terras em alguns casos mais ao sul. Dessa forma surgiram as colônias de moradores estrangeiros nas cidades do sul e em grandes fazendas dos barões e coronéis principalmente no

---

<sup>32</sup> “a historiadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti registra a ocorrência de 20 movimentos provinciais” (COSTA, 1996) são conflitos entre 1831 e 1848, ainda acrescentamos as guerras anteriores, no caso de palmares, e posteriores como o contestado, além de muitas outras não citadas, sendo assim não podemos afirmar que o brasileiro era pacífico, ou conformado com sua situação de miséria.

Sudeste. As quais serviram de fonte de fundos para investimento na industrialização e consequente aumento da urbanização na sociedade brasileira, sobretudo em São Paulo que passou a ser o principal centro econômico do país, com inicialmente a Bolsa do Café em Santos e posteriormente a Bovespa na Capital. Portanto, as origens da desigualdade social são consequências da distribuição de terras, que remontam desde o início do processo de colonização, o qual privilegiou as oligarquias estrangeiras controlarem a política mesmo após a independência e a república, espoliando sempre as camadas mais pobres a ponto de matar as pessoas que se rebelaram contra essa injustiça histórica.

Sinteticamente o trabalho encontra-se organizado da seguinte maneira: após esta introdução o leitor irá percorrer no segundo capítulo, mais profundamente a história da colonização do Brasil e a formação de seu território, bem como os principais ciclos econômicos que contribuíram para a movimentação da população brasileira e imigrante.

No terceiro capítulo, abordamos a transformação na agricultura a partir do fim do século XIX, na Europa, através das contribuições de Marx e Kautsky, a chamada revolução agrícola, que foi a entrada da máquina no campo, e o início da química agrícola. Também estudamos o caso dessa modificação no Brasil, ainda, a passagem da agricultura capitalista para o agronegócio propriamente dito. Na sequência analisamos os impactos desta em diferentes âmbitos, na economia, na política, na educação, na mídia, no ambiente, enfim, na sociedade, na cultura de modo geral.

No capítulo quatro, apresentamos a agroecologia como solução aos problemas encontrados no modelo agrícola que tratamos no capítulo antecedente. De acordo com o referencial teórico na temática da Agroecologia estudado para a escrita desta dissertação, torna-se fundamental a Reforma Agrária para a realização daquela, isto é, só se faz agroecologia em com Reforma Agrária, pois em pequenas propriedades encontra-se maior diversidade biológica, além da necessidade de mais pessoas trabalharem na produção, para isso é prerrogativa a existência de relações horizontais entre estes que habitam e trabalham no mesmo espaço, bem como com os parceiros, por isso a Agroecologia se organiza em rede, enquanto movimento.

O quinto capítulo trata do ensino de filosofia no Ensino Médio, trouxemos uma breve introdução histórica e legislativa desta, para na sequência pensar uma metodologia adequada com a filosofia e seus objetivos, bem como a trajetória da história da filosofia, a qual é envolta em revoluções, discussões, enfim, críticas. Neste ponto encontramos a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), como método mais adequado à filosofia e aos propósitos da educação na sociedade ao nosso ver, pois essa se propõe revolucionária, ao mesmo tempo que democrática, no sentido de

tornar viável o maior acesso aos conhecimentos escolares a fim de diminuir as distâncias existentes entre os estudantes das escolas públicas e do ensino privado, assim modificar as desigualdades sociais com o tempo. Então, entramos em outro ponto fundamental da PHC, a contextualização dos conteúdos, para isso, o conhecimento da realidade dos alunos, o que envolve partir do conhecimento deles, saber o máximo possível de sua cultura, do seu “universo”, pensando assim, adentramos no “universo” rural, tendo em vista que muitas vezes esses estudantes são “invisíveis” nos materiais didáticos e até mesmo nas escolas. A partir desse olhar articulamos os conteúdos da filosofia em suas diferentes áreas com a Agroecologia, com o “mundo” rural. Assim, tratamos da história da filosofia, envolvendo também as áreas específicas na sequência, como a epistemologia, a teoria do conhecimento, a ética e a política.

Por fim, apresentamos e analisamos o questionário aplicado com os estudantes, o qual, guiou o olhar da nossa pesquisa. Percebemos que existe uma defasagem nos conhecimentos de grande parte deles no que diz respeito à questão agrária, ainda encontramos preconceitos decorrentes dessa ausência de informações.

Como conclusão apontamos a necessidade de todas as disciplinas das humanidades contribuírem com a visão crítica dos estudantes, tendo em vista a crise que assola a humanidade e o ambiente.

### **3.0 Do latifúndio ao agronegócio: a construção da hegemonia do capital no campo**

#### **3.1 Introdução à agricultura industrial**

Como vimos anteriormente, o latifúndio marcou a configuração da distribuição de terras no país. Mas, ainda assim, o termo agronegócio não havia germinado, embora aquele fosse a semente deste, se não for o caso de sinônimo da própria expressão salva de anacronismo. Isto é, podemos pensar as relações e diferenças entre os significados destes dois termos no que diz respeito à dinâmica de uso do solo, em termos de extensões, técnicas e culturas, porém, devemos ir além e ampliar o espectro de análise, problematizando as relações sociais existentes em ambos os sistemas de produção e assim reaproximar os conceitos e as consequentes explorações intrínsecas destes sobre a natureza e a população, sobretudo rural.

Se assim fizermos, perceberemos semelhanças que não são por acaso, mas sim desdobramentos inevitáveis de uma história de luta de classes, em que de um lado encontram-se os grandes proprietários e de outro os despossuídos. Todavia, precisamos analisar cautelosamente os limites de cada categoria e perceber as contradições internas contidas nelas a fim de encontrar as possíveis soluções das apropriações indevidas da ideologia hegemônica do capitalismo através do agronegócio agora cinicamente autointitulado sustentável.

Como sabemos, na época dos “latifúndios-feudais”, para usar o termo de Alberto Passos, do período colonial ainda não havia agrotóxicos, nem adubos químicos, nem mesmo os tratores, conjunto este que marca a expressão do agronegócio dentro das propriedades rurais. Sendo assim, houve uma adequação do latifúndio ao agronegócio, pois foi necessário transformar as técnicas de produção, juntamente com os instrumentos e insumos que compõem o assim chamado pacote tecnológico, o qual está atrelado aos interesses do capital financeiro aliado à política mundial.

Portanto, verificaremos a influência destes agentes nos diversos setores da sociedade, ainda que de muitas vezes de modo discreto, outras escancaradas, eles vão formando uma ideologia que legitima a violência contra os povos do campo, o envenenamento da natureza, incluindo a população humana, e exaustão do solo, tudo isso em nome de um suposto desenvolvimento econômico e tecnológico que vai sendo abraçado pela opinião pública. Os camponeses, ou agricultores familiares (ainda que esses termos não designem o mesmo significado), como pequenos e médios proprietários passam a defender o discurso do agronegócio sem perceber que este provocará com o passar do tempo a ruína de suas atividades.

Sendo assim, a temática é complexa e requer um estudo sobre qual é a definição de agronegócio adotada, assim como, onde cabe a correta utilização do termo, e ainda, a que se refere o conceito de agronegócio em diferentes contextos, ou seja, qual o ponto em comum que permanece nos diversos usos do termo, isto é, qual a essência do conceito de agronegócio?

### 3.2 Sobre a definição do conceito de agronegócio

Para iniciarmos o estudo sobre o agronegócio, é importante retomarmos a gênese deste termo. Conforme mencionamos na introdução desse trabalho, o agronegócio surgiu da tradução literal de *agrobusiness*, termo cunhado nos EUA, na década de 1950, por Jonh Davis e Ray Goldberg para designar as relações da agropecuária e a indústria no que diz respeito às dinâmicas econômicas existentes entre esses diferentes setores (CHÃ, 2018). Sendo assim, tratava-se de uma expressão do marketing e da administração pra ressignificar de uma maneira mais sistêmica essa cadeia produtiva com suas intersecções, impactos e dinâmicas entre esses setores que movimentam de forma significativa a economia mundial (MEDEIROS; LEITE, 2012), incluindo o protagonismo do Brasil nessa atividade perante o mundo todo, sobretudo no que diz respeito à cultura do café, açúcar, cacau, algodão, borracha, madeira, dentre outras, como vimos anteriormente desde a gênese da exploração do solo brasileiro. É interessante pensar que o termo pretende expressar a relação mútua entre indústria e agropecuária transformando-a em negócio, empresa capitalista com a finalidade única de obter lucros. Porém isto não é novo, Marx (2017) já havia afirmado que:

[...] a expropriação dos camponeses que antes cultivaram suas próprias terras e agora são apartados de seus meios de produção acompanha a destruição da indústria rural subsidiária, o processo de cisão entre manufatura e agricultura. E apenas a destruição da indústria doméstica rural pode dar ao mercado interno de um país a amplitude e sólida consistência de que o modo de produção capitalista necessita (MARX, 2017, p. 818).

Para tirar o aspecto atrasado do latifúndio, ou da fazenda e até mesmo do sítio, troca-se por empreendimento rural e iguala este àquela empresa industrial, o negócio, transformando o agricultor em produtor rural, é cada vez mais comum o discurso do sítio, ou fazenda, como uma empresa, termos como sitiante, camponês, lavrador, agricultor, fazendeiro, latifundiário, deixam de ser utilizados propositadamente, cedendo lugar aos termos mais contemporâneos, como produtor, proprietário, pecuarista e até mesmo empresário e investidor. Ou seja, trata-se de colocar a agropecuária no patamar da indústria, por isso fora inicialmente traduzido como

agroindústria, ou complexos agroindustriais, pelo entendimento de se tratar de um negócio agrário vinculado ao industrial, assim como também de uma indústria dependente do setor agrário, seja como fornecedor de matéria prima, ou como fonte de capital e mão-de-obra, ou divisas na balança comercial. Deixando oculto nessa definição aspectos políticos, sociais e ambientais, restando apenas explicitamente a dimensão econômica desvinculada do corpo material que a gera (MEDEIROS; LEITE, 2012). De modo semelhante, Joelson Gonçalves de Carvalho traz a seguinte definição, embora saliente posteriormente que é um conceito em disputa e que, portanto, está em aberta a pluralidade de definições:

O termo em inglês foi cunhado por dois economistas norte-americanos, em 1957, no trabalho *A concept of agribusiness* e seria a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, as operações de produção nas unidades agrícolas, e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas, e itens produzidos com eles. Dentro desta visão sobre agronegócio, teríamos três momentos principais: o primeiro, conhecido como “antes da porteira” e representado por insumos, bens de produção e serviços para a agropecuária; o segundo seria o chamado “dentro da porteira” fazendo referência à produção agropecuária propriamente dita; e, por último, o “depois da porteira”, referindo-se ao processamento agroindustrial e distribuição (CARVALHO, 2004, p. 4).

Ao mesmo tempo que esta definição coloca que o agronegócio não seria algo que sempre existiu no caso do Brasil, podemos pensar que que esses três momentos estavam predominando nossa agricultura, economia e conseqüentemente sociedade há um bom tempo. Quiçá, retirando o caráter anacrônico deste exercício genealógico, conseguiríamos visualizar aspectos presentes a partir do início das nossas produções agrícolas, pois como vimos, estas foram iniciadas a partir de elementos de fora da porteira, mão-de-obra escrava importada, ou melhor sequestrada, sementes selecionadas para a exportação importadas da Índia, pois a cana-de-açúcar não é nativa.

Também entram as importações de tecnologias, ou no caso, conhecimentos sobre os engenhos e engenhocas, como também vieram de fora da porteira animais (bois, cavalos, burros, galinhas, porcos), além dos próprios portugueses, que não deixam de pertencerem ao reino animal. E o pra dentro da porteira dessa produção especializada temos o processo de feitiço do açúcar e da cachaça, entre outros produtos necessários para a fazenda, o que os tornam complexos rurais (GRAZIANO, 1998) – o que descaracteriza esse nosso esforço em colocar o agronegócio nos tempos de Brasil colônia, pois o agronegócio envolve também a dependência de insumos e serviços – e da porteira para fora se determinaram as rotas, os meios de transportes, os portos, galpões (estes são mais antigos ainda, datando das primeiras construções no Brasil em forma de

fortes para armazenar o pau-brasil) e necessariamente, as relações com outros países a partir do monopólio da nossa metrópole.

Este último aspecto, do monopólio (neste exercício tratado em relação à nossa metrópole à época), é um elemento fundante do agronegócio, embora muitas vezes esquecido nas conceituações do termo em questão, mas apresentaremos ao longo do capítulo a importância dessa característica nesse “sistema agrário produtivo”, conforme os termos hegemônicos, como também, modelo de “desenvolvimento” agrário, que preferimos caracterizar de outra forma, a saber, como agricultura capitalista.

Porém, essa análise a partir do viés exportador de mercadorias agrárias sob a exploração do homem e da natureza no Brasil, a *plantation* é um dos aspectos do agronegócio, não sendo o único, inclusive não se trata da exclusividade deste, pois o agronegócio também é responsável por formar o mercado interno, direcionar políticas públicas, construir uma ideologia hegemônica, enfim, até criar uma subjetividade o dito cujo faz na população ao redor do mundo.

De fato, essa percepção já estava presente, de certo modo, no pensamento de Marx (2017), ao concluir que “[...] a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social, na medida em que solapa os mananciais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (p. 574). Mas como o filósofo é anterior ao conceito, vamos retomar a definição através dos nossos contemporâneos para não sermos demasiadamente anacrônicos, Guilherme Delgado afirma que:

Colocada de forma como realmente é estruturalmente, e não da maneira superficial (agronegócio é empiricamente definido como soma dos negócios no e com o agro), a economia do agronegócio requer ação concertada do Estado, sem a qual essa estrutura não existiria, na acepção de estratégia de economia política. Nesse sentido, a construção histórica da atual economia do agronegócio vem da época dos militares, aliados aos tecnocratas da “modernização conservadora”, que esculpiram a partir de 1964, particularmente desde 1967, um Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e um mercado de terras completamente desregulado do Estatuto da Terra (Lei n. 4.504, dez. 1964) e do Código Florestal (Lei n. 4.771, set. 1965) (DELGADO, 2013).

O autor deixa claro uma relação histórica que determina o efetivo exercício do agronegócio, a saber, a necessária aliança deste com o poder do Estado, que deve favorecer com políticas públicas e econômicas a manutenção deste setor para que seja possível seu exercício, ou extermínio daqueles que não participam dessa lógica. Embora, Delgado demonstre o vínculo com o passado da ditadura militar, o mesmo salienta para as diferenças contidas, próprias de suas épocas e seus conceitos, por isso, durante a ditadura o que havia era um projeto de modernização,

conforme veremos mais adiante, e não o agronegócio, embora este tenha suas raízes e similaridades naquele.

A economia do agronegócio vai além da estratégia econômica para construir ideologicamente uma hegemonia pelo alto – da grande propriedade fundiária, das cadeias agroindustriais muito ligadas ao setor externo e das burocracias de Estado (ligadas ao dinheiro e à terra) –, tendo em vista realizar um peculiar projeto de acumulação de capital pelo setor primário. Essa estratégia tem agora certa centralidade no sistema econômico, diferentemente da subsidiariedade à industrialização, como fora no passado. A esse projeto, fortemente assentado na captura e superexploração das vantagens comparativas naturais ou de sua outra face da moeda – a renda fundiária –, somam-se vários aparatos ideológicos, ausentes na “modernização conservadora”:

Uma bancada ruralista ativa, com ousadia para construir leis casuísticas e desconstruir regras constitucionais;

Uma associação de agrobusiness ativa para mover os aparatos de propaganda para ideologizar o agronegócio na percepção popular;

Um grupo de mídias nacionais e locais sistematicamente identificado com a formação ideológica explícita do agronegócio;

Uma burocracia (SNCR) ativa na expansão do crédito público (produtivo e comercial), acrescida de uma ação específica para expandir e centralizar capitais às cadeias do agronegócio (BNDES);

Uma operação passiva das instituições vinculadas à regulação fundiária (Incra, Ibama e Funai), desautorizadas a aplicar os princípios constitucionais da função social da propriedade e de demarcação e identificação da terra indígena;

Uma forte cooptação de círculos acadêmicos impregnados pelo pensamento empirista e completamente avesso ao pensamento crítico. (DELGADO, 2013).

Portanto, o conceito vai além do âmbito da indústria agroexportadora e de exploração da terra e do homem, pois também envolve uma disputa política e científica, em que por incentivo econômico e contratos com o setor privado para financiamento de pesquisas e até mesmo cursos, que preconizam a ideologia hegemônica e sustentam o discurso do capital, como o Curso Superior em Agronegócio, relativamente novo, ofertado inclusive em universidades públicas<sup>33</sup>, como veremos adiante, quando tratarmos da educação e o agronegócio.

Sendo assim, existe uma política em diversos âmbitos para fortalecer o agronegócio, portanto devemos ter o cuidado ao analisar o conceito em questão e perceber a força que ele tem em direcionar as pautas, mesmo no âmbito da subjetividade, do discurso assimilado pela população de modo geral através da aliança daquele com a mídia, a ciência, todos fomentados

---

<sup>33</sup> UNB; UFF; UFV; UFPB; dentre outras, incluindo o setor do ensino privado e EAD. Além do curso Agronegócio, existe também o curso de Gestão em Agronegócio, tecnologia em agronegócio, bacharel em agronegócio e engenharia de agronegócio, isso sem listar as pós-graduações.

pelos interesses do poder econômico da indústria e das instituições financeiras que atuam junto ao setor, além do próprio Estado - que adota uma política de privilégios ao agronegócio –, pois todas essas instituições estão ligadas ao processo histórico de dominação e expulsão do campesinato, seja através do exercício da violência física, ou psicológica, assim como de políticas e programas – aqui no duplo sentido, isto é programas de governo e programas de televisão –, porque no fundo, trata-se da mesma elite que sempre esteve no poder e dividiu este conforme as necessidades impostas perante a disputa de correlação de forças, a qual nunca foi capaz interromper o mando do poder econômico, estando a mercê do mercado mundial, mesmo durante os 14 anos de um governo progressista com apoio popular bem consolidado ao menos nos 12 primeiros anos, conforme veremos no subtópico: A aliança do agronegócio com a política.

### **3.3 As bases da problematização da industrialização do campo e da agricultura capitalista**

Para a nossa análise vamos adotar o entendimento do agronegócio como resultante do processo de industrialização da agricultura capitalista que ocorreu desde meados do século XIX, quando a máquina a vapor e a química foram introduzidas na agricultura. Neste sentido as bases dessa crítica ao sistema capitalista no campo é, sem sobra de dúvidas, o pensamento de Karl Marx (2018), que estudou esse fenômeno nos países mais desenvolvidos da Europa e nos EUA, onde constatou que a agricultura capitalista é a responsável por aumentar as desigualdades sociais, exaurir os recursos naturais e aumentar a exploração humana aumentando o índice de mortalidade nos municípios agrários modernizados:

Somente a grande indústria proporciona, com a máquina, o fundamento constante da agricultura capitalista [já compreendida de base latifundiária e com agroquímicos] expropria a imensa maioria da população rural e consome a cisão entre a agricultura e a indústria doméstica rural, cujas as raízes – a fiação e a tecelagem – ela extirpa [em nota 236 Marx cita Tuckett: “[...] Separai a roca do arado, o fuso do jugo, e terei fábricas e albergues de pobres, crédito e pânico, duas nações inimigas, a agrícola e a comercial”. [...] mas então chega Carey e acusa a Inglaterra, certamente não sem razão, de tentar converter os demais países em meros povos agrícola, tendo a Inglaterra como fabricante] Portanto, é só ela que conquista para o capital industrial todo o mercado interno. (MARX, 2017, p. 819).

O filósofo, sociólogo e economista – para não mencioná-lo como jurista de formação e historiador por meio de seu método de pesquisa – ainda aponta que a introdução das técnicas capitalistas de produção na agricultura acarretaram uma maior divisão internacional do trabalho, ou se preferirem, da produção capitalista, em que algumas nações seriam as responsáveis pelos

processos de abastecimento de matérias primas para outras nações mais desenvolvidas, que por sua vez, exportavam essa tecnologia para aquelas, portanto a condição de subdesenvolvimento é parte intrínseca do desenvolvimento, o que foi melhor analisado nos trabalhos de Ruy Mauro Marini em sua elaboração da Teoria Marxista da Dependência (TMD), dentre outros pensadores que trabalharam a temática. No momento, vamos retomar as considerações de Marx sobre a industrialização da agricultura capitalista:

Todo processo da agricultura capitalista é um processo na arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo, pois cada progresso alcançado no aumento da fertilidade do solo [através de adubos químicos, já existentes na época] por certo período é ao mesmo tempo um progresso no esgotamento das fontes duradouras dessa fertilidade. Quanto mais um país, como os Estados Unidos da América do Norte, tem na grande indústria o ponto de partida de seu desenvolvimento, tanto mais rápido se mostra esse processo de destruição. [Marx prossegue em nota 325] Cf. Liebig, [...] ter analisado o aspecto negativo da agricultura moderna de um ponto de vista científico é um dos méritos imortais de Liebig. [...] (MARX, 2017, p. 573).

Portanto, Marx já sinalizava para as preocupações de ordem ambiental logo no início das descobertas da química e da engenharia mecânica. Neste sentido, é inevitável pensar nas gênesis dos maquinários, tratores e insumos, como adubos químicos e venenos na perspectiva de agentes catalizadores da degradação ambiental e humana. O químico que desenvolveu o primeiro estudo sobre a possibilidade de uso de fertilizantes sintéticos (ou solúveis), isto é, obtidos através de processos químicos e não diretamente da natureza, para a agricultura foi o, também alemão, Liebig<sup>34</sup>, o qual, Marx (2017) leu seus livros *Die Chemie in ihrer Anwendung auf Agricultur und Physiologie* (7.ed.1862) e *Einleitung in die Naturgesetze des Feldbaus*, e identificou equívocos na história da agricultura, assim como na economia e na concepção de trabalho, porém reconheceu a importância dos seus trabalhos, inclusive no que tange os efeitos negativos do uso prolongado de fertilizantes químicos e manejo mecanizado no solo. Ou seja, o próprio Liebig alertou para os prejuízos decorrentes do uso constante de adubos químicos e máquinas pesadas na agricultura, a qual segundo ele era a indústria mais importante (LIEBIG, 1847). Contudo, os danos causados pela agricultura capitalista vão além do aspecto ambiental e técnico, atingem inevitavelmente a sociedade como um todo. Retomando o pensamento de Marx, observamos que:

---

<sup>34</sup> Liebig (1803 – 1873) foi também fundamental para a criação das bombas, pois ao isolar a amônia também proporcionou o abastecimento das bombas, sendo um pioneiro da técnica que proporcionou os bombardeiros nas grandes guerras, as quais ganharam outras dimensões após essa descoberta.

[...] é na agricultura que a grande indústria atua do modo mais revolucionário, ao liquidar o baluarte da velha sociedade, o camponês, substituindo-o pelo trabalhador assalariado. Desse modo, as necessidades sociais de revolucionamento e os antagonismos do campo são nivelados à cidade. O método de produção mais rotineiro e irracional cede lugar à aplicação consciente e tecnológica da ciência. O modo de produção capitalista consome a ruptura do laço familiar original que unia a agricultura à manufatura e envolvia a forma infantilmente rudimentar de ambas. Ao mesmo tempo, porém, ela cria os pressupostos materiais de uma síntese, superior, entre agricultura e indústria sobre as bases de suas configurações antiteticamente desenvolvidas. (MARX, 2017, p. 572).

Portanto, trata-se de igualar, de certo modo, o campo à cidade, pois quando a agricultura deixa de ser camponesa e passa a ser capitalista, ela não passa simplesmente da subsistência para a produção de *comodities*, mas altera drasticamente a organização social, expulsa a população do campo, substituindo por máquinas e trabalhadores assalariados. Ao mesmo tempo, por outro lado, consolida a união entre agricultura e indústria.

A expulsão do campesinato do campo para as cidades contribui para a formação de um mercado interno consumidor, também fornece excedente de mão-de-obra que barateia os salários para a industrialização, movimento que Marx (2018) já havia identificado e expressara nos seguintes termos: “A expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera o seu trabalho para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria também um mercado interno” (p. 818).

Ainda encontramos na mesma obra, ao mencionar o trabalho infantil em distritos agrícolas da Inglaterra, por meio do estudo do Dr. Hunter sobre a mortalidade infantil, que havia chegado nas mesmas taxas de cidades fabris de pior fama, constatou que derivava da industrialização do campo, segundo Marx:

os 70 clínicos gerais ouvidos pelo dr. Hunter naqueles distritos foram impressionantemente unânimes quanto a esse ponto. Com a revolução no cultivo do solo foi introduzido, com efeito, o sistema industrial. [...] Nestes distritos agrícolas, reproduzem-se todos os fenômenos dos distritos fabris, e em grau ainda maior, o infanticídio disfarçado e a administração de opiados às crianças. (MARX, 2017, p.472).

A agricultura capitalista, assim como o sistema capitalista de modo geral, aniquilou a ética. Não se importam nem mesmo com as crianças, mas apenas com a produtividade, ou melhor, com os lucros, não restando espaço para a própria existência humana, prova disso é a procura por entorpecentes e o número elevado de infanticídios como também o suicídio. Marx (2006) se importa com essas temáticas e chegou a publicar um artigo intitulado Sobre o

suicídio<sup>35</sup>, embora neste, não encontramos relações entre a agricultura capitalista e o aumento destes casos, contudo atualmente é sabido que com o avanço do agronegócio também aumentos as taxas de ocorrência em áreas rurais (LONDRES, 2011), conforme analisaremos mais adiante no tópico específico.

Outro pensador da crítica ao capitalismo foi Kautsky<sup>36</sup>, que escreveu em 1899, A questão Agrária, na qual partiu das contribuições de Marx, sobretudo no Livro III de O Capital – o qual Engels fez a edição e publicação póstuma do autor – em que trata da renda da terra. O estudo de Kautsky (1980) trata da passagem do campesinato para a agricultura moderna, isto é para a manifestação do capital na agricultura, em que deixa de ter características predominantes de autonomia na produção dos insumos utilizados na própria fazenda. Elemento que configurará também o sistema agroindustrial (DELGADO, 2012), termo posterior à agricultura moderna, porém anterior ao agronegócio, que aparece na fase da modernização conservadora. Sendo assim, é conveniente entendermos as bases do programa de revolução agrícola, no sentido de inovação científica promovida pela química e engenharia para compreendermos melhor as origens das relações entre indústria e agricultura, dito de outra forma, entre a burguesia industrial e a aristocracia latifundiária.

Assim como Marx, Kautsky, por ser um grande estudioso marxista que se dedicou à questão agrária, também estudou a obra de Liebig, entre outros autores que foram importantes para a agricultura moderna. Dentre os elementos que caracterizam a revolução na agricultura, entram, segundo eles, a mecanização na produção agrícola, a qual vai além de tratores, mas também maquinários estacionários movidos à vapor, depois à energia, que melhoram muito a qualidade e produtividade de diversos serviços, dentre eles destaca-se a separação e limpeza dos grãos (KAUTSKY, 1980). Outro fator essencial é a racionalização da agricultura, que passa a ser uma atividade estudada e desenvolvida com pesquisas científicas, inclusive na área econômica, que é o alicerce da agricultura moderna, uma vez que é a justificativa e motivação das mudanças na agricultura, pois se a inovação tecnológica não obtiver resultados econômicos, então não será

---

<sup>35</sup> Inicialmente publicado por Marx no jornal *Gesellschaftsspiegel* (Espelho da sociedade), com o título, “*Peuchet: Vom Selbstmord*” (Peuchet: sobre o suicídio).

<sup>36</sup> historiador e economista marxista, conhecido por articular a Segunda Internacional, embora, também fora difamado por Trotsky, em 1920, na sua obra, *Terrorismo e comunismo o anti Kautsky*, onde o responsabiliza por desvios no pensamento revolucionário marxista e o coloca como um social-democrata, dentre tantos outros adjetivos pejorativos, dentre estes, medroso e hipócrita (TROTSKY, 1969); como também na pena de Lenin (2011), no artigo de 1918, “O renegado Kautsky”, em que o trata até como burguês liberal, contudo, por outro lado, o próprio Lenin reconhece a importância do alemão no debate sobre a questão agrária e os rumos para a revolução comunista no período anterior, quando escreveu aquela obra, em 1899, porém com o passar do tempo houve muitas polêmicas e críticas deste em relação aos bolcheviques no processo revolucionário russo, se aproximando dos mencheviques, o que lhe acarretou duras críticas.

aplicada. De fato, a adubação química e a monocultura fazem parte dessa revolução, embora a monocultura em larga escala já se encontrava no sistema agrícola feudal, a *plantation*, com o advento da mecanização ela tornou-se mais abrangente e intensiva, de modo que, segundo Szmrecsányi (1996), foi neste momento que se fez a agricultura propriamente dita, “entendida como atividade econômica especializada, intensiva e permanente”. Segundo Kautsky:

[...] E a parte mais considerável dessas transformações se realizou em poucas dezenas de anos! Os trabalhos de Liebig, abrindo uma estrada nova datam de 1840, mas somente quinze anos mais tarde o seu mérito foi universalmente reconhecido, quando a máquina a vapor penetrava na agricultura e a bacteriologia registrava os primeiros sucessos práticos nesse domínio (em 1837, descoberta do bacilo da pebrina, bicho-da-seda e dos cogumelos da fermentação; em 1849, do bacilo da lienite).

Em algumas décadas a agricultura – a mais conservadora de todas as modalidades de trabalho, que durante milhares de anos não realizava progressos sensíveis e permanecera às vezes séculos sem efetuar mesmo nenhum – tornou-se uma das mais revolucionárias, senão a mais revolucionária forma de exploração moderna (KAUTSKY, 1980, p.73).

Desse modo, as raízes do agronegócio remetem ao que ficou conhecido como revolução agrícola, a qual, no Brasil, quase cem anos depois, recebemos como Revolução Verde. Neste ponto, cabe ressaltar o aspecto determinante do capital na agricultura, o qual está vinculado ao uso da ciência mecanicista em suas diversas áreas, que por sua vez, provoca uma ruptura da humanidade com a natureza, por descartar o método tradicional de plantio, embasado nos conhecimentos tradicionais, –os quais a Agroecologia resgata e destaca o seu valor para a pesquisa científica reaproximando a humanidade da natureza (trataremos mais detalhadamente dessa visão no capítulo sobre a Agroecologia) – sendo assim, afetam os hábitos, as paisagens, enfim a humanidade e o planeta.

O capitalismo funciona com a necessidade constante do crescimento de mercado consumidor, no caso da agricultura capitalista ocorre o mesmo, o que agrava a transformação dos campos, movimento que foi percebido desde o início da agricultura industrial, para Kautsky: “O modo de produção capitalista [...] passou a determinar universalmente as condições de vida da população rural. Esse processo não chegou ao fim; ele prossegue e atinge progressivamente outras regiões e áreas cada vez mais extensas da produção agrária de subsistência, as quais converte em áreas da produção mercantil” (KAUTSKY, 1986, p. 22). Desde os primórdios do agronegócio, quando ainda não se utilizava o termo, a indústria dedicada ao atendimento das “necessidades” do setor procurava a expansão de seu mercado consumidor. Vamos analisar os alguns aspectos da indústria de tratores e agroquímicos, com suas influências nas relações econômicas que afetam a Geopolítica. Kautsky (1980) afirma que:

Em 1884, o Governo dos Estados Unidos pediu aos seus representantes relatórios sobre as oportunidades para a venda, no estrangeiro, de máquinas agrícolas americanas. Os seus cônsules em todos os países onde domina a pequena propriedade responderam em unísono, que as explorações eram habitualmente muito reduzidas, e assim, não permitiam o uso de máquinas, ou mesmo de instrumentos aperfeiçoados. (KAUTSKY, 1986, p.115).

Portanto, havia uma preocupação com as vendas de tratores no mercado mundial desde o início da industrialização, a qual, nos países mais adiantados nesse processo de mecanização não escapou o uso no campo e a transformação da agricultura em indústria, de certo modo, talvez por isso Marx percebia essa relação da agricultura como um tipo de indústria, embora não generalize e consiga perceber aspectos da estrutura das comunidades camponesas russa, *mir*, em que o capitalismo ainda não está presente (GUZMAN e MOLINA, 2013) – conforme expressa no fim da vida em suas cartas à Vera Zaslitch – esse aspecto pode representar uma vantagem devido à organização social comunitária, com uso coletivo do solo e do trabalho (SILVA, 2018).

Outro pensador marxista da questão agrária, foi Chayanov, importante referência quando se trata do conceito de campesinato, bem como outros autores marxistas, como o revolucionário, Lenin.

Na crítica alargada a partir de meados do século XX, que foi uma época de muitas mudanças na agricultura, encontra-se, o também alemão, estudioso da questão agrária, Andre Gunder Frank, que escreveu diversos trabalhos sobre a temática ao longo do século passado, dentre eles, utilizaremos a partir desse capítulo, o artigo intitulado: O capitalismo e o subdesenvolvimento na América Latina, publicado pela primeira vez em 1964. Neste trabalho o autor nos mostra de modo crítico diferentes aspectos da agricultura em sua estrutura mundial com enfoque nos desdobramentos acarretados pelo capitalismo nos países periféricos, os quais, na visão do autor, também na nossa, estão condicionados aos interesses dos países centrais, que não facilitarão a nossa saída dessa condição de submissão, por ser necessária para a manutenção daqueles e do sistema capitalista como um todo, desse modo se afasta das interpretações de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães, se aproximando de autores como Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes, os quais caracterizam e utilizam o conceito de teoria da dependência.

É importante que busquemos compreender a estrutura real do capitalismo e não somente alguns de seus elementos e sintomas. O sistema capitalista não deve ser confundido com suas manifestações apenas no setor mais desenvolvido – o moderno ou racional ou competitivo – da metrópole europeia-estadunidense ou de São Paulo. O capitalismo representa um só

sistema, e como tal se desenvolveu: o capitalismo “brasileiro” ou “paulista” ou “estadunidense” não é mais do que um setor desse único sistema universal.

Este sistema capitalista, em todo o tempo e lugar – e é sua natureza que assim seja – produz desenvolvimento e subdesenvolvimento. Um é tão produto do sistema “capitalista” como o outro. O subdesenvolvimento do Brasil é tão natural do sistema como o desenvolvimento dos Estados Unidos; o subdesenvolvimento do nordeste não tem sido menos determinado pelo desenvolvimento de São Paulo. O desenvolvimento e o subdesenvolvimento têm ambos origem na evolução do sistema. Chamar Capitalista ao desenvolvimento e atribuir o subdesenvolvimento ao feudalismo é uma incompreensão séria que conduz aos mais graves erros políticos. Se o feudalismo não existe, não pode ser abolido. Se o subdesenvolvimento atual e os males atuais da agricultura se devem ao capitalismo, dificilmente podem ser sanados “estendendo-se” ainda mais o capitalismo. Neste caso é o capitalismo e não o feudalismo que devem ser abolidos. (FRANK, 2012, p. 58).

Este debate se faz necessário à época, pois as lideranças do PCB pensavam ser preciso uma transformação da produção em direção ao “aumento” do capitalismo e a industrialização, como foi o caso de Caio Prado Júnior, assim também de outra perspectiva pensava Alberto Passos Guimarães, cada um ao seu modo, uma vez que para o primeiro embora já nos encontrássemos no capitalismo, precisaríamos dentro deste avançar ainda mais, seja nas relações de trabalho, como na industrialização (MARINI, 2012) e ainda na política do regime democrático de direito – uma vez que o contexto era de democracia com avanços nos direitos dos trabalhadores impulsionado pelo aumento e participação do setor operário, o que trouxe esperança e confiança na política burguesa; já para Alberto Passos, nossa situação era ainda pior e anterior, com características muito similares ao feudalismo, visíveis nas relações de trabalho, como também na propriedade da terra e ainda no exercício do domínio político dos distritos até o Governo Federal, o que necessitava de uma passagem do feudalismo ao capitalismo para depois chegarmos ao socialismo e finalmente ao comunismo, que era o seu objetivo.

O debate sobre a forma de colonização e de estrutura produtiva agrícola no Brasil é longo, para o nosso propósito cabe apenas mencioná-lo e apontar alguns argumentos contidos em ambas as visões, como fizemos ao longo do segundo capítulo, quando tratamos da ocupação e colonização do território brasileiro, destacando características do sistema feudal, como também do capitalismo. Neste sentido, outro pensador marxista do período e que iremos encontrar nesta temática é o brasileiro Ruy Mauro Marini, embora mais conhecido no México, onde passou maior parte de sua vida devido ao exílio provocado pelo Golpe civil-Militar de 1964, suas contribuições vão no mesmo sentido das apresentadas no fragmento acima, ou seja, uma visão sistêmica que percebe elementos do feudalismo presentes no capitalismo, uma vez que esse integra a totalidade

das relações econômicas (logo, sociais e produtivas) inseridas de alguma forma em seu “funcionamento”, ou – para tentarmos ser mais justos com os significados dos termos – em sua espoliação.

Seja qual for a interpretação desse processo histórico, o fato é que houve uma invasão e consequente exploração dos recursos naturais e humanos ao longo do tempo e se acentuou mais drasticamente a partir da década de 1950 e continua crescendo até o momento presente. Contudo, é importante o debate na medida em que ele nos provoca a compreendermos melhor os acontecimentos a fim de propormos soluções mais adequadas para lidar com a atual crise decorrente desse longo processo histórico.

Mas para retomarmos a temática aqui exposta vamos nos aprofundar no próximo tópico no período que tange o aumento de financiamentos, consumo de adubos químicos e tratores no Brasil, a assim chamada “Modernização” na agricultura brasileira. Neste propósito também usaremos autores mais atuais que conseguiram tratar do tema com um certo distanciamento temporal, o qual nos permite verificar com mais nitidez as relações que determinam o nosso objeto de pesquisa.

### **3.4 A “Modernização” na agricultura brasileira**

Denominamos de “modernização na agricultura brasileira” o processo histórico ocorrido principalmente durante as décadas de 1970 e 80, embora podemos constatar a presença desta a partir da década de 1950 (ALANTEJANO, 2013). Porém, seus primórdios no Brasil remetem ao fim do século XIX – conforme mencionamos no primeiro capítulo, onde tratamos da característica mais modernizadora da agricultura cafeeira nas fazendas paulistas – e início do século XX, como veremos ao longo do presente tópico. Mas antes de analisarmos quais foram as transformações ocorridas durante este período cabe mencionar o uso de diferentes termos para essa fase de rupturas promovidas pelo capital.

Esse processo de “modernização” foi muito difundido no mundo todo como Revolução Verde, como ideologia hegemônica que exerce o capital na disputa de ideias, ele, através de seus agentes de disseminação ideológica, se apropriou propositalmente do termo “Revolução” para tirar o foco da verdadeiras Revolução que ocorriam nesse período, conforme Ana Chã encontrou na leitura de Porto-Golçalves:

Por meio da promessa de um aumento da produtividade no campo, “a revolução Verde se desenvolveu procurando deslocar o sentido social e político das lutas contra a fome e a miséria, sobretudo após a Revolução Chinesa, Camponesa e Comunista, de 1949” (Porto-Golçalves, 2006), colocando a questão na questão da técnica a centralidade do problema. Ainda segundo o autor, “a própria denominação Revolução Verde para o conjunto de transformações nas relações de poder por meio da tecnologia indica o caráter político e ideológico que estava implicado” (CHÃ, 2018, p. 24).

Então, neste primeiro termo (revolução) colocado ao lado de uma simples cor (verde), carrega com sigilo além da ideia de “modernização” da agricultura, até mais implicitamente – já que não aparece explicitamente na expressão – também traz em si, mesmo que muitos de nós não o percebamos conscientemente, um elemento central: o poder. A significação de revolução, segundo o dicionário Aurélio, é:

1. Ato ou efeito de revolver(-se) ou revolucionar(-se). 2. Rebelião armada; revolta, conflagração, sublevação. 3. transformação radical e, por via de regra, violenta, de uma estrutura política, econômica e social. 4. *P. ext.* Qualquer transformação violenta de forma de governo. 5. Transformação radical dos conceitos artísticos ou científicos dominantes em uma determinada época: revolução literária, revolução tecnológica. 6. Volta, rotação, giro. 7. *Fig.* Perturbação, agitação. 8. rotação em torno de um eixo móvel. 9. transformação natural da superfície do globo. 10. *Astr.* Movimento de um astro ao redor do outro (FERREIRA, 2004, p.1757).

Nas quatro primeiras acepções encontramos o sentido violento ligado ao termo, na quinta ele também aparece de um modo mais brando, ligado ao conhecimento, ponto fundamental do conceito em questão, pois traz essa mudança de paradigma em seu âmago – a qual iremos ver melhor no tópico que diz respeito à educação – em todas estas acepções encontramos o sentido político, a partir da sexta definição aparecem outros significados, pouco usados, mas convém citar na íntegra para abarcar o item nove do sentido do termo passando por todos os anteriores, nesta penúltima significação aparece justamente o contrário proposto pela Revolução Verde, o que é, no mínimo, curioso.

Mas, como dito anteriormente, este período foi denominado de diferentes formas, principalmente por aqueles que procuraram estabelecer a crítica ao modelo imposto:

O caráter socialmente excludente destas transformações que modernizaram significativamente o setor levou à denominações desse processo como modernização dolorosa (SILVA, 1982), modernização desigual (GONÇALVES NETO, 1997) ou mais generalizadamente, “modernização conservadora” (ALANTEJANO, 2013, p. 480).

Desse modo, encontramos outras conceituações ligadas ao movimento do capital atrelado à política. Dentre estas, a mais usada na perspectiva contra hegemônica é a Modernização Conservadora. A definição parte do entendimento da conjuntura política e econômica da época com um distanciamento no olhar que permite compreender melhor a correlação de forças e estratégias adotadas no modelo de “desenvolvimento” agrário brasileiro desse período, sendo o mentor do termo e uma das principais referências no assunto o economista, Guilherme Delgado, segundo o mesmo:

O caráter hegemônico da agricultura brasileira – do ponto de vista técnico, social e regional – foi preservado, e até mesmo aprofundado nesse processo de modernização. Em certo sentido, pode-se visualizar nele um pacto agrário modernizante e conservador, que, simultaneamente à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial e ao capital comercial. Regionalmente, identifica-se com os segmentos produtivos organizados a partir de 1930 nos institutos federais de fomento setorial. A grande propriedade fundiária, tratada em geral como sujeito oculto desse pacto, é assimilada em programas e projetos especiais e obtêm inúmeras linhas de apoio e defesa também na nova estrutura de defesa fiscal e financeira do setor rural. (DELGADO, 2012, p.14).

De modo sintético, desejavam modernizar a agricultura sem revolucionar, ou modernizar – aqui no sentido até mesmo histórico, no caso é, burguês, como veremos ao tratar da reforma agrária – a estruturação da propriedade agrária, ou seja, fazer uma modernização parcial, mantendo o latifúndio, porém com tecnologia, o que justificaria, ao mesmo tempo, uma inadequação para a reforma agrária. Na época existiam predominantemente duas possibilidades para a modernização – dessa vez sem aspas – da agricultura, a primeira, que defendia uma reforma agrária que permitia uma renda e estímulo ao consumo e fornecimento ao mercado interno; e outra proposta era manter a concentração de terras e renovar apenas técnica para tornar mais produtiva e lucrativa a atividade agrícola do latifúndio. E foi essa segunda que se concretizou por grande influência do capital estrangeiro, como veremos ao longo do capítulo.

Porém, além de seu caráter de integração no sistema capitalista da industrialização dependente, o modelo reservou aos camponeses, agricultores familiares, pequenos produtores, ou qualquer outro nome que a eles se dê, algumas funções claramente determinadas:

a) Os camponeses cumpriram o papel de fornecer mão de obra barata para a nascente indústria na cidade. O êxodo rural era estimulado pela lógica do capitalismo, para que os filhos dos camponeses – em vez de sonharem com sua reprodução como camponeses, em vez de lutarem pela terra, pela reforma agrária – se iludissem com os novos empregos e salários na indústria. Foi, assim, um período histórico em que praticamente todas as famílias camponesas enviaram seus filhos para as cidades, no Sudeste e no Sul do país, para serem operários nas fábricas.

b) O êxodo contínuo de mão de obra camponesa cumpria também o papel de pressionar para baixo o salário médio na indústria. Ou seja, havia sempre um exército industrial de reserva nas portas das fábricas, à espera de emprego a baixos salários. Este tema foi muito bem pesquisado e descrito na tese de doutorado de Jose Graziano da Silva, publicado pela Editora Zahar como *A modernização dolorosa*.

c) Os camponeses também cumpriram a função de produzirem, a preços baixos, alimentos para a cidade, em especial para a nascente classe operária. O Estado brasileiro administrava rigorosamente os preços dos produtos alimentícios, produzidos pelos camponeses, para que os mesmos chegassem a preços baixos na cidade. E, com isso, viabilizava a reprodução da força de trabalho operária, com baixos salários, garantindo que a industrialização brasileira obtivesse altas taxas de lucro e, assim, crescesse rapidamente. Por essa razão, existe até hoje uma relação direta entre o preço da cesta básica dos produtos alimentícios de sobrevivência da classe trabalhadora urbana e o preço da força de trabalho, que é fixado no salário mínimo.

d) Os camponeses foram induzidos a produzirem matérias-primas agrícolas para o setor industrial. Surgiu e se desenvolveu, então, o fornecimento de matéria-prima para energia, carvão, celulose, lenha etc. Dessa forma, a lógica do modelo de industrialização dependente atuava permanentemente de forma contraditória e complementar, em que os camponeses, ao mesmo tempo em que se reproduziam e se multiplicavam enquanto classe, tiveram parcelas crescentes de seus membros, migrando para as cidades e se transformando em operários. Na estrutura da propriedade da terra, a lógica contraditória se repetia. Por um lado, havia a multiplicação de pequenas propriedades, pela compra e venda e reprodução das unidades familiares. E, por outro lado, em vastas regiões, a grande propriedade capitalista avançava e concentrava mais terra, mais recursos. E, no geral, havia uma tendência histórica, natural da lógica de reprodução capitalista, de que a propriedade da terra, que já nasceu em bases latifundiárias, continuava na média se concentrando ainda mais (STÉ-DILE, 2013, p.31).

Assim, doravante, o resultado no caso brasileiro também foi uma crise social e econômica provocada pela industrialização do campo que obrigou os camponeses deixarem suas casas. Pois, ao mesmo tempo que expropria os camponeses, também cria um excedente de força de trabalho no meio urbano, o que garante a permanência dos salários no nível mínimo necessário para a sobrevivência do trabalhador, a fim de assegurar a permanência por dependência dele no posto de trabalho e a maior quantidade de trabalho não pago aos donos dos meios de produção. Contudo, como criar esse mercado interno com uma população sem renda, uma vez que há uma excessiva mão de obra disponível?

Outra referência da Escola de Campinas é, o professor da Unicamp, José Graziano da Silva, que escreveu diversos trabalhos nesta temática, além de ocupar a cadeira de FAO e cargo no governo federal, durante os dois primeiros anos da gestão do PT. O professor distingue em três momentos o processo de transformação da agricultura a partir de meados dos anos 1930. A

modernização da agricultura foi o processo que ocorreu no Brasil a partir de meados da década de 1940, no pós-guerra, com a importação de insumos e maquinários, modernizando a agricultura principalmente em São Paulo e no Sul, mas atinge um crescimento maior a partir de meados da década de 1950 quando o Estado, através do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (JK), que estabeleceu uma indústria de fertilizantes e corretivos de acidez do solo, ainda implanta uma política de subsídios para a modernização da agricultura e incentiva a indústria agrícola nascente através de uma política fiscal favorável à estas para a implantação dar condições à futura implantação dos Complexos Agroindustriais (CAIs) a partir da década de 1970, após a instalação da indústria nacional de tratores em meados de 1960, assim, foi possível, além da modernização, a industrialização agrícola. Desse modo, configura-se o processo de interações e interdependência econômica entre indústria, agricultura, Estado e mercado financeiro:

Em outras palavras, as relações intersetoriais dos CAIs só puderam se intensificar e manter-se estáveis quando o setor de máquinas e insumos para a agricultura encontrava-se montado no país. O circuito completou-se com a implantação de uma política específica de financiamento da agroindústria, ou seja, uma política agroindustrial.

Da mesma forma o processo de industrialização da agricultura, não se resume a utilização de insumos industriais na produção agrícola, embora esse elemento seja um de seus componentes. A industrialização do campo é um momento específico do processo de modernização, a “reunificação agricultura-indústria” em um patamar mais elevado que o do simples consumo de bens industriais pela agricultura. É o momento da modernização a partir do qual a indústria passa a comandar a direção, formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola, o que ela só pode fazer a implantação do D<sub>1</sub> para a agricultura no país.

A industrialização da agricultura supõe, além da existência do D<sub>1</sub> (departamento de bens e consumo para a agricultura) a própria agricultura moderna. Pelo aprofundamento da divisão do trabalho a agricultura se converteu em um ramo da produção, que compra insumos e vende matérias-primas para outros ramos industriais.

A constituição dos CAIs e a industrialização da agricultura passam a ser os *novos determinantes da dinâmica da agricultura*. Desse fato novo emerge toda uma problemática também nova a respeito dos condicionantes estruturais e políticos do novo padrão agrícola e a respeito das perspectivas da sua continuidade; inscreve-se aí as questões dos mercados (interno e externo) e preços, da tecnologia, do financiamento, da propriedade da terra, das classes sociais e particularmente das políticas agrícola e agrária (DA SILVA, 1998, p. 32).

Portanto, nessa perspectiva de análise da dinâmica de funcionamento dos Complexos Agroindustriais (CAIs), integrados na lógica do capital internacional, encontram eco no pensamento do grande sociólogo brasileiro, Florestan Fernandes (2009), que também tratou dos aspectos da industrialização da agricultura capitalizada como parte de um contexto maior, em consonância com a leitura de Graziano da Silva, não se restringindo ao limite da Revolução

Verde, mas como parte desse processo global em que o subdesenvolvimento cumpre uma função estruturante para o desenvolvimento, portanto uma teoria da dependência, em que nos deixam em uma situação de subalterno no sistema capitalista, pois dependemos da importação de máquinas e até mesmo mão-de-obra, ao mesmo tempo em que precisamos vender aos países centrais do capitalismo produtos primários com baixos lucros para gerarem divisas em nosso processo de industrialização, conforme nos explica João Pedro Stédile (2012): “o modelo industrial, como era dependente, precisava importar máquinas, e até operários, da Europa e dos Estados Unidos. E a importação dessas máquinas só era possível pela continuidade das exportações agrícolas, que geravam divisas para seu pagamento, fechando o ciclo da lógica da necessidade do capitalismo dependente” (STÉDILE, 2012, p.30).

No Brasil, o início da entrada de adubos químicos, “fertilizantes” sintéticos, data de 1895, porém era uma quantidade irrisória, sendo esse ano apenas um registro histórico do começo das intenções das empresas agroquímicas, uma vez que para os próprios agricultores esse insumo era desnecessário, nos dizeres da própria entidade representante dos produtores de adubos químicos, a Associação Nacional de Distribuidores de Adubos (ANDA):

Sua vinda ao País ocorreu na hora errada, por volta de 1895, na região de Campinas, onde os agricultores ganhavam rios de dinheiro com o café. Terras de alta fertilidade, grandes safras, exportação a rodo. Como então convencê-los a usar e pagar por um produto de que aparentemente não precisavam? (ANDA, 2007, p. E7)

As empresas estrangeiras, como a Bunge, Monsanto, Bayer, Cargill, já existiam desde o fim do século XIX e início do século XX, interessadas em fornecer insumos ao redor do mundo, como adubos químicos e, pouco depois, agrotóxicos para o crescente mercado consumidor agrário como foi o caso brasileiro – que o governo Bolsonaro ampliou<sup>37</sup> ainda mais o leque de venenos – que contou com um apoio dos institutos de pesquisa e das instituições estatais de extensão rural.

Os primeiros produtos empregados no país para o controle de pragas foram os de origem mineral e os botânicos. O primeiro inseticida organossintético usado foi o DDT, introduzido no Brasil em fins de 1943, sob a

---

<sup>37</sup> Durante a escrita desta dissertação foi necessário alterar três vezes os dados relativos à aprovação de agrotóxicos, até o momento, fevereiro de 2021, aforam liberados 967 pesticidas nos dois anos de governo, sendo que em 2020 houve mais liberações que em 2019, que era o ano recordista de aprovações até então, com 473 agrotóxicos de 425 substâncias permitidas. Passando de três mil produtos liberados, destes praticamente um terço foi autorizado sob o governo Bolsonaro, o qual também modificou a classificação dos venenos a fim de minimizar os danos provocados por estes. Ainda existem os produtos proibidos ou falsificados que entram no país por contrabando, ou seja, sem nenhum controle, conforme a matéria disponível no site: <https://contraosagrototoxicos.org/bolsonaro-bate-o-proprio-recorde-2020-e-o-ano-com-maior-aprovacao-de-agrototoxicos-da-historia/>

denominação de gesarol. As primeiras amostras desse produto foram recebidas pelo Instituto Biológico de São Paulo (Mariconi,1963). A partir de 1946-1947, outros produtos como o BHC e o paration etílico, foram introduzidos e utilizados nas nossas lavouras. (PASCHOAL, 2019, p.147).

Mas foi durante o governo Kubistchek, de 1956 à 1961, que as empresas de insumos agrícolas conseguiram criar um mercado consumidor com o apoio dos governos federal e estadual, conforme a própria nota de rodapé de Alberto Passos Guimarães, que menciona esta mudança na agricultura, ao tratar do modelo desenvolvimentista, o qual ficou conhecido como “Cinquenta anos em cinco”<sup>38</sup> em que há um incentivo econômico por parte do governo com o apoio dos bancos estrangeiros para industrializar o país, seguindo o caminho aberto por Getúlio Vargas.

Essa fórmula foi aplicada, como complemento do desenvolvimentismo, pelo governo do Sr. Juscelino Kubistchek. O conjunto de medidas que compunham a “meta agrícola” desse governo tinha por objetivo “a expansão da produção e melhoria dos níveis gerais de produtividade”, como se dizia no Programa de Metas (tomo III, pág. 10), para o que se previam maciças injeções de dinheiro na compra de tratores, etc. Os resultados não se fizeram esperar: o fracasso da cultura do trigo e a crise do feijão (GUIMARÃES,1964 p.31).

Com isso, o manejo do solo passou por significativas modificações, com a intenção das empresas em vender agroquímicos, um forte investimento em propaganda e experiências com o apoio do governo brasileiro e orientação norte americana (FICO,2008), que formou, através de incentivo de crédito para os “cinquenta anos em cinco” prometidos pelo Programa de Metas de JK, um programa de conciliação com o crédito ao investimento em maquinários, sobretudo tratores, e o pacote tecnológico de agroquímicos, ou seja, só era (e ainda é) possível conseguir um empréstimo para o plantio se seguissem as recomendações do agrônomo, com sua receita (no duplo sentido) para a produção, além da obrigatoriedade de adquirir os seguros de safra, de veículos, de propriedade, também seguro de vida, enfim, tudo o que o banco tinha para oferecer como produto do setor financeiro especulativo, tornando os produtos agrícolas para exportação também um setor especulativo ao passo que passavam a exercer um domínio sobre estes. O que já fora percebido e divulgado na década de 1960:

Os interesses comerciais foram e são a fonte do capital e do crédito investidos na produção agrícola comercial [...] A maior parte do preço dos bens agrícolas fica, portanto, pincipalmente em mãos do setor comercial.

---

<sup>38</sup> Lema desde a campanha para as eleições de 1955, lembrando que na época o mandato tinha duração de cinco anos.

[...] Os plantadores de cacau da Bahia distinguem-se por serem muito mais homens de negócios do que agricultores e por estarem mais atentos às cotações da bolsa do que à suas listas de despesas. [...] os proprietários de terras são, ao mesmo tempo, os negociantes e os financiadores dos produtos de seus arrendatários, assim como as firmas processadoras e outras empresas comerciais o são de seus abastecedores de gêneros de primeira necessidade. Enfim, Vinhas de Queiroz relata, em seu estudo preliminar, que – de 50 dos 800 grupos econômicos (10.000 empresas) que seu instituto está estudando – 35% dos grupos brasileiros e 70% dos estrangeiros, possuem algum tipo de empresa agrícola, enquanto 30 e 40%, respectivamente, também são donos de empresas de armazenamento ou de distribuição, “o que indica que, entre suas atividades principais ou secundárias, pode estar o comércio de produtos agrícolas” Vinhas de Queiroz, 1962, p.10). A principal descoberta de Queiroz é o alto grau de monopolização da economia brasileira, incluindo-se aí a produção e a distribuição de produtos agrícolas (FRANK, 2012, p. 76).

Este acordo entre o setor financeiro, a indústria e a agricultura não era novidade na história do desenvolvimento do capitalismo, Marx (2017) já afirmava essa relação em *O capital*, como vimos anteriormente, o fato é que tardou um pouco para chegar ao Brasil, mas quando entrou com mais força foi entendido na época como um fenômeno, um milagre econômico.

o chamado "milagre econômico" resultante da estratégia de modernização conservadora do país que, em última instância, é parte integrante de uma dinâmica mundial de impulso modernizador do parque industrial e do desenvolvimento capitalista da agricultura de países periféricos, como um novo fôlego aparente à economia mundial, que não se concretiza, fazendo com que o processo de modernização desses países se torne incompleto (VILLAS BÔAS, 2012 p. 157).

Como exemplo, temos a entrada da soja em grande escala, que data desse período e representam a entrada ao agronegócio, nos dizeres da própria Fundação Bunge<sup>39</sup>:

Foi só na segunda metade do século passado, portanto – especificamente na virada dos anos 1960 para os anos 1970 –, que a soja deu um salto gigantesco, com enormes e diversas consequências para o Brasil. Dos hábitos alimentares à indústria brasileira, das práticas agrícolas à ocupação do território nacional, a soja representou um divisor de águas. Com a soja, a agricultura brasileira tornou-se, efetivamente, agronegócio; os novos produtores, munidos de máquinas, sementes e insumos de ponta, avançaram para o Centro-Oeste, abrindo estradas, fazendo brotar cidades e expandindo o País, ao mesmo tempo em que, devido ao modelo mecanizado, aceleravam o êxodo das populações rurais para os centros urbanos. Com a soja, cresceram e consolidaram-se indústrias de óleos de cozinha, de margarina, de gorduras e proteínas vegetais, assim como de farelo e de ração animal, fazendo deslanchar, por consequência, a suinocultura e a

---

<sup>39</sup> Criada em 1818, em Amsterdã, funciona como braço de programas sociais para a divulgação e promoção da Bunge S/A, assim como cumprir com medidas legais estabelecidas pelos estados em que atua.

avinocultura brasileiras. (FUNDAÇÃO BUNGE, 2005 *apud* CHÃ, 2018 p. 29).

Sendo assim, podemos dizer que o agronegócio no Brasil também é filho da ditadura militar, pois foi quando o capital entra com força total na agricultura de modo geral. Embora já fora gestado pelo colonialismo e com o massacre dos movimentos populares que lutaram contra o berço do agronegócio, o latifúndio, constatava-se os indícios da inércia que se tomaria durante a República Velha e o esquecimento da reforma na Era Vargas, o que fez renascer os movimentos populares para combater o destino que estava sendo traçado há tanto tempo – tema que trataremos adiante.

Percebemos pela bibliografia dessa época que o capital já estava preparado pra entrar em campo, citamos Alberto Passos Guimarães (1964) em sua crítica ao modelo evolucionista contrário à reforma agrária: “De acordo com êle, acrescenta-se à atual [1964] estrutura agrária alguns ingredientes – mais adubação, mais mecanização, numa palavra: mais capital – alcançaríamos a fórmula milagrosa para acelerar o progresso agrícola em geral, sem precisarmos apelar para qualquer reforma de base<sup>40</sup>” (GUIMARÃES, 1964, p.31). Portanto, já era estudado o aspecto da entrada do capital e da industrialização na agricultura no Brasil, a qual data, segundo nosso referencial teórico, do início dos anos 1900, ainda de forma experimental, mas já mostrava seus resultados durante a primeira metade do século XX.

Tomando-se a economia açucareira nacional como um todo, não há como negar que a introdução do capitalismo nesse setor contribuiu para a melhoria dos processos técnicos empregados na lavoura, tais como a seleção de canas, a utilização de máquinas e instrumentos modernos, a adoção de fertilizantes, o que, particularmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, promoveu a evolução dos níveis da produtividade. Entretanto, a forma por que se realizam tais progressos técnicos, o tipo de penetração capitalista que predomina, a excessiva concentração da propriedade agrária e da produção industrial, a extrema desigualdade regional que ela provoca – esse conjunto de condições negativas leva a consequências ruinosas, com graves prejuízos para o país. [...] o processo típico das transformações capitalistas ocorridas nos últimos cinquenta anos, os quais marcam a etapa de aceleração da crise do sistema latifundiário brasileiro. [...] embora menos perceptivelmente em outras culturas e em todo território nacional. (*idem*, p.162).

---

<sup>40</sup> Essa nota de rodapé encontra-se no original do autor e foi citada pouco acima no corpo de texto: “essa fórmula foi aplicada, como complemento de desenvolvimento pelo governo do Sr. Juscelino Kubistchek. O conjunto de medidas que compunham a “meta agrícola” desse governo tinha por objetivo “a expansão da produção e melhoria dos níveis gerais de produtividade”, como se no Programa de Metas (tomo III, pág. 10), para o que se previam maciças injeções de dinheiro na compra de tratores, etc. Os resultados não se fizeram esperar: o fracasso da cultura do trigo e a crise do feijão (GUIMARÃES, 1964, p.31 nota 8).

Os resultados para a época eram em dois aspectos: o negativo que aumentou as desigualdades entre as regiões e aprofundou a crise da agricultura latifundiária, jogando milhões de camponeses e escravos libertos, na berlinda, principalmente no nordeste, mas também em outras regiões; e o “positivo” com aumento da produtividade por área (que decorreu da ausência de princípios de uso sustentável do solo, conforme mostraremos mais a frente) que foi comemorado e incentivado pelo governo em aliança com a indústria e a bancocracia, segundo a própria ANDA, existiam acordos e parcerias com diferentes órgãos do governo para impulsionar o consumo de agroquímicos:

Sua [a ANDA] primeira grande iniciativa deu-se em 1968. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (hoje BNDES, com o acréscimo de “e Social”), cujo foco era o comércio e a indústria, sem atuação em financiamentos rurais, participou de um convênio entre a Anda e o Instituto Agrônomo de Campinas. O objetivo era fazer estudos de fertilidade dos solos em lavouras de algodão, soja, amendoim e milho no estado de São Paulo, para indicação de fórmulas de adubo mais econômicas e eficientes (ANDA, 2007, p.E4).

Desse modo é explícito o envolvimento de Bancos e Institutos de pesquisa que deveriam desenvolver a sociedade (como é o caso atual do BNDS), mas que estão à serviço do capital internacional, assim como o incentivo da ONU, que promove programas em vistas do aumento do consumo de fertilizantes com a desculpa de acabar com a fome no mundo.

Em 1969, a Anda teve outro ambicioso projeto: a instalação de quinhentos campos de demonstração de resultados dos adubos em lavouras de arroz, milho, feijão e algodão no sul de Goiás, no Triângulo Mineiro e no sul de Minas. O projeto estendeu-se a Mato Grosso. Em 1975, havia 3 mil ensaios e campos de demonstração.

A inspiradora e parceira do projeto foi a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), que há seis anos comandava o mesmo tipo de ação em 17 países. Isso resultou em 45 mil demonstrações para cerca de 1 milhão de agricultores, como um projeto da Campanha Mundial Contra a Fome. Outra participante do programa foi a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (Abcar), entidade responsável pela extensão rural em todo o País. A Anda entrava com os adubos, fornecidos pelas empresas filiadas, e o grupo CBA/Itaú com o calcário (*ibidem*)

Portanto, o que se desejava era alimentar o capital das grandes empresas do setor, uma vez que a origem da fome no mundo é a desigualdade social e não a falta de alimentos. Como sabemos, a fome é na verdade consequência desse modelo de agricultura que expulsou as populações do campo. Inclusive quem abastece as mesas com diversidade de vegetais, verduras,

legumes, tubérculos, raízes e frutas, em grande parte, são os camponeses, em pequenas propriedades desde o início das vilas e cidades, como vimos no capítulo anterior, até o presente momento.

A rápida inversão demográfica entre a população rural e urbana é um bom exemplo dos impactos da modernização da produção agrícola no país. Quando observados os dados populacionais das décadas de 1940 e 1950, o país apresentava 69% e 64% de residentes no meio rural do total nacional, respectivamente. A transição para um país majoritariamente urbano se deu entre as décadas de 1960 e 1970. No censo de 1970, o Brasil registrava 56% de residentes urbanos, contra 44% rurais. Entre as décadas de 1960 e 1970, a taxa de crescimento rural foi de apenas 0,5% e, no auge da modernização agrícola, entre 1970 e 1980, ficou negativa (-0,6%), sendo 4,4% o crescimento da população urbana no mesmo período, segundo informações dos censos do IBGE (CARVALHO, 2004, p.?)

Ao longo dessas décadas da modernização conservadora o país deixou de ter a maior parte da população no meio agrário e passou a concentrar cada vez mais a população na zona urbana. Olhando esses dados friamente não percebemos os impactos nas vidas das pessoas, nem nas transformações do campo e da cidade. Mas se formos analisar cautelosamente perceberemos que se trata de uma grande transformação da sociedade e do ambiente urbano e rural como veremos ao longo do capítulo. Mas neste momento é importante perceber que esse movimento também foi percebido pela agricultura capitalista, que também passou a produzir para o mercado interno, conforme João Pedro Stédile afirma:

Surge, então, um setor da indústria vinculado à agricultura, as indústrias produtoras de insumos para a agricultura, como ferramentas, máquinas, adubos químicos, venenos etc. E outro, da chamada agroindústria, que foi a implantação da indústria de beneficiamento de produtos agrícolas. Com esse modelo, começa a surgir também uma burguesia agrária, de grandes proprietários, que procura modernizar a sua exploração agrícola e destiná-la ao mercado interno. Nasce com o cultivo do trigo, no Sul, e com a cana, o café, o algodão e outros produtos, também para o mercado interno. Foi um processo de modernização capitalista da grande propriedade rural e, em relação ao surgimento dos camponeses, é o período histórico em que eles são induzidos a se vincularem totalmente às regras do mercado e a se integrarem à indústria. (STÉDILE, 2012, p.30).

Portanto, devemos entender que o período de “modernização” da agricultura contempla também uma reorganização da produção agrícola capitalista em sua dimensão exportadora e nacional, pois ao formar uma população urbana, retira boa parte das produções de subsistência existentes dentro das fazendas e sítios que foram incorporados ou mesmo entraram na mesma dinâmica de produção em monocultura. Desse modo o abastecimento dos centros urbanos precisou ser reforçado com a ampliação desse mercado consumidor, então parte da agroindústria

volta-se ao mercado interno, seja parcialmente ou não, pois, muitas das vezes, produzir para o mercado interno não impede de vender também para o externo, sendo o preço o balizador do direcionamento da produção, assim como a demanda, pois existe uma contradição nesse processo de urbanização, a saber, ao mesmo tempo que cria o contingente para consumir, não oferece as condições para essa população recém chegada obtenha o poder de compra, isto é, retiraram a população do campo, mas não deram renda para ela consumir e assim fomentar a industrialização, dessa forma a indústria permanece até hoje dependendo das divisas da agricultura. A seguir vamos explorar mais essa contradição, oriunda do monopólio, característica da agricultura brasileira.

### 3.5 O poder econômico do agronegócio

O poder econômico do setor agrário capitalista é antigo no Brasil e no mundo. Suas origens remontam às oligarquias latifundiárias que dominaram a superestrutura dos países até os dias de hoje, com raras exceções, que não é o nosso caso. Não vamos retomar a breve história do Brasil apresentada no início desse trabalho para confirmar esse fato histórico, porém, cabe lembrar o famoso episódio no ciclo do café, que por diversos motivos levou à uma grave crise chegando ao extremo do governo comprar café para queimar a fim de diminuir os estoques e manter um preço mínimo para não quebrar os fazendeiros, o que, de certo modo acabou funcionando em um curto período de tempo (FURTADO, 1997).

Para compreendermos melhor o poderio econômico do agronegócio, ou seja, que vai além da oligarquia rural, devemos entender a dinâmica de funcionamento do dinheiro também nas empresas multinacionais, pois veremos que são elas que dominam essa cadeia produtiva do agronegócio, pois o monopólio é uma tendência característica do capitalismo e no ramo da indústria agrícola, assim como na agricultura, não é diferente.

Essa lógica de produtos primários para a comercialização no mercado mundial, isto é, as *commodities* primárias, no nosso caso agrícolas (mas também poderiam ser de minérios, que também compõe a oferta do mercado brasileiro e neste caso da terra propriamente dita), exerce influência na economia do país e da sociedade, assim como nas políticas públicas criadas no Brasil, principalmente a partir da modernização conservadora.

Para entendermos a dinâmica econômica da agricultura moderna é imprescindível compreendermos o conceito de *commodities* agrícolas. *Commodity*, se for traduzido ao pé da letra, significa mercadoria, contudo, no caso, a sua significação vai além da tradução literal. Sua

definição oficial surgiu na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Emprego, em Havana no ano de 1948, que afirmava a *commodity* primária como sendo “qualquer produto originário de atividade agropecuária, florestal ou pesqueira ou mineral em sua forma natural ou que tenha passado por processamento costumeiramente requerido para prepará-lo para a comercialização em volume substancial no comércio internacional” (DELGADO, 2013, p. 134).

Portanto, fica estabelecido como *commodities* primárias os produtos oriundos da natureza com pouco processamento, produzidos em escala para a exportação. Compondo assim parte do montante geral deste produto no mercado mundial, contudo, por causa disso e para assegurar a economia dos países centrais do capitalismo, foram distinguidas as *commodities* tropicais (ou “leves”) e as *commodities* ‘duras’, sendo a primeira aquela que se refere aos produtos de origem tropical em países periféricos (que nos termos da CEPAL são subdesenvolvidos), por exemplo, o café, o cacau, a banana, etc.; a segunda se refere aos produtos da indústria primária de países desenvolvidos que também podem ser produzidos em países periféricos, como é o caso do trigo, milho, algodão, carnes e etc. Sendo assim, existe uma grande diferença de políticas econômicas mundiais para produtos primários exclusivos do clima tropical em relação aos produtos primários de clima temperado e tropical, pois no caso destes últimos, a influência dos governos de países centrais do capitalismo sobre o valor de seus produtos é maior e conseqüentemente afetam os países periféricos.

Mais especificamente, podemos afirmar que “O preço internacional, a quantidade produzida e a rentabilidade das *commodities* agrícolas duras são determinadas em grande medida pelas políticas agrícolas protecionistas dos países centrais.” (DELGADO, 2013, p. 135). O que torna mais delicada a situação do Brasil nessa disputa econômica no caso de produtos de *commodities* duras, que ocupam a maior parte do território agrícola nacional, dessa forma acabam afetando bruscamente a nossa balança econômica e política monetária, sem contar os desdobramentos dela na pobreza do povo, gerando o “problema das *commodities*”.

O chamado “problema das *commodities*” se refere aos países subdesenvolvidos que integram o capital mundial através do fornecimento de matérias primas para o consumo mundial, seja *in natura*, ou para a indústria, pois mesmo no caso de produtos tropicais existem processamentos, como por exemplo é o caso do café, ou a laranja para suco. Todavia, a questão fica ainda mais evidente quando se trata de *commodities* duras, conforme mencionamos há pouco. Mas, então, quais são os principais aspectos desse “problema das *commodities*”? Segundo Delgado (2013), consiste em dois pontos.

O primeiro é a tendência ao declínio da balança econômica baseada em exportação de produtos primários, pois se o produto sai de seu país de origem com pouca industrialização, ele retém pouca mais-valia em relação aos produtos que esse mesmo país necessitará importar por ausência de grande complexo industrial próprio, tornando-se um ciclo vicioso muito difícil de ser quebrado. Assim se faz necessário romper com essa lógica, usando as divisas da agricultura para a industrialização do país, o que não é interessante para os países centrais do capitalismo, o que abre muitas discussões nos acordos internacionais para a comercialização de commodities primárias, quando não agem de outras formas para intervir diretamente nos governos.

O economista Delgado afirma que: “Inicialmente, Keynes, em sua proposta de reorganização da ordem financeira e internacional apresentada na reunião de Bretton Woods, incluiu a criação de agências internacionais para o controle dos preços das commodities primárias, mediante uma política de estoques, intento abortado devido à oposição dos Estados Unidos e sua defesa da liberação comercial” (DELGADO, 2013 p.135). O que fica claro a disputa desigual entre países, mas travestida de liberalismo em um discurso que defende a suposta igualdade econômica, até a década de 1990 essa luta por preços mais estáveis no mercado mundial passou por diversas<sup>41</sup> conferências e acordos, mas nenhum deles vingou efetivamente.

Todas essas tentativas estavam fundadas na ideia do estabelecimento de estoques reguladores internacionais cuja a operação buscava estabilizar os preços mundiais. E todas essas tentativas fracassaram ou tornaram-se letra morta diante não só da oposição dos Estados Unidos, mas também do predomínio nos países centrais do princípio da liberalização comercial, que cada vez mais se identificou com a defesa do livre-comércio, da abertura dos mercados dos países periféricos às empresas transnacionais e da integração à globalização financeira e comercial, em especial a partir da década de 1980 (DELGADO, 2013 p. 136).

O segundo, e igualmente perigoso, é a grande oscilação de preços dessas *commodities*. Esta grande variação de preços nos produtos agrícolas tem sua origem em causas naturais, isto é, por conta de serem produtos que dependem das condições climáticas favoráveis, pode acontecer de haver grandes perdas, ou super safras, e isso acarreta na variação de relação oferta e demanda, que causa a volatilidade nos preços, por isso as tentativas de formação de estoques internacionais para amortecer essas variações. Todavia, o mercado mundial soube se aproveitar desse fator de

---

<sup>41</sup> Além da já mencionada Carta de Havana, houve o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), responsável por essas mediações regulatórias internacionais de comércio mundial até a criação da OMC (organização Mundial de Comércio); dentre as tentativas anteriores à OMC estão: o Acordo Especial sobre as Disposições para Commodities (SACA); Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad), que realizou o Programa Integrado para commodities (IPC); e o Fundo Comum para Commodities (CFC).

risco e começou a especular em cima dele, atualmente não são apenas as condições climáticas que determinam os preços, ou mesmo os estoques.

As relações geopolíticas também estão presentes, conforme apontado no primeiro aspecto, mas não só elas, como também com grande peso as opiniões dos corretores e consequentes “apostas” dos investidores que podem transferir suas ações para outros setores, acarretando uma perda de preço sem nenhuma relação com a natureza, mas apenas por interesses na ordem de rendimentos. Esse processo de “financeirização das *commodities*” foi percebido por analistas em 2007 e 2008:

[...] variações na oferta e demanda não são suficientes para explicar a explosão de preços ocorrida em 2007 e, especialmente, no início de 2008, que parece estar associado ao processo de “financeirização das *commodities*”, ou seja a especulação financeira, que se deslocou para o setor de commodities primárias com a crise financeira internacional desencadeada pela inadimplência do *subprime* nos Estados Unidos. A maior preocupação dos analistas é que a especulação financeira tenha se tornado um novo componente estrutural explicativo da volatilidade dos preços das commodities agrícolas, como parece ser exemplificado pelo o que ocorreu na metade de 2008, quando muitos investimentos financeiros tiveram de abandonar o mercado de commodities para cobrir perdas e prover liquidez em outras atividades, provocando uma queda de seus preços. [...] (*idem*).

Sendo assim, a predominância dos interesses das instituições financeiras atreladas aos negócios das empresas transnacionais do setor denominado agronegócio reflete no desenvolvimento agrário brasileiro. Vamos ver como essa realidade se concretizou ao longo do processo nomeado de modernização conservadora.

Ao analisar os investimentos a partir do período em questão, verificaremos que houve desigualdades regionais no que tange aos financiamentos para essa modernização, ou seja, uma mecanização concentrada, principalmente no sudeste e sul do país, como também, foram destinados mais recursos para as culturas agrícolas voltadas à exportação, por fim, em se tratando da agricultura capitalista, priorizaram os investimentos em propriedades, ou “agricultores”, mais capitalizados:

Além da concentração entre os beneficiários e as regiões, o crédito rural é dirigido, basicamente ao financiamento de um pequeno número de produtores, que recebem a maior parte dos recursos, em uma proporção muito superior à participação no total da produção. Senão vejamos: nos últimos anos [1980], cinco produtos (café, soja, cana, algodão e trigo) têm recebido em torno de 60% do crédito e participam com 33% do valor

da produção; de outro lado, três produtos (feijão, mandioca e milho), apesar de contribuírem com 25 a 35% do produto agrícola, recebem apenas 12% do crédito rural! Isso se repete em todas as regiões do país. No Nordeste, por exemplo [...] temos o seguinte: a cana-de-açúcar, participando com 14% do produto, recebe em torno de 50% do crédito, a mandioca, de outro lado, gerando mais de 30% do produto, detém apenas 2 a 3% do crédito (PINTO, *apud* GRAZIANO NETO, 1985).

O que torna nítida a política de alinhamento com o mercado financeiro mundial mais uma vez, porque mandioca e feijão não são *commodities*, uma vez que não são exportados em grande escala para o consumo mundial. O que se pretendia (e permanece atual) não era um verdadeiro desenvolvimento econômico da população do meio rural, mas um fortalecimento do capital financeiro mundial a partir da “demanda” da oligarquia rural, sob o pretexto de acabar com a crise de alimentos. Dito de outro modo, com a desculpa de acabar com a fome o que ocorreu foi o contrário, pois houve um aumento da fome no Brasil e no mundo, acarretado pela concentração das terras e do capital financeiro que se retroalimentam e se asseguram nessa estrutura desigual. Porque, se o dinheiro para ser aplicado no Plano Safra é oriundo do sistema financeiro público, que administra os recursos arrecadados e pratica uma política de financiamentos à juros subsidiados, então este opta por investir em um projeto que beneficie também a indústria, preferencialmente a grande indústria, os grandes empresários, pois estes também são investidores do sistema financeiro que atua em conjunto com o Banco Central e as instituições financeiras públicas, como o Banco do Brasil e a Nossa Caixa. Portanto, o modelo de “desenvolvimento” adotado atende aos interesses e demandas do próprio capital financeiro internacional, sendo assim, acaba “escolhendo” onde deve-se aplicar o dinheiro.

Dez das maiores empresas cafeeiras, que exportaram 40% da colheita, oito são estrangeiras, sete delas são estadunidenses (Vinhas, 1962, p.64). Cinquenta por cento do algodão que o Brasil exportou em 1960 corresponde a duas empresas dos Estados Unidos: Anderson and Clayton, o monopólio mundial do algodão, e SANBRA (*idem*). Segundo o deputado brasileiro Jacob Frantz (1963), essas mesmas duas empresas, em 1961, receberam 54 bilhões de cruzeiros de um total de 114 bilhões que o Banco do Brasil emprestou para investimento em todas as atividades agropecuárias combinadas. Na indústria processadora de carne, 12 a 15% dos animais abatidos no Brasil e, ao mesmo tempo, 80% dos abatidos e processados nos grandes matadouros modernos que abastecem os grandes centros urbanos e de exportação, correspondem a quatro empresas estrangeiras: as três famosas companhias de Chicago, Swift, Armour e Wilson, além da Anglo (*conjuntura Econômica*, 1962, p. 50). O açúcar está a cargo do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), órgão público que supostamente serve à nação, mas que é controlado, na realidade, pelos próprios produtores de açúcar, que se beneficiam, portanto da proteção do Estado, assim como seus colegas do Instituto Brasileiro do Café (FRANK, *in* STÉDILE, 2012, p.73)

Desde a década de 1960 até atualmente, as multinacionais comandam o setor através principalmente dos extremos dessa cadeia produtiva, deixando o risco do plantio, que depende das boas condições climáticas para os agricultores, ou produtores. Mas, mesmo assim, já ocupam também essa parte intermediária do processo, controlando em muitos casos do início ao fim, desde a posse da terra, quando não é arrendada, até o produto final, seja para o mercado interno ou externo. Processo esse que está em vigor desde a década de 1950, de acordo com vários estudos de diferentes autores utilizados nesse trabalho, como Frank, Guimarães, Graziano Neto, dentre outros. Mas encontra-se de modo mais agudo atualmente com a “corrida por terras” agricultáveis em todo o mundo, fato que já foi publicado nos grandes jornais da imprensa brasileira, como, Folha de São Paulo e O Globo, segundo a própria ONU, isso ocorre principalmente no continente africano, com 75% das terras sob propriedade estrangeiras, ainda significativamente no Brasil (28%) e na Argentina, respectivamente (SAUER *et* LEITE, 2012).

Apesar de não existir um levantamento mais sistemático em termos nacionais, é possível concluir que esses investimentos estrangeiros no setor primário brasileiro resultam também na aquisição de muitas terras (LEITE e SAUER, 2011; TOULMIN *et al.*, 2011). De acordo com levantamento realizado pelos estudos do Nead, no SNCR do Incra, existiam 34.632 registros de imóveis em mãos de estrangeiros em 2008, que abarcavam área total de 4.037.667 hectares, números bastante expressivos considerando-se que não abrangeu o “período da corrida por terras” após a crise de 2008 (PRETTO, 2009). Deve-se ressaltar que mais de 83% desse total são imóveis classificados como grandes propriedades (acima de 15 módulos fiscais) (SAUER e LEITE 2012, p. 512).

Vale lembrar que essa expansão agrícola se dá em regiões em que o módulo rural equivale a 100 há, desse modo, em grande parte dos imóveis rurais em mãos estrangeiras, seja de grupos ou indivíduos, são superiores a 1500 hectares. Assistimos recentemente<sup>42</sup>, ao “dia do fogo”<sup>43</sup>, em que houve propositadamente e de modo organizado, com a ciência das autoridades competentes uma invasão e derrubada da floresta amazônica por meio de incêndio proposital ao longo de muitos quilômetros da BR 163, nas proximidades dos municípios de Novo Progresso e há 400 quilômetros de distância de Itaituba, ambos no Pará, com bioma de Floresta Amazônica para a

---

<sup>42</sup> No dia dez de agosto de 2019, na administração do Ministro do Meio Ambiente Ricardo Sales, o qual sabidamente trabalha para o agronegócio, que por sua vez apoiou a eleição do governo Bolsonaro, mas “sofre” as consequências da falta de “virtú” do líder máximo do Estado brasileiro, pois acaba interferindo de modo negativo nas relações comerciais com outros países, como foi o caso nos países do oriente médio que compravam carne abatida de acordo com a fé muçulmana, logo no início do governo e depois com a China, também com os EUA e Europa de modo geral.

<sup>43</sup> Amplamente divulgado o “Dia do fogo,” foi organizado, de acordo com a investigação da PF, por empresários e fazendeiros com relações políticas em sindicatos, no poder executivo e legislativo do alto escalão, de Brasília.

expansão da fronteira agrícola e concomitantemente o crescimento do agronegócio, entendido em suas diferentes formas, desde a especulação imobiliária às empresas multinacionais que passaram a operar mais fortemente na região, com o constante crescimento da agricultura e pecuária em novas áreas, após a retirada de madeira, como ocorreu pouco anteriormente também na região do “MATOPIBA”<sup>44</sup> em que a presença do agronegócio se faz cada vez mais, inclusive com indústrias multinacionais, por exemplo a Bunge, que em 2004, já possuía três complexos industriais na região para o processamento da soja, principal produto do agronegócio.

Esse processo de estrangeirização de terras brasileiras não é recente (OLIVEIRA, 2010). Marco importante nesse percurso histórico foi a co-operação nipo-brasileira na implementação das distintas fases do Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados (Proceder), idealizado em meados dos anos 1970 e implantado ao longo das décadas de 1970 e 1980 em diversas regiões do Cerrado brasileiro, especialmente nos estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia e Mato Grosso (SAUER e LEITE, 2012).

Contudo, o estudo em questão mostra que a maior parte da estrangeirização das terras no Brasil ocorre no Estado do Mato Grosso, embora em números de matrículas, São Paulo ainda permaneça na liderança, já no que diz respeito ao crescimento em quantidade de terras a partir do ano de 2008 à 2010, isto é, ao observar o avanço da estrangeirização em dois anos, se constatou que o fenômeno está se deslocando para o Amazonas e Piauí, contudo, em número de propriedades eles ficam atrás de outros Estados, como Minas Gerais, Roraima e Rio Grande do Norte, que respectivamente ocupam as maiores quantidades de novas propriedades de estrangeiros no período analisado. Mesmo que a pesquisa de Sauer e Leite (2012) não seja dos últimos dez anos, ainda assim revela esse importante movimento do agronegócio no mundo todo e no Brasil, nos mostrando com criticidade como estão atrelados os créditos do BNDS e outras instituições financeiras públicas, ou privadas, à esse processo de estrangeirização e desmatamento, seja para agricultura ou pior ainda para a mineração.

Vamos tratar agora dos incentivos fiscais, perceberemos que existe uma distorção nas informações que são apresentadas nos pronunciamentos oficiais e telejornais, para não mencionarmos os discursos acadêmicos, quando dizem que o agronegócio é a “locomotiva do país”, pois omitem o que essa locomotiva gasta para andar, as custas de quem ela se move e quem

---

44 Ou também denominada como Mapitoba (em anexo), a região com cerrado que contém os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que: “A área reúne 337 municípios e representa um total de cerca de 73 milhões de hectares. Existem na área cerca 324 mil estabelecimentos agrícolas, 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas e 781 assentamentos de reforma agrária, segundo levantamento feito pelo Grupo de Inteligência Estratégica (GITE) da Embrapa.”

se beneficia com esse barulho todo que ela provoca. Essa crítica já estava presente no pensamento de Alberto Passos Guimarães:

Por dominar mais da metade de nosso território agrícola, a classe latifundiária absorve e controla muito mais da metade da renda gerada no setor agrário, recebe muito mais da metade do crédito agrícola, e controla de fato a política de crédito agrícola; determina e orienta a política de armazenagem e de transporte, a política de preços agrícolas e, em decorrência, a dos preços em geral; influi poderosamente sobre a política governamental de distribuição de favores e facilidades, e canaliza para si as subvenções e outros recursos que deveriam encaminhar-se para os setores mais necessitados da agricultura. (GUIMARÃES, 1964, p.178).

Portanto, deve-se ter cautela ao afirmar que a agricultura gera um saldo positivo na balança econômica do país, pois existe um custo para isso, o qual fica de lado na hora de fechar essa conta, uma vez que parte dele é inclusive impossível de ser quantificado, como os custos ambientais e sociais, mas não vamos envolvê-los neste momento, restringiremos aos aspectos apenas econômicos neste momento, porque até neste, a conta é malfeita como veremos no decorrer desse tópico. Na matéria escrita por Guilherme Delgado ao jornal *Le Monde*, intitulada, pacto de poder com os donos da terra, percebesse como o agronegócio cresceu em pouco mais de uma década:

Em pouco mais de uma década (1999-2012), o país quintuplicou suas exportações em dólares – passando de US\$ 50 bilhões a US\$ 250 bilhões. Nesse boom exportador, os produtos primários – básicos e semielaborados – ganharam protagonismo, enquanto as manufaturas foram saindo das exportações e ingressando paulatinamente nas importações (entre os anos 1995-1999 e 2008-2010, os produtos primários pularam de 44% para 54,3% da pauta exportadora, enquanto os manufaturados decresceram proporcionalmente) (DELGADO, 2013b).

Portanto há uma desindustrialização em curso no nosso país. Com os governos liderados pelo PT, em nível federal, primeiro com o Lula e depois com a Dilma, o setor do agronegócio obteve ainda mais privilégios econômicos, que ficou nítido a partir da nomeação de seus ministros do MAPA, respectivamente o Roberto Rodrigues<sup>45</sup> e a também latifundiária do Mato Grosso, Kátia Abreu<sup>46</sup>. A isenção de taxas e impostos, como também de juros (que são pagos pelo governo), bem como a renegociação da dívida acarretada por empréstimos não pagos, ou

---

<sup>45</sup> Dirigente da Abag e da OCB, respectivamente Associação Brasileira de Agrobusiness; e Organização das Cooperativas Brasileiras.

<sup>46</sup> Deputada federal à época pelo PMDB – no fim do governo ficou sem partido pois se manteve ao lado de Dilma – partido que compunha a grande base disforme do governo até o golpe de 2016. Kátia abreu recebeu dos movimentos sociais o prêmio, ironicamente, “motosserra de ouro” como uma forma de crítica e denúncia da política do MAPA.

ainda por inadimplência em diversas taxas e impostos, como também por meio de convênios celebrados com o setor público, conforme bem nos explica o professor da UnB, Dr. Sérgio Sauer em seu artigo publicado no *Le Monde*<sup>47</sup>:

De acordo com dados do Orçamento Geral da União, projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional (Lei nº 12.017, de 2009), referente às contas públicas de 2010, a estimativa é de gasto anual de R\$ 800 milhões com subsídios financeiros e creditícios. Segundo esses dados, a União gastou quase R\$ 1,5 bilhão, em 2007 e 2008, com a securitização das dívidas agrícolas. Em 2009, foram utilizados outros R\$ 842 milhões com essa securitização. O Programa Especial de Segurização Agrícola – programa que permitiu a renegociação das dívidas agrícolas dos contratos acima de R\$ 200 mil reais na origem, e que ficavam fora da securitização – exigiu também algo em torno de R\$ 248 milhões por ano desde 2007. [...] é preciso contabilizar também as renúncias fiscais e isenções de impostos, destinados ao setor agropecuário. Em relação à renúncia fiscal, os dados da Receita Federal demonstram que a União deixou de recolher mais de R\$ 37,8 bilhões desde 2003; a estimativa é de uma renúncia de R\$ 8,85 bilhões só em 2010. [...] De acordo com dados dos bancos oficiais, principais operadores das linhas de crédito para a agricultura brasileira, o agronegócio teve a sua disposição R\$ 65 bilhões, como recurso para custeio e investimentos na safra 2008/2009, e outros R\$ 58 bilhões na safra anterior. Esse volume de recursos públicos foi quase 500% superior aos R\$ 13 bilhões destinados à agricultura familiar para custear a safra 2008/2009 desse segmento. De acordo com dados do Banco do Brasil, principal operador nacional de recursos públicos para o setor agropecuário brasileiro, foram destinados quase R\$ 90 bilhões ao agronegócio, entre 2003 e 2008. Segundo informações divulgadas pela imprensa em maio de 2009, esse valor é 212% superior ao que o Banco emprestou à agricultura familiar (SAUER, 2010).

O autor ainda nos lembra que existem outras linhas de crédito específicas para o setor do agronegócio, como também para agricultores intermediários<sup>48</sup>, o que não foi contabilizado nestas comparações de créditos destinados à agricultura familiar<sup>49</sup> em relação à denominada agricultura patronal – apenas para não mencionar novamente o termo agronegócio – pois, embora, conforme o próprio professor escreve: “os dados do Censo Agropecuário de 2006 confirmam que a agricultura familiar é a principal responsável pela produção de alimentos e pela ocupação da

---

<sup>47</sup> Na edição brasileira de nº33 de primeiro de abril de 2010, disponível em: <https://diplomatie.org.br/dinheiro-publico-para-o-agronegocio/>

<sup>48</sup> Como é o caso do PRONAMP (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural), crédito com juros subsidiados pelo Governo Federal para desenvolver a agricultura dos médios produtores.

<sup>49</sup> No caso também escapam aqueles agricultores de pequeno porte que não conseguiram acessar os recursos por falta de alguma documentação, como por exemplo a certidão negativa da matrícula do imóvel rural ou a DAP (declaração de aptidão ao PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Federal), o que exclui muitos que trabalham em terras em inventários, ou possuem contratos/parcerias informais, ou encontram-se em situação de posseiro, ou ainda outras que os impedem de procurar a casa da agricultura de seu município, como a própria falta de conhecimento dessas linhas de créditos.

mão de obra no campo, contrastando com o modelo baseado na concentração da renda e na desigualdade social” (*idem*). O que, de certo modo, acaba tornando a agricultura familiar mais “patronal” do que o latifúndio, diferentemente do que desejam transmitir com a ideia de geradores de empregos no campo, o que ficou comprovado como grande falácia, da mesma forma, através desse artigo, constatamos que trata-se de uma velha “locomotiva do país”, que depende de empurrões deste, além de queimar muita madeira pra andar e jogar muita fuligem por onde passa, deixando o povo na fuligem a ver fumaça.

Fato este que cabe ressaltar a sua presença nas políticas de governo, como aponta Graziano:

Esse subsídio à aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas é condição *sine qua non* da sua demanda efetiva [...] embora pareça apenas um privilégio do setor agrícola, não deixa de ser também um crédito ao consumidor, como tantos financiamentos no país: o Governo paga para que a agricultura ajude a indústria. Mas não a indústria em geral e sim a grande indústria, o grande capital. (GRAZIANO *apud* GRAZIANO NETO, 1985).

De acordo com a ANDA<sup>50</sup> o recorde de entregas de adubos foi em 2018, sendo o Mato Grosso o líder, seguido pelo Paraná, o total entregue e consumido no Brasil foi de 35.506 mil ton.

As entregas de fertilizantes ao mercado encerraram o mês de dezembro/2018 com 2.370 mil t, registrando crescimento de 0,5% em relação ao mesmo mês de 2017, quando foram entregues 2.358 mil t e no acumulado de janeiro a dezembro/2018 foram entregues 35.506 mil t, registrando crescimento de 3,1% em relação ao ano 2017, quando foram entregues 34.439 mil t (ANDA, 2007, pE5).

Sobre o consumo de agrotóxicos os dados também são alarmantes, batemos o recorde no consumo de venenos agrícolas, mesmo com tantos avanços científicos e tecnológicos, ano após ano, o uso de agrotóxico torna-se cada vez maior, respeitando a regra biológica de seleção dos indivíduos das espécies alvo tornam-se resistentes à substância tóxica, mesmo no caso dos transgênicos, sob o pretexto de utilizarem menos venenos, o que acaba ocorrendo é o oposto:

mais de 75% das lavouras transgênicas cultivadas no Brasil são de soja transgênica da Monsanto tolerante ao Roundup (herbicida a base de glifosato). E, de fato, a difusão da soja transgênica no Brasil foi a principal responsável pelo maciço aumento no uso de glifosato nos últimos anos,

---

<sup>50</sup> Associação Nacional para a Difusão de Adubos, fundada em 1967. Elaborou relatório em parceria com o MAPA sobre o consumo desde 1950 até 2019. Disponível em: [http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-tematicas/insumos-agropecuarios/2019/100degro/100a\\_ctia\\_18\\_03\\_2019david-1.pdf](http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-tematicas/insumos-agropecuarios/2019/100degro/100a_ctia_18_03_2019david-1.pdf)

que saltou de 57,6 mil para 300 mil toneladas entre 2003 e 2009, segundo dados divulgados pela Anvisa<sup>3</sup> (LONDRES, 2020?).

A lógica de funcionamento do capital no agronegócio leva ao colapso econômico, primeiro dos pequenos, depois dos médios e por fim dos grandes, o que na prática, para fechar a conta recorrem ao poder público, isso mesmo com as super safras, ano após ano, o recorde de produção de soja é batido, além de outras culturas que também avançam, como o milho e álcool. Que por outro lado, retiram o espaço das matas e de outras lavouras que alimentam o povo brasileiro, que vem diminuindo a produção ano após ano, como é o caso do feijão, o qual dobrou de preço em menos de um ano. Poderíamos concluir que isso deve-se aos resultados das culturas de soja e milho serem mais lucrativas, mas não é o que as pesquisas indicam:

Um outro estudo, da Universidade de Nebraska (EUA), conduzido por dois anos, também colocou em xeque as vantagens das plantações de soja *Roundup Ready*, da empresa Monsanto, modificada para ser resistente ao herbicida glifosato (ou *Roundup*), da mesma empresa. Ao comparar plantações alteradas e não-alteradas, o estudo mostrou que as colheitas foram de 5% a 10% maiores para os cultivos não-transgênicos (*Folha de São Paulo*, 03/08/01).

O caso dos cultivos *Bt* é parecido. Estudos de Hal Wilson, do Departamento de Entomologia da Universidade do Estado de Ohio (EUA) indicam, após três anos de comparação, que não há diferença de produtividade entre os cultivos *Bt* e os convencionais.

De todas as pesquisas independentes às quais tivemos acesso, a única que relata aumentos de produtividade relacionados ao uso de sementes *Bt* foi um estudo publicado em novembro de 2001 por Charles Benbrook. Ele relata os resultados econômicos do cultivo de milho *Bt* nos Estados Unidos durante o período de 1996 a 2001. Benbrook constata que o milho *Bt* foi capaz de proporcionar ganhos de produtividade da ordem 6,95 milhões de toneladas, mas que este ganho não compensou o aumento dos custos de produção, o que resultou para os agricultores americanos um prejuízo líquido de US\$ 92 milhões ao longo deste período (ver item *custos de produção*).

É necessário considerarmos ainda um outro fator relacionado aos custos de produção, que não costuma ser citado pelas empresas de biotecnologia ou por aqueles que defendem o uso das sementes transgênicas. As empresas que desenvolvem os cultivos resistentes a herbicidas estão tentando transferir o máximo possível dos custos por hectare com herbicidas para as sementes, através do seu preço (em média 20 a 30% mais caras do que as sementes convencionais) e/ou das taxas de tecnologia. Em Illinois (EUA), a adoção dos cultivos resistentes a herbicidas criou o mais caro sistema “semente + controle de mato” para soja da história moderna: entre US\$ 98,80 e US\$ 148,00 por hectare. Três anos antes este custo era de US\$ 64,22 por hectare e representava 23% dos custos variáveis. Hoje eles representam 35 a 40% destes custos (Benbrook, 1999).

Num estudo publicado em novembro de 2001, Charles Benbrook avalia os custos de produção do milho *Bt* nos Estados Unidos durante os últimos cinco anos. Os resultados obtidos mostram que os agricultores america-

nos pagaram pelo menos US\$ 659 milhões a mais para plantar milho *Bt* do que teriam pagado usando sementes convencionais, enquanto o aumento de sua colheita foi de apenas 6,95 milhões de toneladas – equivalentes a aproximadamente US\$ 567 milhões em ganho econômico. O resultado para os agricultores foi um prejuízo líquido de US\$ 92 milhões – cerca de US\$ 3,24 por hectare.

Para atestar este fato, podemos citar um informe publicado em 3 de maio de 2001 pelo Dr. Charles Benbrook, do Centro de Ciência e Política Ambiental do Noroeste, de Idaho (EUA), que confirma os resultados de outros estudos do mesmo centro de pesquisa. O trabalho mostra que a produtividade da soja transgênica é, em média, 2 a 8% menor do que das variedades convencionais. (LONDRES, 2020?).

Portanto, o que se vê, é que a comercialização dos transgênicos está relacionada ao uso de agrotóxicos, sendo o segundo condição *sine qua non* para a primeira. Também fica visível a diminuição da produção transgênica em relação ao cultivar convencional, o que configura uma priorização da indústria de insumos agrícola em relação à agricultura, pois dessa forma, os lucros ficam grande parte nas sementes e outra grande parte no veneno, por outro lado, o agricultor, ou produtor rural e até mesmo grupos empresariais de investidores na agricultura, ficam com suas margens de lucros reduzidas, uma vez que tornam-se dependentes das empresas fornecedoras de insumos, desse modo, as sementes se tornaram uma mercadoria importante neste ramo, no qual, dependendo da cultura a ser plantada, um quilo (Kg) pode ultrapassar mil reais.

### **3.6 A aliança do agronegócio com a política**

Como vimos ao longo do segundo capítulo, a política brasileira sempre esteve atrelada ao setor latifundiário brasileiro e mais recentemente com maior influência da burguesia industrial em uma aliança em torno do capital. Em pleno século XXI, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), conhecida como bancada ruralista permanece majoritária, mesmo teoricamente findado o tempo do coronelismo com o voto de cabresto. A principal causa é o poder econômico do setor, que como vimos há pouco, envolve diversos ramos da indústria e do mercado financeiro.

Como afirmamos no capítulo anterior, essa relação de abertura do mercado e financiamento estrangeiro não era uma política nova no Brasil. Já mencionamos que a abertura dos portos se deu com a vinda da Coroa e que ainda antes, durante a colonização das Capitânicas Hereditárias, houve um investimento externo no capital inicial dos engenhos de açúcar. Este financiamento por bancos estrangeiros não deixou de existir durante todos os séculos posteriores, inclusive, como vimos, foi fundamental no desenvolvimento do “Ciclo do Café”, assim perdurou

durante a Primeira República, crescendo ainda mais nas décadas seguintes. Fato que Marx (2017) também tratou na obra anteriormente mencionada, porém na análise do processo histórico da Assim chamada acumulação primitiva (capítulo 24, do Livro I, de O capital), como analisamos anteriormente.

Também sabemos que o setor agrário permaneceu desempenhando um papel importante na política, devido ao poderio econômico dos coronéis, isto é, dos latifundiários, tratava-se de uma histórica oligarquia agrária nacional de ancestralidade europeia, em que seus descendentes foram ocupando cargos públicos, espaços, profissões de elite, dessa forma o poder passa do econômico para o político e cultural de modo geral, ou seja trata-se da consolidação de uma hegemonia aristocrática burguesa de origem descendente dos europeus. Isso ocorre desde o nascimento da política brasileira, com seus títulos e poderes concedidos pela Coroa, exercendo influência no sistema de eleição municipal, estadual e federal<sup>51</sup>, não foi diferente na Primeira República, em que o voto ainda era aberto o que favorecia o “voto de cabresto”, formando os “currais eleitorais”, mesmo que possamos pensar que o movimento abolicionista foi vitorioso<sup>52</sup> e derrubou a aristocracia mais retrógada, ainda assim, esta permaneceu e continua existindo, ora mais declaradamente, outrora mais discretamente nos grupos transnacionais do agronegócio que permeiam a política, na qual predominam homens brancos milionários com tradição na política e detentores de terras/posses, ou seja, à grosso modo não mudou muito o perfil dos governantes do Brasil ao longo do tempo.

A elite agrária sempre esteve no poder, seja na Monarquia, ou na República, na política “café com leite” ou ainda no Estado Novo e na República Populista, cabe lembrar que Getúlio Vargas era um fazendeiro do rio Grande do Sul, como também durante a Ditadura Militar em que muitos Generais e políticos, possuíam – ou adquiriram indevidamente, como veremos adiante – terras, bem como na redemocratização (CASTILHO, 2012), período em que ainda estamos, mesmo que enfrentando retrocessos através de uma militarização do governo e das instituições públicas.

---

<sup>51</sup> Lembrando que na estrutura da Monarquia brasileira existiam quatro poderes: o Poder Moderador, do monarca e soberano aos outros três; o legislativo, composto por senadores (federal), deputados e vereadores, ambos eleitos por homens livres com posses; o executivo, que eram também eleitos para administrar as localidades estaduais e municipais; e o judiciário que era ocupado por nomeação do monarca.

<sup>52</sup> Existe uma polêmica sobre essa temática, de fato, o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, mesmo que havendo uma parcela ainda resistente ao fim desta, diversos fatores contribuíram para a consolidação da abolição, dentre eles, o próprio movimento de resistência dos quilombos, a pressão externa promovida pela Inglaterra, também pesa a participação de figuras públicas importantes nos jornais da época – dentre eles destacam-se Joaquim Nabuco e Machado de Assis – mas não menos importante, a melhor resposta econômica das fazendas em que havia trabalho livre. Mas, mesmo assim, veremos que ainda existe trabalho análogo ao escravo no Brasil, inclusive projeto de Lei para legalizar este, por mais absurdo que seja.

Para melhorar nossa análise, devemos considerar o início da industrialização no Brasil, ao menos no que tange a agricultura e pecuária, uma vez que não podemos igualar o manejo do solo e dos animais do período colonial com a República Velha, pois são distintas formas de cuidados e causam impactos sociais, ambientais e econômicos na sociedade brasileira em momentos diferentes com consequências próprias, sedo assim recuperaremos alguns fatos históricos em uma perspectiva sucinta. Segundo João Pedro Stédile<sup>53</sup>:

O ano de 1930 marca uma nova fase da história econômica brasileira, com influências na questão agrária. Com a crise do modelo agroexportador, há uma crise política e institucional no país, sendo que as elites abastadas, as classes dominantes amplamente hegemônicas – já que a maioria da população vivia em condições de escravidão e uma outra parte estava isolada nos confins dos sertões – eram as únicas que tinham presença político-institucional. O resultado da crise provocou a queda da monarquia e o estabelecimento da República, num golpe militar realizado pelo próprio Exército da Monarquia, sem nenhuma participação popular. Produziu também um movimento de protesto dos tenentes, o único segmento social das classes menos favorecidas com acesso ao estudo nas academias militares. Depois, tivemos a coluna Prestes, como resultado do tenentismo. E, enfim, em 1930, setores das elites da nascente burguesia industrial dão um golpe, fazem uma “revolução” política por cima, tomam o poder da oligarquia rural exportadora e impõem um novo modelo econômico para o país. Surgiu, então, o modelo de industrialização dependente, na conceituação dada por Florestan Fernandes, conceito esse derivado do fato de a industrialização ser realizada sem rompimento com a dependência econômica aos países centrais, desenvolvidos, e sem rompimento com a oligarquia rural, origem das novas elites dominantes (STEDILE, 2012, p.30).

Com o golpe de 1930, que teve sua origem no descontentamento decorrente da crise de 1929, a qual obrigou o Brasil a adotar novamente medidas intervencionistas na economia do café, este ao mesmo tempo que foi socorrido pelo Estado (com empréstimos vindos novamente de bancos estrangeiros), que comprava um terço da produção, tendo até que queimar café devido ao imenso estoque acumulado ao longo de anos e o constante aumento das áreas de produção e recordes de produção, ao mesmo tempo que foi com o dinheiro vindo da economia do café que se suportou essa crise, pois mesmo com empréstimos e vendas adiantadas de café, ainda assim, se manteve os empregos e consumo interno (FURTADO, 1997). Para o economista e líder do MST, João Pedro Stédile:

---

<sup>53</sup> Economista, grande referência na temática “A Questão Agrária no Brasil”, organizador e apresentador da coleção de nove volumes do mesmo nome da temática, também é estudioso das reformas agrárias em outros países, publicou recentemente capítulos no livro que organizou sobre as “Experiências Históricas de Reforma Agrária no Mundo”, é a principal liderança nacional do MST, efetuando diversas palestras e participações em inúmeros eventos no Brasil todo.

Alguns estudiosos chamaram esse período de projeto nacional desenvolvimentista; outros, de Era Vargas, pois o projeto político foi coordenado pela liderança política de Getúlio Vargas, que governou o país de 1930 a 1945. Do ponto de vista da questão agrária, esse período se caracteriza pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria. As oligarquias rurais continuam donas das terras, continuam latifundiárias e produzindo para a exportação, mas não mais detêm o poder político. As elites políticas – a burguesia industrial, agora no poder – fazem uma aliança com a oligarquia rural, tomam seu poder, mas a mantêm como classe social, por duas razões fundamentais: primeiro, porque a burguesia industrial brasileira tem origem na oligarquia rural, da acumulação das exportações do café e do açúcar, ao contrário dos processos históricos ocorridos na formação do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos. A segunda razão: o modelo industrial, como era dependente, precisava importar máquinas, e até operários, da Europa e dos Estados Unidos. E a importação dessas máquinas só era possível pela continuidade das exportações agrícolas, que geravam divisas para seu pagamento, fechando o ciclo da lógica da necessidade do capitalismo dependente (*ibidem*).

Portanto, mesmo perdendo parte da representação do poder político no executivo federal, ainda assim se mantiveram no poder em seus diferentes níveis, pois como classe detentora de recursos econômicos tinham “poder de barganha”, uma vez que a indústria ainda incipiente dependia do saldo positivo na balança econômica vindo da agricultura e pecuária, a qual poderia transferir seus recursos (através de impostos, fundos e investimentos) para o processo de industrialização que necessitava das importações, desde maquinários à mão-de-obra. Desse modo, a industrialização brasileira era dependente da agricultura nacional e da indústria estrangeira, a qual passaria a interessar-se no mercado consumidor brasileiro a partir desse período, embora apenas na década de 1970 iria se concretizar mais efetivamente e o nosso país passaria a ser industrializado.

Outro motivo que assegura a oligarquia rural nos bastidores do poder são as alianças estabelecidas pelas relações interpessoais existentes entre as pessoas que compõe essas classes, ou seja, de algum modo existe um vínculo de amizade e sobretudo familiar, pois o país ainda possuía sua base financeira e populacional no meio rural, então por mais que algumas cidades existissem há um certo tempo, ainda assim, seus casarões e palacetes eram oriundos das riquezas advindas do campo, o que torna a oligarquia rural progenitora da classe burguesa urbana, que criará efetivamente a indústria brasileira, porque ao terem percebido a oportunidade de diversificar os negócios e serem empreendedores, com seus filhos educados no exterior, com ideias mais modernas, acreditam ser este o futuro financeiro da economia do país.

Se de um lado nós temos o início da industrialização, também teremos concomitantemente as organizações populares dos operários e dos trabalhadores rurais, bem

como a organização pela reforma agrária, contudo, por outro lado, já existiam as associações representantes da agricultura patronal latifundiária. As quais exerciam grande força de negociação do setor com o governo, ainda que enfrentassem disputas internas entre as duas associações representativas, a SRB<sup>54</sup>, que chegou a ter o seu presidente como ministro da agricultura durante o futuro governo Jango; e a SNA<sup>55</sup> que era mais antiga e conservadora, contudo, ambas representavam a aristocracia agrária brasileira, sendo assim, mesmo em disputa não eram antagônicas em projetos políticos para o desenvolvimento rural (CHÃ, 2018).

Desse modo, os coronéis sempre estiveram articulados e por trás do mando no governo, se não visivelmente, atuantes nos bastidores, se permitindo terem derrotas quando garantida a sua propriedade e os seus lucros, como foi o caso, vale lembrar, da abolição da escravatura, a qual rendeu longas discussões e negociações, que acarretaram na procrastinação do fim da escravidão nos tornando o último país a (legalmente, pois na prática ainda ocorre) proibir o trabalho escravo, primeiro com a Lei do ventre livre, de 1850, depois com a Lei Áurea em 1888, assinada na fazenda Sta. Cruz, da família do monarca Dom Pedro II.

Esse fato foi estruturante da sociedade brasileira, mesmo após um século e meio ainda encontramos os vestígios deixados pela aristocracia que reluta em deixar seu posto de dominação na sociedade, controladores dos meios de comunicação, detentores dos recursos financeiros, de cargos políticos, de donos de terras, enfim, com maiores condições para perpetuarem uma consequência da escravidão, a miséria da população despossuída, a qual é negado cada vez mais o direito à educação de qualidade, saúde, habitação, lazer, esporte, cultura, enfim, restando apenas a sobrevivência, ainda ameaçada pela crescente violência nas periferias, provocada em grande parte pelo próprio Estado. Isso se deve ao desdobramento do nosso processo histórico, o qual não passou, desde finado o tempo de cativo, por uma política de reestruturação social, de reformas de base, as quais foram pautadas, mas sempre que ameaçadas as elites econômicas e fundiárias, que se misturam, se unem com a faixa da família, tradição e propriedade (TFP) para se perpetuarem secularizadas no poder. Vejamos o caso do Golpe Militar de 1964.

Ainda no estado democrático de direito, o ministro da agricultura do governo que viria a ser deposto ficou favorável a intervenção militar (CHÃ, 2018), onde se vê que sua presença no ministério apontava para uma política do *agrobusiness*, ainda que se falasse em reforma agrária durante o mandato de Jango (MORRISAWA, 2001), como veremos mais adiante no capítulo

---

<sup>54</sup> Sociedade Rural Brasileira, fundada em 1919, em São Paulo com uma perspectiva mais moderna (MENDONÇA 2010)

<sup>55</sup> Sociedade Nacional da Agricultura, fundada em 1897, no Rio de Janeiro, sempre influenciou a política pela ótica da classe dominante.

específico sobre a necessidade da reforma agrária, o ministério praticava uma política voltada para a modernização da agricultura, como vimos anteriormente, as relações internacionais apontavam para os interesses da indústria de insumos agrícolas, o que provocava uma pressão, ou até mesmo intervenção política e econômica nos países emergentes.

A intervenção norte americana no golpe militar de 1º de abril de 1964 não é mais novidade para nós depois da abertura dos arquivos secretos como fonte de evidências empíricas de envolvimento dos EUA em orquestrar um plano de instabilidade e contingências no Brasil nos anos pré-golpe militar e durante os seguintes (FICO, 2008). Fazia parte da política<sup>56</sup> dos EUA o investimento na educação e na agricultura do Brasil, através de acordos entre o MEC<sup>57</sup> e o Ministério da Agricultura<sup>58</sup> com a USAID<sup>59</sup> e CONTAP<sup>60</sup> (CHÃ, 2018), além da participação da CIA<sup>61</sup> e USIS<sup>62</sup> na política com altos valores investidos formalmente na mídia (rádio, TV's, cinema, livros e etc.), em viagens e intercâmbios, também informalmente em partidos e eventos como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, assim como em manobras e intervenções militares – exemplo disso foi a operação Brother San (FICO, 2008).

Desse modo, esta participação norte americana na política contribuiu para o modelo de desenvolvimento agrário adotado no Brasil, pensado para o grande latifúndio agroexportador e consumidor de insumos importados, assim como tecnologia, incluindo também maquinário, assistência (“conhecimento”) e “cultura” (ideologia). O golpe de 1964 foi fundamental para o projeto político dos EUA e das elites brasileiras que se sentiam ameaçadas pelo amadurecimento dos debates e conflitos da época no que diz respeito à questão agrária, como apresentaremos mais profundamente em outro capítulo, contudo, adiantamos de modo breve, se pretendia modificar a estrutura agrária do país, a qual não foi permitida, desse modo restou apenas a expropriação do campesinato. Segundo Caio Prado Júnior, “Se pois houve alguma modificação de 1964 a esta parte, foi no sentido de consolidar, repetir sob novas formas e estender os velhos padrões, no fundamental do passo colonial, isto é, o fornecimento e disponibilidade de mão-de-obra de fácil exploração e custo

---

<sup>56</sup> Conhecida como Doutrina Truman, que se pautava em medidas anticomunistas, dentre elas a criação da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte – NATO em inglês), OEA (Organização dos Estados Americanos), o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), dentre outros. Assim como, das instituições e leis de segurança nacional nos EUA e em outros países como o Brasil, incluindo a Operação Condor com o apoio da CIA nos anos 70. (STEFAN)

<sup>57</sup> Ministério da Educação do Brasil

<sup>58</sup> Atual MAPA, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, que inclui a pasta da agricultura familiar, anteriormente pertencente ao extinto MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário.

<sup>59</sup> Agência do desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos

<sup>60</sup> Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso

<sup>61</sup> Central Intelligence Agency – Agência Central de Inteligência, criada em 1947 como parte da política anticomunista. (STEFAN)

<sup>62</sup> United States Information Service

mínimo” (PRADO JR, 1979, p.9). A qual perdura, com poucas alterações até os dias de hoje, Guilherme Delgado nos resume nas seguintes proposições:

De maneira muito sintética, podemos caracterizar esse período dos meados dos anos 1980 ao final dos anos 1990 como uma transição entre duas grandes alianças do poder agrário com o Estado: 1) 1965-1985 (modernização conservadora); e 2) anos 2000 (economia do agronegócio) (DELGADO, 2013b).

Portanto, a nossa política sempre esteve submissa aos anseios do mercado mundial, o qual nos viu como fornecedores de produtos primários e consumidores de insumos necessários para a produção daqueles, nos tornando o último reduto de produtos altamente tóxicos (muitos deles proibidos em outras nações, as quais são sedes das multinacionais) e nos posicionamos como líderes no consumo de agrotóxicos, tanto nas lavouras, quanto nos resíduos encontrados em nossos alimentos, que ultrapassam em muito os limites (que já são altos, se comparados com de outros países) estabelecidos pelos órgãos de vigilância (LONDRES, 2011), que são sucateados pelo Estado para serem coniventes com esse tipo de situação, bem como a utilização exagerada de adubos químicos altamente solúveis.. Exploraremos melhor essas questões relativas ao uso de venenos no tópico sobre os danos ambientais causados pelo agronegócio, assim como no tópico sobre as consequências sociais provocadas pelo agronegócio.

No livro de Castilho (2012) encontramos diversos casos de grilagem e de trabalho escravo e/ou infantil envolvendo políticos brasileiros, dentre eles podemos destacar o ex-presidente Michel Temer, dentre vários outros políticos que forjavam ou alteravam documentos a fim de ampliar ou “adquirir” posses, o mais impressionante é que em alguns casos é declarado ao TSE que as terras declaradas são da Federação, ou seja, eles assumem a grilagem e não são punidos, ainda podem ganhar um mandato com foro privilegiado. Mas não se trata de prática exclusiva de políticos “profissionais”, mesmo nos grandes grupos latifundiários do agronegócio, como a CUTRALE<sup>63</sup>, ou Aracruz Celulose<sup>64</sup>, o governo fecha os olhos para as irregularidades dessas gigantescas empresas do agronegócio, como o uso de terras devolutas, assim como a invasão de reservas indígenas e parques naturais, configurando “grilagem” de terras, além de atuarem sem licença ambiental, ou outorga d’água, enfim, são criminosos com poder econômico e político que

---

<sup>63</sup> São 2,6 mil hectares de terras que a União comprou em 1909 destinadas à reforma agrária (INCRA) mas que a Cutrale age ilegalmente por meio da Fazenda Santo Henrique, entre os municípios de Iaras, Borebi e Lençóis Paulistas, no interior de São Paulo, segundo a reportagem da Folha de São Paulo, publicada em 10/10/2009, disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u636365.shtml>

<sup>64</sup> A Aracruz Celulose invadiu 11 mil hectares de terras em reserva indígena no Espírito Santo e o Ministro da Justiça do FHC permitiu que continuassem explorando a área (CASTILHO, 2012).

ocupam a grande parte do solo brasileiro, são no mínimo<sup>65</sup> 42% da área agricultável brasileira em mãos de latifundiários, no caso adotamos o termo aqueles que possuem mais de mil hectares de terras.

É importante destacar que o agronegócio está ligado aos políticos da tradição oligárquica brasileira, mas não para aí, eles conseguem adesão nos setores mais progressistas também, como o PDT, o PT e até mesmo o PCdoB, dentre outros com socialista ou trabalhadores no nome, o que contribui a situarmos como partidos de centro-esquerda. A pesquisa de Alceu Luís Castilhos, publicada no livro *Partido da Terra: como os políticos conquistam o território brasileiro* (publicado pela editora contexto em 2012), constatou que existe um grupo de no mínimo 13 mil políticos com imóveis rurais registrados no próprio nome conforme a auto declaração entregue por estes ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) somente em 2011. Desse modo, ficam de fora desses dados dos imóveis em nome de parentes, “laranjas” e de políticos não eleitos, nem daqueles que não se candidataram às eleições de 2012, bem como dos que se elegeram, mas declararam não possuir imóveis, embora possuam no nome de suas empresas, ou até mesmo no próprio nome, em alguns casos (CASTILHO, 2012).

Os ruralistas contam com a maior bancada parlamentar, a FPA, a bancada ruralista, em que constam declaradamente 216 deputados federais e 16 senadores ligados diretamente à pauta do agronegócio, conforme o site da FPA, ainda recebem o apoio de outros grupos políticos, como a bancada evangélica e a bancada militar, os três formam o apelidado BBB (Boi, Bíblia, e Bala), que compõe o setor mais conservador do Congresso. Estes, ao mesmo tempo que impedem a pauta progressista, trabalham para o avanço dos transgênicos, dos venenos, desmatamentos, da grilagem (como foi o caso da MP 910<sup>66</sup>) e vendas das nossas riquezas naturais e estatais, favorecendo a estrangeirização das nossas terras, minérios e águas, além de aumentarem e disseminarem a violência no campo e na cidade, também favorecem a aniquilação cultural dos povos tradicionais, conforme veremos no tópico sobre as consequências sociais provocadas pelo agronegócio. Sauer e Leite afirmam que:

---

<sup>65</sup> No caso ficam de fora dos dados do INEP as áreas arrendadas de proprietários pequenos e médios, mas que integram o sistema de produção do agronegócio, porém essa é uma prática muito comum. Também ficam excluídos as áreas de invasão, sejam em terras devolutas, reservas indígenas, parques naturais, reservas extrativistas, enfim, áreas não pertencentes legalmente ao “agronegócio”, porém utilizadas muitas vezes.

<sup>66</sup> A Medida Provisória 910 previa a regularização de terras na Amazônia, privilegiando grupos de grilagem e desmatamento após o marco regulatório de 2008 com o Novo Código Florestal, pois os isentava de punições e beneficiava-os com os títulos de posses de até 15 módulos fiscais, o que na região representa 1500 hectares, ou seja, o latifúndio, o agronegócio que avança sobre a região.

Em se tratando de acesso à terra, é fundamental reconhecer, ainda, que vigora uma situação de ilegalidade e instabilidade jurídica no Brasil, facultando aquilo que Delgado (2005) denominou de “frouxidão da política agrária”, rebatendo inclusive no processo de apropriação de terras por estrangeiros. Conforme já mencionado, a legislação brasileira nunca estabeleceu qualquer limite à propriedade da terra (DIAS et al., 2001), nem mesmo para pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, apesar da edição da Lei n. 5.709, de 1976. As restrições nunca tiveram efeito prático, especialmente pela falta de fiscalização e controle sobre as aquisições de terras, inclusive devido à distância entre o discurso nacionalista e as políticas de abertura ao capital internacional do regime militar (SAUER et LEITE, 2002, p.507).

Este é mais um de muitos problemas que envolvem uma política voltada para o agronegócio. Outro é relativo à pecuária, mais precisamente ao gado. Segundo Alceu Castilho (2012), as investigações que dizem respeito à lavagem de dinheiro apontam que boa parte do dinheiro de fonte ilegal converte-se em recursos limpos a partir de imóveis superestimados (muitas vezes ocorre o oposto, são subestimados os valores dos imóveis para não haver uma incompatibilidade de bens em relação à renda – embora mesmo assim ocorra, mas raramente são investigados) e da pecuária, que opera com facilidade em superfaturar notas de compra e venda de gado, ou ainda emitir notas frias de garrotes, ou superestimar o rebanho, enfim existem diversos mecanismos que são de difícil fiscalização para o Estado, o qual é também algumas vezes corrompido por parte de empresas privadas e funcionários públicos que possuem interesses particulares em relações extraoficiais com os diferentes poderes e agentes envolvidos, em outros casos, segundo o jornalista premiado, os políticos subestimam seus rebanhos, a fim de não declarar o montante real de seus bens, porém eles oscilam nesses valores de um ano ao outro de forma extraordinária, sem nenhuma lógica e mesmo assim, raramente são abertos inquéritos para investigar esses casos, os quais podem multiplicar (ou diminuir) mais de cem vezes depois de 2 anos.

O fato é que a corrupção se estende do mais alto escalão dos governos e das empresas até os níveis mais baixos das mesmas, não que todas as pessoas são corruptas, também não se aplica essa generalização na classe dos políticos, todavia, nos parece exceção aqueles que denunciam. Neste sentido diversos servidores públicos são atuantes dentro das instituições que existem para investigar e combater a corrupção, dentre elas, além do ministério público e das corregedorias, a Polícia Federal desempenha um importante trabalho, o qual esteve mais evidente nestas últimas duas décadas, exemplo mais evidente desta atuação coercitiva de corrupção ativa e passiva foi a operação deflagrada pela PF denominada Operação Carne Fraca<sup>67</sup>. Para Alves

---

<sup>67</sup> No início de 2017, divulgada amplamente na mídia nacional e internacional o caso de corrupção de agentes

Filho e Piovezani (2020) “A operação, desta vez de forma “contudente”, evidencia a corrupção associada ao corpo político. Ela se inicia se referindo a um diálogo captado pela polícia em que diretores da BRF discutem uma tentativa de extorsão de sujeitos exercendo cargos públicos indicados por políticos.”, diferente de outras abordagens midiáticas que condenaram a PF por ter causado uma crise econômica no setor, o que elucida mais uma vez a aliança entre a mídia e o agronegócio.

Ou seja, torna-se complicada as investigações, pois esbarram em figuras importantes da política federal, as quais algumas vezes também estão envolvidas em outros esquemas ilegais, por exemplo o caso do Helicoca<sup>68</sup>, o helicóptero do Aécio Neves (PSDB) que foi flagrado com 500 quilos de pasta base de cocaína, o qual teria decolado de uma das fazendas do Governador, na época, de Minas Gerais, o mesmo que recebeu recursos públicos para a construção de um aeroporto particular em uma fazenda de seus familiares.

Apesar de vizinhos da fazenda e outros moradores do município assegurarem que a Guará pertence ao presidente do Cruzeiro, o imóvel não consta da declaração de bens do deputado entregue à Justiça Eleitoral em 2010, quando se apresentou como primeiro suplente do senador eleito Itamar Franco (PPS). Ao contrário, a julgar pelo documento, Perrella nem mesmo pode ser considerado rico. Depois de dois mandatos parlamentares, um como deputado federal e outro como estadual, e de dez anos na direção do Cruzeiro, ele informa ter um patrimônio de apenas R\$ 490 mil. Oficialmente, a Guará é de propriedade da Limeira Agropecuária e Participações Ltda. Segundo a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, 95% das cotas da empresa são divididas entre os filhos de Perrella: a estudante Carolina Perrella Amaral Costa, de 25 anos de idade, e o deputado estadual Gustavo Henrique Perrella Amaral Costa (PDT), de 27 anos. Um sobrinho do presidente do Cruzeiro, André Almeida Costa, de 29 anos, detém os restantes 5% das cotas da Limeira e figura no documento como administrador da Fazenda Guará. (R7:)

Outro político envolvido no mesmo episódio do Helicoca, foi o Zezé Perrella (PDT-MG), ex-deputado e suplente de senador, também presidente do clube Cruzeiro (a propósito, outro lugar onde o político “lava” dinheiro, segundo investigação da PF)<sup>69</sup>. Não é tão diferente com o atual presidente, que teve em uma das aeronaves da FAB, em sua comitiva, 39 quilos de cocaína apreendida na Espanha, conforme noticiado<sup>70</sup>, mas este já é outro caso. Voltando aos

---

públicos na fiscalização da qualidade dos serviços de frigoríficos de grandes marcas no Brasil, como a Friboi e a Sadia.

<sup>68</sup> Ganhou timidamente os noticiários televisivos em rede nacional, como no JN da Globo e na mídia impressa, como na Folha e no Estadão. Nos referenciamos na reportagem da Folha de São Paulo, disponível em:

<sup>69</sup> Na mesma reportagem encontra-se: “A Polícia Federal já investiga a suspeita de enriquecimento ilícito de Zezé Perrella. Trata-se de um inquérito referente à gestão do cartola no Cruzeiro Esporte Clube. Em maio do ano passado, o deputado e o irmão dele, Alvimar de Oliveira Costa, foram acusados de lavagem de dinheiro e evasão de divisas na venda do jogador Luisão”

<sup>70</sup> Ganhou diversas manchetes no Brasil e no mundo, usamos a matéria do El País:

latifundiários, é possível estabelecer relações entre os políticos e o narcotráfico associado ao agronegócio, uma vez que utilizam a mesma estrutura física, recursos humanos – leia-se milícias, homens armados, capangas, pistoleiros, militares corrompidos – e logística de aeronaves, embarcações e caminhões, bem como notas fiscais e títulos para lavagem de dinheiro advindo do tráfico, como declarou o “Fernandinho Beira Mar”, principal nome do crime organizado detido, Alceu Castilho (2012) afirma que:

No sul do Pará, o roteiro da violência passa pelo crime organizado. O tráfico de madeiras liga redes de “empresários” a fazendeiros e pistoleiros. Um dos nomes investigados em São Félix do Xingu é o de Leonardo Dias Mendonça – um dos grandes traficantes de drogas do país. Mas os relatórios policiais citam também um político que já presidiu o senado: Jader Barbalho (PMDB) (CASTILHO, 2012, p. 206).

Mas para retomarmos o tema do agronegócio e a política, deixando de lado as relações com os narcóticos, vamos mencionar o ex-presidente FHC, que tinha como operador o “Nê”, conforme nos relata Alceu Castilho, no livro *O protegido*, dedicado exclusivamente ao caso das fazendas de Fernando Henrique Cardoso.

Dentre os políticos latifundiários, destacamos os com maior influência política e também com quantidades enormes de terras, um deles é o ex-ministro da agricultura, Blairo Maggi, que além das terras declaradas ao TSE, ele também possui empresas que têm terras, estas totalizam 275 mil hectares, em sociedade com o prefeito de Lucas do Rio Verde (CASTILHO, 2012). Essa é uma prática comum no meio político, que permeia de vereadores até presidentes, trata-se de uma forma de dificultar a origem de suas fortunas, sob o pretexto de diversificação de atividade, embora nos casos levantados por Alceu Castilho, todos os empreendimentos possuem relação com a agropecuária. A liderança da lista disponível no TSE é puxada pelo deputado federal João Lyra (PTB-AL), que possui uma Usina de álcool e açúcar no valor declarado de 213 milhões, a qual utiliza, no mínimo a área aproximada de 119 mil hectares, porém parte desta é arrendada de outros proprietários (65.770 hectares), sendo que os 53.108 hectares pertencentes ao grupo estão distribuídos em diferentes escrituras, outra tática utilizada para dificultar a transparência nas informações, como é o caso de do ex-ministro das Comunicações, Eunício de Oliveira (PMDB-CE) “Dono de um patrimônio de R\$37 milhões [declarados], ele declarou a empresa santa Mônica Agropecuária e Serviços (criadora de suínos no Ceará) por R\$ 6,7 milhões. Ele não precisou o espaço ocupado pelos animais, mas contou que possui também pelo menos 73

propriedades rurais em Goiás, que somam R\$5,1 milhões” (CASTILHO, 2012, p. 87). Declaradamente são 4 milhões de hectares de terras – excluídas as registradas em nome de empresas – nas mãos de políticos eleitos em 2010.

De fato, existe uma aliança entre o agronegócio, o poder executivo e legislativo, a qual é percebida nitidamente nas doações para campanhas eleitorais. As empresas que mais realizaram doações aos candidatos da bancada ruralista foram empresas ligadas ao agronegócio, dentre elas, a Friboi, a Cutrale, Canson, Bunge e Mafrig, entre outras, as quais destinaram altas quantias para diversos políticos que representariam os interesses do agronegócio no congresso, nas comissões e nas câmaras, como também no executivo, desde a presidência federal às prefeituras municipais nas cidades em que as empresas possuem algum vínculo direto (*idem*). Em muitos casos essas empresas, assim como os políticos financiados, já estiveram envolvidas em processos jurídicos envolvendo grilagem de terras, trabalho escravo, lavagem de dinheiro, ou multas ambientais autuadas pelo IBAMA, enfim, as empresas não agem sem segundas intenções, se a finalidade delas é lucrar, o que justificaria a doação – legal – de 3,8 milhões, no caso da Cason, ou 2,7 milhões advindos da Bunge? O que está em jogo ficou explícito no caso da mudança para o novo Código Florestal de 2012 (*ibidem*), bem como na legalização dos transgênicos no Brasil em 2004, trata-se de maiores lucros no futuro. Desse modo compreendemos que o agronegócio e a política se misturam a ponto de se tornarem o mesmo em alguns casos, seja através das empresas dos políticos, ou do dinheiro de campanha oriundo das empresas que posteriormente irão lucrar com a política do governo, mesmo no caso dos governos do PT que sempre entregou o MAPA nas mãos dos ruralistas, retrocedendo em diversas pautas, desde a questão ambiental, que provocou um racha no partido, com a saída da então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que optou pela criação de outro partido, o Rede, como também em temas relacionados ao Incra e a Funai, conforme Delgado:

No caso da terra indígena, embora assunto ainda em aberto, a ministra da Casa Civil Gleisi Hoffmann já se apressou em prometer à bancada a retirada da Funai do processo de demarcação e sua remessa ao Ministério da Agricultura e Pecuária, tradicionalmente vinculado aos ruralistas. (DELGADO, 2013b, SP).

Comentamos do trabalho análogo ao escravo em propriedades de políticos e em empresas do agronegócio, mas cabe exemplificar e se dedicar um pouco mais sobre essa irregularidade presente no solo brasileiro. Castilho (2012) dedica grande parte do seu livro à questão do trabalho escravo relacionado aos políticos latifundiários e empresas do ramo, suas primeiras considerações dizem respeito aos argumentos de defesa dos políticos e empresários, trata-se de

não assumirem a responsabilidade sobre as evidências encontradas pelos agentes fiscais do ministério público, da PF e da Justiça do Trabalho. Os proprietários alegam não ter conhecimento da situação, jogam as responsabilidades para empresas terceirizadas, ou administradores, se isentando de culpa, desse modo dificilmente seus nomes entram na lista suja do trabalho escravo e muitas vezes não são nem julgados, fecham acordos com as partes envolvidas antes do caso ir ao tribunal, outras vezes são condenados a pagarem uma multa de valor baixo, ou destinam um valor irrisório (comparado à fortuna que possuem) à instituições de combate ao trabalho escravo, como também em programas de alfabetizações e outras punições mais brandas. São diversos os casos mencionados no livro, aqui citaremos apenas alguns para exemplificar a situação.

No Pará, houve alguns casos de trabalho escravo em fazendas envolvendo os prefeitos das cidades de: Paragominas; Abreu Figueredo; e Moju. Nas três cidades encontraram 40, 21 e 14 pessoas respectivamente, dentre eles haviam menores de dezoito anos, todos sem carteira assinada, em condições degradantes, sem água potável, sem banheiro, sem alojamento adequado, recebendo muito pouco – cerca de cem reais por mês – e impedidos de saírem das propriedades por terem contraído dívidas na própria fazenda para a aquisição de bens necessários para a sobrevivência ou exercício da profissão, sendo que no caso do Prefeito de Figueredo, um jovem de 24 anos faleceu após uma tora cair em sua perna e ele ter que aguardar por 5 horas até algum transporte chegar ao local para leva-lo ao hospital. No próximo caso, também no Pará, trata-se de um senador, segundo o jornalista Alceu Castilho:

O Superior Tribunal Federal (STF) aceitou denúncia contra o senador João Ribeiro (PR-TO), por empregar trabalhadores em regime de escravidão na fazenda Ouro Verde, em Piçarra, no Pará. A decisão ocorreu em fevereiro de 2012. Três ministros votaram contra a denúncia: Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Marco Aurélio Mello. Mas foram vencidos.

Com isso o senador se tornou réu em um processo pelos seguintes crimes: redução à condição análoga à de escravo,liciamento de menor e submissão a condições degradantes de trabalho.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) confirmou, em dezembro de 2010, a existência de trabalho escravo na fazenda. Em 2004, 35 pessoas foram flagradas em condições de trabalho análogo à escravidão. Ele esteve na lista suja, mas foi retirado após uma liminar judicial. (CASTILHO, 2012, p. 187)

Neste caso, a condenação diminuiu dez vezes em relação à primeira instância, com o valor patrimonial declarado de aproximadamente dois milhões, o senador teve que desembolsar apenas 76 mil reais. Esses casos se estendem por diversos Estados país, no Estado do senador mencionado anteriormente, Tocantins, por exemplo, foi achado dentro de uma propriedade do filho do deputado federal (e policial) membro da Comissão de Agricultura da Câmara, Lázaro

Botelho (PP), no município de São Félix do Xingu, sete trabalhadores em regime de trabalho escravo. Ainda no Tocantins outro político esteve envolvido na libertação de dois jovens e nove homens que viviam em situação similar à escravidão, a fazenda pertence à José Carlos Antunes (PP), irmão do deputado Manuel Pioneiro (PSDB-PA) (*idem*). Não vamos tratar de todos os casos presentes no livro de Alceu, mas ele prossegue com os casos que totalizam vinte e sete políticos de diferentes partidos, principalmente os de direita, como o DEM, o PP, o PR, o PFL, o PPS, o PDS, o PSD, o PMDB, PSDB, PTB, PV, e de centro esquerda como o PDT, que teve em dois de seus quadros: o prefeito de Davinópolis, Francisco Lima, o caso de vinte trabalhadores escravizados em uma de suas fazendas dentro de uma reserva biológica extraindo madeiras ilegalmente; e o prefeito de Palmares, Joé Bartolomeu de Melo, o Beto da Usina, donde libertaram 284 trabalhadores, o pior, a Usina é reincidente (*ibidem*).

Geralmente, os políticos envolvidos em denúncias de trabalho análogo ao escravo, também estão envolvidos com outros tipos de crimes, geralmente atividades ilegais, o que faz com que busquem meios de impunidade ou de dificultarem as investigações, usufruindo de seu poder e influência política para inibirem os fiscais e ativistas, muitas vezes também usam de ameaças de morte e milícias armadas para impediam a fuga dos trabalhadores, não é raro o assassinato, ou desaparecimento, nas fazendas denunciadas. Alceu Castilho afirma que:

O local dos crimes contra camponeses e seus defensores coincide com a fronteira agrícola brasileira – e com o arco do desmatamento, o arco do trabalho escravo. Se existir um arco da matança de camponeses no Brasil, existe também um arco da indiferença de prefeitos, deputados estaduais e federais (muitos deles proprietários de terras na região), governadores, presidentes e ministros. (CASTILHO, 2012, p. 206).

Mas não é caso exclusivo de políticos, a lista suja reúne empresas, dentre elas, estão o grupo que produz o açúcar União, por exemplo, ou a Madepar, a Usina Simasa, a Siderúrgica Marabá, a Coteminas, a Usina Cabrera, esta tinha 184 trabalhadores em regime de trabalho escravo e pertence ao ex-ministro da agricultura e reforma agrária do governo Collor, outros ex-ministros da mesma pasta também cometeram o mesmo delito, como o já mencionado neste trabalho. Enfim, são 3.769 casos comprovados de trabalhadores escravizados ao longo de todas as regiões do país, mas o Sudeste lidera a lista com quase um terço dos casos, resta a dúvida, possui mais casos, ou maior fiscalização?

Fica difícil buscar uma resposta segura para essa questão, pois, como mencionamos pouco acima, os políticos são muito influentes e a corrupção parece ser algo estrutural na organização estatal. Muitas empresas e pessoas físicas que estão presentes na lista suja realizaram

altas quantias em doações de campanhas em diferentes esferas da política. Não foi à toa que em 2016 o deputado federal Nilson Leitão (PSDB – MT) propôs o Projeto de Lei (PL) 6442/2016, que pretendia legalizar condições de trabalho análogas à escravidão, segundo a reportagem<sup>71</sup> do GZH, que ouviu um procurador do ministério público do trabalho de Santa Catarina, em que diz:

Há muitos elementos que podem ser usados para configurar uma situação de escravidão e o projeto de lei tem vários itens que se enquadram nisso, como jornadas exaustivas, de 12 horas, e receber alimentação e moradia pelo trabalho. O PL institucionaliza o trabalho escravo – diz o procurador-chefe substituto do Ministério Público do Trabalho no Estado (MPT-SC), Guilherme Kirtschig (GZH, 2017).

Falamos dos poderes legislativo e executivo, mas o judiciário também está presente neste acordo com o agronegócio e suas maneiras de agir. Vide o modo como operam em seus pareceres e suas sentenças, como no caso do senador do Tocantins citado pouco acima, como também do outro senador Jayme Campos (DEM-MT), que assinou um acordo de comprometimento com as leis trabalhistas (por mais absurdo que seja, uma vez que todos devem sempre seguir as leis independente de acordo) que o inocentou, isentando-o de maiores investigações e punições, o mais absurdo dessa sentença é que ela foi usada de modo semelhante em outros casos, como o do prefeito de Nortelândia-MT, Vilson Ascari (PMDB), dono de uma pedreira em que identificaram dois adolescentes e 38 trabalhadores em regime semelhante ao escravo (*ibidem*). Porém, vamos tratar brevemente de autoridades do judiciário envolvidas com o agronegócio para além de suas sentenças nos tribunais, falaremos dos casos de grilagem de terras que passam por famílias de juristas.

O famoso promotor Deltan Dallagnol, segundo a reportagem do De Olho nos Ruralistas<sup>72</sup>, tem na família 400 mil hectares de terras do INCRA na região do município de Nova Bandeirantes/ MT, a família do jurista está relacionada com conflitos agrários que envolve a posse de terras destinadas à reforma agrária, segundo a reportagem<sup>73</sup> que dá sequência ao caso:

O Conselho Diretor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) abriu em maio um procedimento para investigar irregularidades na desapropriação dos imóveis que constituem a Fazenda Japurã, em Nova Bandeirantes (MT), em região de floresta na Amazônia

<sup>71</sup> <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2017/05/projeto-de-lei-para-trabalhadorrural-institucionalizatrabalho-escravo-dizem-entidades-9787833.html>

<sup>72</sup> O jornalista e escritor Alceu Luís Castilho integra a equipe editorial e investigativa do site e redes sociais intitulada De Olho nos Ruralistas, a qual faz um trabalho exemplar no viés contra hegemônico sobre a temática do agronegócio e dos conflitos no campo com a atuação na política brasileira, a reportagem citada está disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/07/21/familia-dallagnol-obteve-400-mil-hectares-de-terras-no-mato-grosso-durante-a-ditadura/>.

<sup>73</sup> Trata-se de uma série de reportagens que investigam o caso, dentre elas, nos referimos neste momento a que encontra-se disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/07/21/incra-diz-que-desapropriacao-de-r-41-milhoes-no-mt-que-beneficiou-pai-tios-e-primos-de-deltan-dallagnol-foi-ilegal/>

Legal. Entre os beneficiários da megadesapropriação estão pelo menos 14 parentes de Deltan Dallagnol, coordenador da Operação Lava Jato em Curitiba. Entre eles o pai do procurador da República, o ex-procurador Agenor Dallagnol. Somente a família de Deltan recebeu R\$ 36,9 milhões em dezembro de 2016, durante o governo Temer, diante da desapropriação de pelo menos 37 mil hectares no município, no noroeste do Mato Grosso (De Olho nos Ruralistas, 2019, SP).

Antes fosse caso isolado da família Dallagnol a relação do judiciário com o agronegócio, mais especificamente à apropriação indevida de terras. Castilho (2012) nos mostra em seu livro outros juristas envolvidos em “escândalos” (abafados) de grilagem, segundo ele, no Amapá, “O relatório do Incra também citava um juiz e um procurador aposentado – vizinhos do deputado Gervásio Oliveira, advogado e ex-secretário de obras. Cada um deles ocuparia [uma área de] 2,5 mil hectares” (CASTILHO, 2012, p. 60). Sabemos que não são todos os juristas que cometem esse tipo de delito. No Maranhão, ainda segundo Castilho (2012), o caso foi parar na corregedoria de justiça, pois envolvia a participação de desembargadores e juízes, além de políticos, e funcionários públicos interessados em se apropriarem de terras devolutas, algumas vezes expropriando famílias de agricultores viventes nesses locais, também é comum a conivência dos cartórios e fiscais do governo, sendo o próprio INCRA uma fonte de grilagens de terras (*idem*).

Podemos afirmar que a gestão do PT ficou aquém do esperado no que tange a questão agrária e a pauta ambiental, porém isso se deve, de modo sintético, pela complexidade de governabilidade que envolvem a política com as barganhas que compõem a disputa de correlação de forças tanto nas bancadas quanto externamente, por parte daqueles que financiaram as campanhas ou formam a opinião pública através da mídia de massas. Esperávamos mais daquele governo, pois grande parte da base que o elegeu acreditava em uma mudança significativa nessas pautas, o que de fato não ocorreu, embora com algumas iniciativas neste sentido, como o PLANAPO, ou a manutenção do PRONERA, PRONAF, PAA, PNAE, enfim políticas públicas voltadas para o campesinato, também foram legalizadas as sementes transgênicas, a mudança no código florestal e ficou abaixo do FHC (PSDB) no quesito de quantidades de famílias assentadas.

Todavia, devemos reconhecer que foi uma gestão – mesmo com essas derrotas dos movimentos sociais e ambientais – relativamente favorável ao campesinato, principalmente se compararmos com a atual gestão do governo federal: “Pátria Amada”. Antes de nos dedicarmos à análise do atual governo, cabe pontuarmos a forma como se deu a sua eleição. Podemos classifica-las como atípicas por alguns motivos, dentre eles, seguiu-se de um golpe branco travestido de “*impeachment*” em 2016 da presidenta Dilma Rousseff (PT); o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi impedido de participar do pleito eleitoral e encontrava-se detido na

PF de Curitiba antes do término do processo, sendo preso ainda em segunda instância; houve o vazamento proposital de delações premiadas da investigação da operação Lava Jato em sigilo de justiça nas vésperas da eleição; ocorreu um suposto atentado com uma facada ao candidato Bolsonaro (PSL) em Juiz de Fora/MG – mesma cidade em que partiram as tropas do Golpe Militar de 1964; a mídia hegemônica dedicou mais de 2 mil horas criticando o PT (representado pelo Fernando Haddad), que chegou ao segundo turno; houve muita influência de Fake News pró Bolsonaro e contra a centro esquerda nas redes sociais; a mídia fez uma leitura de polarização entre os candidatos do segundo turno, exagerando o viés de esquerda do PT, pois como vimos, havia uma grande coligação com o centrão, então não poderia ser caracterizado como extrema esquerda, sendo o oposto do candidato Bolsonaro, que representa a extrema direita em seu discurso (e ações após eleito); o candidato vencedor não participou de nenhum debate; por fim, foi a eleição com menor número de percentual de votos válidos no Brasil, foram 42,1 milhões de pessoas que deixaram de votar em um dos candidatos no segundo turno<sup>74</sup>. São esses alguns dos elementos que caracterizam as votações que elegeram em 2018 a chapa composta por dois militares, o presidente capitão Jair Messias Bolsonaro (inicialmente do PSL, atualmente sem partido) e o vice-presidente general Amilton Mourão (PRTB). Feita essas ressalvas, vejamos como se articulou nesse momento o agronegócio e a política.

Nitidamente a pauta do agronegócio seria atendida na íntegra, ou seja, a liberação de agrotóxicos, transgênicos, regularização de terras griladas, diminuição das fiscalizações do IBAMA, da PF, do MP, enfim, a proposta era fazer um desmonte da legislação e instituições estruturadas e estabelecidas principalmente a partir da constituição de 1988. Conforme aponta o relatório “Passando a Boiada”:

Ao mesmo tempo, a proteção da Amazônia foi terceirizada para os militares, com um custo-benefício negativo, pois houve aumento das queimadas e a continuidade de taxas elevadas de desmatamento. Além disso, o ano terminou com a revelação de planos do vice-presidente da República de avançar sobre o monitoramento do desmatamento feito há 32 anos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), além da proposta de controlar as ONGs ambientais que trabalham com o tema Amazônia.

Houve também erosão de importantes instrumentos de controle social, com a nomeação de um ruralista alinhado com o Procurador-Geral da República para a chefia da Quarta Câmara do MPF, que trata de temas ambientais, e o enfraquecimento da Lei de Acesso à Informação.

Às ações do Executivo corresponderam reações do Congresso, do Judiciário e da sociedade civil para conter a “passagem da boiada”. O governo

---

<sup>74</sup> Somados os votos Brancos, nulos e justificados (ausência), conforme a notícia da Veja, disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/brancos-nulos-e-abstencoes-batem-recorde-e-somam-42-milhoes-de-pessoas/>

terminou o ano com quatro novos processos de grande repercussão no STF por desmonte ambiental. O Supremo impôs derrotas ao Executivo em temas que vão da proteção a povos indígenas (obrigando o governo a fornecer ajuda emergencial contra a Covid-19 nos territórios) à derrubada de decisão do Conama que reduzia a proteção ambiental. O Congresso barrou a chamada MP da Grilagem, a proposta de criação de um fundo de conversão de multas a ser controlado pelo ministro do Meio Ambiente e engavetou o PL que libera exploração econômica de terras indígenas. A manutenção dessa “porteira” dependerá, em grande medida, da eleição do novo presidente da Câmara. (WERNEK, 2020, p.4).

Portanto, a estratégia que o governo adotou foi do desmonte através de corte de verbas<sup>75</sup> e nomeações contrárias às competências e exigências necessárias para os cargos, como exemplo temos as nomeações<sup>76</sup> de ruralistas para FUNAI e o INCRA, além da remoção e perseguição à funcionários, também enxugaram o corpo de servidores, que contam no momento, no caso do INCRA, com um terço do existente na sua criação. Através do decreto n. 9.804, de 28 de maio de 2019, que altera os integrantes do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, reduzindo a quantidade de membro e alterando a configuração do peso distribuído aos diferentes grupos que compõem o conselho, de forma que a participação das entidades ambientais reduziu apenas para quatro membros, ao mesmo tempo que houve um aumento dos representantes do governo, de modo que passaram a possuir a maioria dos votos se somados aos cinco de cada região ou aos cinco das confederações de representação empresarial, dentre elas a Confederação Nacional da Agricultura – CNA, o relatório traz as porcentagens:

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, passou a ter controle do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) após decreto do presidente Bolsonaro que alterou a composição do colegiado, em maio de 2019, reduzindo de 93 para 23 o total de integrantes. Com a mudança, o governo aumentou seu peso no conselho em 13%, enquanto os Estados perderam 7% e a

---

<sup>75</sup> Em 2019 foi o ano de menor repasse de verbas da FUNAI, por exemplo, outro corte se deu no INCRA, que perdeu 90% de sua verba prevista para o ano de 2021, bem como o IBAMA que perdeu 32,5% em relação à 2019, o ICMBio sofreu uma redução de 61,5% se comparado com 2018 (WERNEK, 2020). Também houve cortes expressivos na área da educação e pesquisa, no caso dessa última o recurso do CNPq, praticamente se igualou ao gasto com creme de leite do cartão de crédito corporativo do presidente Bolsonaro, divulgado no dia 26 de janeiro de 2021, no dia seguinte o portal transparência esteve fora do ar, matéria da revista fórum, disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/fomento-a-pesquisa-do-cnpq-tera-r-22-milhoes-em-2021-leite-condensado-r-15-milhoes/> .

<sup>76</sup> Apenas nesses dois anos de governo já passaram alguns nomes ligados à bancada ruralista em pastas que há conflitos de interesses, como a presidência da FUNAI, ocupada por Marcelo Augusto Xavier da Silva, ex-assessor do ex-presidente da UDR, Luiz Antônio Nabhan Garcia (PTB), latifundiário ligado à milícias, conforme reportagem do De Olho nos Ruralistas, atualmente é secretário de assuntos fundiários. Outro nome incompatível ao cargo é o Geraldo José da Camara Ferreira de Melo Filho, também ruralista, ele ocupa a presidência da pasta do INCRA, que deixou de estar vinculado à Casa Civil e passou para o MAPA, dirigido por outra ruralista, Tereza Cristina (DEM – MS).

sociedade civil, 6% da representação. Governo e setor produtivo passaram a ter a maioria dos votos (*ibidem*).

Pouco antes o governo já havia modificado ou extinto outros conselhos em diversas áreas:

Em abril de 2019, cerca de duas dezenas de comitês e conselhos do Ministério do Meio Ambiente foram extintos como parte do “revogaço” que fechou centenas de colegiados e reduziu a participação da sociedade civil nas instâncias de governo, em todas as áreas. Entre os órgãos extintos que ainda não foram recriados estão o Cofa (Comitê Orientador do Fundo Amazônia) e o CTFA (Comitê Técnico do Fundo Amazônia), cuja estrutura original o ministro do Meio Ambiente se recusa a manter, o que gerou um impasse com os países doadores e paralisou o uso de R\$ 2,9 bilhões. Outros comitês, porém, foram recriados, e agora são controlados pelo governo. É o caso, por exemplo, do Comitê Gestor do Fundo Clima e da Comissão Nacional de Redd+, ambos recriados em novembro de 2019, mas pouco ativos (*ibidem*).

Trata-se de um início de governo que pretende centralizar o poder deliberativo exclusivamente nas mãos do presidente, pois é ele quem indica os representantes do governo que além de presidirem os conselhos, se somados com a base empresarial formam a maioria. Porém, essas atitudes antidemocráticas provocam o afastamento de doações de recursos por falta de transparência e participação nas decisões, como ocorreu com o Comitê Orientador do Fundo Amazônia – CTFA, que possuía doações de outros países em 2,9 bilhões, os quais foram congelados. Igualmente ocorreu com outros fundos, como o Fundo Nacional do Meio Ambiente e o Fundo Nacional sobre Mudança Climática, que devido a alteração na composição do comitê gestor da verba foi inviável a utilização dos recursos, segundo matéria veiculada<sup>77</sup>. Além de outras verbas que o governo deixou de gastar, por exemplo, no próprio Ministério do Meio Ambiente (MMA), que propositadamente gastou apenas 13% da verba destinada para mudanças climáticas e 14% dos recursos destinados para a conservação da biodiversidade, de acordo com a Controladoria-Geral da União (CGU), o mesmo ocorreu no Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), que abriga a FUNAI, a ministra Damares foi incapaz de gerir os recursos<sup>78</sup> destinados para o enfrentamento da Covid-19 em comunidades indígenas, bem como da verba destinada para a pasta no ano de 2020<sup>79</sup>.

---

<sup>77</sup> A matéria foi veiculada no Jornal Hoje da rede Globo de televisão (22/08/2020) e está disponível no site do G1: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/08/22/ministerio-deixa-de-aplicar-maior-parte-da-verba-para-mudanca-climatica-e-biodiversidade-diz-cgu.ghtml>

<sup>78</sup> De acordo com a notícia publicada no portal UOL, até aquela data (17/04/2020) a ministra havia gasto apenas mil e cinquenta e nove reais, dos quarenta e cinco milhões que ela tinha disponível, conforme exige explicações a CGU, disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/04/17/pgr-cobra-explicacoes-de-damares-sobre-gasto-de-so-r-1-mil-contracoronavirus.htm>

<sup>79</sup> A ministra gastou apenas 53% dos recursos disponíveis, destes não houve investimentos em políticas que atendam a comunidade LGBTQ+, conforme matéria do Brasil de Fato, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/27/damares-gastou-53-dos-recursos-disponiveis-para-o-seu->

Dessa forma, vemos que ao buscar atender os latifundiários o governo faz uma política para atender uma pequena elite econômica, a qual o próprio governo pertence, pois são as mesmas famílias que dominam as regiões desde a colonização, em muitos casos mais recentes, a partir da década de 1970 com o avanço da agricultura industrial do sul e sudeste para o centro-oeste e norte (CASTILHO, 2012).

O agronegócio e Jair Bolsonaro possuem uma forte aliança, inclusive antes mesmo da eleição, grande parte do seu apoio político vem desse setor. Porém, o pouco entendimento do presidente em relação aos mercados de *comodities* e a falta de conhecimento técnico sobre as exigências internacionais e específicas, em alguns casos, como no abate de carnes para o mercado muçumano, prejudicou o setor e as relações internacionais. Pouco antes de ocupar a presidência da república, Jair Bolsonaro prometeu<sup>80</sup> retirar a Embaixada do Brasil em Tal Aviv e transferi-la para Jerusalém, contudo eles são os maiores compradores da carne abatida de acordo com os princípios religiosos muçumanos, o *halal*. Segundo a reportagem do site UOL:

A ida aos países árabes nos próximos dias também servirá para ampliar os negócios agropecuários e apaziguar o mal-estar causado pelo anúncio da transferência da embaixada do Brasil em Tel Aviv para Jerusalém no início do ano. Diante de ameaças de boicote à importação de produtos brasileiros pelos árabes e de reclamações de empresários ao Planalto, Bolsonaro recuou da promessa de campanha e decidiu pela abertura de escritório comercial da Apex (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos) sem status diplomático em Jerusalém (UOL, 2019).

Outro exemplo de problemas que o agronegócio enfrentou no o governo Bolsonaro foi a manifestação pública ideológica de seu filho, o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), que após ida aos EUA e ser cotado por seu pai como embaixador neste país, no começo da pandemia acusou através da rede social Twitter o governo Chinês como responsáveis pela pandemia. O episódio causou um embaraço diplomático entre os países que o fez com que o Embaixador da China respondesse o comentário apresentando o saldo positivo do Brasil na balança econômica das transações com a China, o que ameaçaram comprometer se a postura do governo brasileiro se mantivesse irresponsável, de acordo com a reportagem do UOL<sup>81</sup> de 19 de março de 2020. Acrescenta-se a isso, o péssimo desempenho do Brasil na conservação de seus biomas também chamou a atenção da comunidade europeia e a EU ameaçou acabar com o acordo

---

ministerio-em-2020

<sup>80</sup> De acordo com a matéria publicada no UOL, disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/10/25/prestes-a-ir-a-paises-arabes-bolsonaro-ja-criticou-muculmanos-e-palestina.htm>

<sup>81</sup> Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/legislativo/maia-tenta-apagar-incendio-com-a-china-causado-por-eduardo-bolsonaro/>

de livre comércio com o Mercosul, atrapalhando as exportações e economia do próprio agronegócio, conforme a reportagem da revista Exame<sup>82</sup>.

Portanto, ao mesmo tempo que o governo Bolsonaro é apoiado pelos latifundiários e governa para esses, também enfrenta tensões com o a bancada ruralista, mesmo com a ministra do MAPA, Tereza Cristina, – também ruralista assim como todos os outros/as que ocuparam esta cadeira anteriormente – do mesmo partido do ex-presidente da câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), permanecer na cadeira embora com disputas partidárias entre o presidente nacional e o ex-presidente da câmara existir, todavia não o suficiente para este último ter colocado em pauta um dos 64 pedidos de *impeachment* da oposição. Dessa forma, para pautas do agronegócio não há muita resistência no legislativo, mas enfrentam mais dificuldades no STF.

Para encerrar esse subtópico, podemos concluir que apesar dos políticos que representam o agronegócio estarem pulverizados em muitos partidos, percebemos que quando a pauta é de interesse econômico ao setor, existe uma confluência de forças políticas que acabam predominando sobre as decisões, de modo que, mesmo sob um governo com apoio dos movimentos sociais, como o MST no governo do PT, ainda assim a pauta do agronegócio é atendida. O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento sempre esteve nas mãos dos ruralistas, que governaram para atender seus próprios interesses. Sendo assim, o agronegócio exerce uma pressão significativa sobre as políticas públicas de governo e as legislações que competem à temática. Resta-nos saber como a ideologia do agronegócio é transmitida e assimilada pela população de modo geral.

### **3.7 A influência do agronegócio na educação formal**

Devemos sempre ter em mente que a educação formal (envolvendo desde o nível infantil, básico, fundamental e médio à ciência de ponta, com o desenvolvimento de pesquisas no nível superior englobando desde de a graduação, passando pela pós-graduação, chegando até o pós-doutoramento) é um campo em disputa de ideias e que se faz de acordo com a influência da correlação de forças presentes na sociedade como um todo, mas principalmente no interior destas instituições e particularmente nos cargos mais altos da hierarquia, envolvendo o Ministério da Educação (MEC) e logicamente a Presidência da República. Há, portanto, um fluxo de tensões em que pesam o poder econômico, político, e também religioso, pois ainda há uma inserção das

---

<sup>82</sup> <https://exame.com/brasil/apos-ataques-na-internet-ministra-da-agricultura-cobra-apoio-de-bolsonaro/>

igrejas dentro das escolas e universidades, seja através de seus símbolos, ideias e até mesmo representantes, porém não é exatamente este o ponto aqui, embora seja pertinente e importante esta crítica a fim de assegurar o Estado laico e a liberdade religiosa. Contudo, o exemplo é válido para explicitar a ausência de neutralidade nas instituições.

O problema é quando há uma defesa da visão de neutralidade institucional e científica ainda nos tempos atuais. Pois, se ocultam os interesses econômicos que envolvem processos de exploração da natureza e humanidade. Sabemos que a neutralidade não existe, o que fica mais nítido nas ciências humanas e sociais aplicadas, além da filosofia e arte. Mas mesmo nas ciências exatas, ou agrárias, biológicas, da saúde, enfim em todas as áreas é possível fazer uma análise crítica para percebermos as intenções por trás da suposta imparcialidade. Vejamos o caso de nosso objeto de estudo, o agronegócio:

Se o agronegócio é entendido como mera derivação do termo agrobusiness, ele passa a representar um setor que não leva em consideração as diferentes realidades sociais dos produtores. O mero desenvolvimento do agronegócio seria então, ao mesmo tempo, a solução dos problemas agrícolas e agrários no país. Acreditamos que esta visão não pode ser tão objetiva assim. Ao observarmos o modelo de desenvolvimento rural no Brasil hoje, verificamos que, em meio a um processo dinâmico de modernização e simbiose da agricultura com o capital financeiro, houve concentração fundiária, violência no campo e, entre outros fatores, manutenção dos elevados índices de pobreza rural. (CARVALHO, 2004, p.139)

Vale lembrar que:

Historicamente, o Brasil destinou, e continua destinando, grandes somas de recursos públicos – financiando pesquisa, assistência técnica, disponibilizando fartos e baratos recursos para o crédito rural etc. – para sustentar esse modelo inspirado na monocultura extensiva e na concentração de renda e terra. Essa opção de “desenvolvimento”, além dos impactos ambientais e sociais, se traduz em custo público, portanto, financiado pelo conjunto da sociedade brasileira (SAUER, 2010).

No livro *Indústria Cultural e Agronegócio*, Ana Chã, apresenta diversas tabelas<sup>83</sup> em que expõe a relação entre instituições ligadas ao agronegócio e a educação fundamental, são diversas ações diferentes que contribuem para a disseminação ideológica do agronegócio feitos com o dinheiro que iriam para impostos, mas foram revertidos em recursos para programas sociais, ou culturais. Enfim, as empresas sabem muito bem como manobrar essas verbas, pois criam

---

<sup>83</sup> Em anexo encontra-se uma destas a qual dispõe as ações das empresas do agronegócio na educação básica, denominada: “Principais projetos educacionais de algumas das entidades da classe patronal e das principais empresas do agronegócio no Brasil”.

fundações<sup>84</sup> próprias para gerenciarem esses fundos e programas sociais a fim de conseguirem destinar os recursos para um marketing disfarçado de ações solidárias, desta forma atingem dois objetivos, cumprirem o dever legal e difundir a ideologia do setor de modo discreto. Dentre estes estão, desde a criação e publicação para “doação” de materiais didáticos às escolas, passando pela “capacitação” dos professores, funcionários públicos em grande parte, até programas que envolvem a criação de escolas, como é o caso da Escola Germinare, ligada ao grupo JBS (CHÃ, 2018).

Outras contribuições nessa temática vêm da pesquisa de Vitor Hugo Junqueira e Maria Cristina dos Santos Bezerra, em que destacam o impacto da ideologia do setor na educação através de diversas iniciativas a fim de proporcionar uma imagem positiva do agronegócio na sociedade de modo geral, mas sobretudo, nas novas gerações das populações do campo, as quais sofreram os impactos negativos da “Revolução Verde”, mas que, como veremos, se identificam com a imagem de progresso e sucesso defendida pelas entidades que representam o setor sem se darem conta de que são interesses antagônicos. A partir da análise do programa Agronegócio na Escola, criado pela ABAG em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo em 2001, os autores concluem que houve uma influência considerável do setor na mudança de visão sobre o agronegócio a partir de um discurso de neutralidade que oculta os aspectos negativos do agronegócio em detrimento da perspectiva de avanço e importância do setor nas vidas das pessoas (JUNQUEIRA; SANTOS BEZERRA, 2018).

No nível superior, a participação destas empresas se dá através da celebração de contratos de parceria que atendam aos interesses das mesmas. Em alguns casos chegam a instalar laboratórios<sup>85</sup>, áreas experimentais, ou financiamento de eventos diversos nas instituições, premiações<sup>86</sup>, bolsas, programas<sup>87</sup>, ou ainda na publicação de livros e outros materiais.

---

<sup>84</sup> “Fundação Bunge, Fundação Monsanto, Fundação Cargill, Fundação Syngenta, Fundação Bayer, Fundação André e Lúcia Maggi, Fundação Raízen, Instituto JBS, Instituto Mafrig Fazer e Ser Feliz” (CHÃ, 2018, p.110).

<sup>85</sup> Por exemplo, o Centro de Difusão para a Sustentabilidade Agrícola Brasileira, que está sediado na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP) e foi viabilizado com o apoio da Syngenta a partir de reforma de uma edificação do departamento de Entomologia e Acarologia. O Centro conta com maquetes e expositores de polinizadores e, além de apoiar estudos e aulas do departamento (<https://www.grupocultivar.com.br/noticias/estudantes-conhecem-na-esalq-o-centro-de-difusao-para-a-sustentabilidade-agricola-brasileira>).

<sup>86</sup> Por exemplo, o 1º Scientific Day em Genética, Melhoramento de Plantas e Biologia Molecular. A premiação faz parte do Programa Post Prime, da Monsanto do Brasil Ltda; ou o Monsanto Graduate Scholarship, uma bolsa de estudos oferecida pela Monsanto no valor de \$25.000; Prêmio Agroambiental Monsanto; Programa Beachell-Borlaug International Scholars

<sup>87</sup> Existem diferentes tipos de programas, como programas de estágio, dentre outros, a Monsanto possui programas próprios, como o PRIME - Programa de Relacionamento com Universidades da Monsanto, que busca estimular as atividades acadêmicas; e o Programa Post Prime da Monsanto, o qual atuou no seu primeiro ano de existência com as seguintes universidades: Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA-SP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual de São Paulo/Botucatu (Unesp-SP), Universidade Federal de Lavras (UFLA-

Afirmamos isso a partir de informações fornecidas nos sites oficiais das instituições parceiras, como é o caso do Programa de Pós-graduação em melhoramento genético da Universidade Estadual de Maringá – PGM/UEM, em que destaca:

Destaca-se, também, a integração do PGM com outros órgãos e instituições brasileiras de pesquisa e de desenvolvimento econômico. O PGM mantém intercâmbios nacionais com: [...] c) Instituições Privadas - Coodec, Syngenta, Grupo Dupont - Pioneer Sementes, Monsanto do Brasil S.A., Dow AgroSciences, LP Sementes, GDM Genética do Brasil, KWS SAAT Melhoramento e Sementes, TMG - Tropical Melhoramento & Genética, Faculdade Integrado de Campo Mourão e Universidade Paranaense (<http://www.pgm.uem.br/quemsomos/>).

Este não é caso exclusivo da UEM, em diversas universidades públicas e privadas, do Brasil e do mundo<sup>88</sup>, as empresas transnacionais do agronegócio atuam investindo em pesquisas que atendam os seus propósitos de mercado, como outro exemplo, encontramos uma matéria no site da ESALQ/USP, em que há uma homenagem ao egresso “bem sucedido”, o qual relata na entrevista publicada na mesma:

No final de 2017, fui aprovado para participar de um programa de mentoria entre a Universidade de Missouri e a Monsanto. Em outubro, fui convidado para participar do *2018 Monsanto Leadership Summit*, evento que me permitiu ser entrevistado para uma posição na empresa para o próximo verão (maio 2019). Fui aprovado para trabalhar com a Monsanto no próximo ano na linha de melhoramento genético de soja e milho em Saint Louis (<https://www.esalq.usp.br/banco-de-noticias/egresso-da-esalq-recebe-pr%C3%AAsios-internacionais>).

Não nos cabe aqui listar todas as iniciativas e instituições que compõem a articulação entre o agronegócio e a ciência, ou educação. Doravante<sup>89</sup>, constatamos 44 instituições públicas<sup>89</sup>, além

---

MG), Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP) e Universidade Federal de Goiás (UFG)

<sup>88</sup> como a Michigan State University (USA), University of California - Davis (USA), United States Department of Agriculture - USDA / ARS - USA, Texas Tech University (USA), Mississippi State University (USA), North Carolina State University - Raleigh (USA), Washington State University - Pullman (USA), Iowa State University - Ames (USA), Universidade Autônoma de Barcelona (Espanha), Universidad Juárez Autónoma de Tabasco (México), Louisiana State University (USA), Université Laval - (Canadá), Universidad de Talca (Chile), Instituto de Investigación Agrária de Moçambique - IIAM, Instituto Nacional de Tecnología Industrial (Argentina) e CONICET (Argentina).

<sup>89</sup> Dentre elas: Embrapa Soja, Embrapa Agroindústria Tropical, Embrapa Algodão, Embrapa Arroz e Feijão, Embrapa Gado de Corte, Embrapa Meio Norte, Embrapa Milho e Sorgo, Embrapa Pantanal, Embrapa Tabuleiros Costeiros, Embrapa Uva e Vinho, Epagri/SC, Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), Iapar, IAC - Campinas; Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (USP/ESALQ), Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal do Pará, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Piauí, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, Universidade de São Paulo, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Mato Grosso, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul,

destas e das instituições privadas de educação, vale ressaltar que as empresas possuem suas próprias repartições de pesquisas, as quais instalam laboratórios<sup>90</sup> e áreas de testes, os quais carecem de transparência e fiscalização.

Foram criados cursos superiores de Tecnólogo em Agronegócio, ou Gestão de Agronegócio e outros similares, além das pós-graduações. A Faculdade de Tecnologia do Estado (de São Paulo - Fatec) é um bom exemplo do investimento público em educação voltada para o agronegócio, o curso está presente nos seguintes campus da instituição: Ourinhos, Jales, Itapetininga, Taguaritinga, Rio Preto, Mococa e Mogi das Cruzes, desta forma, estão espalhados por todas as regiões do Estado de São Paulo e representam uma política pública estadual de educação e desenvolvimento rural voltada para as grandes propriedades e o Agronegócio. Em contraposição, na mesma instituição, não foi criado nenhum curso superior em Agroecologia, Bacharel em Agroecologia, ou algo similar, apenas uma pós-graduação em 2013, em parceria com outras instituições<sup>91</sup>, com recurso específico do Governo Federal para a educação na reforma agrária, o que impediria a utilização da verba ao agronegócio.

Recentemente<sup>92</sup> os jornais The Guardian e o The Intercept publicaram artigos nos quais divulgam o vazamento de informações que constata a interferência da Monsanto nas pesquisas sobre o glifosato como possível causador de câncer, bem como na política. Nas matérias são evidenciados documentos que caracterizam, vazamento de informações sigilosas de Estado, calúnias, farsas, perseguições, cortes orçamentários e ameaças como estratégias para manterem e expandirem o mercado de consumidores de seus produtos e assim atender os interesses econômicos da empresa.

Em outra matéria do jornal Le Monde, encontramos uma relação entre o agronegócio, a educação e os meios de comunicação, os quais nos dedicaremos mais logo na sequência:

---

Universidade Estadual de Santa Cruz, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade Estadual do Paraná; Universidade Estadual de Maringá, Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA-SP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual de São Paulo/Botucatu (Unesp-SP), Universidade Federal de Lavras (UFLA-MG), Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP), Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP) e Universidade Federal de Goiás (UFG)

<sup>90</sup> Com investimento de US\$ 20 milhões, a Monsanto inaugurou, em março, sua 36ª unidade no Brasil em Petrolina (PE). A nova estação de pesquisa irá acelerar o processo de desenvolvimento e lançamento de tecnologias voltadas para milho, soja, algodão, sorgo e cana-de-açúcar no país. (<http://monsantoemcampo.hospedagemdesites.ws/?p=1616>)

<sup>91</sup> A Unicamp e a Unesp, que juntas ofereceram a Especialização em Educação do Campo e Agroecologia na Agricultura Familiar e Camponesa – Residência Agrária, realizada com recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA; além de outras universidades federais que ofertaram cursos do PRONERA em parceria com o MST, incluindo a UFSCar.

<sup>92</sup> Em 12 de março de 2020, no site <https://www.theguardian.com/environment/2020/mar/12/revealed-monsantos-secret-funding-for-weedkiller-studies-roundup> e em 09 de setembro de 2019, em <https://theintercept.com/2019/09/09/monsanto-intimidou-pesquisadores-de-cancer/>

Essas relações se mantiveram ao longo do tempo. De um lado, há aqueles que são ao mesmo tempo proprietários de terras e de veículos de comunicação. É o caso de João Carlos Di Genio, dono do Grupo Mix de Comunicação, responsável pela rádio Mix FM, sexta rede nacional de maior audiência. Além de ser o dono do Grupo Objetivo, um dos maiores grupos de educação privada no país, Di Genio tem cinco fazendas de produção de gado e reprodução de animais, em parceria com sua universidade, a Unip, e é um dos maiores proprietários de imóveis da cidade de São Paulo. Já o Alfa, um dos principais conglomerados financeiros do país, comandado por Aloysio de Andrade Faria, tem entre seus negócios ligados à terra a Agropalma, empresa de extração de óleo de palma, uma empresa de produção de couro (Soubach) e uma de exploração de água mineral (Águas Prata). O Alfa é proprietário da Rede Transamérica de Rádio, quinta rede nacional de maior audiência.

Desse modo podemos concluir esse tópico introduzindo o seguinte, a manipulação midiática do agronegócio. Pois, existe uma conexão de interesses dos proprietários, os quais, como vemos, são os mesmos em muitos casos. Dessa forma, há uma proliferação de informações que enaltecem o agronegócio, seja nas instituições de ensino, ou no cotidiano da mídia hegemônica.

### **3.8 A manipulação midiática do agronegócio**

Na grande mídia são repetidas inúmeras vezes ao longo do dia slogans ou reportagens endeusando o agronegócio. Se o telespectador não possuir uma consciência crítica ele assimila esse conteúdo como verdade inquestionável. Doravante, faz parte dos objetivos dessa dissertação a construção de um pensamento crítico sobre o agronegócio e suas relações, o que nos obriga a compreender como ele se manifesta na mídia. Para isso, utilizaremos as contribuições de pesquisadores dedicados ao tema da relação entre mídia e agronegócio com viés contra hegemônico. Também utilizaremos outros artigos e matérias da imprensa alternativa<sup>93</sup> e tradicional<sup>94</sup>.

Como mencionamos na introdução deste trabalho, na atualidade, a campanha da rede Globo de televisão na defesa do agronegócio é explícita, principalmente em campanhas publicitárias e no seu programa de domingo Globo Rural, que raramente produz matérias da

---

<sup>93</sup> Consideramos imprensa alternativa as mídias disponíveis em plataformas digitais dirigidas por grupos ou pesquisadores que se identificam com o pensamento contra hegemônico, como o site “De olho nos ruralistas”; também a página na web da “Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela a Vida”; a plataforma online do MST; a revista Carta Capital; jornal The Intercept; e o jornal Brasil de Fato.

<sup>94</sup> Como imprensa tradicional consideramos as reportagens disponíveis na internet do jornal Folha de São Pulo, Band News; Globo (G1), revista Veja e Época.

agricultura camponesa e agroecológica, mas nunca se dedicaram, por exemplo, à produção de um programa sobre o arroz orgânico do MST, ou outro produto do movimento. De fato, não existe neutralidade na mídia, exemplo disso é a campanha da rede Globo analisada na pesquisa<sup>95</sup> das professoras de linguística, Záira, Clarice Lage e Ueber:

Em linhas gerais, a campanha “Agro12: A indústria riqueza do Brasil” foi concebida pelas gerências de Marketing e de Comunicação da Rede Globo com o objetivo de modernizar a comunicação do agronegócio no cenário nacional, revelando toda a face tecnológica. A sociedade Nacional de Agricultura (SNA)<sup>13</sup> premiou a rede globo de televisão por essa campanha institucional, por destacar a importância da agropecuária na vida dos brasileiros. A rigor, para a direção de Marketing da emissora, o objetivo da campanha foi conectar o consumidor com o produtor rural e, ao mesmo tempo, desmitificar a produção agrícola aos olhos da sociedade urbana, sendo relevante mostrar que a riqueza gerada pelo agronegócio movimenta outros setores da economia (SANTOS, Z. B. dos.; OLIVEIRA, U. J. de.; GUALBERTO, C. L.; 2019, p.167)

Ainda na mesma campanha, transmitida ao longo da sua programação, sempre finalizada com a vinheta: “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, em que pretende fixar apenas aspectos positivos desse agro. Porém, além de campanhas publicitárias, talvez seja pior, aquelas notícias veiculadas nos telejornais diários em suas várias edições, como também em revistas impressas pertencentes ao mesmo grupo, pois nestes casos se ocultam informações em detrimento da valorização do setor em um cenário de suposta imparcialidade de identificação com alguma classe social com interesses na economia política.

Existe alguma relação entre a grande mídia e o agronegócio? Se sim, qual? É evidente que estão intimamente ligados, quando não são os mesmos, isto é, muitos meios de comunicação pertencem aos grandes latifundiários brasileiros, como é o caso das seis emissoras baianas filiadas à rede Globo pertencentes à família de ACM, que governou por um longo período (três vezes) a Bahia e alcançou a presidência do Senado no final da década de 1990, outro caso semelhante é da família de José Sarney – falaremos mais sobre ele no tópico sobre o poder do agronegócio na política – no Maranhão, em que são proprietários das cinco emissoras filiadas à rede Globo, a que a propósito, vale lembrar foi o próprio presidente, na época, Sarney, que emitiu 539 (52%) concessões nos últimos 9 meses antes da constituinte de 1988 (KNEIPP, 2019). Esta

---

<sup>95</sup> Publicada em: Diálogo das Letras, Pau dos Ferros, v. 8, n. 1, jan./abr. 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Clarice\\_Gualberto/publication/332702628\\_O\\_discurso\\_midiatico\\_do\\_agronegocio\\_no\\_Brasil\\_sob\\_um\\_olhar\\_da\\_Analise\\_Discursiva\\_Critica\\_e\\_da\\_Semiotica\\_Social/links/5cceaabf4585153c3da51c17/O-discurso-midiatico-do-agronegocio-no-Brasil-sob-um-olhar-da-Analise-Discursiva-Critica-e-da-Semiotica-Social.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Clarice_Gualberto/publication/332702628_O_discurso_midiatico_do_agronegocio_no_Brasil_sob_um_olhar_da_Analise_Discursiva_Critica_e_da_Semiotica_Social/links/5cceaabf4585153c3da51c17/O-discurso-midiatico-do-agronegocio-no-Brasil-sob-um-olhar-da-Analise-Discursiva-Critica-e-da-Semiotica-Social.pdf)

passou a exigir a aprovação do Congresso Nacional nas concessões de transmissoras para impedir que políticos fossem donos das emissoras, o que, na prática, seria facilmente resolvido com um parente, amigo, “testa de ferro”, ou “laranja”, pois não tinha nenhum impedimento o político ser o diretor da emissora. Logo, a mídia e a política estão intrinsicamente ligadas, até mesmo pelo fato daquela necessitar da aprovação desta para existir, por se tratar de uma concessão de uso do ar outorgada pelo Congresso Nacional, o que seria para impedir, acaba por favorecer o caráter político de seu uso, pois, como vimos anteriormente, a maioria do congresso defende os interesses dos latifundiários, das elites econômicas, ou seja, do agronegócio. A matéria do *Le Monde* nos diz que:

No Brasil, a situação é preocupante: apenas cinco grupos concentram mais da metade dos cinquenta veículos de comunicação de maior audiência, segundo dados do Monitoramento da Propriedade da Mídia (Media Ownership Monitor – MOM), pesquisa realizada pelo Intervezes e pela Repórteres Sem Fronteiras e publicada no final de 2017. De acordo com o estudo, o sistema de mídia brasileiro tem alta concentração de audiência e alta concentração geográfica, falta de transparência, além de interferências políticas, religiosas e econômicas. Entre as interferências econômicas, um dos destaques é que parte dos proprietários dos meios de comunicação de maior alcance no país possuem negócios no setor agropecuário. (*Le Monde*, 2020).

Mais adiante, ainda na mesma matéria, encontramos a relação da família Marinho, proprietária do Grupo Globo de comunicação, com a agropecuária, onde se lê:

De outro lado, há aqueles que não apenas detêm os dois tipos de propriedade, como fazem um investimento grande na produção de conteúdo voltado ao agronegócio. O caso mais emblemático é o do já citado Grupo Globo, que aparece no MOM-Brasil como proprietário de nove dos cinquenta veículos de maior audiência no país. Os membros da família Marinho, donos do conglomerado, também têm fazendas e empresas de produção agrícola, como a Fazenda Bananal Agropecuária, as Fazendas Guara Agropecuária e a Mangaba Cultivo de Coco. Além disso, a Globo Comunicações e Participações S/A é integrante da Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) (*ibidem*).

Mas não é fato exclusivo da rede Globo, de modo semelhante, o mesmo ocorre com o Grupo Bandeirantes:

Outro caso é o do Grupo Bandeirantes, que aparece no MOM-Brasil com cinco dos cinquenta veículos de maior audiência. A família Saad, dona do grupo, também é proprietária de terras e teve algumas delas desapropriadas para a reforma agrária em 1989. O grupo possui o Canal de TV

Terraviva, no ar desde 2005 e em exibição através de múltiplas plataformas, atingindo 98,8 milhões de espectadores, segundo o site da emissora. O mote do Terraviva é “O canal de quem planta e cria” e em seu perfil institucional se define como “um aliado do agronegócio”. A grade de programação mostra o perfil do canal que, de um lado, procura levar informações aos produtores rurais e, de outro, sensibilizar a sociedade sobre a importância do agronegócio ou agrobusiness, dois termos frequentemente utilizados pelo canal. (*ibidem*).

Vejamos o exemplo da criação das emissoras comerciais do Rio Grande do Norte e a participação de políticos fundadores das mesmas:

Apenas em 1987 é que a primeira emissora comercial se instalou no estado. Foi a TV Ponta Negra, afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), fundada pelo ex-senador Carlos Alberto de Sousa. No mesmo ano surgiram a TV Cabugi, afiliada à TV Globo e fundada pelo ex-senador Aluísio Alves, e a TV Tropical, afiliada à Record TV. A Record foi fundada pelo ex-governador Tarcísio Maia e atualmente é comandada pelo filho dele, o senador José Agripino Maia. A quinta emissora comercial a ser instalada no estado foi a TV Potengi, em 1990, fundada pelo ex-senador Geraldo Melo. Após passar por uma grande crise financeira, foi vendida para a TV Bandeirantes e atualmente se chama Band Natal (KNEIPP, 2019, p.62).

Portanto, é impossível pensar em uma mídia apartidária, o mais sensato é saber qual o partido<sup>96</sup> está sendo tomado no debate. Neste sentido, aqueles que buscam lucro são aliados às grandes indústrias e empresas multinacionais. Este é o principal motivo que se faz necessário uma imprensa pública, para ser independente de interesses econômicos de particulares, mas primem pela divulgação de informações importantes para a população, cumprindo com o seu papel social. Porém, mesmo essas, acabam sendo instrumentalizadas como aparato ideológico do Estado. O qual, mais do que nunca, em todos os setores, incluindo o Ministério do Meio Ambiente, o Incra e a Funai, não deixam de esconder, o seu compromisso com o agronegócio, encobertos em grande parte pela mídia hegemônica, que embora critique muitas vezes o governo, ainda assim, propaga apenas os aspectos “positivos” do agronegócio, ofuscando e desvinculando as relações existentes entre a política de governo e o setor agropecuário latifundiário, o que acaba atrapalhando a compreensão e criticidade da opinião pública sobre a temática complexa do agronegócio.

Os meios de comunicação quase diariamente apresentam à opinião pública nacional os grandes avanços e as grandes conquistas do agronegócio. É apregoado como o setor que melhor desempenho está tendo na

---

<sup>96</sup> O termo aqui está sendo usado no sentido de posicionamento ideológico perante as questões tratadas.

economia brasileira e que tem garantido os constantes superávites na balança comercial brasileira. Além do bom desempenho no campo da economia, o agronegócio é apresentado como modelo da modernização. Tem conseguido constantes ganhos de produtividade nas lavouras, melhoramento genético de seus rebanhos com aplicação de tecnologia de ponta. O maquinário e os implementos agrícolas são de última geração. Seus tratores estão equipados com aparelhos que vão indicando, a cada metro do terreno, a qualidade do solo e a quantidade de fertilizantes e de sementes necessárias. Também se alardeia que o agronegócio está gerando um sem número de empregos no campo. (CANUTO, 2004, p.2)

Nesta perspectiva, ocultam informações com o propósito de não prejudicar a opinião pública sobre o setor, pior, apropriam-se de termos e pautas de opositores a fim de ganhar mais apressado público, causando o entendimento de compatibilidade com o desenvolvimento sustentável, diminuição da pobreza rural, enfim, trata-se de uma disputa política para além do território e mercado, mas também no plano subjetivo, no campo das ideias, do pensamento:

Nesse sentido, a dimensão do poder nas disputas pelas temáticas atinentes à agricultura, para ficarmos no nosso exemplo, se expressaria não só nas práticas, mas também na produção de verdades sobre a realidade, sendo esta verdade pertencente originalmente a um quadro de relações de força, de disputas. Assim, vemos se formar uma “economia dos discursos de verdade” que nos faz deslocar a análise das relações também para um plano semântico-discursivo. No nosso caso, o discurso não seria apenas um veículo pelo qual são retratados os fatos, mas, principalmente, um objeto de disputa política, algo que os grupos ligados à agricultura desejam se apropriar para colocar em operação determinada visão de mundo. Mais ainda, os discursos teriam um papel importante de legitimar, através da naturalização/normalização, determinadas práticas agrícolas (PORTO, p.42, 2014).

Desse modo, a grande massa de pessoas pode acreditar que o agronegócio é capaz de acabar com a fome, ou produzir empregos, ser sustentável, enfim, trata-se de conquistar o plano imaginário das pessoas a partir da perspectiva dos pontos onde sofre as maiores críticas, como afirma José Renato Sant’Anna Porto (2014): “Ou seja, para eximir-se das inúmeras críticas impostas pelo movimento ambientalista no que diz respeito ao caráter degradante e concentrador de terras do modelo agrícola implementado pelo agronegócio, opta-se pela negação da crítica e pela apropriação da bandeira de luta de quem critica”, o que torna nítida a necessidade do uso da mídia à seu favor nesta batalha das ideias, na disputa por conceitos, por visões de mundo, de desenvolvimento rural, por perspectivas científicas que corroboram o agronegócio, optam por dar voz à “certos” especialistas na temática ao invés de outros, contra hegemônicos.

Como estratégia de marketing, o agronegócio atua em diferentes campanhas, nos diversos meios de comunicação e eventos, que vão, dos colonistas em jornais impressos<sup>97</sup> até o desfile de carnaval, tornando o modelo do agronegócio hegemônico, como se não houvesse outra escolha, pois nas campanhas publicitárias sabe-se que trata-se de uma narrativa que almeja o convencimento através de um conjunto de informações diversificadas (som, imagem, informações) a fim de angariar adeptos do “pensamento” em questão, porém quando se manifesta em esportes, ou manifestações culturais, esse discurso passa mais despercebido pelo público, pois não identifica o evento como uma propaganda, o que garante uma forma discreta de introjetar a ideologia no cotidiano, tornando-a mais passiva de assimilação sem a devida criticidade:

Não bastasse o futebol, o carnaval também já foi objeto de veiculação da imagem do agronegócio. Sem adentrar em detalhes acerca do processo através do qual tal aproximação foi feita, o fato é que a Vila Isabel, campeã do concurso de escolas-de-samba do Rio de Janeiro no ano de 2013, teve como tema de seu samba-enredo a agricultura, e foi financiada pela BASF, uma das principais empresas produtoras de insumos químicos agrícolas. Isso demonstra uma intencionalidade cada vez mais crescente de difundir, naturalizar e normalizar as práticas, os instrumentos e o *modus operandi* do agronegócio no dia-a-dia popular, tornando-o cada vez mais aceitável, mais cotidiano, mais normal (PORTO, 2014, p.31).

Portanto, trata-se de usarem de todos os recursos e meios disponíveis para atingir seus objetivos, ter uma boa imagem, serem bem aceitos pela população em geral para não serem questionados e assim conseguirem alcançar seus reais interesses: uma facilidade na inserção de uma agenda política favorável ao agronegócio em diferentes dimensões: ambiental, econômica, fundiária, tributária, enfim, uma política voltada para beneficiar os latifundiários. A questão é que os interesses destes são antagônicos em relação à população e, algumas vezes, a mídia cumpre o seu papel social de informar a situação do país e do mundo, principalmente quando torna-se impossível omitir, obrigados a se pronunciar mesmo que contra eles mesmo.

Dessa forma, embora busquem dar voz aos dois ou mais lados da história, acaba havendo uma abordagem editorial que privilegia as forças dominantes economicamente, seja através do tempo concedido para as partes, ou na edição, enfim, não há imparcialidade e tudo que assistimos (ou escutamos) na mídia foi cuidadosamente pensado para que assimilamos de certa forma este conteúdo. Por exemplo o caso da manifestação contra a votação do novo código florestal em Brasília, a mídia cobriu o protesto, mas na perspectiva dos latifundiários, conforme nos relata o jornalista Alceu Castilho (2012) em seu livro, onde afirma que após uma confusão iniciada pela

---

<sup>97</sup> Podemos destacar aqui a coluna semanal da ex-ministra e senadora Kátia Abreu na Folha de São Paulo.

proibição dos membros do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) serem impedidos de entrarem no Salão Verde, então alguns deles depredaram o patrimônio público, o que gerou uma reação exagerada por parte do poder público, segue a descrição da cena após a apreensão dos manifestantes e ambulantes que estavam no gramado em frete ao congresso:

Era o fim da tarde apenas. Há uma hora do dia seguinte, os adolescentes estavam sentados em uma delegacia, passando frio. As roupas de frio seriam levadas não pelo poder público, mas por vizinhos da delegacia.

As crianças estavam com as mães, no ônibus. Todos com fome. O delegado me disse: “você quer que eu faça o que, encomende lanches do Mc Donalds? Que eu leve todos para o sofá da minha casa?”

A imprensa não viu nada de estranho em tudo aquilo – apenas ficou indignada com a ação (abusiva) dos camponeses. No ginásio, jornalistas em rodinha chamavam os sem-terra de “animais”. Um deles contestou: “Não. Animais não fazem isso. Esses sem-terra não podem nem ser chamados de animais” (CASTILHO, 2012, p. 232).

Isto só se torna pior quando a liberdade de expressão é suprimida e então a censura toma conta das informações, pode parecer estranho para o leitor mais jovem, ou aos nossos alunos em grande parte nascidos no século XXI, mas foi realidade no passado e torna-se próxima de acontecer novamente, vide a denúncia publicada no relatório “Passando a Boiada”:

A estratégia de censura, intimidação e espionagem a jornalistas e entidades da sociedade civil foi intensificada em 2020. Reportagem publicada em outubro pelo jornal O Estado de S.Paulo revelou que o governo enviou oficiais da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para monitorar as atividades de organizações da sociedade civil do país que participaram da Conferência do Clima de Madri (COP25), em dezembro de 2019. Na ocasião, o governo omitiu do Congresso o elo entre a Abin e os agentes. Em um documento do Ministério das Relações Exteriores enviado a deputados, os oficiais foram identificados como “assessores” da “Presidência da República” e o ofício sugeria que eles estariam envolvidos na rodada de “negociações”.

[...]

Em 2019, o ministro do Meio Ambiente impôs censura à comunicação do Ibama e do ICMBio, desautorizando os órgãos a se comunicar diretamente com a imprensa. Nos primeiros seis meses de 2020 a pasta atendeu, segundo informações do próprio MMA, menos da metade dos pedidos de jornalistas. Além disso, em março, Bolsonaro editou uma Medida Provisória suspendendo prazos de respostas via Lei de Acesso à Informação. A medida foi derrubada pelo STF, mas um levantamento feito pelo deputado Ivan Valente (PSOL-SP) mostrou que, neste ano, 25 pedidos não foram respondidos dentro do prazo, contra 11 em 2019.

O site do MMA também foi alvo do governo. Em novembro, o órgão lançou um novo site, que foi ao ar sem a maior parte das informações, registros e dados históricos disponíveis há anos na página antiga. Estavam lá somente programas da atual gestão da pasta. A mudança pegou de surpresa os servidores, que se depararam com sistemas como o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, atualizado frequentemente por

Estados e municípios, apagados do site. Na ocasião, em resposta às manifestações de servidores, o ministério afirmou que não haviam sido perdidas informações, e que isso era parte do processo de migração (WERNEK et al, 2020, p. 8).

A estratégia do medo, da perseguição e retaliação não é nova na política, porém remonta à governos totalitários, que usam da violência para agirem conforme desejam sem serem questionados. A mídia cumpre um papel importante na divulgação de informações e no fomento ao debate de interesse público quando feito com seriedade. Nossa intenção nesse tópico foi mostrar as relações existentes entre a mídia hegemônica e o agronegócio historicamente, o que é importante de ser pensado no intuito de compreender a influência do agronegócio nos conteúdos veiculados e nas construções simbólicas no imaginário da população. Porém, vivemos em um momento bem delicado de nossa história, em que a influência das fake-News tornaram mais complexas as narrativas endossadas inclusive pelo poder público, de modo que na conjuntura atual existe uma disputa entre a mídia hegemônica e o governo Bolsonaro, porém ambos apoiam a pauta do agronegócio.

### **3.9 Os danos ambientais do Agronegócio**

O pensador Karl Marx (2017) já havia tratado em seu clássico livro, O capital Livro I, quando trata da Maquinaria e a grande indústria, ao estudar a Grande indústria e agricultura, destaca que a agricultura capitalista é uma “arte de saquear não só o trabalhador, mas também o solo”. Esta “arte” consiste em priorizar o lucro em detrimento à vida, em seu sentido amplo. Desde as origens da agricultura capitalista, o fenômeno de exploração da natureza e da humanidade já fora percebido pelos críticos ao capitalismo.

Excluiremos momentaneamente os impactos da agricultura capitalista nas comunidades tradicionais, anteriores ao agronegócio, sejam elas quilombolas, indígenas, camponesas, ribeirinhas, caiçaras, calungas, dentre outras, porque iremos tratar mais especificamente deste ponto no tópico seguinte, embora seja difícil e talvez inadequado desassociar o ser humano do ambiente, porém para fins didáticos nos permitimos fazer essa cisão pontual.

Também não vamos retomar aqui os diversos elementos que constituíram a história desses danos causados pelo modelo de agricultura capitalista, contudo, é importante salientar que até a atualidade pouca coisa fora feita no sentido de frear o avanço do desequilíbrio ecológico, mesmo após diversos episódios que revelam a ineficiência desse modelo de agricultura, como a

recorrente ocorrência de nuvens de gafanhotos<sup>98</sup>. Nas palavras de Londres (2011) “o desequilíbrio ambiental provocado por estes sistemas leva também ao surgimento de novas pragas. Em outras palavras, insetos ou plantas que antes não provocavam danos as lavouras, passam a se comportar como invasores e atacar as plantações.” Portanto, o modelo de agricultura industrial produz mais pragas, conforme os resultados de diversas pesquisas (PASCHOAL, 2019; ALTIERI, 2012; LONDRES, 2011; CHABOUSSOU, 1999).

O agronegócio em seu aspecto dos danos ambientais, estimula o desmatamento, como mencionado anteriormente<sup>99</sup>, no Brasil, atualmente assistimos o avanço do agronegócio sobre o Cerrado, a Amazônia e o Pantanal. Foi publicado pelo Observatório do Clima o relatório “Passando a Boiada”, o título é de autoria do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que durante a reunião ministerial de 22 de abril de 2020, durante a pandemia da Covid-19, deixou claro a intensão de aproveitar o foco da mídia, e conseqüentemente da sociedade, na pandemia para promoverem as reformas, leia-se decretos, para o aumento da exploração na Amazônia, Pantanal, Cerrado, Mata Atlântica, Mangues, enfim, nos biomas brasileiros. Transcrevendo a fala do ministro lemos:

[...] porque só se fala de Covid, e ir passando a boiada. e ir mudando todo o regramento. e simplificando normas, de Iphan, de ministério da agricultura, de ministério do meio ambiente, de ministério disso, de ministério daquilo. agora é hora de unir esforços pra dar de baciada a simplificação regulatória que nós precisamos em todos os aspectos. (SALLES, 2020).

De fato, o Ministro do Meio Ambiente está comprometido com o agronegócio, com o setor latifundiário, desse modo trabalha no desmonte das políticas públicas e programas de governo que buscavam mitigar o desmatamento ilegal, as queimadas, a comercialização ilegal de madeiras, minérios e animais. Vemos o oposto acontecendo nestes dois primeiros anos da gestão “Brasil acima de todos, Deus acima de tudo”, mas o Deus à que se referem não tem relação com a natureza, mas sim com o dinheiro como podemos observar. Segundo o relatório do Observatório do Clima:

de janeiro a dezembro de 2020 houve 593 canetadas do governo federal relacionadas a meio ambiente. Na classificação por impacto das normas, 57 determinavam reformas institucionais, 32 eram revisações de regulamentos, 32 promoviam flexibilização, 19 desregulação e 10 eram revogações.

<sup>98</sup> Em julho de 2020 uma grande nuvem de gafanhotos atingiu o sul do país, o fenômeno está relacionado com o clima, mas também se agrava pela falta de biodiversidade, seja de inimigos naturais ou de árvores que dificultam o voo e servem de ninho para possíveis predadores.

<sup>99</sup> Na página 75 deste trabalho mencionamos o “dia do fogo” no corpo do texto e na nota de rodapé 41. Mas também podemos destacar as queimadas na Amazônia e no Pantanal (que perdeu cerca de 20% de sua área, além de inúmeros animais mortos pelas chamas) durante os meses de julho à outubro 2020.

No Ministério do Meio Ambiente, servindo-se do poder da caneta para fazer nomeações, perseguir funcionários e mudar normas – e de colegiados previamente modificados para lhe dar maioria –, o ministro Ricardo Salles atuou para fragilizar ainda mais as salvaguardas ambientais no país. A “boiada” passou em temas que vão desde a flexibilização do controle da exportação de madeira até a tentativa de liberação de petróleo em áreas sensíveis, passando pelo garrote orçamentário, pelo loteamento de órgãos ambientais com policiais militares sem conhecimento técnico e pela proposta de extinção do Instituto Chico Mendes, entre vários outros. Na Agricultura, a falha em aprovar o chamado “PL da Grilagem” (2.633) levou o ministério à criação, por portaria, do programa “Titula Brasil”, que delega aos municípios a titulação de terras públicas ocupadas de forma irregular (WERNEK *et al.*, 2020, p. 4).

Neste excerto, podemos identificar as ações do governo no apoio ao avanço do agronegócio em novas áreas. Mas o queremos, neste momento, analisar as mudanças de paisagem e consequentemente de clima, fauna e flora provocadas pelo agronegócio. Devemos considerar os métodos adotados para a derrubada da vegetação nativa, a saber, predominantemente<sup>100</sup>, o fogo, o qual é devastador não apenas para a vegetação, mas também para praticamente todos seres vivos da área afetada, pois causa a degradação do solo, por matar os microrganismos viventes nele, bem como os animais nativos, além de prejuízos responsável pelo alto nível de emissão de gás carbônico, que por sua vez representa a principal fonte do efeito estufa e aquecimento global, além de contribuir significativamente para o buraco na camada de ozônio, ainda pode provocar diversas doenças respiratórias na humanidade. O relatório traz essa relação entre o aumento do desmatamento com o aumento dos focos de incêndio e os níveis de CO<sub>2</sub> na atmosfera, sendo este o principal causador do efeito estufa, o que afastou o Brasil de atingir a sua meta de redução de poluentes, isso só foi possível com a redução de fiscalizações e multas:

O desmatamento na Amazônia aumentou 9,5% em 2020, depois de ter subido 34% em 2019. Desde 2008 não era registrada uma taxa tão alta de devastação: 11.088 km<sup>2</sup>, área que corresponde a uma Jamaica. O novo aumento do desmatamento coincide com uma queda de 42% das multas por infrações contra a flora no mesmo período medido pelo Inpe, de agosto de 2019 a julho de 2020, segundo levantamento do Fakebook.eco.

---

<sup>100</sup> Outra técnica adotada é o chamado “correntão” que são dois tratores grandes alinhados com uma corrente forte ligando um ao outro de modo que ao andarem derrubam a vegetação existente entre eles. Estes são os dois métodos mais utilizados, mas também é comum o uso de trator tipo esteira com lâmina frontal, porém rende menos área por hora. Todos eles são praticados após a extração das terras maiores para a comercialização ou uso (em cercas, edificações, lenha e etc.) na própria área.

Sob comando das Forças Armadas desde maio, fiscais do Ibama aplicaram 1.964 autos de infração por crimes contra a flora nos nove estados da Amazônia Legal em um ano. É o nível mais baixo das últimas duas décadas. Bateu o recorde negativo anterior, que havia sido registrado parcialmente sob Bolsonaro: 3.403 (de agosto de 2018 a julho de 2019).

Em 2020, o Estado do Pará concentrou quase metade do desmatamento (47%), seguido por Mato Grosso (16%), Amazonas (13,7%) e Rondônia (11,4%). A queda recorde dos autos de infração abrange o período de intervenção das Forças Armadas na Amazônia. Desde maio, todas as ações são coordenadas pelo Ministério da Defesa.

No Cerrado, o desmatamento aumentou ainda mais: foram derrubados 7.340 km<sup>2</sup> de agosto de 2019 a julho de 2020, alta de 13% em relação ao mesmo período anterior. A gestão Bolsonaro esperou o recesso de Natal e Ano-Novo

para divulgar os dados. A devastação no bioma corresponde a quase cinco vezes a área da cidade de São Paulo. É a maior taxa desde 2015.

Além dos impactos à biodiversidade e aos serviços ecossistêmicos, o aumento do desmatamento faz o Brasil se distanciar cada vez mais das metas de redução das emissões de gases de efeito estufa: o país ficou 180% acima da meta traçada na Política Nacional de Mudanças Climáticas de limitar o desmatamento na Amazônia em 2020 a 3.925 km<sup>2</sup> no máximo (redução de 80% em relação à média 1996-2005).

Não foi só o desmatamento que subiu. Em 2020, as queimadas voltaram a assolar a Amazônia, mesmo com o Exército em campo desde maio - em tese para coibi-las - e com um decreto presidencial assinado em julho proibindo qualquer queima por 120 dias. Até dezembro, o número de focos de queimada no bioma era 15% maior do que em 2019, ano em que o fogo colocou o Brasil no centro de uma crise internacional.

O governo reagiu como em 2019: primeiro negando o problema, depois culpando as vítimas. Usando dados do chefe da Embrapa Territorial, Evaristo de Miranda, o general Hamilton Mourão e o presidente Jair Bolsonaro alegaram

que 90% das queimadas estavam “em áreas de pastagem”. O número foi desmentido, com metodologias diversas, primeiro pelo Ipam, que mostrou que 64% dos focos correspondiam a incêndios florestais ou desmatamento; depois pela Nasa, que mostrou que cerca de metade dos focos no inverno de 2020 correspondiam a desmatamentos novos ou recentes; e por fim pelo Inpe, que cruzou dados de queimadas e desmatamento e mostrou que em agosto deste ano, por exemplo, cerca de 66% dos focos de calor estavam em áreas de desmate recente ou de incêndio florestal. Em setembro, na ONU, Bolsonaro disse que quem provoca as queimadas é “o caboclo e o índio”.

A fala, juntamente com o restante da atuação anti-indígena do governo, deu ao Brasil um prêmio internacional: o Fóssil do Ano, concedido pela rede de ONGs Climate Action Network aos países que mais atrapalham o combate

à mudança do clima. Somente Brasil e Estados Unidos ganharam em duas categorias cada um (idem).

Avancemos para a concepção do uso de venenos nas lavouras e suas consequências inevitáveis, isentaremos os danos causados na extração e produção desses produtos, bem como no transporte destes, os quais muitas vezes cruzam oceanos, também vamos excluir os acidentes

que podem ocorrer nessas etapas de produção e circulação da mercadoria em questão. Ainda, não trataremos dos casos de uso doméstico, nem hospitalar, ou industrial. Portanto, vamos nos restringir à análise de contaminação – exceto em seres humanos, pois trataremos no tópico sobre os impactos sociais do agronegócio – na agropecuária. Para isso iremos nos fundamentar principalmente nos livros “Pragas, agrotóxicos e a crise ambiente”, “Agrotóxicos no Brasil”; “Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos” dentre outros textos.

Logo de início podemos constatar que não existe uso seguro de agrotóxicos (LONDRES, 2011). Trata-se de, no mínimo, um eufemismo, ou uma falácia, assim como a proposta de alteração da nomenclatura, que desde de o início da legislação brasileira<sup>101</sup> a qual regulamenta os agrotóxicos até o presente momento adotou a denominação mais correta, mas que agora por interesses do agronegócio querem passar para “defensivos fitossanitários”, a fim de não transparecer o poder maléfico desses produtos no ambiente e no organismo (PASCHOAL, 2019), contudo a tentativa não obteve êxito, ainda, porém deixa nítida a intenção do setor de agroquímicos, o qual de certa forma, conseguiu engendrar propositadamente o novo termo na cabeça dos agricultores e corpo técnico da agropecuária no uso cotidiano, como a expressão “defensivos agrícolas” – bem como a tentativa de retirada do símbolo de transgênico dos rótulos de produtos que o contenham. Mas não vamos explorar as questões linguísticas e simbólicas neste momento, embora válidas e interessantes para pensarmos o poder do agronegócio, vamos nos deter no poder de contaminação e intoxicação através do seu uso rotineiro na pecuária e agricultura convencional.

Segundo o professor Adilson Paschoal<sup>102</sup>:

Os resíduos químicos de agrotóxicos encontrados nos peixes, aves, mamíferos e seres humanos dessas áreas isoladas do mundo poderiam, em alguns casos, ser atribuídos a transferência biológica através de cadeias alimentares. Contudo, pesquisas recentes têm mostrado a grande dispersão desses produtos pelas correntes aéreas. Calcula-se que apenas 10 a 20% dos agrotóxicos aplicados em polvilhamento e 25 a 50% aplicados por pulverizações sejam depositados na superfície das plantas. Nas condições mais propícias, os métodos atuais desperdiçam de 50 a 75% dos produtos aplicados, que se tornam assim contaminantes ambientes (Benarde, 1975; Peterle, 1970; Woodwell, 1970). A porção que atinge o

---

<sup>101</sup> Lei 7.802 de 11 de julho de 1989.

<sup>102</sup> Professor da Esalq, Ph.D. pela Universidade Estadual de Ohio, nos Estados Unidos, é uma das principais referências da agroecologia no mundo, ao lado de outros nomes como Ana Primavesi, entre outros. Foi notória sua participação na luta contra os transgênicos e sua nomenclatura para designar os agrotóxicos na legislação brasileira. Fez parcerias com grandes nomes do mundo na área da agroecologia, ganhou prêmios, viajou o Brasil e o mundo divulgando pesquisas sobre os impactos dos agrotóxicos.

solo pode aí permanecer ou voltar para a atmosfera, dependendo da concentração, disponibilidade e natureza do resíduo, práticas agrícolas, tipos de solo, além de vários fatores físicos e químicos. São fenômenos ligados a esse processo principalmente a volatilização, foto decomposição, quimiodecomposição, adsorção, diluição, erosão, absorção pelas plantas, decomposição microbiana e a codestilação (Hurtig, 1972).

[...]

Grande volume de resíduos tóxicos de áreas agrícolas é igualmente transportado, na forma dissolvida ou em suspensão, pelas águas das enxurradas, chegando aos oceanos através dos rios. O deslocamento por lençóis freáticos, embora existente, não parece ser importante (Peterle, 1970).

É, pois, necessário entender que o deslocamento dos agrotóxicos pode realizar-se por via biológica, por meio das cadeias alimentares, e por via física, através da atmosfera e das águas superficiais (PASCHOAL, 2019, p. 94-95)

O primeiro fato que podemos observar a partir da leitura do excerto é que ao pulverizar um veneno na lavoura, no mínimo grande parte deste não atinge o alvo e se dispersa pelo ar, contaminando assim a atmosfera e posteriormente precipitando em algum lugar do mundo. Se estiver ventando essa perda passa a ser maior ainda, podendo atingir áreas remotas do planeta, o que faz com que atualmente encontrem resíduos de venenos em todas as partes do planeta. Porém, mesmo a parte que atinge o alvo desejado não desaparece da natureza, logo, ou ele é incorporado na cadeia alimentar, ou seja, é consumido por alguém, seja uma planta, um ser humano ou outro animal, ou com as chuvas esse veneno escorre para os cursos d'água e outra parte infiltra no solo até cem metros abaixo da superfície (LONDRES, 2011) e contamina a terra com seus microrganismos chegando ao lençol freático, deste modo, de início podemos constatar a contaminação do ar, do solo, dos alimentos, dos animais e da água.

Produtos clorados persistentes, como o DDT e afins, entram nas teias alimentares, acumulam-se e concentram-se a cada nível trófico e atingem níveis fatais principalmente para vertebrados predadores, como o homem. Os sistemas biológicos, ao contrário dos sistemas físicos, tendem a concentrar produtos tóxicos persistentes encontrados nos ambientes onde vivem (...) peixes, anfíbios répteis, aves e mamíferos, que são predadores finais nas teias alimentares, podem apresentar concentração de DDT, ou de outros tóxicos, cerca de dez, cem, mil ou mesmo milhões de vezes maiores do que aquela das águas onde vivem ou frequentam (PASCHOAL, 2019, p. 36 - 37).

O professor Paschoal (2019) ainda alerta que esse tipo de contaminação também pode apresentar alterações nas funções sexuais dos animais, bem como nas cascas dos ovos e no caso dos mamíferos, na gestação e na lactação, bem como do sistema imunológico, o que agrava a ameaça de extinção das espécies, ele firma que: “as quantidades excessivas de produtos químicos usadas para combater pragas resistentes ou novas pragas agravam sobremaneira as condições

ambientes, com total poluição dos meios de subsistência (água, ar, solo, alimentos) e destruição da flora e da fauna”(p.40). Outra constatação através de vários anos de pesquisas ao redor do mundo com a contribuição de diversos cientistas é que os agrotóxicos provocam o desequilíbrio da natureza e conseqüentemente há um aumento de pragas após um tempo da aplicação veneno, ou seja, o veneno mata grande parte das pragas que estavam atacando a lavoura, ou o rebanho, mas não é possível exterminar todos os indivíduos da espécie praga, assim sobrevivem poucos exemplares resistentes ao veneno, contudo, se este produto não for seletivo ele mata mais ainda os predadores da praga, os chamados inimigos naturais, assim com número bem reduzido de indivíduos reguladores naturais da praga, o aumento da população desta se dá mais rápido do que dos predadores, causando uma manifestação ainda maior dos danos causados pela praga, o que “obriga” o/a agricultor/a efetuar uma nova aplicação, mais concentrada, em menos tempo de carência e assim por diante tornado essa prática cada vez mais recorrente e “necessária” uma vez que iniciada, o que a caracteriza como um ciclo vicioso (PASCHOAL, 2019; LONDRES, 2011).

A Teoria da Trofobiose diz que as plantas ficam doentes justamente pelo uso de agrotóxicos, pois estes afetam o funcionamento das células no organismo da planta. Segundo Chaboussou (1999), a planta sadia não sofre ataque de parasitas, pois estes precisam de aminoácidos, açúcares e minerais fora da estrutura de supermoléculas, isto é, precisam encontrar plantas com aminoácidos livres, mais fáceis de serem digeridos, ou seja, onde é possível uma quebra da molécula, o que não ocorre no caso das proteínas, que são moléculas maiores, mais estruturadas, fortes, que necessitam do empenho de maior quantidade de energia para serem quebradas e posteriormente sintetizadas.

O que ocorre quando se usa agrotóxicos, ou também adubos químicos, como também por falta de nutrientes disponíveis no solo, por conta da degradação ou por se tratar de uma espécie exótica, é um desequilíbrio nutricional da planta. Isso ocorre na monocultura, em que se adota uma “receita”(aqui no duplo sentido, receita do agrônomo e receita de procedimento) que vê o solo como um suporte para a planta que deve receber a sua nutrição conforme manda a cartilha, acompanhada dos agrotóxicos e manejos – preferencialmente mecanizados, nesta visão – o que ficou conhecido como “pacote tecnológico”, mas está mais para pacote “mercadológico”. Outro fato relacionado com o surgimento de infestações, já mencionado, é a eliminação dos inimigos naturais e do habitat de predadores, também a pouca diversidade biológica, com muita oferta de um mesmo alimento (planta) e pouca de outras (LONDRES, 2011).

Sobre esse ponto, da diminuição da diversidade biológica, é preocupante como isso afeta a própria agricultura capitalista de diferentes maneiras. Primeiramente pela necessidade de doses

cada vez maiores do veneno, ou a necessária aplicação de outro veneno mais forte, o que causa uma dependência do agricultor em relação à indústria de agroquímicos, de modo que parte de sua produção fica comprometida para pagar os venenos. Outro ponto é que a própria cultura pode sentir os danos da aplicação de agrotóxicos na lavoura, causando o aborto de botões florais, a interrupção no crescimento, a degradação do solo, o que acarreta na perda de fertilidade e a necessidade de uso de maiores quantidades de adubos químicos, reduzindo parte significativa dos lucros (PASCHOAL, 2019), também a intoxicação dos frutos que podem ser confiscados e incinerados, embora isso ocorra raríssimas vezes por órgão fiscalizadores. Outro exemplo de perdas é o extermínio de insetos polinizadores, os quais são responsáveis por fecundar diversas culturas alimentares comerciais, mas que na ausência é necessário a contratação de mão de obra, quando possível de ser realizado por humanos, como no caso do maracujá, outro fato presente no mesmo exemplo é a diminuição da produção de mel, própóles, geleia-real e extração de pólen por abelhas.

Outra questão diz respeito à segurança genética e biodiversidade, a qual é ameaçada principalmente pelo uso de agrotóxicos e sementes transgênicas (Organismos Geneticamente Modificadas – OGM's). As chamadas sementes crioulas são aquelas variedades tradicionais que foram passadas por milhares de anos ao longo das gerações de populações nativas, que trocavam entre as diferentes comunidades as variedades cultivadas, mas com o advento da agricultura capitalista e com o investimento em biotecnologia houve uma considerável perda genética. Não vamos condenar a ciência que faz novos cruzamentos a fim de criar variedades mais resistentes ou produtivas, mas vamos salientar o fato que foi essa mesma ciência que não cuidou em preservar as outras variedades genéticas que fazem falta até mesmo como exemplares e fontes de genes que poderiam auxiliar em solucionar problemas da humanidade, seja na agricultura, medicina ou outra área de interesse da ciência. Para Miguel Altieri (2012):

À medida que o modelo industrial foi sendo introduzindo nos países em desenvolvimento, a diversidade agrícola foi se erodindo, uma vez que as monoculturas passaram a predominar. Em Bangladesh, por exemplo, a promoção da Revolução Verde provocou nada menos que a perda de sete mil variedades tradicionais de arroz e muitas espécies de peixes. Fenômeno similar ocorreu nas Filipinas, quando a introdução de variedades de arroz de alta produtividade foi responsável pelo deslocamento de 300 variedades tradicionais de arroz. Nos países do norte, também tem ocorrido perdas consideráveis na diversidade cultivada. Nos Estados Unidos, 86% das sete mil variedades de maçãs cultivadas entre 1804 e 1904 não são mais encontradas, enquanto que 88% das 2683 variedades de peras não são mais disponíveis. (ALTIERI, 2012, p. 24-25).

Assim, com o passar do tempo houve uma diminuição das variedades e das culturas plantadas, ainda segundo Altieri (*ibidem*) “Em todo o mundo, 91% dos 1,5 bilhão de hectares de terras cultiváveis estão principalmente sob monoculturas de trigo, arroz, milho, algodão e soja”. Desse modo, além da padronização da vegetação e da limitação de diversidade alimentar das diversas formas de vida, também fica evidente que esse modelo de agricultura é linear energeticamente, onde há uma necessidade constante de um aporte cada vez maior de energia vinda de fora do agroecossistema e uma saída de energia que não retorna, em que muitas vezes, o sistema apresenta um déficit energético (ALTIERI, 2012). No caso das sementes transgênicas, o Brasil é o segundo maior país em área plantada com transgênicos desde 2009, conforme se gaba o governo em matéria especial divulgada no site oficial do Senado<sup>103</sup>, assim nosso problema ambiental torna-se mais agravante:

A tecnologia dos transgênicos é, na verdade, a evolução de um modelo de produção baseado na crescente artificialização da natureza, altamente demandante de insumos externos e venenos. Estes sistemas desequilibram o ambiente gerando novas pragas, que exigem a aplicação de novos venenos, que tornam as pragas mais resistentes, que levam ao uso de venenos mais fortes, e assim infinitamente. São sistemas que cada vez mais enriquecem as indústrias, ao passo que tornam os agricultores dependentes de seus insumos (em 2009, as 10 maiores companhias do agronegócio no Brasil faturaram R\$ 95 bilhões) (LONDRES, 2011, p. 70).

Além da questão de altos lucros na comercialização, do monopólio das mesmas multinacionais do ramo de agroquímicos controlarem também a venda de sementes transgênicas (e convencionais, isto é, híbridas tratadas) ainda existe uma regulamentação de direitos relativos a patentes<sup>104</sup> dos transgênicos, as quais geram conflitos, uma vez que os pólenes das plantas transgênicas viajam longas distâncias e fecundam lavouras não transgênicas à contragosto dos/as agricultores (as).

E é preciso considerar ainda que as sementes transgênicas são patenteadas. Quando o agricultor as compra, ele assina um contrato que o proíbe de reutilizá-las em safras seguintes (prática de guardar sementes, tradicional da agricultura) assim como de comercializá-las, trocá-las ou passá-las adiante. Dessa forma ele é obrigado a comprar sementes todos os anos. Há, também como consequência do sistema de patentes, centenas de agricultores nos EUA e no Canadá que foram processados pela empresa Monsanto, que alega ter encontrado sementes transgênicas em suas propriedades, que não teriam sido compradas da empresa. Há o caso famoso

<sup>103</sup> <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/projeto-reacende-debate-sobre-alimentos-transgenicos/brasil-e-2o-maior-produtor-mundial-de-alimentos-geneticamente-modificados>

<sup>104</sup> A Monsanto/Bayer detém o direito da patente e o monopólio das sementes de milho Bt e Soja Bt, por exemplo.

de um agricultor que teve sua lavoura de canola contaminada por pólen de plantações transgênicas vizinhas, foi processado pela Monsanto, perdeu o processo e está sendo obrigado a pagar US\$ 10 mil por taxas de licença e mais de US\$ 75 mil por lucros sobre sua lavoura de 1998. (LONDRES, 2020?).

Também devemos considerar que nestas plantações o uso dos agrotóxicos é mais intensivo, bem como dos adubos químicos, e ainda a mecanização que faz parte do cultivo transgênico. Nas culturas transgênicas Bt<sup>105</sup>, os resíduos de agrotóxico permanecem em maiores quantidades no pós-colheita, pois devido à planta ser tolerante ao agrotóxico glifosato (Roundup – Monsanto/Bayer), permite que receba cargas ainda maiores do veneno sem que a planta morra, incorporando, inevitavelmente, parte deste em seu organismo. Para que isso ocorra foi necessário uma série de manobras e conluíus com os poderes legislativo, executivo e judiciário, conforme explica a pesquisadora Flávia Londres:

[...] o glifosato e pulverizado em cima da soja, o que faz com que os grãos apresentem ao final níveis de resíduos também muito maiores.

Justamente para tratar desta situação, em 1998, quando a CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, órgão vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia responsável por avaliar e autorizar transgênicos) tentou pela primeira vez liberar a soja transgênica da Monsanto no Brasil, a Anvisa alterou o limite permitido de resíduos de glifosato em soja, aumentando-o em 10 vezes! Ele passou de 0,2 ppm (partes por milhão) para 2,0 ppm.

Em 1998 a liberação da soja transgênica foi contestada e suspensa pela Justiça. Mas em 2004, quando a liberação foi finalmente oficializada, o limite de resíduos do veneno na soja aumentou ainda mais: foi para 10 ppm, ou seja, 50 vezes maior do que o limite inicialmente permitido! (LONDRES, 2011 p. 71).

São diversos os danos causados pelos transgênicos e ainda não sabemos as consequências a longo prazo, a que tudo indica, os cruzamentos involuntários com espécies nativas acarretam mutações genéticas irreparáveis. Vejamos o exemplo apresentado a seguir pelo pesquisador Miguel Altieri (2012): “[...] Estudos realizados na Escócia sugerem que os afídeos (pulgões) são capazes de sequestrar a toxina Bt e transferi-la para seus predadores conccinelídeos, afetando assim a reprodução e a longevidade dos besouros benéficos” (p. 38). Este é mais um entre outros casos encontrados de aspectos negativos envolvendo os danos ambientais das sementes Bt, como o envenenamento do solo e dos invertebrados e fungos vivos neste, bem como nas mutações

---

<sup>105</sup> No caso é a bactéria *Bacillus Thuringiensis* que dá o gene de inseticida e resistência ao glifosato na semente de milho e soja, isto é, ao ser ingerida parte da planta com gene Bt por algum inseto, este morre por intoxicação oriunda deste gene conhecido como “Cray” (ALTIERI, 2012).

de vírus em contato com o gene da toxina em questão e também posteriormente podem entrar em contato com espécies nativas por meio do pólen (*ibidem*).

Outro exemplo crasso dessa política neoliberal que busca atender apenas aos interesses das multinacionais, deixando de lado os aspectos sociais e ambientais, é a proposta da privatização das águas subterrâneas, cursos de rios, lagoas, represas e nascentes através do PL 495/17, de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB - CE). No Projeto de Lei, está previsto que “criação de mercados de água como instrumentos destinados a promover a alocação mais eficiente dos recursos hídricos” (art. 4º do PL 495/2017). Em outros termos, privatizar as nascentes, cursos e lençóis freáticos a fim de determinar quem poderá utilizá-los de acordo com a capacidade financeira e lucrativa envolvida na atividade, ou seja, destinar para as grandes empresas as nossas reservas hídricas, em reportagem<sup>106</sup> do Brasil de Fato sobre o tema, contestam a existência de conflito de interesses:

Dentre seus vários bens, ações e investimentos, destacam-se em sua última declaração de bens ações em nome da empresa Calila Administração e Comércio S/A, com um saldo de 1,3 milhão de ações ordinárias de classe A, estimadas em R\$ 56 milhões, e Calila Investimentos S/A com um total de 1,9 milhão de ações classe A, valendo cerca de R\$ 154 milhões, o que corresponde a 54% do valor de todo patrimônio declarado. A Calila Participações do Grupo Jereissati é uma das acionistas brasileiras da Solar Coca-Cola, empresa sediada em Fortaleza e segunda maior fabricante do sistema Coca-Cola no Brasil, fruto da fusão das empresas Norsa, Renosa e Refrescos Guararapes, originalmente pertencentes ao Grupo Jereissati, Família Mello e The Coca-Cola Company, respectivamente. Considerada uma gigante do ramo, foi também a maior doadora da última campanha do parlamentar, com R\$ 1,5 milhão. Recorrente protagonista de escândalos envolvendo denúncias de poluição de corpos hídricos, mudança de comportamento de vazões de nascentes e lençóis freáticos, espoliação de bens naturais do país, a Coca-Cola lançou em 2017 um relatório de sustentabilidade, declarando ser necessário utilizar 1,67 litros de água para cada litro de bebida produzida, sem deixar claro se nesse cálculo é incluído o gasto com embalagens e açúcar (VIANA, 2019).

Mais uma vez, o agronegócio se apropria dos recursos naturais com a narrativa de preservação, uso sustentável, produtividade, eficiência, mas na prática promovem o oposto, a poluição, exaustão e deslocamento de recursos financeiros, humanos e materiais orgânicos, destinando grande parte de suas produções ao mercado externo, bem como os lucros originados desta, uma vez que as sementes, adubos, venenos e maquinários, enfim os insumos, são de

---

<sup>106</sup> Artigo de Barbara Viana, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/10/10/tasso-jereissati-quer-mudar-a-lei-para-criar-mercado-das-aguas>

empresas sediadas fora do país, além das grandes *trades*, as empresas compradoras dos grãos, donas dos armazéns e da logística pertencem aos países desenvolvidos.

Por fim outro aspecto dos danos ambientais provocados pelo agronegócio é o uso intensivo de maquinários pesados. Ao arar a terra, além de provocar uma desestruturação física e biológica do solo, também contribui com o processo de desertificação, diminuindo a umidade do ar e aumentando a temperatura da terra, ainda torna o solo mais compactado, sendo necessário o uso de sulcadores, que entram mais fundo no solo, prejudicando ainda mais a vida deste (PRIMAVESI, 2018). Outro fator associado ao uso do arado, da grade, a monocultura, de modo geral, é a contribuição considerável para o assoreamento dos rios, bem como a erosão e lixiviação do solo.

### **3.10 As consequências sociais provocadas pelo agronegócio**

Para iniciarmos o subtópico sobre a questão dos problemas sociais oriundos do agronegócio precisaremos compreender as diferentes dimensões abarcadas nesta temática. Entendemos como problemas sociais decorrentes do agronegócio os aspectos de doenças relacionadas ao uso de agrotóxicos na população do campo, como também da cidade, por serem consumidores finais dos alimentos e da água; outro elemento para ser analisado é a pobreza rural; a soberania alimentar; a segurança alimentar; ainda devemos considerar como impacto do agronegócio a aniquilação cultural das populações tradicionais.

Começaremos pela intoxicação dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura capitalista, ou comumente chamada de agricultura convencional. Existem três tipos de intoxicação: a aguda; a subaguda; e a crônica. Respectivamente correspondem ao tempo necessário para a manifestação dos sintomas decorrentes da intoxicação, em que no primeiro caso surgem após minutos ou horas, no segundo são após dias, ou semanas, e o terceiro tipo se refere ao aparecimento após meses ou anos. O mais comum de ser notificado é do tipo aguda, por ser mais fácil de estabelecer ligação com o evento que ocasionou a intoxicação, contudo ainda assim, são subnotificados, sendo que para cada notificação, estima-se, segundo a FAO, mais cinquenta casos (LONDRES 2011).

A dificuldade é agravada pelo fato de existir uma enorme variedade de grupos químicos no mercado, que são capazes de provocar diferentes efeitos sobre a saúde: uns agem sobre o sistema imunológico, outros no sistema endócrino, outros provocam alterações hepáticas, câncer, disfun-

ções na tireoide, abortos, partos prematuros, doenças neurológicas, hiperatividade em crianças... há uma gama enorme de patologias que estão crescendo nos últimos anos. (LONDRES, 2011, p.31).

Assim temos a problemática do diagnóstico por diversos motivos, dentre eles as diferentes formas de reações provocados por intoxicação de diferentes reagentes em diferentes organismos da mesma espécie, no nosso caso, os humanos, cada pessoa pode responder de um modo diferente ao mesmo produto utilizado, além das combinações e acúmulos de fórmulas químicas com diferentes combinações, somadas ao longo período de exposição fica difícil diagnosticar com exatidão. Porém, mesmo que em alguns casos levem mais tempo para se manifestar, pesquisas têm relacionado o aumento do uso de agrotóxicos nos países com o aumento do caso de diversas doenças, patologias, enfim o aumento de casos graves de saúde em cidades com grande presença da agricultura capitalista tem chamado a atenção dos pesquisadores, fato que Marx (2017) encontrou diagnosticado nos relatórios do Dr. Hunter, em 1861:

Até então, supunha-se que a malária e outras doenças típicas de áreas baixas e pantanosas eram as responsáveis pela dizimação das crianças. A investigação revelou exatamente o contrário, a saber: “que a mesma causa que erradicou a malária, isto é, a transformação do solo pantanoso durante o inverno e de áridas pastagens durante o verão em terras férteis para a plantação de cereais, provocou a extraordinária taxa de mortalidade entre os lactantes”

Os 70 clínicos gerais ouvidos pelo dr. Hunter naqueles distritos foram “impressionantemente unânimes” quanto a esse ponto. Com a revolução do cultivo do solo foi introduzido, com efeito, o sistema industrial. (MARX, 2017, p. 472).

A agricultura capitalista gera diversas mazelas sociais, diretamente e indiretamente, mais visíveis, em um primeiro olhar, aos que estão mais próximos da atividade agrícola, mas também afetam os mais distantes, como os consumidores finais, por exemplo, no caso da ingestão de alimentos produzidos com o uso de agrotóxicos. Segundo o professor Paschoal, o problema da presença de agrotóxicos nos alimentos apresenta-se como um risco ao organismo humano, o qual pode ser imperceptível à primeira vista, mas pode ao longo do tempo causar a morte. Nos termos dele:

A cada ano muitas pessoas morrem intoxicadas por agrotóxicos, quer no seu manuseio, quer pela ingestão de alimentos contaminados acidentalmente. Estudos realizados pela Food and Drug Administration, nos Estados Unidos, revelam que 50% de milhares amostras de alimentos continham resíduos de agrotóxicos e que 3% estavam acima dos limites legais estabelecidos. O tecido adiposo humano concentra resíduo de DDT que, frequentemente ultrapassam 12 ppm (partes por milhão) nos Estados Unidos, 19 ppm em Israel e 26 na Índia. O leite materno contém até 5 ppm de DDT, enquanto o nível permitido pela Food and Drug Administration

(FDA) para o leite de vaca é 0,05 ppm. Bebês alimentados com leite materno na Suécia recebem 70% a mais que o limite máximo de DDT aceitável; na Inglaterra e nos Estados Unidos, recebem cerca de 10 vezes a quantia de dieldrin recomendada, e na Austrália perto de 30 vezes. Não se sabe até que ponto esses níveis de concentração de hidrocarbonetos clorados estão influenciando a saúde humana. A ausência de efeitos em curto prazo não implica ausência de efeitos em longo prazo, principalmente levando-se em conta as propriedades carcinogênicas, mutagênicas e teratogênicas desses produtos, comprovadas para outros animais (PASCHOAL, 2019, p.38).

Encontramos neste excerto fatos que contribuem, com o passar do tempo, no banimento da permissão do uso das substâncias mais danosas ao meio ambiente e à saúde, outras passaram por reformulações para não serem retiradas do mercado. Contudo, isso não esgota o seu uso, embora dificulte e iniba a sua comercialização, todavia, acabam criando um mercado paralelo de produtos químicos ilegais. Acrescenta-se aos índices<sup>107</sup> oficiais de consumo de agrotóxico com registro e nota fiscal, os extraoficiais, que são ausentes, pois entram de modo ilegal no país, contrabandeados ou são falsificados, fabricados em “indústrias químicas caseiras” sem autorização para funcionarem, o que torna a questão ainda mais descontrolada, desconhecida e delicada, do ponto de vista da segurança à saúde e ao ambiente.

Os resultados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos, desenvolvido pela ANVISA, indicam que em 2011 apenas 22% das 1.628 amostras analisadas estavam livres desses contaminantes. Chama a atenção a presença de pelo menos dois agrotóxicos que nunca foram registrados no Brasil: o azaconazol e o tebufempirade, sugerindo contrabando dos produtos e descontrole por parte das políticas públicas (RIGOTTO, 2014, p.1).

A consequência dessas substâncias na agricultura inseridos na cadeia alimentar acarreta na concentração cada vez maior ao subir o nível trófico, o que pode resultar na má formação dos fetos e na presença dessas substâncias no leite materno:

Em 100% das amostras foi encontrado ao menos um tipo de agrotóxico. Em 85% dos casos foram encontrados entre 2 e 6 tipos. Entre as variáveis estudadas, ter tido aborto foi uma variável que se manteve associada à presença de três agrotóxicos. A substância com maior incidência é conhecida como DDE, um derivado de outro agrotóxico, o DDT, que foi proibido pelo Governo Federal em 1998 por provocar infertilidade nos homens e abortos espontâneos nas mulheres (LONDRES, 2011, p.83).

Vemos ainda, que muitas vezes, em um país certas substâncias são permitidas, enquanto que em outros não, porém o país com autorização exporta o produto, por exemplo o café, ou soja,

---

<sup>107</sup> Como vimos anteriormente, o Brasil é o líder mundial no consumo e importação de agrotóxicos.

milho, para aqueles países em que os mesmos produtos utilizados nestas culturas são banidos, o que nos leva a crer que não é o caso de ambas nações ignorarem esse fato, ao contrário, muitos produtos são importados destas federações, ou mesmo os fabricados no Brasil pertencem à empresas sediadas nestes países que estão mais à frente na questão da proibição do uso de agrotóxicos extremamente tóxicos. Isso nos leva a pensar que o que está em jogo é a contaminação da natureza e da população que trabalha com a aplicação destes, mas não dos alimentos em si.

Outro dano social pouco comentado na mídia e no meio escolar, também acadêmico, é a lógica de viabilidade econômica do agronegócio em propriedades médias e pequenas. De modo geral, prega-se que o agronegócio é lucrativo, porém, normalmente não se dimensiona essa lucratividade em relação aos gastos do Estado com a saúde pública no tratamento de doenças provocadas nos trabalhadores pelo uso de agrotóxicos, bem como a ausência dos próprios trabalhadores rurais em seus postos de trabalho, o pesquisador da Fio Cruz, Wagner Soares, calculou esses gastos e chegou ao seguinte resultado:

No caso do Paraná, considerando que todos os estabelecimentos possuem características que aumentam os riscos à intoxicação, os números apontam que o custo para o estado (tratamento no SUS mais o período de ausência às atividades de trabalho) associado apenas à produção de milho poderia chegar a US\$ 70 milhões. Na situação oposta, ou seja, considerando a ausência dos fatores de risco, este custo cairia para US\$ 9 milhões (LONDRES, 2011, p.88).

Neste caso, o pesquisador considerou apenas das intoxicações provocadas no campo, com os agricultores envolvidos no processo de produção dos alimentos convencionais. Mas, Wagner Soares também incorporou o entorno dos estabelecimentos que utilizam agrotóxicos e concluiu que os gastos do Estado apenas com a saúde pública apresentam uma relação de proporcionalidade, a cada um dólar gasto com agrotóxico o Estado gasta 1,25 dólares, ou seja, o custo do agrotóxico é maior do que se pensa, contudo quem paga a maior parte é o povo, através dos impostos que financiam a saúde pública.

Outra dimensão do aspecto de desenvolvimento rural e econômico que é omitida por parte dos vendedores e fabricantes de agroquímicos e OGMs, diz respeito ao tamanho da propriedade para a viabilidade econômica, adotam a mesma receita de agroquímicos recomendada (pelos agrônomos “vendedores”) independentemente do maquinário disponível, da mão de obra empregada e do tamanho da lavoura, recomendam, geralmente, o pacote tecnológico completo, da semente transgênica, aos adubos químicos e os respectivos venenos a eles associados com os

devidos maquinários e equipamentos necessários, como vimos a indústria de insumos agrícolas é a mais interessada na implantação do avanço tecnológico alinhado ao agronegócio.

Todavia, também temos camponeses que aderem ao modelo do agronegócio, estes estão fadados ao fracasso econômico, ambiental e social, uma vez que a lógica de funcionamento do agronegócio envolve a tecnologia de ponta para o aumento da produção e a baixa dos custos, sendo assim, para os latifundiários é interessante a existência dos pequenos que não acompanham as inovações tecnológicas, porque desse modo estes proporcionam mais lucro aos grandes produtores rurais devido ao valor da mercadoria se dar no montante total da safra, ou seja, a produção dos pequenos agricultores, com custos mais altos, faz subir o valor da mercadoria, enquanto a produção dos latifundiários contribui para o rebaixamento dos custos de produção e consequentemente do valor da mercadoria ao mesmo tempo que proporciona uma margem maior de lucro para os grandes proprietários. Todavia, para os pequenos agricultores essa relação econômica é inversamente proporcional, pois como o preço da mercadoria é o mesmo, mas seus custos são maiores, por não terem as mesmas condições financeiras nem terras suficientes para acompanhar o avanço tecnológico, a margem de lucro fica menor para estes, segundo Marx:

Em geral, a grande propriedade fundiária e a pequena já se relacionam como grande e pequeno capital. Mas surgem ainda circunstâncias especiais que trazem consigo incondicionalmente a acumulação da grande propriedade fundiária e o devorar da pequena por ela.

[...]

O pequeno proprietário da terra que trabalha para-si encontra-se assim perante o grande proprietário da terra na relação de um artesão que possui um instrumento próprio para com o dono da fábrica. A pequena posse fundiária tornou-se mero instrumento de trabalho. [XVI] A renda fundiária desaparece totalmente para o pequeno proprietário da terra; resta-lhe no máximo o juro do seu capital e o salário do seu trabalho; pois a renda fundiária pode ser rebaixada pela concorrência até ser nada mais que o juro do capital não investido pelo próprio (MARX, 2015, p.293)

No caso do uso das sementes transgênicas esse fato fica mais evidente, como vimos anteriormente. Mas mesmo no caso dos grandes produtores, como certos usineiros que acabaram falidos, a lógica do agronegócio (voltado para o mercado externo) promove a formação de oligopólios, com a supressão de pequenas e médias agroindústrias, concentrando cada vez mais o capital, fato que Marx (2015) também já havia relatado e Alberto Passos Guimarães resumiu da seguinte forma:

Acresce que nas condições presentes, produzir lucrativamente para um mercado distante significa produzir a custos mais baixos, o que só pode

ser alcançado pelas grandes usinas e pelas mais bem aparelhadas. Decorre dessa circunstância a imposição de uma acirrada concorrência e o início de um círculo vicioso: para produzir mais, a usina precisa de maiores extensões de terras, o que consegue com a ruína de seus vizinhos; ao fazê-lo, restringe ainda mais o mercado, o que obriga a novo avassalamento dos concorrentes menores. (GUIMARÃES, 1964, p.158).

Desse modo, podemos elencar como um dano social a questão da fragilidade econômica, que leva o Estado a ter que “socorrer” os grandes latifundiários, pois seguindo a política econômica atrelada aos interesses do agronegócio, é legítimo o perdão das dívidas e o fornecimento de crédito para manter o setor atrelado à indústria, uma vez que o funcionamento da agricultura capitalista envolve necessariamente a entrada de recursos da indústria de insumos agrícolas, conseqüentemente estão atreladas também economicamente, se muitos CAIs começarem a falir, a indústria corre o risco de também fechar.

O que torna nítida a relação mercadológica existente entre o Estado, os bancos, o corpo técnico e os agricultores, em que os primeiros dão as condições políticas, fiscais, para os segundos lucrarem com os empréstimos que são atrelados aos pareceres técnicos dos terceiros que devem vender o máximo de mercadorias que conseguirem, inclusive em muitos casos recebem por comissão sobre venda, e os agricultores, na maioria das vezes, acatam as recomendações com a esperança de produzirem mais e obterem mais lucros, contudo essa relação causa-efeito não é simples assim, existem muitas variantes que podem prejudicar os resultados, e mesmo nas melhores condições climáticas, ainda assim, para os pequenos e médios agricultores esta lógica não se aplica, pois a lucratividade só é possível em larga escala e mesmo nestes casos contam com o apoio na retaguarda do governo para socorrê-los quando necessária a renegociação de dívidas. Essa situação leva à saída de grande parte das novas gerações do campo, bem como acarreta a concentração de terras, uma vez que muitos camponeses se veem obrigados a venderem suas terras para quitarem suas dívidas e partirem para a cidade em busca de outros trabalhos.

Com tudo isso, a agricultura química vem, ao longo das últimas décadas, apresentando resultados cada vez piores na relação produtividade  $\times$  custos de produção e deixando os agricultores a cada dia mais estrangulados. Com margens de lucro cada vez mais achatadas, somente a produção em escala e capaz de proporcionar ganhos satisfatórios – um outro elemento a contribuir para a concentração de terra e renda no país, marginalizando e expulsando os agricultores familiares reféns do modelo convencional. É preciso observar ainda, entretanto, que mesmo em grande escala o sistema de produção convencional comumente dá prejuízo e só consegue se manter ativo por ser fortemente subsidiado pelo Estado, com a bancada ruralista ano após ano renegociando e anistiando dívidas do setor (LONDRES, 2011, p. 22).

Problematizando essa lógica de funcionamento do agronegócio, o qual prioriza os lucros das empresas fornecedoras de insumos, encontramos alguns dilemas, o primeiro deles: se há uma contínua expulsão do campesinato, há um inchamento das periferias nas cidades, ocasionando um crescimento desordenado. Também promove uma diminuição da mão-de-obra no campo, mesmo no caso do trabalhador temporária, ou o diarista (o volante), que muitas vezes era o pequeno camponês e sua família que estava disponível na mesma localidade, no bairro, ou nas proximidades. O que exige do fazendeiro em épocas de colheita ou plantio, dependendo da cultura, pois no caso da cana-de-açúcar, da soja e do milho, por exemplo, isso não se aplica, uma vez que o ciclo de produção inteiro é mecanizado, desde o preparo do solo, o plantio, os tratamentos culturais, até a colheita, é tudo feito de cima do trator, dessa forma emprega pouca mão de obra, mas no caso de outras culturas como a da laranja, do café, dentre outras similares, embora a indústria agrícola desenvolva cada vez mais tecnologias para a mecanização da produção, ainda assim se faz necessário o emprego de mão-de-obra temporária e contratados. No caso destes últimos, quando apresentam algum sinal de sintomas por intoxicação são demitidos, descartados, para evitar qualquer tipo de responsabilização do produtor.

Segundo diversos relatos, é muito comum a prática de fazendas ou empresas demitirem trabalhadores que começam a apresentar sintomas de intoxicação crônica. Nestes casos, a intoxicação não é oficialmente diagnosticada e o empregador se exime de qualquer responsabilidade sobre os problemas de saúde do (ex)funcionário (*idem*).

Mesmo demitidos, os efeitos provocados pelo constante uso de agrotóxicos, acumulados no organismo ao longo do tempo, permanecem provocando danos. Quando não em relação aos órgãos geralmente afetados, como do aparelho digestivo e aparelho respiratório, ainda assim podem danificar o sistema nervoso central, mesmo que fisicamente não apresente sinais, é comum afetarem o sistema endócrino, que regula a produção hormonal, a qual está diretamente relacionada com o humor e o prazer. Deste modo, existe uma relação entre o uso de agrotóxicos e os níveis de mortes de agricultores por suicídios (também é comum usar o agrotóxico como método de realização do ato suicida, o que iguala, de certo modo, o veneno à arma) nos municípios com maior concentração de consumo de agrotóxicos na lavoura.

Há uma série de estudos que indicam haver forte relação entre o uso de certos agrotóxicos e o alto índice de suicídios entre agricultores. Algumas substâncias podem afetar o sistema nervoso central, provocando transtornos psiquiátricos como ansiedade, irritabilidade, insônia ou sono perturbado (com excesso de sonhos e/ou pesadelos), depressão e, muitas vezes, levar a pessoa intoxicada ao ato extremo de eliminar a própria vida –

comumente, bebendo o veneno usado na lavoura. (LONDRES, 2011, p.52).

Portanto, acrescenta-se aos inúmeros danos diretos à saúde física e mental ocasionados diretamente pelo uso de agrotóxicos, também os problemas sociais que são reflexo da política voltada para o agronegócio, como o inchaço das cidades, o crescimento desordenado das mesmas, ainda no meio rural, provoca além da mudança na paisagem, os crescentes conflitos no campo, sendo o Brasil um dos países com o maior índice de violência rural, com mortes e perseguições aos militantes de movimentos sociais e ambientais, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), nestes últimos dois anos a violência por conflitos agrários tem aumentado, sobretudo no Norte e Nordeste, sendo o maior número de assassinatos, tentativas de morte e ameaças contra camponeses e indígenas, nos últimos dez anos, dentre as vítimas encontram-se diversas lideranças, foram no total 1833 ocorrências, dessas 34 foram vítimas de assassinato, dentre eles 9 eram indígenas, outras 30 pessoas sofreram tentativa de homicídio e mais outras 201 pessoas receberam ameaças de morte, conforme o relatório da CPT divulgado anualmente no aniversário do Massacre de Eldorado dos Carajás, que marca o Dia Internacional de Luta Pela Terra, 17 de abril, no caso, de 2020, referente ao ano de 2019.

Os conflitos caminham junto com o avanço do agronegócio, segundo a reportagem do site<sup>108</sup> da CPT, os proprietários, vindos do Sul, chegam em novas áreas comprando terras e coagindo os moradores tradicionais a venderem suas glebas para o ruralista, se não o fazem, iniciam uma demonstração de força, matando animais e intimidando as famílias, que ao procurarem a delegacia, não conseguiram registrar a queixa, pois o poder público no município é conivente com o agronegócio, porém as famílias procuraram o ministério público em outro município e conseguiram abrir inquérito para apurarem o caso. Não é por acaso que os casos de violência se concentram nos Estados em que o agronegócio é crescente, como no Pará e no Maranhão. Outros casos também foram relatados, como duas casas que foram queimadas por jagunços contratados pelos gaúchos recém-chegados no município de Guarimã.

Os casos mais emblemáticos, além do Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, que deixou 21 camponeses mortos por forças da Polícia Militar (PM) do Pará<sup>109</sup>. Outro episódio de matança foi em Corumbiara, no Leste de Rondônia:

---

<sup>108</sup> <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/5515-plantacoes-de-soja-avancam-no-leste-maranhense-com-rastro-de-violencia-e-desrespeito-ao-meio-ambiente>

<sup>109</sup> O livro, O massacre, do Jornalista Eric Nepomuceno, trata dos detalhes do caso que ficou registrado como dia internacional da luta pela reforma agrária. Nós usamos a matéria publicado no Brasil de Fato: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/17/massacre-de-eldorado-do-carajas-completa-24-anos-um-dia-para-nao-esquecer>

No dia 9 de agosto de 1995, pistoleiros e policiais investiram contra um acampamento sem-terra na fazenda Sant Elina. Improdutiva ela estava sendo ocupada por seiscentos camponeses. Pelo menos dez sem-terra e dois policiais morreram. Os sem-terra dizem que morreu muito mais gente. Alguns deles foram executados sumariamente. Um laudo confirmou a cremação de corpos no acampamento (ALCEU, 2012, p. 208).

A pistolagem se repete na história e em diversos lugares do Brasil, recordemos outros casos emblemáticos, como o assassinato no Acre, do seringueiro, Chico Mendes, em 1988, mesmo após várias ameaças de morte e com seguranças na porta de sua casa, não conseguiram evitar a sua morte; mais recentemente, no ano de 2005, a missionária Dorothy Stang foi vítima do mesmo crime, figura conhecida por defender a população do campo e a causa ambiental, também sofreu constantes ameaças antes do fato ser consumado. Antes deles, outras lideranças foram caladas do pior modo, com a morte por mando dos latifundiários, grileiros, madeireiros, políticos, enfim, pela elite econômica e política do país. Dentre esses finados, encontram-se João Pedro Teixeira, líder das Ligas Camponesas executado em 1962, na Paraíba, com Margarida Maria Alves, camponesa e líder sindical, em 1982, não foi diferente, ameaçada e posteriormente assassinada. A lista de pessoas mortas por conflitos no campo é bem extensa, recentemente, em 12 de fevereiro de 2021, Isac Tembê, jovem líder indígena pertencente ao povo Tembê Theneteraha, com apenas 24 anos, era professor de história, foi brutalmente assassinado com vários tiros, a que tudo indica, pelo aparato coercitivo do Estado do Pará, segundo a reportagem do Brasil de Fato<sup>110</sup>.

Os movimentos sociais do campo, como o MST e a CPT, denunciam a omissão e impunidade daqueles envolvidos em tais barbaridades. Em muitos casos, a relação com o meio político municipal, estadual e até mesmo Federal é muito próxima, quando não são eles os responsáveis por tais atrocidades. Além dessas brutalidades, escancaradas, mas que pouco impactam a vida pública das autoridades relacionadas aos massacres e execuções (CASTILHO, 2012), também podemos elencar uma série de outros problemas sociais decorrentes do avanço do agronegócio. Dentre eles, o aumento do desemprego no campo, a pobreza rural e a alta no preço dos alimentos, também a precarização do trabalho, acentua-se com o modelo de agricultura capitalista, pois, como vimos, Marx (2017) já havia constatado o aumento de doenças e até mesmo infanticídio nos municípios com forte presença da agricultura capitalista.

---

<sup>110</sup> <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/15/lideranca-tembe-e-assassinada-no-estado-do-para-e-indigenas-clamam-por-justica>

Nestes municípios agrícolas reproduzem-se todos os fenômenos dos distritos fabris e, em grau ainda maior, o infanticídio disfarçado e a administração de opiatos às crianças [nota 133 do original: tal como nos distritos fabris ingleses, também nos distritos agrícolas o consumo de ópio aumenta dia a dia entre os trabalhadores e trabalhadoras adultos. “promover a venda de opiatos ... é o grande objetivo de alguns grandes comerciantes. Os farmacêuticos os consideram como um artigo de maior saída” Veja como a Índia e a China se vingam da Inglaterra. (MARX, 2017, p. 472).

A citação anterior traz relação entre a indústria farmacêutica e a agricultura capitalista, pois ambas caminham juntas quando o assunto é lucrar com a química. Não é por acaso que em muitos casos são as mesmas empresas que dominam os dois segmentos do mercado internacional, maior exemplo são a Bayer e Basf, fabricantes de sementes, venenos, adubos e remédios, dentre outros produtos.

Também mencionamos em capítulos anteriores a relação do agronegócio com a educação, seu interesse em propagar uma nova cultura globalizada, com a consequente perda de senso de comunidade, também observamos no capítulo em que tratamos do vínculo entre mídia e agronegócio, como este engendra uma padronização de costumes (CHÃ, 2018) e modifica as festas típicas, as quais deixam de ocorrer nas antigas fazendas cheias de colonos – até porque isso não é mais possível, pois não são mais habitadas por diversas famílias – e passam a acontecer em locais fechados na cidade, pois são apropriadas pelos políticos locais em parcerias com o agronegócio e a indústria cultural, assim passam a legitimar a propagação do agronegócio, desvirtuando-se do seu caráter popular, tornando-se mega eventos com artistas famosos – milionários, vale lembrar, que em muitos casos possuem grandes fazendas no modelo de produção do agronegócio – mas que não possuem mais o vínculo com tradição cultural, a música de “raiz”, como dizem os mais antigos, dessa forma, por exemplo, é comum que em uma festa junina, atualmente, toque funk, ou sertanejo universitário. Não desejamos com isso afirmar uma pausa no tempo, mas pensar: quais são os propósitos que esses eventos atendem? O que está por detrás do discurso do novo, moderno? Quem está faturando com a morte da cultura local e a importação de “estrelas” da moda temporária que acometem o campo artístico, ofuscando muitos talentos, uma vez que todos querem o mesmo devido a uniformidade da cultura e subjetividade imposta pelas forças hegemônicas<sup>111</sup>?

---

<sup>111</sup> Dentre eles, destaca-se notoriamente a mídia, que leva a mesma ideia para milhões de lares nas mais longínquas distâncias, ditando o modo de ser da agricultura e do agricultor, bem como de um pensamento sobre os acontecimentos do Brasil e do Mundo. É interessante pensar que a grande mídia cumpre um papel aglutinador, em dois sentidos, em uma primeira acepção, cria um sentimento de pertencimento à Nação, estabelece a integração nacional, ao mesmo tempo que constitui o pensamento e imaginário da população, responsáveis pela grande disseminação de informações e formação da opinião pública. Em uma segunda acepção, a mídia reúne forças, poder,

### 3.11 Conclusões sobre o agronegócio

Como vimos, a bancada ruralista sempre foi presente e influente na política brasileira, financiada pelo capital estrangeiro, esteve submissa aos anseios do mercado, nos tornando os campeões mundiais no consumo de agrotóxicos e sendo o último reduto de produtos altamente tóxicos proibidos em outras nações, o que, inevitavelmente, nos coloca na condição de sermos os maiores consumidores de alimentos contaminados com agrotóxicos, estes que ultrapassam em muito os limites estabelecidos pela ANVISA, os quais já são altos, se comparados com de outros países (LONDRES, 2011).

Não há uma preocupação com o meio ambiente na pauta do agronegócio, embora se apropriem de termos que acabam sendo esvaziados de definições claras, como mencionado anteriormente no caso da palavra “sustentável” que assume significados múltiplos com o intuito de promover um marketing verde, de consciência ecológica com responsabilidade ambiental, na prática é o inverso que ocorre. Isso fica explícito no uso dos transgênicos, muitos acreditam que a tecnologia, a engenharia genética enfim, os “avanços” do agronegócio serão capazes de acabar com a fome no mundo e diminuir os impactos no ambiente, contudo o que se mostra é o oposto.

O agronegócio também é responsável por grande parte do trabalho escravo e/ou infantil encontrados ainda hoje nos grandes latifúndios, assim como outras práticas ilegais que o governo fecha os olhos para essas gigantescas empresas do agronegócio, como o uso de terras devolutas, assim como a invasão de reservas indígenas e parques naturais, configurando a grilagem de terras, além de atuarem sem licença ambiental, sendo os responsáveis por grande parte do desmatamento. Muitos deles são criminosos, ao infringirem as leis, sejam as ambientais, ou trabalhistas, dentre outras, demonstram como a única pretensão a manutenção do poder econômico e político, que ocupam por muito tempo e em grande parte do solo brasileiro (CASTILHO, 2013). Vejamos um dos exemplos encontrados no site De olho nos ruralistas:

Definido uma vez como “o maior grileiro do mundo”, Cecílio do Rego Almeida protagonizou aquele que foi considerado o maior caso de grilagem do Brasil. Localizada no sudoeste do Pará, a Fazenda Curuá, na região conhecida como Terra do Meio, tinha 5 milhões de hectares. A propriedade foi contestada em uma ação da Justiça Federal que tramitou no município de Santarém. O MPF entendeu que a fazenda tinha incidência na Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio, Floresta Nacional de

---

pois, como vimos, esse pequeno grupo de famílias detentoras dos meios de comunicação, também são detentoras de latifúndios, de empresas ligadas ao agronegócio, e atuam, em grande parte, na política partidária, do âmbito municipal ao federal.

Altamira, Terras Indígenas Xipaya, Kuruáya e Baú, além da gleba onde estão os projetos Nova Fronteira e Santa Júlia, de assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)  
[...]

Foram denunciados também pelo Ministério Público Federal o marido de Ana Luiza, Ricardo Viacava, e mais uma irmã de Antônio e Ana Luiza, Ana Paula Junqueira Vilela. Na mesma área no Pará, eles responderam por crimes de trabalho escravo praticado contra 11 trabalhadores (De Olho nos Ruralistas, 2020).

Com os elementos contidos no latifúndio e conseqüentemente no agronegócio, uma vez que o primeiro segue a lógica do segundo, cabe pensar se o agronegócio é viável economicamente, ambientalmente e socialmente em pequenas propriedades, pois devido à influência midiática, a população, de modo geral, endossa o modelo produtivo do agronegócio, mas faz isso sem conhecer os corredores do Congresso Nacional. Desse modo, também temos camponeses que aderem ao modelo do agronegócio e estão fadados ao fracasso econômico, ambiental e social, uma vez que a lógica de funcionamento do agronegócio envolve a tecnologia de ponta para o aumento da produção e a baixa dos custos, sendo assim, para os latifundiários é interessante a existência dos pequenos agricultores porque estes não conseguem acompanhar as inovações tecnológicas, desse modo estes proporcionam mais lucro aos grandes produtores rurais devido ao valor da mercadoria se dar através da especulação e monopólio das *trades* considerando o montante total da safra, mesmo que algumas vezes o custo de produção seja maior que o de venda da mercadoria produzida. Todavia, para os pequenos agricultores essa relação econômica inversamente proporcional, pois como o preço da mercadoria é o mesmo, mas seus custos são maiores, por não terem as mesmas condições financeiras nem terras suficientes para acompanhar o avanço tecnológico, a margem de lucro fica menor ainda para estes, obrigando-os a vender as suas terras para quitar as dívidas da produção, ou, no caso de meeiros e arrendatários, a saída do campo em busca de empregos na cidade se mostra como única solução.

O êxodo rural, devido a “modernização”<sup>112</sup> da agricultura, chamada de Revolução Verde<sup>113</sup>, ou ainda, “modernização conservadora”<sup>114</sup> (DELGADO, 2012), como também

---

<sup>112</sup> Termo que remete a uma política externa dos EUA na América Latina, a qual envolve a Economia, Política e sociedade: “Na década de 1960, houve uma mudança na abordagem da política externa dos Estados Unidos em relação aos países do chamado Terceiro Mundo. Diante da contínua ameaça do comunismo, especialmente no que diz respeito ao regime cubano, e das mobilizações populares na América Latina em face da imensa desigualdade social, surge a teoria da modernização” (STEFAN).

<sup>113</sup> Termo que adotado pra desviar os olhares da verdadeira revolução cubana que estava eclodindo.

<sup>114</sup> “o chamado “milagre econômico” resultante da estratégia de modernização conservadora do país que, em última instância, é parte integrante de uma dinâmica mundial de impulso modernizador do parque industrial e do desenvolvimento capitalista da agricultura de países periféricos, como um novo fôlego aparente à economia mundial, que não se concretiza, fazendo com que o processo de modernização desses países se torne incompleto” (VILLAS BÔAS 2012 p.157).

“modernização dolorosa”, e o autoritarismo de um governo militar que incentivava a expulsão dos pobres de suas terras como ocorreu com centenas de indígenas e camponeses durante esse período além de desmobilizarem os movimentos de articulação do campesinato, perseguirem e desmoralizar as lideranças sindicais e religiosas dos camponeses, também interviram na organização social através da Operação Cívico-social do Exército, do MOBRAL na educação e o Projeto Rondon, assim como, através da administração dos recursos públicos no controle geral da máquina do Estado exerciam certo controle nos municípios, o que favoreceu a indústria e a aumentou a dicotomia entre campo e cidade (MARTINS, 1984).

Observe-se que a “modernização conservadora” dos militares ocupou a cena *manu militari* e exerceu esse projeto impondo pela força bruta suas estratégias de poder. Reservou aos grupos sociais não atendidos – os vários campesinatos excluídos e expelidos da terra e os trabalhadores assalariados – a violência das armas das forças de terra, policiais e militares. (DELGADO, 2013)

Todos esses fatores contribuíram para o avanço da Agricultura industrial (*agrobusiness*), ou modernização conservadora (VILLAS BÔAS, 2012), depois renomeada no âmbito agrário como Revolução Verde, posteriormente denominada como agronegócio, desse modo fica explícito o alinhamento do regime militar com o capital.

Essas indústrias também acabam determinando a cultura da lavoura uma vez que controlam<sup>115</sup> o fornecimento de sementes híbridas, e posteriormente geneticamente modificadas (OGM). Dessa forma, acabam direcionando o hábito alimentar do brasileiro e do mundo de modo geral, pesquisas (ALTIERI, 2012) mostram que diminuiu a diversidade de alimentos que ingerimos neste último século oferecem mais risco a saúde. Isso sem mencionar as outras empresas aliadas que fabricam tratores e tornam desnecessários grandes contingentes no campo, o que refletiu na mão-de-obra barata para a indústria nascente nos centros urbanos, portanto o agronegócio movimentou populações, alterou as paisagens, e concentrou mais ainda a propriedade agrária em poucos grandes latifúndios e muitas pequenas propriedades, que somadas não chegam à metade do território cultivado no Brasil, embora são estas pequenas fazendas, sítios, lotes, ou datas, as responsáveis por cerca de 70% do abastecimento de alimentos nos lares brasileiros, principalmente nos quesitos: verduras, legumes, tubérculos, raízes, frutos/as, leite e seus derivados, como também produtos do extrativismo, como as castanhas e óleos nativos;

---

<sup>115</sup> Como torna público esse fato na matéria intitulada: “10 empresas dominam 75% do mercado mundial de sementes”, disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/10-empresas-dominam-75-do-mercado-mundial-de-sementes/3/34060>

menos, em relação aos grandes proprietários, mas ainda com quantidades significativas restam apenas alguns grãos, dentre eles, a soja, o milho, o café; e a carne bovina, suína e avícola (sobretudo granjas de frango e para a produção de ovos), também outros produtos que não são alimentícios, como no caso da cana-de-açúcar para o álcool, algodão, celulose, madeiras e látex.

Neste sentido, encontraremos grandes desigualdades na distribuição de créditos por regiões, assim como por culturas plantadas, ainda também por classe de agricultores. Ou seja, o capital financeiro escolhe: onde; o que; como; e quem deve plantar. Ficando nítidos os interesses voltados para o próprio setor financeiro, em outros termos, eles financiam a si mesmos, pois controlam os investimentos em commodities onde possuem aplicações.

Por parte do Estado, há um apoio político e financeiro ao agronegócio que se dá por diversas vias. Desde a ausência de fiscalização, investigação, restrições, por um lado – que seria o papel fiscalizador e punitivo do Estado – até o incentivo econômico por meio de isenção de impostos para industrialização, comércio e circulação de agrotóxicos e produtos agrícolas, o que reflete no preço do produto, baixando os custos de produção, sendo mais competitivo no mercado e baixando o preço da cesta básica no mercado interno, o que leva ao arroxo salarial. Então esse ponto de isenções de taxas do Estado é complexo, pois deixa de arrecadar receita e ainda aumenta os gastos do INSS, com tratamentos por intoxicação, câncer, ou outras mazelas provocadas pelo uso de agrotóxico na população de modo geral, bem como no caso dos trabalhadores do campo que muitas vezes necessitam de aposentadoria por invalidez, ou BPC. No limite, nesta isenção não contabilizamos os investimentos do Estado em infraestrutura, educação, segurança, que o agronegócio acaba exigindo mais demandas do Estado a partir da sua entrada nas regiões, pois aumentam os conflitos, a violência, a poluição, o trânsito de carretas pesadas, ou como no caso da transposição do rio São Francisco, que foi uma obra para atender o agronegócio, ainda prejudicando a população de baixa renda, como também a construção de estradas de ferro e portos para o escoamento do agronegócio. Além da isenção de impostos, temos também a renegociação de dívidas e vista grossa do judiciário junto ao executivo, legislativo e ministério público, em diversos casos de apropriação indevida da terra, ou de força de trabalho, bem como dos recursos naturais.

Portanto, são diversas as evidências que nos permitem concluir o conflito de interesses entre o público e o privado, em que de um lado encontram-se meramente as ambições econômicas do lucro acima da ciência e das vidas, estas são recorrentemente vítimas da poluição e manipulação ideológica por diferentes meios a fim de aceitar o agronegócio como modelo de desenvolvimento econômico e social viável para o país; doutro lado encontram-se as questões

mais importantes como a soberania nacional, a diminuição da desigualdade social, saúde pública, a segurança alimentar, a moradia de qualidade, diversidade cultural dos povos, a segurança e diversidade genética, a preservação dos biomas com sua fauna e da flora, a conservação dos mananciais, lençóis freáticos, solo e atmosfera. Podemos afirmar, com segurança, que a lógica do lucro nos leva ao colapso ambiental, ao mesmo tempo que provoca o abismo social, com a concentração cada vez maior de terras, capital, poder, dominando o espectro cultural da população e exercendo uma pressão sob uma única forma de agir, de pensar, de ser, de construção da subjetividade.

O quadro de concentração da comunicação e da estrutura fundiária brasileira se baseiam no imaginário social que legitimou a propriedade privada, a família heteronormativa e o acúmulo de capital a partir de processos coloniais. Outras formas de vida foram simbolicamente consolidadas como estranhas, exóticas, primitivas e pobres, subalternizando e/ou invisibilizando diversas identidades com base no racismo e no patriarcado (LE MONDE, 2019, SP).

O nosso propósito, neste capítulo, era delimitar o entendimento sobre o agronegócio e o seu poder aglutinador do setor econômico, político e ideológico com o aparato midiático e acadêmico hegemônico. Outro objetivo era desmascarar esse discurso do avanço tecnológico e sustentabilidade no agronegócio como um projeto de desenvolvimento rural que gera empregos e produz alimentos saudáveis, desse modo esperamos lucidar a destruição ambiental, social e cultural provocada por esse modelo agrário.

## 4.0 As possibilidades da Reforma Agrária e da Agroecologia

### 4.1 Introdução à Agroecologia

Para propor uma alternativa à agricultura convencional, ou industrial, ou ainda, a agricultura capitalista, agora manifestada no agronegócio, conforme vimos anteriormente, buscou-se outras possibilidades de manejo do solo, das plantas e animais. Alguns camponeses, ou povos do campo, para ser mais abrangente, englobando as comunidades extrativistas, ribeirinhas, caiçaras, indígenas, quilombolas, calunga, enfim a população pobre das regiões mais longínquas, não aderiram à agricultura capitalista por ficarem mais distantes dos centros consumidores, bem como dos fornecedores de insumos tecnológicos, sendo também marginalizados dos programas de governo que buscavam atender a indústria ligada à cadeia produtiva do agronegócio. Nestes casos acabaram se mantendo através de um sistema de subsistência com excedente para comercialização nas proximidades de onde habitam, sendo uma forma de Agroecologia, como veremos, pautada nos cultivos tradicionais passados de geração em geração através da prática, da experiência e das histórias transmitidas oralmente, em cantos, festas típicas, enfim, uma cultura popular de resiliência ao agronegócio.

Parte dos agricultores não estava insatisfeita com o avanço do pacote tecnológico e a pressão para aderirem ao modelo produtivo que se tornou hegemônico. Esses agricultores fundaram associações, buscaram conhecimentos, se organizaram, de alguma forma, no que inicialmente ficou conhecido como agricultura alternativa. Esse movimento teve origem logo depois da entrada massiva de fertilizantes no Brasil, na década de 1970 (GUBUR, 2012), concomitante com o movimento contracultura, que também levou alguns grupos de pessoas jovens a criarem experiências de comunidades alternativas, ou “ecovilas”, a praticarem a bioconstrução e/ou agricultura alternativa, posteriormente reconhecida como permacultura.

Nas universidades e centros de pesquisas também tiveram início a partir da década de 1970 os grupos de estudos e disciplinas com professores que ofertavam matérias relacionadas com o manejo ecológico do solo, ou agricultura alternativa, mais raramente adotavam o nome da disciplina como Agroecologia, embora tratassem da temática (*idem*). Desse modo, foi tomando corpo o movimento pela agricultura alternativa, mais tarde as técnicas de produção sem o uso de agroquímicos, receberam uma legislação, bem como também houve uma regulamentação do uso

de agrotóxicos, encabeçada principalmente por professores ligados à agricultura alternativa e a crítica à Revolução Verde, dentre eles destacamos Paschoal e Lutzenberger.

Todavia, era apenas o início dos trabalhos na área, contudo, contavam com contribuições anteriores, por exemplo de Rudolf Steiner, Albert Howard, Hans Peter Muller, Mokiti Okada, dentre outros (PETERSEN, 2012), ainda assim não contempla toda a problemática da questão agrícola e da questão agrária, pois não se trata apenas de um conjunto de técnicas de produção, os quais diferiam entre si em princípios metodologias, abordagens, enfim, embora muitos dos elementos que compõe a agroecologia já estivessem presentes em ao menos uma dessas referências, enquanto em um segundo momento, já denominado como agroecologia, conseguiram reunir as diferentes perspectivas de análise a fim de propor soluções viáveis ao problemas agravados com o passar das décadas. É interessante destacar que os pioneiros, da agricultura alternativa, viveram ainda no final do século XIX e início do XX, tratando algumas vezes como uma filosofia de vida, no caso da Agricultura Natural (ou messiânica) e da Biodinâmica (ou agricultura antroposófica) fica bem explícito isso.

A Agroecologia é uma categoria maior, que engloba tanto o modo de viver, quanto técnicas de produção, alternativas de comercialização, ou seja, reúne princípios, objetivos, de diferentes grupos e disciplinas, áreas de conhecimento, ao mesmo tempo que considera os saberes populares, dos povos tradicionais. Assim, foram desses que uniram-se em coletivos com princípios ecológicos, com pessoas de ONGs, movimentos sociais, pessoas do campo e das universidades, que realizavam a crítica ao sistema capitalista de produção, acumulação, exaustão e exclusão, como também pregavam o fim do latifúndio, do patriarcado, do machismo estrutural, do racismo, da homofobia, enfim, um conjunto de bandeiras de grupos oprimidos, os quais em grande parte não são minoritários, formam a denominada Agroecologia, deste modo ela é ampla, diversa, mas consegue aglutinar desde ateus até padres, quando o assunto é o fim do veneno e das mazelas sociais.

Neste sentido, de articulação social, ela organizou-se em redes. Inicialmente, através de grupos ligados às ONGs e universidades, na maioria das vezes grupos de estudos, na USP/São Paulo, o qual organizou a Juventude da Articulação Paulista de Agroecologia (JAPA), Articulação Paulista de Agroecologia (APA), outras iniciativas institucionais, como a Embrapa Meio Ambiente (Jaguariuna/SP), que organizou a Rede Leste Paulista de Agroecologia, organizando produtores orgânicos na região em que atuam, também, mais raramente a CATI e o SENAR, junto aos sindicatos e associações de produtores, colaboraram com a difusão da agricultura orgânica nos cursos e eventos com sitiantes. Outra frente decorre das Pastorais da

Terra, em nível nacional também foram ocorrendo a realização de encontros, como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), como também em eventos de nível internacional, como o Encontro Internacional de Agroecologia (EIA), que reúne produtores e pesquisadores, além de congressos e demais eventos acadêmicos que contribuem com o movimento de organização da Agroecologia, como as Jornadas de Agroecologia, como também de Reforma agrária, a partir do momento em que houve um encontro de pautas entre essas temáticas, as quais, em princípio eram distintas e não estabeleciam muitos vínculos, porém, com a orientação de manejo ecológico por parte dos movimentos sociais, como a Via Campesina e nos assentamentos, sobretudo do MST, houve grande avanço em ambas as lutas.

Neste capítulo, veremos qual a definição de agroecologia que melhor consegue solucionar os problemas da produção de alimentos e desenvolvimento social, a qual perpassa pela Reforma Agrária. Também trataremos da transição agroecológica, bem como da possibilidade de êxito da produção orgânica de base agroecológica, como exemplo, encontra-se o Arroz Terra Livre, do MST, que são os maiores produtores de arroz orgânico do Brasil e da América Latina, bem como o café orgânico da COOPFAM, a produção agroflorestal da Cooperafloresta e outras iniciativas de olericulturas orgânicas, dentre elas a Cooperacra, a AMA, não sendo os únicos modelos econômicos e sociais, vale mencionar as produções orgânicas mais mercadológicas, como o Arroz Wolkman, o açúcar Native, dentre outras marcas que atingem uma escala que proporciona uma logística de grande alcance, porém não se encaixam na categoria da Agroecologia por sua limitação em seu aspecto social, no organograma institucional dessas empresas, na ausência de uma política revolucionária, conforme veremos.

## **4.2 Sobre o conceito de Agroecologia**

O termo Agroecologia é relativamente novo, embora sua primeira aparição foi na década de 1930, porém tornou-se mais usual a partir da década de 1980 (GUBUR, 2012). Todavia, seus princípios e manejos são antigos, pois, sabemos que a agricultura moderna, ou capitalista, é bem mais nova que a atividade que possibilitou a humanidade deixar de ser nômade, a agricultura, sendo assim, plantamos sem o uso de agroquímicos e maquinários pesados há aproximadamente dez mil anos (MOZOYER, 2010), o que torna a agricultura intitulada como “convencional” nova em relação à agricultura “sem aditivos químicos”, atualmente denominada agricultura orgânica,

quando certificada ou pertencente à algum processo de controle, no caso da Organização de Controle Social (OCS)<sup>116</sup>, ou Sistema Participativo de Garantia (SPG).

Contudo, nem toda a agricultura orgânica pode ser considerada de base agroecológica, ou ainda, sustentável. Isto é, a agricultura orgânica, mais ainda, um produto orgânico, não é necessariamente sustentável, mais dificilmente segue os princípios da agroecologia, pois de acordo com o texto “*La Agroecología como Estrategia Metodológica de Transformación Social*”, de Guzmán (2001), a Agroecologia deve ser compreendida como um meio de transformação social, para ficarmos próximos do título proposto por ele. Segundo ele:

La agroecología puede ser defenida como el manejo ecológico de los recursos naturales a través de formas de acción social coletiva que presentan alternativas a la actual crisis civilizatória. Y ello mediante propuestas participativas, desde los 151ransdi de la 151ransdisci y la circulación alternativa de sus 151ransdisc, pretendiendo 151ransdisci formas de producción y consumo que contribuyan a encerrar el deterioro ecológico y social gerado por el neoliberalismo actual. (GUZMÁN, p. 1, 2001).

Assim temos uma primeira definição de Agroecologia, entendida como atividade agrícola coletiva que respeita o ambiente e promove uma alternativa à presente crise social. Portanto, para Guzmán, a agroecologia envolve formas de organização coletivas do trabalho produtivo e da comercialização, necessitando de ferramentas que incentivem a participação dos envolvidos afim de eliminar a perpetuação da opressão no campo e as possíveis usurpações dos consumidores finais, sendo assim se faz necessário a organização de coletivos de consumo e de produção, através de circuitos curtos de comercialização e instrumentos de controle e transparência que proporcionem uma recuperação do desenvolvimento social e da sustentabilidade ambiental, ambas destruídas pelo sistema capitalista, que se apresenta no modelo neoliberal adotados em diversos países a partir dos anos 1980.

Outras referências na área não irão fazer essa relação da Agroecologia com a supressão do modelo neoliberal, dentre os que pensam deste modo, destacamos Altieri (2012), que propõe a agroecologia como uma disciplina de ciência, ou seja, uma área de conhecimento que estuda os agroecossistemas<sup>117</sup> a fim de compreender qual o melhor projeto de desenvolvimento

---

<sup>116</sup> Depois de cadastrada no MAPA, a associação, ou organização de produtores e consumidores de orgânicos devem se fiscalizarem a fim de permitirem que os produtores possam comercializar diretamente ao consumidor sem a necessidade de contratarem uma certificadora, ou integrarem uma organização mais complexa, no caso a SPG, bastando estarem portando a declaração de produtor vinculado à OCS.

<sup>117</sup> “Os agroecossistemas são comunidades de plantas e animais interagindo com seu ambiente físico e químico que foi modificado para produzir alimentos, fibras, combustíveis e outros produtos para consumo e utilização humana” (Altieri, 2012, p. 105)

econômico e social, considerando a sustentabilidade do negócio e a preservação do ambiente, desse modo, segundo ele:

[...] a ciência da Agroecologia, que é definida como a aplicação dos conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis, oferece uma base mais ampla para avaliar sua complexidade. A agroecologia vai mais além do uso de práticas alternativas e do desenvolvimento de agroecossistemas com baixa dependência de agroquímicos e de aporte externos de energia. A proposta agroecológica enfatiza agroecossistemas complexos nos quais as interrelações ecológicas e os sinergismos entre seus componentes biológicos promovem os mecanismos para que os próprios sistemas subsidiem a fertilidade do solo, sua produtividade e a sanidade dos cultivos.

[...] a Agroecologia emerge como uma disciplina que disponibiliza os princípios ecológicos básicos sobre o como estudar, projetar e manejar agroecossistemas que sejam produtivos e ao mesmo tempo conservem os recursos naturais, assim como sejam culturalmente adaptados e social e economicamente viáveis.

[...] A Agroecologia é o estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos ambientais e humanos. (ALTIERI, 2012, p.105).

Desse modo, embora também envolva a atividade humana, a contextualização cultural e social, ainda assim, enfatiza mais o caráter do conhecimento técnico para a permanência da biodiversidade, fertilidade, de recursos naturais, enfim, destaca o desenho da unidade produtiva a fim de garantir sua sustentabilidade, aqui no sentido amplo, sendo ela econômica, social e ambiental, porém, carece do aspecto revolucionário, próprio da Agroecologia, no nosso entendimento, por ser o fator capaz de modificar as relações humanas existentes no capitalismo, proporcionar a transformação social, a democratização do acesso à terra, ponto de encontro com os movimentos sociais, com a grande massa de camponeses meeiros e arrendatários, trabalhadores rurais que vendem sua força de trabalho para a acumulação do capital em poucas mãos, trata-se de unir a agroecologia ao povo excluído. Em outros termos, ainda, sobre o nosso referencial teórico, segundo Caporal:

[...] uma definição mais ampla é proporcionada por Sevilla Guzmán e Gonzales de Molina (1996), para quem a Agroecologia corresponde a um campo de estudo que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para – através de um a ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica – reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque seletivamente as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade

[...]

Em tal estratégia, dizem esses autores, joga um papel central a dimensão local, por ser portadora de um potencial endógeno, rico em recursos, conhecimentos e saberes que facilitam a implementação de estilos de agriculturas potencializadores da biodiversidade ecológica e da diversidade (CAPORAL, 2013, p. 287).

Seguindo o nosso referencial teórico, para a compreensão da agroecologia é necessário considerar ao menos três elementos que compõem a sua abordagem, contudo, estes são indissociáveis, pois encontram-se em constante relação, prevalecendo o olhar sobre o todo.

Para Sevilla Guzmán e Ottman (2004), os elementos centrais da Agroecologia podem ser agrupados em três dimensões: a) ecológica e técnica-agronômica; b) socioeconômica e cultural; e c) sociopolítica. Estas dimensões não são isoladas. Na realidade concreta elas se entrecruzam, influem uma na outra, de modo que, 153 ransd-las, 153ransdi-las e propor alternativas supõe, necessariamente, inter, mult e 153ransdisciplinar (CAPORAL, 2013, p. 282.).

Sendo assim, temos: a) os elementos de ordem ecológica e técnica-agronômica, que abordam a dimensão agrícola, do manejo das plantas e animais, o controle de pragas e doenças, enfim, pensam o que é o melhor a ser feito no sentido das técnicas de plantio, considerando a época do ano, o relevo, a altitude, as culturas presentes, o bioma nativo, enfim, trata-se do aspecto técnico dentro do agroecossistema, ou seja, de caráter mais prático na produção agrícola, mas embasado em estudos teóricos e de campo, como também em conhecimentos tradicionais se comprovados os resultados desejados.

O segundo ponto é igualmente, ou mais, importante, ao nosso ver, pois trata da resolução de problemas de ordem econômica e social da comunidade e do seu entorno, isto é, a dimensão b) Socioeconômica e cultural, visa ao fim da pobreza rural, também valoriza a cultura e conhecimento local.

Na terceira dimensão, c) política da Agroecologia, envolve boa parte dos pontos discutidos nos capítulos anteriores deste trabalho, pois é neste elemento que se percebe as disputas de forças políticas para impedir o avanço dos retrocessos e promover a luta por conquistas em nossa sociedade, como a distribuição de terras, políticas públicas para o fortalecimento da agroecologia, dentre outras.

Outros autores (MACHADO, 2014) consideram até onze dimensões da agroecologia, todavia, também indissociáveis. Por critérios didáticos, optam por elencar e exemplificar cada um deles, a saber: *escala; social; política; econômica; ambiental; energética; cultural; administrativa; técnica; ética; e soberania alimentar*. Seguindo a ordem apresentada por Machado temos primeiramente a escala:

É básica. A validade da tecnologia de processo depende da escala: a produção deve ser em quantidade tal que atenda a demanda mundial. Os diversos exemplos bem-sucedidos da pequena produção artesanal devem ser estimulados como alternativas domésticas e pontuais, mas jamais como padrão capaz de confrontar o agronegócio. (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014, p. 190 e 191).

Depois os autores tratam da, já mencionada, dimensão social e posteriormente abordam a dimensão política. Na sequência, explanam sobre a dimensão econômica, a qual envolve um novo modelo de sociedade, pautado em relações que não se limitem às leis de mercado, mas que contabilizem os custos ambientais e sociais para a produção, pontos que devem estar presentes no “consumo consciente”, ou “mercado justo” (*fair trade*), ainda na “economia solidária”, são outros princípios que interferem na decisão de compra (ALTIERI, 2012). Estudos mostram que o policultivo, em suas diferentes formas, entre elas o sistema agroflorestal, o sistema agrosilvipastoril, cultivo consorciado, dentre outras, apresentam maior viabilidade econômica, quando comparados ao cultivo em monocultura. Isto se deve ao fato de no policultivo, além de um maior aproveitamento da área – em especial no caso destas culturas permanentes, que demoram certo tempo para atingirem o seu porte previsto no espaçamento de plantio – consegue proporcionar um ambiente mais próximo do equilíbrio ecológico, com o trabalho em cooperação com a natureza. Então, a questão econômica, na Agroecologia tem ganhado bastante espaço e adesão por apresentarem um aumento significativo na renda dos agricultores, seja com culturas agrícolas entrelinhas (em monoculturas), ou no uso de “adubação verde”<sup>118</sup>, ou ainda no manejo agroecológico de pastagens (pastoreio racional Voisin)<sup>119</sup>, seja em pequenas propriedades ou ainda em grandes fazendas. Estes sistemas apresentam vantagens econômicas expressivas, tanto em economia de gastos com insumos, quanto em aumento da produtividade. Segundo Machado: “as comparações de custos entre o cultivo agroecológico e o agronegócio revelam que a produção ecológica, além de ser quantitativamente superior, tem custos muito menores” (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014 p. 192).

---

<sup>118</sup> Trata-se do cultivo de algumas variedades de plantas para o preparo do solo, existem espécies de verão e de inverno de ciclo curto que fixam nitrogênio, descompactam o solo, mantêm o solo coberto, geram matéria orgânica (MO), consequentemente aumentam a vida do solo, com maior diversidade de microrganismos e insetos polinizadores, bem como inimigos naturais, as plantas mais cultivadas - inclusive em grandes lavouras convencionais - com esse propósito são: Feijão de Porco, Feijão Guandu, Crotalária, Mucuna, Girassol, Nabo Forrageiro, Ervilhaca, Aveia, dentre outras.

<sup>119</sup> Elaborada por Voisin, a prática de manejo de pastagens e rebanhos em piquetes, pequenas parcelas de pastagens, em que cada dia do mês a criação fica em um piquete diferente, a fim de acabar com o ciclo do carrapato e aumentar a produtividade das pastagens, fornecendo tempo suficiente para a rebrota. Atualmente o programa Balde Cheio do Senar adotou esse princípio em propriedades atendidas.

A dimensão ambiental refere-se ao cuidado com o planeta no que tange ao manejo do solo, da água, do ar e conseqüentemente dos animais (incluindo seres humanos) que os habitam. A Agroecologia evidencia o caráter respeitoso com a natureza em suas diferentes manifestações, desse modo considera sempre os impactos ambientais de suas ações ao meio ambiente, procurando acelerar processos naturais de reequilíbrio dos agroecossistemas. Ainda concebe a necessidade de uma mudança de manejos massivos globalmente que possibilitará um reequilíbrio da nossa biosfera. Segundo Machado e Filho:

Neste sentido, a manutenção e melhora do nível de MO [matéria orgânica] no solo é um indicador fundamental porque, além de ser o catalisador da vida no solo (LCPM, 2011), é o principal reservatório de CO<sub>2</sub> na superfície terrestre; 1g de MO retém 3,65g de CO<sub>2</sub>; se o nível de MO dos solos do mundo aumentasse em 1%, o nível de CO<sub>2</sub> da atmosfera voltaria à situação pré-revolução industrial (Nation, 2006). (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014, p. 193).

No aspecto energético, os autores de *A Dialética da Agroecologia*, criticam afirmações que tratam da Agroecologia como sendo de menor consumo energético, pois, devemos entender que em tudo que há vida deve necessariamente haver transformações energéticas. Sendo assim, para Machado e Filho, “associar agroecologia com baixa demanda energética é um erro conceitual primário.” (2014, p.194). Na Agroecologia com os sistemas complexos o aproveitamento energético é maior, desde raios solares até as mais diversas formas de vida existentes no solo que contribuem para a ciclagem de energia.

Sobre a dimensão cultural, é intrínseco ao conceito de Agroecologia o respeito à cultura local, endêmica, dos camponeses (MACHADO e MACHADO FILHO 2014). Além disso, há uma valorização da sabedoria dos camponeses, sendo assim, são profundas as informações que possuem quanto ao histórico da região e as práticas assertivas para o local onde vivem.

Por fim, a soberania alimentar, esta assegura o fim da fome, da miséria, das patentes de sementes, da importação de insumos, entre outros elementos que provocam a dependência de um país. Para a Agroecologia é fundamental a soberania alimentar, pois devemos ter autonomia em itens de magnitude para a sobrevivência humana.

Outro conceito fundamental na agroecologia é a ideia de transição agroecológica, pois como trata-se de uma ciência que visa a transformação da realidade, logo, baseia-se no contexto atual para a partir deste propor uma série de alternativas para aos poucos conseguir efetuar as mudanças necessárias. Ou seja, é um processo com diversas etapas para se chegar à um ponto cada vez mais elevado de manejo agroecológico.

Na Agroecologia, é central o conceito de transição agroecológica, entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas (...) porém, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica, implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base na especificidade de biofísica de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores, seja nas suas relações sociais, seja nas suas atitudes com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais. (CAPORAL, p. 288, 2013).

Destacam-se quatro níveis de transição agroecológica (GLIESSMAN *apud* CAPORAL, 2013 p.289). São eles: primeiro a transição agroecológica interna dos sujeitos, em seus princípios éticos, isto é, quando temos que decidir sobre o que e como produzir, ou consumir, porém trata-se ao mesmo tempo de uma necessidade de mudança coletiva, pois individualmente a nossa atitude não garante a sustentabilidade da natureza nem a mudança social necessária para alterar a crise instaurada. O segundo grau de transição agroecológica diz respeito a produção, seria a diminuição do uso de agroquímicos, portanto, trata-se de sair da lógica consumista ou preventiva de agroquímicos, como também do uso sem avaliação, como é feito em muitos casos, por exemplo na aplicação de veneno contra broca do café no período em que o fruto está crescendo, pois a broca já está dentro do grão e já danificou-o, perdendo a eficácia do veneno, outro exemplo é no plantio de eucalipto, onde se mergulha todas as mudas no veneno contra ataques de formigas, porém se forem fazer uma avaliação da área de plantio, não seria o caso de aplicar o veneno em todas. Ou seja, é um processo gradual de diminuição no uso de insumos externos, caros e poluentes ao meio ambiente, sem uma ruptura drástica, trata-se de ir se adequando, se adaptando, para tornar mais viável o processo de transição. O terceiro nível de transição corresponde ao aspecto agrônomo da conversão da lavoura, no sentido de troca de insumos por outros mais benignos ao ambiente. Por último, o quarto nível de transição agroecológica é o redesenho da unidade de produção, estabelecendo relações mais complexas e autônomas na propriedade. Logo, esse processo composto por etapas que partem do mais simples/rápido, ou melhor, do menos trabalhoso para o mais complexo/demorado e trabalhoso, mas no final pretende-se conseguir efetivar uma transformação social e ambiental através da reorganização da propriedade, a qual pode passar a ser mais autônoma e auto gerida, com relações internas que envolvam o trabalho coletivo, bem como a divisão dos recursos advindos da comercialização dos excedentes de produção.

Portanto, torna-se primordial o caráter revolucionário da Agroecologia, a qual pode ocorrer de modo gradativo, de acordo com a transição agroecológica, até eclodirem simultaneamente em diferentes localidades experiências revolucionárias em sentido amplo no modo de produção agrícola, que quiçá, poderá refletir na indústria e comércio urbano, por meio do fomento de parcerias em redes de economia solidária, feiras de mercado justo, em circuitos curtos de comercialização, ou seja, através de diferentes iniciativas com diversos agentes, sujeitos de várias categorias de trabalhadores, os quais vão formando uma rede de apoio mútuo a fim de fortalecerem os vínculos entre as forças contra hegemônicas, a qual se manifesta na agricultura por meio da Agroecologia, dos movimentos sociais do campo organizados, por meio das cooperativas de produtores rurais para o beneficiamento, a industrialização e comercialização de seus produtos. Neste sentido que podemos afirmar a incompatibilidade da empresa de produtos orgânicos, Native, com a Agroecologia, embora seja importante o trabalho de demonstrar a viabilidade econômica e ambiental da cana-de-açúcar produzida de modo orgânico em escala industrial, como na Usina São Francisco, próxima à Ribeirão Preto/SP.

### **4.3 A necessidade da Reforma Agrária**

Antes de adentrarmos ao debate da Reforma Agrária no Brasil, se é viável, ou necessária, nos permitimos identificar esse processo ao longo da história em diversos países, cada qual do seu modo, em seu tempo e com suas características, não entraremos nesses detalhes, mas mencionaremos essa etapa do desenvolvimento econômico e social na formação de cada nação, assim pretendemos mostrar, inicialmente, que antes de ser uma iniciativa socialista, comunista, anarquista, ou capitalista, foi uma estratégia política adotada em diferentes regimes com a finalidade de promover o desenvolvimento social, ao dar condições materiais para a população conseguir trabalhar e ao fazer isso retirar o país da crise.

Talvez, a experiência mais antiga tenha ocorrido ainda na Grécia Antiga, no século VI a. C. durante o governo de Sólon e Pisístrato, este segundo mais expressivamente em relação ao seu antecessor:

Pisístrato apoiou-se nos camponeses empobrecidos e marginalizados, e, redistribuindo terras em proveito dos camponeses, realizou uma das primeiras reformas agrárias da história. Todavia, se as reformas do Sólon e

de Pisístrato, e depois as de Clístenes, fundaram a democracia e protegeram os cidadãos atenienses da servidão, elas, contudo não aboliram a escravidão dos estrangeiros, nem na metrópole, nem nas colônias. (MOZOYER et ROUDART, p.288).

Também na Roma Antiga, por volta do século II a. C. com a atuação dos irmãos Graco nos Tribunos da Plebe, a reforma agrária foi o foco do debate e proposta como solução aos problemas enfrentados pela plebe, daí a importância da instituição criada a partir dos tumultos causados pelos excessos da Aristocracia que provocaram essa resposta da plebe, a partir da morte dos Tarquíneos, conforme Maquiavel afirma nos capítulos 3 e 4 dos Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio, porém é curioso o fato dele não mencionar os irmãos Graco e a questão da reforma agrária, mesmo que em outros termos. Mesmo com resistência e conflitos, envolvendo o assassinato de Tibério Graco e depois de Caio Graco, a lei foi promulgada e aplicada parcialmente, mas essa questão permaneceu presente até o consulado de César, em 59 a.C. (*idem*).

Após esse período da Antiguidade, durante a Idade Média, devido ao feudalismo, o tema da reforma agrária não fez parte da história, o qual irá renascer a partir da modernidade, sobretudo durante as revoluções burguesas, que desejavam destronar a aristocracia agrária, nesse sentido era interessante promover a reforma agrária, como foi o caso da França sob a liderança de Napoleão Bonaparte, no século XVIII. Posteriormente, no século XIX, nos EUA, durante a Guerra Civil, sancionou a Lei de Terras de 1862, que incentivou a conquista do oeste, em que aniquilaram a população indígena e fizeram uma reforma agrária radical, de modo semelhante ocorreu no Canadá, com a Lei Agrária (STÉDILE, 2019).

Outros exemplos nesse processo de emancipação foram no século XX, chamado de Era da reforma agrária *par excellence* (*idem*). Dentre eles destacamos, a Etiópia, a Coreia do Sul, o Japão, Taiwan, Índia, Irã, Paquistão, Bangladesh, Sri Lanka, México, Bolívia, Guatemala, Egito, Indonésia, Argélia, Síria, Iraque, Líbia, Peru, Portugal, Itália, Chile, El Salvador, Nicarágua, pouco menos na Venezuela, Colômbia e Equador (*ibidem*) também temos a experiência da URSS, China, Coreia do Norte, Vietnã e de Cuba.

Da mesma forma, no caso brasileiro, o debate acadêmico e popular de meados do século XX encaminhava-se para uma necessária e inevitável Reforma Agrária, o contexto de luta no campo ganhava corpo, após o período das lutas messiânicas, que correspondem aos anos de 1888 a 1930, os quais foram importantes movimentos de luta por terras, dentre eles destaca-se o liderado por Antônio Conselheiro, em Canudos; e o liderado por José Maria, o “Monge”, na região de divisa entre PR e SC, que originou o conflito do Contestado (MORISSAWA, 2001).

Na sequência, ainda anteriormente ao golpe de 64, o período de 1930 a 1954, pode ser identificado como de lutas radicais localizadas e espontâneas, porém estavam ocorrendo em quase todo o território brasileiro (*idem*). Por fim, até a tomada das Forças Armadas na liderança do poder presidencial, em 1964, a luta pela reforma agrária se dá de modo organizado, de alcance nacional e com caráter ideológico (*ibidem*). Esse foi o contexto de lutas pela terra que antecedeu o Golpe Militar.

Contudo, vale ressaltar que os conflitos no campo, a luta por terra no Brasil, se fez presente em momentos anteriores, como em Palmares, e até mesmo com indígenas que faziam resistência ao processo de invasão dos recém-chegados colonos europeus, como comentamos no segundo capítulo dessa dissertação.

Quando se trata de pensar a Reforma Agrária no Brasil e as suas origens no debate dos movimentos sociais organizados em torno dessa pauta, é preciso mencionar o protagonismo das Ligas Camponesas (LC), a partir de 1950. Neste sentido, as LC surgiram dos movimentos de luta pela terra que são a expressão dessa desigualdade histórica e do processo de exclusão durante a industrialização, citamos Stédile:

O contexto geral em que se desenvolveram as Ligas Camponesas foi o de uma crise cíclica do modelo de industrialização dependente, ocorrida em nosso país nos anos de 1954-1964. Nesse período, depois de várias décadas de crescimento continuado e do desenvolvimento da industrialização com base na aliança entre os capitais estatal, nacional e estrangeiro, o modelo entrou em crise. (STEDILE, 2012, p.12).

Todavia, sabemos que há muito tempo os conflitos no campo foram existentes e davam a mensagem da necessidade de mudanças na estruturação da sociedade e propriedade agrária. Todavia, a ditadura Vargas adotou um projeto político que deixou de lado as questões dos conflitos no campo, isso fortaleceu o renascimento destas após os anos de perseguições sofridas por quem tentasse romper com o *status quo* e denunciasses a situação de miséria ainda vivenciada em grande parte do território nacional durante o Estado Novo.

O retorno do país ao regime de garantias democráticas (em 1945), interrompido pelos 10 anos da ditadura de Vargas, propiciou uma grande mobilização de massas camponesas na maioria dos Estados brasileiros. Nesse esforço se destacou, naquele período, o Partido Comunista como única organização que se dedicava às massas rurais. As outras agrupações políticas se limitavam ao simples e periódico manejo eleitoral das pessoas do campo, empregando, para isso, a estrutura de poder político dominado pelos grandes latifundiários.[...] Até 1963, no Brasil, existia, de jure, uma relativa liberdade sindical estabelecida no Direito Positivo (Consolidação

das Leis do Trabalho) e, de facto, uma rígida restrição ao sindicalismo rural, ditada pelo contexto político de governos comprometidos com os latifundiários. (MORAES, *in* STEDILE, 2012c, p.21).

Portanto separação entre cidade e campo estava presente também nos sindicatos, nas câmaras municipais e prefeituras, que, como vimos em outro momento, conduziam o processo conforme suas necessidades, contudo o Partido Comunista Brasileiro (PCB) conseguiu romper essa lógica e passou a contribuir com a organização do campesinato. Assim, criam em 1954 a União dos Trabalhadores Agrícolas (Uitab), que onde ainda não havia uma organização do campesinato, atuavam a fim de garantir uma aliança entre operários e trabalhadores rurais (MORISSAWA, 2001). Porém, mesmo dentro do partido existiam disputas entre qual linha estratégica adotar em relação ao contexto rural brasileiro. Todavia, havia uma pressão por realização da Reforma Agrária espalhada ao longo do território brasileiro. No Rio Grande do Sul, o Movimento dos agricultores sem terra, o Master, no fim dos anos 1950 e início dos anos 1960, através dos acampamentos iniciaram uma estratégia de ocupação de terras como meio de atingir seus objetivos, a conquista da terra para o trabalho camponês, assim, Leonel Brizola, ainda anterior à existência da lei de regulamentação da reforma agrária, apoiou e realizou uma desapropriação de terras para serem destinadas à reforma Agrária (MORISSAWA, 2001), o que gerou esperança por um lado e medo por outro.

Outra articulação fundamental foi realizada pela Igreja Católica, que fundou as Comunidades Eclesiais de Base, as CEB's, que surgiram embasadas na Teologia da Libertação, no início da década de 1960 e se mantiveram em crescente expansão pelo Brasil durante a década seguinte, mesmo com o Golpe Militar e os anos de chumbo, quando surge a Comissão Pastoral da Terra, a CPT, que permanece atuante na defesa da luta pela terra e na denúncia de injustiças cometidas no campo. Portanto, um setor da Igreja Católica cumpriu um importante papel na organização da luta no Campo, destacamos a figura de Leonardo Boff e de Dom Pedro Casaldáliga, que conseguiram efetuar denúncias mesmo durante a ditadura Militar e continuaram contribuindo com o debate até a recente morte, no caso de Casaldáliga, e Boff ainda é atuante.

Voltemos novamente os nossos pensamentos sobre o tempo anterior ao Golpe Militar, de instabilidade política na década de 1960, como sabemos, com um plano de desestabilização do governo estadunidense sobre o Brasil. Em 1962, houve a regularização dos sindicatos rurais, os quais eram em grande parte, principalmente no Nordeste, ligados à Igreja Católica, outra parte era ligada ao PCB, através da Uitab, então após a primeira Primeira Convenção Brasileiras de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, em Natal/RN, foi feito um acordo entre essas lideranças que

deu origem, em 1963, à Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, a Contag, existente até hoje.

Porém, ainda precisamos entender melhor o período que antecedeu o Golpe civil militar de 64. Diversos episódios tensos, como a renúncia inesperada de Jânio Quadros em agosto de 1961, quando o vice-presidente estava em viagem diplomática na China, situação que favoreceu a intensão dos ministros militares a impedirem a posse do sucessor, João Goulart, o Jango, que conseguiu ser empossado no dia sete de setembro de 1961, porém com poder limitado pelo parlamento até 1963, quando volta a federação volta a ser considerada um sistema presidencialista pleno, todavia, como sabemos, durou apenas 14 meses. Enquanto conseguiu, com o apoio popular ocupar a cadeira da presidência, fez discursos aclamados pelo povo, encabeçou a pauta das reformas de base, dentre elas a Reforma Agrária, a Reforma Universitária, a proposta de habitação popular, enfim, tratava-se de uma pauta progressista em uma conjuntura de Guerra Fria, em que as preocupações com possíveis revoluções ao redor do mundo, especialmente nas Américas eram latentes, portanto embora habilidoso, Jango não deu devida atenção aos militares e aos diplomatas ligados à Casa Branca, bem como os Ministros do governo federal que possuíam algum tipo de ligação com governos estaduais e estrangeiros contrários à pauta progressista, neste contexto estava iminente um conflito de interesses, entre a elite nacional aliada aos grupos estrangeiros capitalistas e, por outro lado, o povo que sonhava em sair da caserna. O resultado nós já sabemos, a história se repete, novamente foram oprimidos aqueles que buscaram soluções para diminuir as desigualdades existentes.

Junta-se à esse contexto alguns episódios mais acalorados, como no dia 15 de março de 1964, a Rebelião dos Marinheiros; o discurso na Associação dos Sargentos e Subtenentes da PM no automóvel Clube, no dia 30 do mesmo mês, em que Jango declara executar uma reforma agrária nas margens das rodovias federais, a fim de solucionar o problema agrário, contemplar a reivindicação existente e levar o desenvolvimento econômico para o interior, provocando um aquecimento da economia interna, porém, dois dias antes de entrar em vigor, ocorre o Golpe Militar orquestrado pelos EUA, através, primeiramente, do desenvolvimento da campanha de desestabilização do governo brasileiro, que fazia parte da política de Kennedy, com o apoio de grupos nacionais, como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), o Instituto Brasileiro de ações democráticas (Ibad), que visava o enfraquecimento do governo e apostava na vitória das eleições seguintes, porém mesmo investindo cinco milhões de dólares em campanhas para formar as ilhas de sanidade, como eram chamados os estados que possuíam governadores da direita, dentre eles, Lacerda no RJ, Ademar de Barros em SP e Magalhães Pinto, de MG. O

governo norte americano também investiu em formações, financiou filmes, grupos de igrejas, eventos e etc., a fim de propagar a campanha anticomunista. Mas ainda assim, foi preciso que a equipe do embaixador Gordon, junto com a CIA e a USIS, devido os acontecimentos relatados anteriormente, enviassem um telegrama ultra secreto aos EUA dizendo que Goulart estava empenhado em um golpe com o apoio do PCB e radicais de esquerda para implantar uma ditadura peronista e uma hipótese de guerra civil, enfim, para o embaixador Gordon, estava em curso o início de uma revolução comunista, então os EUA criaram um plano de contingências para o Brasil, contendo quatro alternativas a serem adotadas de acordo com a reação do presidente que seria deposto através das alianças com os militares e governadores brasileiros, além do apoio à organizações da sociedade civil favoráveis ao governo militar, como a TFP que teve a sua “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” financiada pelos EUA (FICO, 2008).

Com uma conjuntura interna no país de medo do comunismo implantada com a campanha anticomunista e o plano de desestabilização, que inclui a Aliança Pelo Progresso, entre outras iniciativas para conquistar a opinião pública dos diferentes meios, também havia um sentimento nacionalista muito forte, o que afastava a publicização da participação norte americana nesse movimento geopolítico em pleno Mundo Bipolar, que encontrava opositores dos EUA e do capitalismo atuantes no Brasil, já mencionamos alguns deles ao longo deste trabalho, mas para entendermos a conjuntura da época, cabe lembrar do governador do Recife, Miguel Arraes, além da maior bancada da história do PCB no Congresso. Neste contexto, inserimos novamente nossos referenciais teóricos da época, Caio Prado Júnior, Alberto Passos Guimarães, Ruy Mauro Marini, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, este último era Chefe da Casa Civil, portanto, foi o momento histórico em que o Brasil, enquanto república, se aproximou mais de pautas de transformações sociais no governo, nas faculdades, fábricas e no campo.

Todavia, não se tratava de uma revolução, era um governo democrático de coalisão de forças, com importantes cargos nas mãos de oligarcas, como no caso do próprio Ministro da agricultura, que ficou ao lado dos golpistas, assim como governadores e deputados, dentre estes, o nascido em Caconde/SP, Ranieri Mazili, presidente da câmara que declarou livre a cadeira do presidente e assumiu a presidência no dois de abril de 1964, legitimando o Golpe civil militar com o aval da presidência de Ribeiro da Costa no STF.

Mas, antes, houve o deslocamento de tropas do Batalhão do Exército de Juiz de Fora/MG, liderado por Mourão Filho, contando com o suporte logístico dos EUA, através da Operação Brother San, que ofereceu: 4 navios petroleiros, para suprir um desabastecimento em uma possível resistência do governo que viria a ser deposto; um porta-aviões; um porta helicópteros;

um posto de comando aerotransportado; seis contratorpedeiros – dois desses com mísseis teleguiados; 100 toneladas de armas não americanas, para não serem identificadas; um submarino que levaria as armas caso necessário de madrugada na costa próxima a Iguape/SP e a ilha de Cananeia/SP. Porém nada disso foi necessário, uma vez que a conjuntura de apoio político, militar e civil foi favorável à destituição do poder presidencial vigente. O que restou de resistência foi inicialmente foi um Jato Paris I da Base aérea de Santa Cruz, embora existissem mais quatro Jatos-F8 disponíveis, o mal tempo e a falta de pilotos legalistas fez com que não decolassem. Em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, General Ladário Pereira Teles, nomeado às pressas como General do III exército, assegurou o apoio ao presidente Jango. O General do I exército, no Rio de Janeiro, recomendou que o grupo do presidente deixasse o Palácio das Laranjeiras; o General do II exército, de São Paulo, Amauri Kruel decidiu aderir aos golpistas, abandonado seu compadre Jango. Então, o presidente saiu do Rio de Janeiro e voou para Brasília, quando percebeu que estava sem forças políticas para resistir em Porto Alegre, mas passou por lá antes de ir para o exílio, junto com sua família e membros do governo deposto, dentre eles Darcy Ribeiro (FICO, 2008), que comenta sobre “O dia que durou 21 anos” no documentário que leva esse nome.

Ou seja, existiam grandes possibilidades de realizar a reforma agrária, mas com o golpe militar de 64 minou a capitalização dos pequenos agricultores e sem terras. O modelo de reforma foi aquele que existe no papel, mas não na prática. Desse modo, a intensão dos militares alinhados ao projeto dos EUA era afastar os movimentos sociais da luta pela terra (MARTINS, 1984), os quais estavam com muita força na época, principalmente com a atuação das Ligas Camponesas (LC), do Master<sup>120</sup> no RS e da ULTAB<sup>121</sup> em SP, dentre outras (OLIVEIRA, 1996), o que forçou o nascimento do Estatuto da Terra, que regulamentou a Reforma Agrária além de outras políticas relacionadas ao campo, foi promulgado no primeiro ano do governo militar, sendo uma das primeiras medidas deste em plena crise (MENDONÇA, 2010), o que alguns setores da elite ficou sem entender, pois pensou que haviam sido traídos uma vez que foram favoráveis ao golpe, o qual decreta uma legislação que regulamentava a reforma agrária, os contratos de parceiros, meeiros e trabalhadores rurais, então a elite agrária e o Jornal O Estado de São Paulo exerceram pressão contrária a lei, mas não alterou em nada a redação pois, não era necessário, uma vez que jamais seria implantado (MORISSAWA, 2001).

---

<sup>120</sup> Movimento dos Agricultores Sem Terra

<sup>121</sup> União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

Sobre o Estatuto da Terra, as contribuições teóricas e legais foram importantes, pois foi neste documento que pela primeira vez se definiu<sup>122</sup> a caracterização dos tamanhos de propriedades rurais, do minifúndio ao latifúndio. Outros termos também foram definidos, como função social da terra, que seria a necessidade do imóvel rural cumprir um papel positivo para a sociedade, ou seja, minimamente respeitar as leis do país, não poluir o meio ambiente, no caso de contratar trabalhadores deve-se registrar, no caso de meeiros a divisão da colheita deve respeitar uma porcentagem que muda de acordo com a participação do proprietário da terra na cultura produzida, isto é, se ele forneceu o maquinário e os insumos, ou parcialmente, enfim, também regulamenta o entendimento sobre o termo cultura de subsistência. O Estatuto da Terra também introduz um Imposto sobre o Imóvel Rural, o ITR, o qual o valor é considerado baixo até os dias de hoje para aqueles que detém grandes proporções de terras, as quais possuem valores declarados bem abaixo do valor real a fim de diminuir os custos com tributações.

No que diz respeito à Reforma Agrária, o Estatuto da Terra diz em seu primeiro parágrafo do primeiro artigo: “Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.” (BRASIL, 1964). Para isso, o documento propõe que seria necessário fazer um estudo avaliativo das principais áreas em que fosse preciso executar uma reforma agrária tendo em vista os dados sobre pobreza rural, com a eliminação de minifúndios e latifúndios, bem como outros indicativos como o potencial econômico de regiões ainda não exploradas<sup>123</sup> pelos colonizadores, pois vale lembrar que havia indígenas, quilombolas, ribeirinhos, enfim povos que habitavam essas regiões, mas viviam de subsistência. Ainda dispunha de mecanismos de desapropriação de propriedades comprometidas, como improdutivas, ou áreas devolutas do Estado destinadas para a colonização por meio da Reforma Agrária, através da elaboração dos Planos Regionais de Reforma Agrária. Encontramos no artigo segundo os seguintes dizeres:

É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;

---

<sup>122</sup> A partir do Artigo 4º

<sup>123</sup> De acordo com o artigo 43 do Estatuto da Terra.

d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem.

§ 2º É dever do Poder Público:

a) promover e criar as condições de acesso do trabalhador rural à propriedade da terra economicamente útil, de preferência nas regiões onde habita, ou, quando as circunstâncias regionais, o aconselhem em zonas previamente ajustadas na forma do disposto na regulamentação desta Lei;

b) zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem-estar coletivo.

§ 3º A todo agricultor assiste o direito de permanecer na terra que cultive, dentro dos termos e limitações desta Lei, observadas sempre que for o caso, as normas dos contratos de trabalho.

§ 4º É assegurado às populações indígenas o direito à posse das terras que ocupam ou que lhes sejam atribuídas de acordo com a legislação especial que disciplina o regime tutelar a que estão sujeitas. (BRASIL, 1964).

Se a lei fosse garantia de algo, então grande parte dos problemas da humanidade seriam sanados. Mas, como é sabido, o cumprimento da lei se faz por educação ou fiscalização e punição. Como a Lei em questão era contrária aos interesses das oligarquias, logo, a utilizaram a seu favor. Durante as escassas tentativas de projetos de colonização em regiões mais distantes as autoridades, incluindo o poder judiciário, compunham um conchavo para adquirirem as terras destinadas para a reforma agrária e se beneficiarem da Lei, quando não compravam por preços irrisórios, apresentavam-se como donos das terras com a “ajudinha” do cartório (MORISSAWA, 2001). De fato, os projetos de colonização em parceria com empresas privadas não foi uma conquista para os trabalhadores, mas sim para os empresários, os quais se tornaram grandes latifundiários, Mitsue Morissawa (2001) afirma que: “A maioria dos tais projetos acabou se transformando mesmo em fonte de corrupção e escândalo de mau uso do dinheiro público. Em mais de 50 deles as empresas se apropriaram de terras, fundaram cidades e criaram latifúndios, dando origem a outras milhares de famílias sem-terra.” (p.102).

O governo que dizia ser temporário, até as eleições previstas para o ano seguinte, demorou 21 anos para deixar o poder, em 1985. Contudo, antes, quando ocorre o início do processo de redemocratização, em 1975, com o gradual abertura política para obter um apoio social, uma vez que o governo não conseguia controlar a inflação, a elevada dívida externa, a crise do petróleo, enfim, uma conjuntura desfavorável que fez o governo recuar e preparar o terreno para o retorno da democracia (MORISSAWA, 2001), convidaram os exilados a retornarem para o país, cessaram a interferência da censura na mídia e nas apresentações, enfim, nesse novo contexto ressurgem na legalidade os outros partidos, surgem novos partidos políticos e o movimento de luta pela reforma agrária se reorganiza.

Neste sentido, a Comissão Pastoral da Terra, a CPT, articulou as diversas lideranças e movimentos existentes no que tange a luta pela terra, no Paraná, organizaram o Movimento dos Agricultores sem-terra do Oeste do Paraná (Mastro), logo depois surgiu o Movimento de Agricultores sem-terra do Sudeste do Paraná (Mastes); o Movimento de Agricultores sem-terra do Norte do Paraná (Masten); o Movimento dos Agricultores sem-terra no Centro-Oeste do Paraná (Mastreco); e o Movimento dos Agricultores dos Agricultores sem-terra do Litoral do Paraná (Mastel) (MORISSAWA, 2001). Não foi por acaso que houve essa organização no Paraná, podemos pensar que ela foi resultante da mecanização da agricultura, juntamente com a construção da Hidrelétrica Passo Real e a Hidrelétrica Binacional de Itaipu em 1975, pois mobilizou as famílias que tiveram suas terras alagadas. Contudo, não foi apenas na região Sul do país que a CPT atuou, no Norte e Nordeste exerceram grande influência, a qual resultou na criação em 1982 do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, do Grupo Executivo do Arraguaia-Tocantins (Getat) e o Grupo Executivo do Baixo Amazonas (Gebam), todos estes órgãos do governo serviam para intimidar a pressão da Igreja e fingir resolver os problemas agrários através da militarização institucional (MORISSAWA, 2001).

Porém, desde a década de 1970 os movimentos de luta por terra passaram a ocupar fazendas improdutivas, ou terras devolutas do estado, ou ainda fazendas com dívidas, resistindo às tentativas de desocupação por parte do estado com sua força coercitiva, apoio judicial e dos latifundiários, com muitos esforços e apoio das pastorais, sindicatos, dentre outros, conseguiram pressionar o governo e realizaram o processo de legalização das ocupações, pois inicialmente o governo tentou enviar os sem terras para colonizar regiões mais remotas, mas como agora estavam organizados, não aceitaram, dentre as primeiras conquistas, destacam-se as Fazendas Macali e Brilhante (RS); Burro Branco e Aldarico Azevedo (SC); Fazenda Annoni e Cavernoso (PR); Cachoerinha (MG); e Castilho Primavera (SP).

Resultante dessas ocupações, em janeiro de 1984, realizou-se o 1º Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel, no Paraná, donde surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, o MST, que reuniu diversos movimentos espalhados pelo Brasil em um mesmo propósito, a terra para quem nela trabalha e vive (MORISSAWA, 2001). Participaram do evento indígenas, intelectuais, religiosos, operários e camponeses, além das entidades de classe: Sindicatos de trabalhadores Rurais, Sindicatos operários, CUT, Cimi, Abra e a CPT. Na ocasião, estiveram presentes trabalhadores rurais vindos de doze estados: RS; SC; PR; SP; MS; ES; BA; PA; GO; RO; RR; e AC.

Em 1985 nasce o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), elaborado por José Gomes da Silva, grande referência na área de assuntos fundiários, porém o programa é totalmente modificado por parlamentares ligados, a recém criada na época, UDN, antes de ser assinado, ao ponto de invés de apresentar soluções, acabou sendo abandonado um ano depois. Na sequência, em 1987 e 1988 realizou-se o Congresso Nacional Constituinte, que possui garantias importantes de cunho social<sup>124</sup>, porém representava atrasos em relação ao Estatuto da Terra, no que diz respeito à reforma agrária, pois parlamentares ligados ao setor agrário conseguiram adicionar a categoria de improdutivos aos latifúndios passíveis de desapropriação, o que necessita de uma avaliação, logo uma burocratização que impede ou necessita de mais tempo para efetivar a homologação do imóvel a ser destinado à reforma agrária. Todavia, a Constituição reafirma o caráter de uso social da terra bem como assegura a indenização dos fazendeiros que tiverem suas terras desapropriadas e a impossibilidade de desapropriação em pequenas propriedades para o pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, bem como para a reforma agrária.

Em 1993, Itamar Franco aprovou a Lei Agrária, a qual reclassificou os tamanhos das propriedades rurais respeitando o critério estabelecido pelo município para determinar o módulo fiscal, como já ocorria no Estatuto da Terra. Mas, dessa vez, definiu-se os valores para mensurar a produtividade da propriedade rural, de modo que bastaria realizar a média nacional para saber se a grande propriedade é produtiva ou não, o que garantiu um rigor maior na sentença do juiz, o qual passou a ter um prazo de 120 dias para deliberar se a grande propriedade em questão é produtiva ou improdutiva, apenas neste último caso seria possível a desapropriação destinada para a reforma agrária.

Além disso, a Lei Agrária também estabelecia a validade da concessão do uso da terra individualmente, ou coletivamente, por dez anos, não podendo ser disponibilizados para arrendamento ou comercialização dos lotes. Por outro lado, garantia a permanência do camponês a ser assentado na região de sua residência. Após essa legislação houve em 2001 uma Medida Provisória para atualizar os valores e as normas de indenizações, também altera a redação para incluir o Programa de Arrendamento Rural a fim de buscar uma resposta paliativa mais imediata para o problema agrário no país, uma vez que neste período as lutas no campo se acentuaram. Mais recentemente, em 2017, a Lei nº13.465 modifica a regulamentação fundiária a fim de beneficiar a grilagem de terras:

---

<sup>124</sup> No Art. 3º estão elencados como objetivos fundamentais do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

A Lei nº 13.465 atua sobre a política de regularização fundiária rural e urbana, incluindo a Amazônia legal, além de modificar procedimentos de alienação de imóveis públicos. Cabe destacar que a referida lei faz possível dar um título definitivo àqueles que ocupam imóveis da União de maneira irregular, incluindo espaços da Amazônia legal, o que gera um debate sobre a regularização da grilagem de terras. Inclui também novas regras para a seleção de assentados, além de passar a conceder os títulos das propriedades de maneira incisiva (BRASIL, 2017). Segundo Manfrin (2017) foram concedidos mais de 90 mil títulos de propriedades em 26 estados brasileiros após a lei ser sancionada. (CATTELAN, 2020, p. 157).

No que tange a parte legal da reforma agrária, pudemos observar que os movimentos sociais conseguiram estabelecer um marco legal, obrigou a criação de uma legislação que em tese contemplava boa parte da pauta reivindicada, embora alguns pontos fossem bem preocupantes, como a Medida Provisória 1.577 de 1997, que impedia desapropriações em fazendas ocupadas, justamente por essa ser a estratégia que os movimentos de luta pela reforma agrária encontraram mais sucesso em suas trajetórias, comprovando que política se faz na prática, na luta organizada. Pois sabe-se que não é possível aguardar uma iniciativa do poder público sem uma pressão popular. Ainda observamos que após a queda de Dilma em 2016 a política do executivo, legislativo e o judiciário estão mais ríspidas em relação à reforma agrária.

Mas, mesmo com toda essa legislação, programas de governos, projetos de colonização, a quantidade de famílias assentadas sempre esteve bem abaixo do planejado pelo próprio governo. Paradoxalmente, o governo<sup>125</sup> que realizou a criação do PNRA<sup>126</sup>, foi um dos que menos assentou famílias, efetuou apenas 6%<sup>127</sup> do previsto naquele período (MORISSAWA, 2001); o governo seguinte, Collor, paralisou a reforma agrária, dentre tantas outras incapacidades que o levaram ao *impeachment*, donde ficou em seu lugar Itamar Franco, mas também não avançou na pauta.

Nas eleições seguintes foi a vez do governo FHC, que pressionado pelos movimentos sociais, procurou uma solução que também atendesse ao mercado financeiro, então buscou financiamentos junto ao Banco Mundial para impor uma reforma agrária de mercado, de fato foi o segundo governo que mais assentou famílias, perdendo apenas para Lula, respectivamente, se

---

<sup>125</sup> No caso foi o retorno de um governo civil à presidência, embora eleito indiretamente, através do parlamento, mas Tancredo Neves não pode ocupar a cadeira da presidência pois veio a óbito, assim, José Sarney, latifundiário e representante das oligarquias ligadas aos militares tomou posse por ter ficado em segundo lugar na corrida presidencial.

<sup>126</sup> “Art. 1º, Fica aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, apresentado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD, para o período 1985/1989, abrangendo 01(hum) milhão e 400.000 (quatrocentas mil) famílias beneficiárias, nos termos do anexo que é parte integrante do presente Decreto.” (BRASIL, Lei

<sup>127</sup> Corresponde a 82.690 famílias.

somados os dois mandatos de cada um deles, FHC assentou pouco menos de 541 mil famílias; enquanto que Lula assentou pouco mais de 614 mil famílias; a continuidade com o governo de Dilma foi bem inferior, embora com o segundo mandato encurtado em dois anos, mesmo no primeiro, estava bem abaixo da média dos últimos 15 anos, assentando pouco menos de 134 mil famílias em seus 6 anos de governo; os dois anos de governo Temer foram mais drásticos ainda, com somente pouco mais de dez mil famílias assentadas (CATTELAN, 2020). O governo Bolsonaro paralisou os projetos de assentamentos, exonerou funcionários do INCRA e tentou aprovar a Lei da grilagem, que passaria ao município a autonomia de regularização de posses por autodeclaração. Bolsonaro não esconde a sua aversão ao MST, então incentiva a criminalização, violência e intimidação dos movimentos sociais que lutam na causa agrária e ambiental.

Para encerrar este capítulo, podemos nos questionar se a Reforma Agrária foi realizada no Brasil, ou, dito de outra maneira, ainda se faz necessária uma Reforma Agrária no Brasil do século XXI?

Podemos perceber que embora houve o início da execução de uma política de reforma agrária, principalmente nos governos de FHC e Lula, ainda assim, faltou uma continuidade que permitisse mudanças mais estruturais na sociedade, ou mesmo um impacto positivo no que diz respeito à segurança alimentar, à diminuição da fome, à redução do desmatamento, à conservação ambiental, à diminuição da pobreza no campo, enfim, todos esses aspectos seriam resultantes do PNRA, conforme os objetivos contidos nele e os estudos realizados que corroboram a viabilidade da reforma agrária como meio de alavancar a economia, dentre outros:

A Reforma Agrária figura como uma das prioridades absolutas no contexto da política de desenvolvimento do País, caracterizando-se como programa da área social orientado para atender a população de baixa renda, migrantes ou moradores de zonas de tensão social e, de um modo geral, os produtores rurais. [...]

Promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, adequando-a às exigências de desenvolvimento do País através da eliminação progressiva do latifúndio e do minifúndio, de modo a permitir o incremento da produção e da produtividade, atendendo, em consequência, os princípios de justiça social e o direito de cidadania do trabalhador rural.

Específicos:

- a) contribuir para o aumento da oferta de alimentos e de matérias-primas, visando ao atendimento prioritário do mercado interno;
- b) possibilitar a criação de novos empregos no setor rural, de forma a ampliar o mercado interno e diminuir a subutilização da força de trabalho;
- c) promover a diminuição do êxodo rural, procurando atenuar a pressão populacional sobre as áreas urbanas e os problemas dela decorrentes;

- d) contribuir para aumentar os benefícios sociais proporcionados pelas inversões públicas direta ou indiretamente relacionadas com o desenvolvimento do setor rural;
  - e) promover a paz social no meio rural, mediante a erradicação dos focos de tensão.
- (BRASIL, PNRA, 1985).

Portanto, pensamos que a Reforma Agrária não se efetivou em nosso país ainda, o que houve foi apenas uma tímida resposta dos governos aos movimentos sociais que pressionaram a criação de assentamentos em áreas estudadas por esses como passíveis de desapropriação, as quais por princípio, são latifúndios – ou seja, jamais o MST irá ocupar uma propriedade da Agricultura Familiar, ao contrário, são apoiadores do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) – ou áreas devolutas; fazendas griladas, ou com dívidas altas com a união. O PNRA, na época de sua publicação indicava a necessidade de assentar de seis a sete milhões de famílias:

estima-se que os beneficiários potenciais da Reforma Agrária, formados por trabalhadores sem-terra, posseiros, arrendatários, parceiros, parte dos assalariados rurais e minifundiários, somariam um contingente de 6 a 7 milhões de famílias. A esse contingente, ter-se-ia que somar, ainda, um número indefinido de famílias que, embora não tenham atividade principal na agropecuária, são potenciais beneficiárias da Reforma Agrária em função da sua precária e incerta absorção nas atividades urbanas das cidades pequenas e médias (*ibidem*).

Porém, o que vimos foi pouco menos de um milhão trezentas e cinquenta e sete famílias<sup>128</sup>. O que revela a defasagem em relação ao número de famílias que deveriam ser assentadas ainda que considerássemos a população da década de 1980. Sendo assim, concluímos que não foi feita uma reforma agrária no Brasil e ainda carecemos da realização desta pois, de acordo com a nossa pesquisa e diversos outros estudiosos melhores qualificados sobre o tema, o modelo agrário existente aumenta a pobreza no campo e conseqüentemente na cidade, além de diversos outros malefícios apresentados ao longo da presente pesquisa.

---

<sup>128</sup> Conforme o gráfico 2, em anexos.

## 5.0 O Ensino de Filosofia e a Agroecologia

### 5.1 Introdução ao Ensino de Filosofia no Brasil

O nosso propósito neste tópico é pensar o ensino de filosofia no EM e sua relação com a terra, a agricultura, o campesinato, a questão agrária, enfim, a agroecologia. Para isso, partimos da compreensão da filosofia como um componente curricular capaz de produzir um pensamento crítico sobre a realidade, sua importância histórica e mais necessária nos tempos atuais, buscando relacioná-la com o contexto vivenciado por grande parte dos alunos do interior paulista, porém isso não exclui a importância da criticidade sobre o tema na capital e demais cidades do país, quiçá, no mundo.

Neste sentido, iremos nos fundamentar na Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), a fim de conseguir a atenção dos estudantes e puxá-los para a necessidade da ação consciente, transformadora da realidade. Pois, ao estudarmos a PHC, veremos que a educação visa garantir as condições subjetivas para estes conseguirem observar as contradições existentes na realidade a fim de compreendê-las e assim criar as possibilidades de construção de uma sociedade mais justa, quiçá socialista, a partir da noção de consciência de classe e sujeito histórico.

Depois, relacionaremos os conhecimentos filosóficos em suas diferentes áreas com as dimensões da agroecologia e o debate contra hegemônico no plano da agricultura capitalista. Na sequência analisaremos as respostas de alguns alunos obtidas através de um questionário online sobre a temática da ruralidade, questão agrária e agroecologia. Também iremos observar as entrevistas realizadas individualmente com estudantes após a pesquisa quantitativa. Por fim, trataremos da aplicação prática do presente projeto de pesquisa.

Para subsidiar o ensino de filosofia no Brasil, após idas e vindas da sua obrigatoriedade e até mesmo exclusão total<sup>129</sup> com posterior retorno optativo aos currículos escolares em 1984 e

---

<sup>129</sup> Desde o século XVI a filosofia esteve presente na educação da brasileira, neste primeiro período, apenas para uma pequena elite, nos colégios Jesuítas, embora com algumas modificações, ora sendo obrigatória, outrora sendo facultativa, mas com a criação das faculdades de Direito em São Paulo (Largo São Francisco) e no Recife, tornou-se obrigatória para o ensino médio, permaneceu pouco alterada até o século XX, quando, em 1915, com a reforma no ensino brasileiro, tornou-se novamente facultativa, porém em 1932, voltou a ser obrigatória. Em 1942, a organização escolar brasileira passa por mudanças, com a introdução do ensino científico, então a disciplina de filosofia passou por uma série de mudanças que foi diminuindo a sua carga horária, até que em 1961, com a entrada

da sua obrigatoriedade em 2008, durante este intervalo foi gerado com muito debate o PCN (Parâmetro Curricular Nacional) de Filosofia. Embasado no que está estabelecido na LDB (Lei de Diretrizes Básicas), em que consta, como objetivos do EM “o aprimoramento do educando, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (BRASIL, Lei 9.394/96, Artigo 35, inciso III), também “a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos” (*ibidem*, inciso IV), como, o Artigo 36 menciona a importância do domínio da filosofia e sociologia para o exercício da cidadania.

Embora exista uma crítica ao ensino pautado por competências e habilidades, a qual nós endossamos<sup>130</sup>, cabe ressaltar que no PCN de filosofia encontra-se: “Contextualizar conhecimentos filosóficos, tanto no plano de sua origem específica quanto em outros planos: o pessoal-biográfico; o entorno sócio-político, histórico e cultural; o horizonte da sociedade científico-tecnológica.” (BRASIL, PCN Ensino Médio, Parte IV, 2002), desse modo, é fundamental a contextualização do pensamento filosófico, em uma dupla acepção, em um primeiro sentido seria a concepção do autor, do filósofo, sua biografia, seu entorno, contexto cultural/social e político-econômico, o que o levou ao entendimento dessa forma de pensamento, enfim, como chegou às ideias, conceitos. Em uma segunda acepção temos para além “da sua origem específica, [...] em outros planos”, conforme a redação do documento orientador, nesse sentido é primordial compreendermos a nossa realidade, para isso, repensar a tecnologia, problematizar os benefícios, identificar o ônus, perceber como ela se insere em um plano político maior, integrado ao mercado mundial, enfim, trata-se de buscarmos entender como o pensamento filosófico permeia as nossas ações e a sociedade em que vivemos. Feito isso, ou ao aproximarmos desse objetivo, através do uso da razão em diálogo com os pares, atingimos outra habilidade mencionada no PCN-Filosofia: “debater, tomando uma posição, defendendo-a argumentativa mente e mudando de posição face

---

em vigor da primeira LDB (lei nº4.024) ela perdeu novamente a obrigatoriedade. Depois do golpe militar, nos “anos de chumbo”, mais precisamente em 1971, com a Lei nº 5.692, tornou-se extinta dos currículos, em seu lugar inseriram a disciplina de Moral e Cívica. A filosofia pode retornar aos currículos a partir de 1982 (lei nº7.044), com o início do processo de reabertura democrática. Assim se manteve mesmo com a nova LDB (lei nº 9.394) em 1996, que supostamente reestabeleceria a obrigatoriedade da Filosofia e Sociologia (mesmo porque o Ministro da educação, na época, Darcy Ribeiro, era sociólogo) para que os estudantes ao final da educação básica possuissem o domínio de conhecimentos de filosofia e sociologia, necessários para o exercício da democracia, solidariedade, ética e cidadania, mas coube às outras disciplinas tratarem de modo transdisciplinar conteúdos próprios da Filosofia e Sociologia. Mesmo com a presidência de outro sociólogo, FHC, e com a aprovação pelo senado do PL de Padre Roque Zimmermann, que tornava obrigatória a presença das disciplinas de filosofia e Sociologia no EM, o presidente sociólogo ruralista, FHC, o “príncipe da sociologia”, vetou a lei. Somente em 2008, na presidência do metalúrgico, Luiz Inácio Lula da Silva, que aprovou a Lei nº11.684 a Filosofia e a Sociologia retornaram de modo obrigatório aos currículos do EM.

<sup>130</sup> Nos referimos à crítica exposta por autores referenciados na PHC, dentre eles, Manoel Francisco do Amaral, que tratou na obra “Pedagogia das competências e Ensino de filosofia: um estudo da proposta curricular do estado de São Paulo a partir da pedagogia histórico-crítica”, da precarização do ensino pautado pela pedagogia do aprender a aprender, de cunho neoliberal, que dá suporte teórico para a pedagogia das competências.

a argumentos mais consistentes.” (*ibidem*). Dessa forma, temos o debate como estratégia de reflexão filosófica, porém esse só faz sentido se nos permitimos tratar o próximo como a si mesmo, no sentido de igualdade, dar credibilidade, ouvir atentamente, dar liberdade de expressão ao outro, para poder avaliar os argumentos, refutá-los ou corroborá-los, sendo este último capaz de provocar mudanças internas e externas, a transformação é fruto de um pensamento que teve oportunidade de virar ação, prática. Abaixo, citamos outra passagem do documento balizador da docência em filosofia:

Relembrando o mote kantiano de que “não se ensina Filosofia, ensina-se a filosofar”, a solução para esse aparente impasse parece ser dada pela própria natureza da atividade filosófica, isto é, sua peculiar característica reflexiva: para além do conteúdo concreto a ser ensinado, o que está em questão é, antes, a necessidade de tornar familiar ao estudante um modo de pensar que aponta, precipuamente, para os pressupostos daquilo que é aparente (BRASIL, 2002).

Sendo assim, o ensino de filosofia deve ultrapassar os dados filosóficos, ou a História da Filosofia, a qual poderíamos pensar como sendo a “ciência normal” de nossa área de conhecimento. Não negamos a sua importância e a necessidade de, ao menos, possuir um noção geral da história da filosofia, seus períodos, temas, conforme o próprio documento destaca, mas não basta repetir as informações contidas em centenas de vídeos no You-Tube, ou livros didáticos, é necessário tornar esses conhecimentos orgânicos, apropriados pelos jovens, pelos sujeitos para que dessa forma possam realmente fazer uso deles, ter sentido, significado. Então, resta a pergunta: como? Como tornar o conhecimento filosófico interessante? Como provocar os estudantes a pensarem por si mesmos, para além do senso-comum? Para responder essas questões, iremos recorrer à pedagogia Histórico-Crítica (PHC).

## 5.2 A Pedagogia Histórico-Crítica

Para pensarmos e agirmos de acordo com a PHC, é primordial entrar em contato com o pensamento de Dermeval Saviani, que cunhou essa proposta pedagógica de viés revolucionário como veremos ao longo do tópico. As obras principais que referenciam a PHC são de sua autoria, dentre estas, destacamos: “Escola e Democracia”, publicada em 1983; “Educação: do senso comum à consciência filosófica”, publicado em 1989; e “Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações”, publicada em 1991. São essas obras, segundo o próprio Saviani (2017), que dão

formulação à PHC, juntamente com o seu arcabouço teórico, referenciado, sobretudo, em Marx e Gramsci, propõe uma educação universal para a revolução socialista, contrapondo-se às teorias de reprodução e perpetuação do *status quo*, do capitalismo:

Diante dessas ponderações [o livro “pedagogia dialética: de Aristóteles a Paulo Freire”, de Schmied-Kowarzik, publicado em 1983; o sentido idealista de dialética; o sentido de diálogo e dialógico, próprio do existencialismo ou personalismo cristão], decidi pela denominação “pedagogia histórico-crítica” que me pareceu traduzir com mais precisão o significado e os elementos característicos da teoria da educação em elaboração. Com efeito, a expressão “histórico-crítica” retém o caráter crítico da relação com os determinados meios sociais que a visão reprodutivista possui vinculado, porém ao caráter histórico que o reprodutivismo não contempla (SAVIANI, 2017, p. 61).

A teoria crítico-reprodutivista pensa a educação como meio de manutenção e reprodução da sociedade como está, ou seja, carece de uma teoria revolucionária, ao contrário, perpetua o sistema econômico/social capitalista. Dentre elas, Dermeval Saviani (1982) destaca três teorias que tiveram maior influência, são elas: teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica; teoria da escola enquanto aparelho ideológico do Estado, a qual podemos dizer que atualmente ganhou fôlego nestes anos de eleições e mudança de partido no governo federal, em que há um discurso de gravar aulas dos professores, que são vistos como doutrinadores; e por fim, a teoria da escola dualista. Dermeval (1982) analisa cada uma dessas influências, na primeira delas é colocado como ilusão uma escola que não exerça a violência simbólica, portanto é intrínseco ao processo educativo institucional a marginalização de grupos e reprodução da sociedade como tal; a segunda escola é “o instrumento mais acabado de reprodução das relações de produção tipo capitalista” (*idem*), isto é, a escola serve aos interesses da elite política/econômica, mesmo que reconhecendo essa função, torna-se um ato heroico o agir contra hegemônico, restando o desgaste e a memória do herói; por fim, a terceira perspectiva teórica torna-se reprodutivista na medida em que ao conceber a rede de ensino dividida em duas, a Primária Profissional e a Secundária-Superior, as quais representam respectivamente os proletariados e os capitalistas, dessa forma reproduzem a sociedade vigente.

Dermeval Saviani (1983) nos traz dois momentos históricos do Brasil para pensarmos a escola democrática e uma escola pseudodemocrática, isto é, que se diz democrática, mas na prática torna-se menos democrática, ainda pior, ofusca a própria noção de democracia, como exemplo temos o atual programa escola democrática do governo estadual de São Paulo, que no papel faz ações participativas para as tomadas de decisões, seja na escola, ou na esfera da

Diretoria de Ensino (DE), ou ainda da Secretaria Estadual de Educação (SEED). No primeiro momento da escola democrática no Brasil, se tinha a escola tradicional, com professores muitas vezes autoritários (e também autoridades nos conteúdos), mas que ensinavam igualmente aos filhos dos fazendeiros e piões, após a crítica e proposta formulada pelo Movimento da Escola Nova no Brasil isso irá mudar aos poucos até chegarmos ao atual estado de sucateamento da escola pública e privatização do ensino básico para as elites. Para ilustrar essa situação, Saviani (1983) remonta ao período das décadas de 1920/30 e posteriormente ao período das décadas de 1960/1970. Naquele primeiro período o Brasil viveu sua primeira república, marcada no campo educacional como o “entusiasmo pela educação” que durou pouco (assim como a Primeira República), torna-se “otimismo pedagógico” influenciado pelo movimento da Escola Nova, que segundo Saviani (1983), foi a forma de recompor a escola como instrumento de dominação, pois o que antes estava no debate de democratização do ensino se passou para o debate didático metodológico da pedagogia adotada neste ensino, o que foi endossado pelos movimentos progressistas, anarquistas, que eram fortes nos sindicatos brasileiros, onde surgirá o Partido Comunista Brasileiro (PCB), enfim, na ocasião não se atentou que esse discurso privilegiava a burguesia, que não estava mais satisfeita com essa educação para todos, na medida em que se tornavam politizados, participantes ativos na república.

O segundo período da escola democrática, data da década de 1970, em que se estabelece uma legislação que permite um ensino desigual, em termos quantitativos e qualitativos travestidos de respeitando as desigualdades e limitações das diferenças “naturais” entre os humanos, assim como as diferenças geográficas, sociais, enfim, de acordo com as possibilidades se ensina o que “conseguir”, se permitindo diminuir os conteúdos de acordo com as realidades, fato endossado por escolas através da coordenação pedagógica, que em ATPCs coloca vídeos do filósofo Mario Sergio Cortella dizendo: “faça o seu melhor, na condição que você tem, enquanto você não tem condições melhores, para fazer melhor ainda”. Mas isso obscurece a realidade concreta, pois, em verdade, nós precisamos educar ainda mais esses que não tiveram oportunidades para assim conseguirem construir seu futuro diferente de seus antepassados. Neste sentido devemos buscar as condições melhores para nós e estes que estão matriculados nas escolas públicas que lecionamos, dessa forma, não devemos aceitar as condições dadas, esperar que elas melhorem por si mesmas, ou que o governo faça algo espontaneamente, como filósofo, devemos saber que as conquistas advêm de lutas, de pressão, cobrança, disputas de forças, muitas vezes, de sangue e até morte. A legislação é fruto da burguesia, sendo assim, atende aos interesses da burguesia, tanto é que quando se trata de abrir cursos técnicos, ou profissionalizantes, são para

ocupar as funções de proletariado, jamais de burgueses, esses, em grande parte, fazem de tudo para não dividir o “pão”, se manifestam contrários aos médicos cubanos que vão atender as vagas remanescentes em localidades longínquas ou violentas, ficam alvoroçados com as políticas de cotas étnico-raciais, às políticas de distribuição de renda, de combate à miséria e a fome, não foi por acaso que chegamos onde estamos, com um presidente militar, que já mencionou fechar o STF<sup>131</sup> e o Congresso Nacional<sup>132</sup>.

A PHC, diferentemente das outras pedagogias anteriores, é uma teoria pedagógica que considera a história de modo dialético, enquanto as teorias anteriores carecem dessa análise. Doravante, apontam de modo crítico para elementos importantes que constituem a escola, porém não apresentam soluções, nem uma didática, até porque, seria contrário ao próprio pensamento de função da escola na sociedade capitalista. Todavia, a PHC compreende a educação como meio de transformação da sociedade, isto é, a educação é fundamental para alterar o quadro social de grandes desigualdades e injustiças que nos foram deixados de herança das gerações anteriores e os seus modos de produção embasados na dominação e exploração do homem e da natureza. Ou seja, cabe a escola pública, gratuita e de qualidade, formar sujeitos críticos, capazes de se reconhecerem em suas classes, deixando o obscurantismo, a alienação, para atingir a condição de emancipação. Neste sentido, para colaborar com a didática em sala de aula, o professor Saviani desenvolveu cinco passos para o bom desenvolvimento do conteúdo em sala de aula. Veremos a seguir cada um deles.

O ponto de partida metodológico da pedagogia historicocrítica não é a *preparação* dos alunos, cuja iniciativa é do professor (pedagogia tradicional), nem a *atividade*, que é de iniciativa dos alunos (pedagogia nova), mas é a *prática social* (primeiro passo), que é comum a professores e alunos. Essa prática comum, porém, é vivenciada diferentemente pelo professor e pelos alunos. Enquanto o professor tem uma visão sintética da prática social, ainda que na forma de síntese precária, a compreensão dos alunos manifesta-se na forma sincrética (SAVIANI, 2016, p.22).

O primeiro deles é a prática social, que tange ao professor e ao aluno, porém de modos diferentes, pois o primeiro encontra-se em outro estágio de maior desenvolvimento em relação ao segundo. No caso do aluno, as informações estão soltas, é a fase sincrética, diferentemente do

---

<sup>131</sup> Segundo diversos jornais e noticiários, como na grande mídia, o G1 em:

<https://g1.globo.com/politica/blog/valdo-cruz/post/2021/05/06/stf-decide-nao-reagir-a-novas-ameacas-de-bolsonaro-por-ver-tentativa-de-desviar-foco-da-cpi.ghtml>

<sup>132</sup> Conforme registrou o jornal da grande mídia Estadão em:

<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,esses-politicos-tem-que-entender-que-estao-submissos-a-vontade-do-povo-brasileiro-diz-bolsonaro,70003276359>

professor, que deve conseguir minimamente articular os conhecimentos acumulados pela humanidade de um modo mais elaborado se comparado com os alunos, por uma questão de experiência de vida e de estudos, leituras, formação, afinal o professor está na escola recebendo para ensinar, logo, está lá por ser habilitado para isso, ser capacitado, aprovado em concurso ou processo seletivo, deve ser bem remunerado para exercer essa função com reconhecimento e dedicação, com estudos permanentes. Portanto, o professor deve ter uma compreensão de síntese precária, sintética pois consegue articular o conhecimento à prática social, porém desconhece os conhecimentos prévios dos alunos, assim como as experiências e inserção social destes, em princípio. Assim como os alunos também desconhecem a experiência pedagógica do professor, bem como a sua trajetória de vida. Desse modo, o professor deve compreender o nível de conhecimento dos estudantes e o contexto em que a escola e os alunos estão inseridos, este seria o ponto de partida, o diagnóstico.

O segundo passo do método proposto pela pedagogia histórico-crítica não é a *apresentação* de novos conhecimentos por parte do professor (pedagogia tradicional), nem o *problema* como um obstáculo que interrompe a atividade dos alunos (pedagogia nova), mas é a *problematização*, isto é, o ato de detectar as questões que precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e como a educação poderá encaminhar as devidas soluções. Em decorrência, o terceiro passo não se identifica com a *assimilação* de conteúdos transmitidos pelo professor por comparação com conhecimentos anteriores (pedagogia tradicional), nem com a coleta de *dados* (pedagogia nova), mas se trata, nesse momento, da *instrumentação*, entendida como a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas detectados na prática social. Estando de posse dos instrumentos teóricos e práticos é chegado o momento da expressão elaborada da nova forma de entendimento da prática social a que se ascendeu. Portanto, o quarto passo não coincide com a *generalização* (pedagogia tradicional), nem com a *hipótese* (pedagogia nova). Chamei esse quarto momento de *catarse*, entendida na acepção gramsciana de “elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens” (GRAMSCI, 1978, p. 53). Este é, pois, o ponto culminante do processo pedagógico, quando ocorre a efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformados em elementos ativos de transformação social. (SAVIANI, 2015, p. 36).

De modo sintético, o segundo passo é a identificação dos principais problemas impostos pela prática social, ou seja, a *problematização*, em que se busca conhecer os problemas reais da sociedade que precisam ser solucionados e quais conhecimentos serão necessários para isso. O terceiro momento consiste em revelar a construção histórica dos conceitos/elementos que constituem o problema social em questão, proporcionando uma “instrumentalização” (nome do

terceiro passo) para os alunos na compreensão e argumentação em defesa de uma sociedade mais igualitária. Portanto, seria o momento de transmissão dos conhecimentos acumulados na história da humanidade, o que nos dá um arsenal para compreender a nossa história e da nossa sociedade e combater tantos anos de violência, espoliação e expropriação material e espiritual (no sentido de formação da subjetividade, de identidade). O quarto passo é a *Catarse*, no sentido gramsciano, ou seja, a apropriação desses conhecimentos e a possibilidade de utilizá-los como modo de transformação da sociedade, de elaboração e criticidade dos conhecimentos adquiridos em produção simbólica, de expressão do que estão sabendo de suas origens, como se espera do professor, das pessoas maduras, dos estudantes que assimilaram os conhecimentos de modo crítico. Por fim, a quinta etapa é o ponto de chegada do aluno no final desse processo, ou seja, de conhecimento de um problema prático social em que compreende sua historicidade e é capaz de se manifestar sobre ele, portanto deixa de ser um conhecimento sincrético e passa a ser um conhecimento sintético, articulado, assim como o professor deixa o estado de síntese precária, pois agora conhece mais o contexto do aluno e a conjuntura em que ambos se encontram e passa então para um estágio de síntese complexa, que compreende o movimento dialético de desdobramento do real na realidade histórica.

Chega-se, por fim, ao último passo, que não consiste na *aplicação* dos conhecimentos assimilados (pedagogia tradicional), nem na *experimentação* como teste da hipótese (pedagogia nova). O quinto passo, isto é, o ponto de chegada é a própria *prática social*, compreendida agora não mais em termos sincréticos pelos alunos. Nesse momento, ao mesmo tempo em que os alunos ascendem ao nível sintético em que já se encontrava o professor no ponto de partida, reduz-se a precariedade da síntese do professor, cuja compreensão se torna cada vez mais orgânica. (*ibidem*).

Assim efetivamos o objetivo da educação escolar, a saber, consiste na necessidade de adquirir conhecimentos sistematizados que proporcionam o desenvolvimento da humanidade, entendido como prática transformadora da sociedade. Neste sentido a escola é o espaço em que se mantém as origens dos conhecimentos como o fundamental para a compreensão de quem somos e onde estamos, isto é, através dos clássicos, daquilo que foi importante para o “destino” da humanidade na história, em seus diversos campos do saber, nós conseguimos nos educar, nos construir, nos letrar, nos tornarmos cultos, humanos, e o lugar onde isso é de direito, é a escola. Ou seja, a escola existe para tornar-nos humanos através do conhecimento sistematizado adquirido pela humanidade ao longo da história, é isso que deve constituir o nosso currículo. Saviani apresenta diversos elementos para formular essa visão, que segundo ele mesmo, é óbvia,

mas que precisa ser dita, para não ser esquecida, esvaziada. Pois, a escola é onde se apreende e pratica a *episteme*, o conhecimento científico, assim como ela é também o meio de democratização da sociedade de modo geral, de democratização dos conhecimentos, de democratização da política, é o meio de obter-se a liberdade, de pensar e agir por si tendo em vista o todo; o que corre o risco de ser neutralizado por interesses econômicos e políticos (BEZERRA NETO; BASSO J., 2015).

Faltou tratarmos da tríade do processo educativo na abordagem da PHC, pois são os elementos cruciais do processo educativo, a saber: Conteúdo; Forma; Sujeito. Sobre o sujeito, trata-se de um aluno concreto, singular, com múltiplas determinações. Porém, foi através da psicologia histórico-cultural que esse sujeito ganhou mais corpo, mais compreensão de suas necessidades na educação escolar. Assim, se articula a forma e conteúdo, pois o conteúdo é aquele que tratamos anteriormente, também chamado de currículo, ou seja, os conhecimentos sistematizados acumulados ao longo da história.

Esses três elementos, sujeito; conteúdo; e forma são indissociáveis na educação escolar, uma vez que dependem um do outro, isto é, só existe educação escolar se existirem estudantes, conteúdos e uma forma, uma maneira de abordar esses conteúdos de acordo com o contexto destes sujeitos para fazer sentido e tornar esses conhecimentos orgânicos, sistematizados, adquiridos.

Portanto, o ponto de partida é o sujeito, contudo, tendo em vista um conteúdo que lhe é importante para pertencer de modo pleno ao processo democrático, isto é, que não seja impedido por falta de conhecimentos culturais, filosóficos, artísticos e científicos de participar da vida pública, de agir de acordo com suas intenções que revelam seu passado histórico, portanto o sujeito deve se “armar” dos conteúdos, mas para isso acontecer é preciso um meio eficaz de percepção da importância desses conhecimentos, neste momento entra a forma, o método, a didática, desse modo eles andam juntos na PHC, uma vez que se a forma não atinge o estudante o trabalho foi perdido, não houve o desenvolvimento do sujeito onmilateral, portanto o início do processo já envolve a forma, se parte do contexto do sujeito, da linguagem do sujeito, do conceito do sujeito, isto é parte da forma, que não se encerra aí, vai além, modifica-o, liberta.

No caso da Educação no Campo, Saviani (2016) nos diz que o professor deve entender a importância do trabalho na terra para a sobrevivência da humanidade, mas além disso, tendo em vista o princípio dialético da matriz filosófica de embasamento teórico e prático da PHC, o professor não pode ser limitado, no sentido de ser estático, fixado, pela metodologia proposta, e conseguir perceber e articular os cinco passos de acordo com a realidade, o problema encontrado,

o contexto em que está inserido, por exemplo, quando trata-se do entendimento do impacto do uso das sementes transgênicas:

Já o problema da adoção ou não de sementes transgênicas ou a questão do uso de agrotóxicos na agricultura são temas que requerem um aprofundamento maior do momento da problematização. E aqui novamente é preciso ter presente o caráter dialético da teoria, pois não se trata de uma relação mecânica entre os passos do método que determinaria que primeiro se realizaria o passo da problematização, depois a instrumentalização e, no momento seguinte, a *catarse*. Na verdade, esses momentos se imbricam. Ou seja: ao se desenvolver a discussão relativamente à problematização da adoção ou não de sementes transgênicas, será necessária a apreensão do conceito e do significado desse tipo de sementes, para se detectarem os problemas implicados em sua adoção. Portanto, já estaria se dando a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento do problema das sementes transgênicas detectado na prática social, o que significa que já se encontrava em andamento o terceiro passo do método. E nesse processo unitário de problematização instrumentalização criam-se as condições para emergir o momento catártico em que a estrutura do significado teórico e prático da adoção de sementes transgênicas é apropriada pelos alunos e incorporada na forma de superestrutura em sua consciência fazendo parte, portanto, de seu novo modo de ser e de se posicionar no interior de sua prática social não apenas como homens do campo, mas como indivíduos integrantes do gênero humano (SAVIANI, 2015, p. 37).

Portanto, no caso da nossa temática, se faz necessário o entendimento dos conceitos em questão, isto é, a instrumentalização, porém juntamente com a problematização que substanciam a *catarse*, pois envolvem a apropriação conceitual e prática do impacto do agronegócio, seja na expressão do uso de sementes transgênicas, ou do agrotóxico, enfim, do pacote tecnológico em parceria com os bancos e o Estado a fim de beneficiarem a grande indústria da cadeia produtiva da agricultura. Ou seja, os estudantes e os professores partem da base material de um problema social, por exemplo, neste caso, temos o imbricamento do problema ambiental e a fome, que estão relacionadas com o aumento da desigualdade social e estruturação do modelo de desenvolvimento rural brasileiro; ao partir dessas evidências de crise do sistema capitalista, então instrumentalizamos o conhecimento através dos conteúdos necessários para fomentar o debate, entender quem se beneficia com o agronegócio, como ele age, ao mesmo tempo que questionamos e interrogamos o que motivou a implementação desse modelo agrário, para na sequência, nos apropriarmos das origens históricas e do colapso acarretado a fim de nos compreendermos melhor e entender a necessidade de encampar uma campanha capaz de barrar a crise ambiental e social que solapa o povo brasileiro, e no limite, a humanidade.

### 5.3 O ensino de filosofia contextualizado ao meio rural

Várias áreas da filosofia conversam com o meio rural, algumas mais, outras menos, mas como vimos ao longo do trabalho, é possível estabelecer uma relação da filosofia política com a questão agrária e a agroecologia, como também no caso da ética e da epistemologia, como veremos adiante, ainda podemos repensar a teoria do conhecimento a partir das contribuições da agroecologia, analisar a estética mais presente no meio rural de modo crítico, como também contextualizar a história da filosofia traçando paralelos com a atualidade, tendo o cuidado para não ser anacrônico, dentre outras áreas que permite um encontro de temáticas, por exemplo a antropologia filosófica, filosofia da linguagem, enfim, até mesmo com a lógica e a metafísica são possíveis de estabelecer conexões com a agroecologia.

Acreditamos que a melhor abordagem é aquela que ao longo das temáticas, dos problemas, dos conceitos filosóficos, estabelece pontes com a realidade agrária, com o contexto desses estudantes da zona rural e no caso de professores que atendem exclusivamente escolas com apenas alunos da zona urbana, a relação com o rural também se faz necessária, para que estes compreendam a realidade como um todo, as conexões existentes entre campo e cidade quebrando com a cisão implantada. Dito isto, propomos a desconstrução da hegemonia de perspectiva urbana, cabe aos professores, lembrarem da multiplicidade de contextos existentes no Brasil e no mundo, buscarem, de acordo com o conteúdo, outras abordagens que contemplem os povos do campo, pois somente assim, construiremos uma sociedade mais justa e igualitária, quando quebrarmos com os paradigmas unilaterais e buscarmos a voz dos excluídos, dos oprimidos, perseguidos.

A importância da contextualização do ensino de filosofia, ou melhor, no ensino em geral, é algo muito antigo. O filósofo da antiguidade, Platão, dizia que aquele que diz saber de tudo, de nada sabe, de outra forma, Aristóteles, outro filósofo da antiguidade (a que tudo indica, discípulo dissidente de Platão) afirmou em *Metafísica* que só aprendemos aquilo que usamos, que nos faz sentido. Mencionamos esses dois pensadores para demonstrar quão longínquo é o problema da aprendizagem, ainda como ela se relaciona com a contextualização, a realidade, no limite, à prática. Embora, esses mesmos filósofos da antiguidade condenassem as atividades braçais, o campesinato, pois para eles, há uma hierarquia de funções, em que no nível mais alto estão as atividades contemplativas, própria dos filósofos, talvez por pertencerem à essa categoria e à elite. Mas nosso ponto é outro, no caso a importância do sentido no conhecimento, da contextualização

da realidade aos conteúdos ou vice-versa. Vamos voltar um pouco mais na história da filosofia, ainda antes de Platão e Sócrates, seu mestre, a fim de ilustrar essa relação entre teoria e prática, principalmente sob o aspecto da ruralidade.

#### 5.4 A História da Filosofia e a Agroecologia: interfaces com a Filosofia Antiga

Embora exista um debate sobre as origens da filosofia<sup>133</sup>, considera-se que a filosofia nasceu em Mileto, na Grécia Antiga, durante o século VII a. C. (CHAUÍ, 2002). Não vamos tratar aqui dos doze<sup>134</sup> principais filósofos pré-socráticos, ou filósofos da natureza (*fy.sys*), o que nos aproxima, de certo modo, do tema do nosso trabalho. Mas vamos destacar a história que se conta sobre a inteligência do intitulado primeiro filósofo, Tales de Mileto, que dentre suas várias contribuições para o conhecimento humano, ao procurar a origem das coisas, da vida, o princípio universal, a *Arché*, encontrou a água como o elemento fundamental. O que nos pode proporcionar uma discussão sobre a importância estratégica desse bem natural que está sendo entregue às multinacionais, as quais lucram ainda mais neste novo ramo. Essa atitude representou uma ruptura no pensamento da época, mas isso só foi possível no contexto em que ele se encontrava, o qual reunia diversos elementos, dentre eles podemos destacar a moeda, a navegação, a política, a arte, a pluralidade religiosa, a agricultura, enfim havia um desenvolvimento que se afastava aos poucos das explicações míticas, embora enfrentasse resistência. O que contribuiu para as ideias de Tales serem aceitas foi sua capacidade de utilização prática do conhecimento, ou seja, sua contextualização do saber, fez projetos de transposição de águas para a navegação e irrigação, o que já lhe aproxima da ruralidade, mas vejamos o célebre caso das prensas de oliva. Conta-se que ao observar a natureza, Tales conseguiu prever o adiantamento da grande safra de olivas, então adquiriu todas as prensas disponíveis e as alugou pelo valor estabelecido por ele, acima do

---

<sup>133</sup> Resumidamente, existe duas teorias sobre o nascimento da filosofia, a dos orientais, que afirmam a origem da filosofia no oriente, sobretudo fenícios, mas foi apropriada por viajantes para a Grécia Antiga; e a do “milagre grego”, embora não concordamos com esse termo, por trazer uma noção religiosa e conseqüentemente equivocada, mas concordamos com a particularidade de um contexto, uma conjuntura com diversos elementos que proporcionam o surgimento da filosofia na Grécia, dentre estes elementos, destaca-se, o uso da moeda, o alfabeto, a política (“democracia”, no caso de Atenas), as navegações, a pluralidade religiosa, as diversas manifestações artísticas, a agricultura, astronomia, a gastronomia, a arquitetura, a engenharia bélica, enfim, diversos fatores, mas vale mencionar que o próprio termo filosofia é grego.

<sup>134</sup> No livro didático *Filosofando*, Aranha e Arruda (2016) encontramos 10 filósofos pré-socráticos, são eles: Tales de Mileto, Anaximandro, Anaxímenes, Anaxágoras, Pitágoras, Zenão de Eleia, Parmênides, Heráclito, Demócrito e Leucipo; porém temos mais alguns que foram notadamente importantes e reconhecidos pelos filósofos posteriores, dentre eles: Xenófanes e Hipócrates.

usual, criando o primeiro monopólio na cadeia produtiva da agricultura. Pode parecer uma história normal, mas conta-se que este fato fez com que ele ganhasse mais credibilidade com suas ideias diferentes, pois ao mesmo tempo em que o filósofo se mostra inteligente, para uma sociedade conservadora, como no caso da grega, embora comparada à outras da época não seja, ainda assim enfrentava resistência, tanto é que se conta uma anedota sobre Tales de Mileto, a saber, por ser um amante dos astros, andava olhando para as estrelas durante uma noite, foi quando sem perceber caiu em uma fossa, então a população dizia que ele estava mais preocupado com as coisas do céu do que com as coisas da terra a ponto de não perceber onde pisava. Esta é uma acusação antiga que acompanha a filosofia, de modo geral, mas, ao nosso ver, possui a finalidade de desqualificar por parte daqueles que se sentem ameaçados pelo discurso filosófico. Queremos com isso demonstrar a relação da prática, da contextualização, com o aprendizado, a filosofia e a agricultura desde as origens da filosofia, do pensamento que questiona o que está posto. Neste sentido, retomemos o eixo da temática aqui trabalhada.

Se formos dar sequência nas origens dos pensamentos sobre os pontos tratados aqui, veremos que, o primeiro na filosofia a relacionar a alimentação com a doença foi o Hipócrates, ainda no séc. V a.C., com a famosa frase atribuída a ele: “você é o que você come”, ou “faça da sua alimentação a sua medicina”, esse legado fez com que fosse considerado o pai da medicina, recebendo como homenagem o nome no juramento médico, o juramento hipocrático. Outro pré-socrático que viveu no séc. VI a.C. foi Xenofonte, que exaltava o ideal de vida do pequeno agricultor, que produz para a subsistência e vendia o excedente (MAZOYER, 2010), mas ficou mais conhecido por criticar a fé cega de seus contemporâneos com a afirmação “se os bois tivessem mãos, desenhariam seus deuses com a imagem de bois”.

Outro exemplo de filósofo que se aproximou do meio rural, foi Epicuro, no séc. IV a.C., melhor dizendo, Epicuro não se aproximou do meio rural, ele literalmente foi para o campo, saiu da cidade-Estado (*polis*), pois percebeu que a *polis* estava corrompida, os políticos eram demagogos, não havia mais espaço para a liberdade que ele procurava, então se viu obrigado a ter que ir para o campo. Mas não será uma saída em isolamento, convidara os seus amigos, as mulheres, também as profissionais do sexo, os mendigos, escravos (que lá deixariam essa condição). No jardim de Epicuro, plantavam, comiam, bebiam, cantavam, dançavam, enfim, buscavam a ataraxia da alma, a não perturbação da mente, o hedonismo, a busca pelos verdadeiros prazeres, o não sofrimento, o bem viver entre amigos, iguais. Não é à toa que foram encontradas diversas estatuetas do busto de Epicuro em diversas cidades antigas da Grécia, ele foi um filósofo do povo, da prática, da filosofia contextualizada, presente na vida.

Durante o mesmo período helênico, existiram outras “escolas filosóficas”, como os Cínicos<sup>135</sup>, ou filósofos do pórtico<sup>136</sup>, que também viviam de acordo com seus princípios filosóficos, buscavam a vida simples. Contudo, a filosofia que predominou com o passar do tempo e influência do poder vigente, como no caso dos Estoicos, que teve um dos seus representantes na liderança do Império Romano, no caso, Sêneca. Essa influência foi de cunho mais teórico, mais ligada ao pensamento platônico e neo-platônico, que permaneceram por séculos influenciando a filosofia medieval, a qual se voltou para a conciliação da fé católica com a razão, embora não tenham se dedicado muito a outros temas, o fato da filosofia ter ficado mais restrita aos monges, aos monastérios e universidades nascentes, de certo modo, a filosofia não deixou de estar no campo, todavia pouco foi dito sobre este aspecto camponês da filosofia medieval. De fato, todo esse processo histórico da filosofia forjou a cultura greco-romana, com forte influência do Oriente, principalmente no final da Idade Média, séc. XIII, mas, mesmo anteriormente, o pensamento oriental esteve presente de algum modo na filosofia, todavia sem dar as devidas referências, mas este é outro debate, cabe aqui ressaltar a nossa herança cultural, no sentido mais amplo, dessa matriz filosófica, quer gostemos ou não, fomos colonizados por europeus, catequizados, explorados, “educados”, politizados, quiçá libertados por movimentos advindos da Europa, e, por que não pensarmos que a pressão por mudanças também não virá da Europa? Existe um movimento ambiental forte crescendo na Europa, vide a jovem Greta.

Desse modo, pensamos que algumas possibilidades de aproximação entre história da filosofia e questão agrária foram contempladas, ainda sem perder de vista estes elementos, daremos continuidade abordando a perspectiva da epistemologia. É pertinente começarmos com algumas considerações sobre o nascimento da ciência moderna, a fim de compreendermos o contexto em que foi gerada e a importância que desempenhou no acréscimo de conhecimentos para parte da humanidade.

## **5.5 Filosofia da Ciência e Agroecologia: contribuições epistêmicas**

---

<sup>135</sup> O termo origina da palavra Cnico, cão, em grego, por viverem de modo similar aos cachorros. O filósofo Diógenes Laercio foi o principal representante dessa escola filosófica. Conta-se que certa vez, Diógenes estava tomando banho de sol do lado de fora de seu barril, então, Alexandre, O Grande, parou na sua frete e perguntou: “grande filósofo Diógenes, o que poderia fazer por você?” ele respondeu objetivamente: “sair da frete do sol que me aquece”.

<sup>136</sup> Receberam essa denominação por ficarem habitando as ruas em torno do pórtico.

Quando falamos em surgimento da ciência moderna, nos referimos ao período do Renascimento, geralmente se resume este período em três dimensões de forte consequências, são elas: a arte; a política; e a ciência. Ele marca o fim da Idade Média, e da Filosofia Medieval, e o início da Idade Modernidade e da respectiva Filosofia Moderna. Estamos tratando de meados do século XIV e XV, uma época marcada por grandes transformações na sociedade e que acarretará os acontecimentos futuros.

Embora estas três principais áreas do Renascimento estejam interligadas, sobretudo através da filosofia, do tempo de revolucionamento e da localização dos acontecimentos, nos deteremos à ciência. Como sabemos, os acontecimentos são desdobramentos históricos, sendo assim, não foi do nada que a Ciência Nova surgiu. No Séc. XIV já haviam mais de 80 universidades na Europa, dentre elas a de Oxford, na Inglaterra, que obteve uma forte tradição o empirismo britânico a partir dos estudos e ensinamentos de Robert Grosseteste, professor de Roger Bacon, ainda no séc. XIII d.C., responsável por traduzir os escritos de Avicena (filósofo árabe do séc. XI d. C.), os quais reintroduzem a filosofia de Aristóteles, a medicina, a matemática, física óptica, geologia, geografia, astronomia, enfim, foi de grande contribuição para a época e a posterioridade. Porém, não foi uma época tranquila, por se tratar do final da Idade Média, a escolástica e os dominicanos exerciam forte controle sobre as universidades e aqueles que representassem um pensamento novo, pautado em evidências, com um método, que consistia resumidamente em observação, formulação de hipóteses e confirmação, ou seja, a base da ciência moderna empirista. Roger Bacon, principal seguidor dos ensinamentos Grossetes, embora também fosse franciscano, se aproximava dos alquimistas e por isso foi perseguidos e presos pelo Tribunal da Santa Inquisição, criado no Séc. XII d.C. pela Igreja Católica, que levou vários pensadores à lista de livros proibidos, o Índex, também condenou hereges à morte, como ocorreu com Giordano Bruno<sup>137</sup>. Esse foi uma das marcas do declínio da Idade Média no que diz respeito à ciência, preparando o terreno para o renascimento. Mencionamos rapidamente, os alquimistas, mas é importante se dedicar um pouco mais a este grupo marginalizado.

A alquimia surgiu de artesãos metalúrgicos da Europa e Oriente, não se sabe ao certo quando ela nasceu, mas sabe-se que no Séc. XIII da nossa Era, já estava bem difundida e responsável por diversas descobertas, embora pouco reconhecida pelos intelectuais da época por se aproximar dos conhecimentos práticos, todavia reuniu as bases materiais da química, física, geologia, medicina, enfim, é indiscutível a contribuição desse grupo para o aprimoramento da

---

<sup>137</sup> Giordano Bruno foi um físico astrônomo do século XVI que afirmou estar errada a teoria aristotélica, adotada pela Igreja Católica, bem como defendeu a infinitude do Universo, dentre outros pensamentos contrários à doutrina católica, por esses motivos foi condenado a ser queimado vivo até a morte em fogueira na praça pública.

ciência, contudo, ainda conservavam elementos contrários à ciência, ou seja, possuíam uma base mística, antropomórficas, como também buscavam fórmulas de transmutação, isto é, na mudança de substâncias, como a “pedra filosofal” que possibilitava transformar qualquer coisa em ouro, ou o “elixir da longa vida”, enfim, manipulavam os elementos da natureza em busca de benefícios humanos, embora inicialmente restritos ao próprio grupo, mas foi considerada como prática de bruxaria, sendo proibida em 1317 pela autoridade da Igreja Católica.

Comentamos rapidamente sobre esses pontos para justificar o nascimento da ciência nova, seus precedentes. Desse modo, com o avanço dos conhecimentos e a mudança socioeconômica da sociedade, que passava do feudalismo para o capitalismo, com a ascensão dos comerciantes, o crescimento das cidades, possibilitou as grandes navegações, as quais, por sua vez, também fomentaram a ciência moderna, bem como, o surgimento da imprensa, por Gutemberg e as reformas religiosas impulsionadas por Lutero, enfim, foram diversos fatores que proporcionaram o aprimoramento da ciência. Feita esta breve contextualização, podemos pensar melhor o quanto foi revolucionário esta nova forma de pensar para a época, antes de criticarmos e julgá-los como grandes responsáveis pela exploração da natureza. Mesmo porque este pensamento já estava formulado na Bíblia:

Deus os abençoou e lhes disse: "Sejam férteis e multipliquem-se! Encham e subjuguem a terra! Dominem sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todos os animais que se movem pela terra". Disse Deus: "Eis que dou a vocês todas as plantas que nascem em toda a terra e produzem sementes, e todas as árvores que dão frutos com sementes. Elas servirão de alimento para vocês. (GÊNESIS, 1:28,29).

Logo, nos parece injusto responsabilizar e condenar os pensadores da ciência moderna perseguidos em seu tempo, fazendo uma leitura anacrônica da epistemologia. Feito as devidas ressalvas, nossa tarefa, neste momento, é relacionar a filosofia com a agroecologia, no que tange a epistemologia. Sendo assim, vejamos as referências epistemológicas da ciência normal e as propostas pela Agroecologia.

Grande referência da ciência nova foi, Francis Bacon, filósofo inglês do século XVI, para ele, o progresso do conhecimento se dá pela via da autonomia da ciência em relação à religião, a política e economia, como também das sociedades secretas, assim deve-se buscar uma linguagem de amplo acesso e uma construção coletiva, pública, do conhecimento. Mesmo não sendo um pensador de nossos referenciais teóricos, inclusive representa o oposto na perspectiva da Agroecologia, principalmente por ele acreditar que “o homem é ministro da natureza”, ou

seja, a humanidade deve desvelar, dominar e controlar a natureza em prol dos interesses humanos, pensamento sintetizado na seguinte afirmação: “saber é poder”. Porém, por outro lado apresenta princípios importantes e válidos para a ciência nascente na época, estes estão expressos na Teoria dos Ídolos, que resumidamente podemos definir da seguinte maneira, existem quatro fatores que aprisionam as possibilidades de conhecimento, são eles: os ídolos da tribo, que são os preconceitos existentes nas pessoas; os ídolos da caverna, que se refere ao aspecto subjetivo do pesquisador, que pode dificultar a compreensão da realidade; os ídolos do foro, que trata da linguagem como fuga para facilitar as respostas aos problemas; por fim os ídolos do teatro, que são os pensamentos que derivam de doutrinas. Francis Bacon propôs um sistema de tabulação como parte do método empirista indutivo empregado por ele, contudo não obteve êxito.

Outro pensador emblemático no campo epistemológico foi René Descartes, conhecido como “Pai da Modernidade”, representa a mudança de paradigma da época, principalmente no que diz respeito ao método científico, o qual consiste em quatro regras, de modo bem sintético: primeiro, nunca tomar como verdadeiro uma ideia que não se apresente como clara e distinta, ou seja, duvidar de tudo; segundo, dividir o objeto em partes enumerando-as conforme o seu grau de simplicidade; terceiro, estudar minuciosamente cada parte separadamente; quarto, reagrupar todas as partes de acordo com o grau de simplicidade, passando em revisão para formar a totalidade do objeto. O princípio que rege a sua epistemologia é matematizar a natureza a ponto de a humanidade conseguir quantificar e operar com exatidão sob os princípios matemáticos a fim de obter os melhores resultados se consideradas apenas as duas variáveis do plano cartesiano (*Grafikos*), as quais podem ser expressas abcissas e coordenadas (x,y), em tempo e espaço, ou luz e água, ou ainda adubação e produtividade, ou outros elementos que fundamentam a monocultura na agricultura. Porém, essa interpretação da visão mecanicista deixa muitas outras questões de lado, todavia se formos operar dentro da perspectiva cartesiana sobrepondo as variáveis, adotando os princípios necessários, poderemos comprovar a eficácia da Agroecologia, pois se são sistemas mais complexos, que aproveitam mais a energia e produzem mais energia em menor tempo e espaço, logo otimizam a agricultura, não é por acaso que o agronegócio passou a adotar técnicas da agroecologia, como o uso de cobertura no solo, ou adubação verde. Então, talvez a problemática não seja o referencial epistemológico, mas o uso que se fez deste, esse é uma longa discussão dentro da própria Agroecologia, a qual não conseguiremos esgotar aqui, mas a caráter de informação, alguns denominam de Agroecologia Dura, enquanto outros de Agroecologia Fraca, o embasamento metodológico que não rompe com a tradição filosófica (BORSATO, 2012).

Outros filósofos do período Moderno, embora contrários ao pensamento cartesiano, também pregavam o controle da natureza em prol da vida humana, como é o caso da continuidade da filosofia empirista inglesa de Bacon, Thomas Hobbes, John Locke, David Hume, porém em todos estes a intersecção se dá na perspectiva da neutralidade da ciência, ou seja, ambos concordam que a ciência deve-se constituir a parte das crenças pessoais, dos interesses econômicos e políticos, embora os mesmos não a pratiquem, mesmo porque trata-se de uma impossibilidade. Todavia, podemos pensar que esta era uma resposta à época antecedente, obscurantista, que julgou Galileu Galilei, obrigando-o a renunciar a sua teoria do heliocentrismo, sendo assim, não devemos descontextualizar os filósofos, mas ao contrário buscar compreender o momento histórico que viviam. O que não nos impede de questionar o uso que fizemos dos conhecimentos deixados por eles, como por exemplo, no caso da biologia, não devemos criticar a descoberta dos genomas, da dupla hélice do DNA, mas a aplicação que fizeram destas descobertas pela indústria de sementes transgênicas. Assim configura-se como uma boa oportunidade de contextualizar o conteúdo próprio da filosofia com a realidade enfrentada pelos estudantes, seja em seus alimentos, ou nas plantações de seus familiares ou patrões, quando for o caso.

Na epistemologia contemporânea encontraremos referências mais próximas da Agroecologia, pois como é uma ciência nova, sua epistemologia também é recente e encontra-se em construção (BORSATO, 2012). Embora com diferentes posicionamentos sobre o tema, nos parece que a base epistemológica que vai ganhando mais aceitação pela comunidade científica é a perspectiva sistêmica, a qual ainda encontra críticas, principalmente no que diz respeito ao positivismo e o empirismo presentes nesta, donde surgem outras propostas epistêmicas na tentativa de solucionar esses impasses (*idem*).

O artigo de Ricardo Borsato e Maristela do Carmo (2012), intitulado, “A Epistemologia da Agroecologia” nos traz essa discussão, em que apresentam diversas perspectivas epistêmicas na pauta da agroecologia, as quais trataremos resumidamente a seguir e na sequência introduziremos neste debate um importante epistemólogo, a saber, Paul Feyerabend, o qual não é mencionado no artigo em questão, contudo outros autores o identificam como suporte epistemológico para a Agroecologia (TOLEDO, 2015).

Segundo Borsato, “A fenomenologia, as abordagens históricas, a dialética, a etnografia e diversos outros instrumentais metodológicos dessas ciências são incorporados à epistemologia da Agroecologia. (BORSATO, 2012, p. 712). O que a caracteriza como uma ciência de diferentes abordagens, tornando-se eclética, pluralista, transdisciplinar. Dessa forma, configura-se como

um conjunto de métodos e princípios de diferentes áreas do conhecimento a fim de obter o maior número de informações e considerações sobre a realidade sem perder a visão da totalidade desta.

Dalgaard *et al.* (2003), bem como Wezel *et al.* (2009), apontam que além de incorporar a epistemologia de uma grande variedade de disciplinas, a Agroecologia possui outro desafio, já que sua abordagem se propõe a trabalhar em diferentes escalas. As escalas vão desde uma dimensão mais técnica-agronômica relacionada às questões de produção, passando para uma abordagem em nível de agroecossistema onde as relações homem-natureza ganham relevância, atingindo uma escala maior que envolve as relações dos agricultores com o resto da sociedade por meio dos sistemas agroalimentares (BORSATO, 2012, p. 713).

Neste sentido, a Agroecologia, enquanto ciência, é composta por profissionais de diferentes áreas do conhecimento. É necessário ter consciência que a ciência se faz em coletividade e que as contribuições de outras áreas são enriquecedoras, mesmo quando chegam através de críticas negativas, as quais nos obrigam a verificar a pertinência e validade, ou não, desta. Sendo assim, a abordagem agroecológica leva em conta diferentes níveis, dimensões, como vimos anteriormente, e cada uma delas, pode contar com uma metodologia própria, mais adequada, de acordo com a escala em estudo, se for no âmbito da produção, do agroecossistema, as metodologias para coletas de dados, para implementação das técnicas, os princípios epistêmicos adotados serão de uma ordem compatível com as necessidades. Porém se for feito um estudo para formação de um programa de políticas públicas agrárias considerando a perspectiva agroecológica, então, deve-se considerar além da dinâmica do agroecossistema, o enfoque deve respeitar uma visão de macropolítica dos agentes envolvidos, o que requer lançar mão de outras ferramentas metodológicas e teorias epistêmicas.

Por sua vez, Gomes e Rosenstein (2000) propõem um pluralismo epistemológico e metodológico, que significa a utilização de diferentes epistemologias e metodologias para as abordagens agroecológicas, em outras palavras, uma abertura metodológica e epistemológica. Com isso não negam a importância dos paradigmas vigentes na ciência convencional, mas identificam que esses são insuficientes para a Agroecologia. Gomes (2005) expõe que a Agroecologia deve caminhar para pautas temáticas ao invés de disciplinares. O autor ainda acrescenta que um ponto a ser destacado na proposta de pluralismo epistemológico é que o paradigma oriundo dessa, obriga o agroecólogo a ter em mente que a escolha da metodologia influencia o resultado obtido, isto é, se faz necessário esquecer a busca da objetividade e da neutralidade. Alerta que sempre há alternativas em cada fase do processo, e a escolha de uma delas é opção dos pesquisadores. Deste modo, propõe a necessidade de um novo compromisso social para os pesquisadores

desse campo.

Alimonda (2006) corrobora esse ponto de vista e alerta que a Agroecologia deve manter uma vigilância reflexiva sobre a sua própria prática, de forma a evitar que se cristalize em um saber técnico, auto-referente e isolado das demandas e necessidades sociais (BORSATO, 2012, p. 714).

Pensando desta forma, conseguimos recuperar o pensamento de Thomas Kuhn, em *Estrutura das Revoluções Científicas*, o qual é amplamente estudado nas graduações de Filosofia, bem como está presente nos livros didáticos dessa disciplina para o EM. Lembramos rapidamente que é central nesta teoria epistêmica o conceito de paradigma, que confere um caráter coletivo da ciência, pois anda junto com a ideia de comunidade científica, de validação dos pares, logo, inevitavelmente uma influência social, uma incompatibilidade com o valor de neutralidade científica, sendo inevitável a presença de aspectos próprios do contexto, do momento histórico, bem como dos próprios proponentes da pesquisa. Também encontramos no trecho destacado acima a aceitação da ciência normal, embora seja insuficiente, aparece como parte do processo e até mesmo necessária para o acúmulo de dados, ponto que Thomas Kuhn já havia percebido. Todavia, ambos concordam que não devemos permanecer eternamente na reprodução destes. Conforme vão surgindo novos problemas, ou ausências de respostas para lacunas internas do paradigma amplamente aceito, a ciência entra com o passar do tempo em fase de crise, em que as anomalias surgem como possibilidades para a inserção de novos paradigmas, novas teorias e hipóteses de trabalho, as quais vão passar por um período de modificações entre os pares a fim de coletivamente estabelecerem um novo paradigma aceito no campo científico que posteriormente, através da educação e dos meios de comunicação, será transmitido e assimilado pela sociedade.

Ainda utilizando-se do mesmo trecho selecionado anteriormente podemos resgatar outro conteúdo estudado na graduação e presente nos livros didáticos de filosofia: a teoria epistêmica da falseabilidade, elaborada por Karl Popper, em sua obra, *Conjecturas e Refutações*. Na qual além de criticar e desqualificar como ciência importantes referências das ciências humanas, como Marx e Freud, também estabelece critérios presentes na abordagem dos ecólogos mencionados acima, a saber, a necessidade de questionar-se, de estar em constante vigilância sobre sua atuação, isto é, colocar a prova suas premissas, testar sua capacidade de indagação da teoria e hipótese, bem como a possibilidade de refutação destas. Ou seja, é possível formular questões que neguem a validade da Agroecologia, dito de outra forma, é possível testar os conhecimentos da agroecologia sem que sejam por meio de sua confirmação, mas ao contrário, formulados de modo que possam derrubar a sua validade? Entendemos que sim, são passíveis de testes que visem refutá-la, a exemplo podemos mencionar uma frase de senso comum convertendo-a em

uma pergunta: “é impossível produzir alimentos sem agroquímicos?” Conforme a teoria e a hipótese de trabalho vai resistindo às perguntas e aos testes ela acumula força de validade, mas a constância dos testes se faz necessária, pois nesta abordagem é isso que garante a sua permanência como teoria aceita, uma vez que estão abertas as possibilidades para novas descobertas e eventos que alterem a resultante bem como a ausência de verdades eternas.

Também é possível relacionar à citação em destaque outro pensador que encontra-se nos livros didáticos de filosofia, na parte de filosofia da ciência e epistemologia, o filósofo, doutor em física, especialista em teatro<sup>138</sup> e profundo conhecedor de epistemologia Paul Feyerabend (REGNER, 1996 p.1), citado em diversos livros, principalmente por sua crítica ao racionalismo e suas correntes derivadas. O qual nos dedicaremos um pouco mais devido sua confluência com a proposta epistemológica da Agroecologia.

Em sua obra *Contra o Método* (1977) afirma de início a questão da cultura, da linguagem, das crenças dos sujeitos são deixados de lado na ciência tradicional, em que o rigor exigido em textos e conferências na academia ou em revistas científicas (isto que pode parecer normal e necessário) é um obstáculo para possíveis avanços e descobertas.

Parte essencial do treinamento, que faz com que fatos dessa espécie apareçam, consiste na tentativa de inibir intuições que possam implicar confusão de fronteiras. A religião da pessoa, por exemplo, ou sua metafísica ou seu senso de humor (seu senso de humor natural e não a jocosidade postiça e sempre desagradável que encontramos em profissões especializadas) devem manter-se inteiramente à parte de sua atividade científica. Sua imaginação vê-se restringida e até sua linguagem deixa de ser própria. E isso penetra a natureza dos ‘fatos’ científicos, que passam a ser vistos como independentes de opinião, de crença ou de formação cultural. (FEYERABEND, 1977, p.21).

Tornam-se inevitáveis algumas perdas com a exclusividade da norma culta da língua, em que os doutos mostram as suas erudições as quais cabem apenas aos âmbitos menos férteis em que se ponderam todos os termos utilizados, em que não há naturalidade no ato de comunicar, o que deveria pertencer a essência da comunicação. Mas estes doutos não conseguem explorar outras formas de percepções, uma vez que é intrínseco ao processo de adequação da linguagem a perda da particularidade do autor, em outras palavras, há uma forma de escrita que deve ser empregada, sendo assim, há uma perda da singularidade e o texto não demonstra quem é seu autor, pois acontece um treinamento, um adestramento de vocabulário na ciência tradicional, caso

---

<sup>138</sup> Inclusive trabalhou como assistente de Berthold Brecht, uma importante referência do teatro épico alemão de vanguarda, com teor marxista.

contrário perde a credibilidade na comunidade científica. Mas será este o exemplo de linguagem e suposta neutralidade que a Agroecologia deve ter como referência? Possivelmente Feyerabend diria que não:

Ora, quando procuramos descrever e compreender de maneira geral processos dessa espécie, somos obrigados, naturalmente, a recorrer às formas de expressão existentes, que não tomam em conta aqueles processos e precisam, pois, ser deturpadas, mal-empregadas, afeiçoadas a novos moldes, para se adequarem a situações imprevistas (sem um constante mau uso da linguagem não pode haver descoberta ou progresso). (FEYERABEND, 1977 p. 33)

Como será possível progressos científicos se o vocabulário adotado já encerra em si todos os significados com clareza? Talvez seja necessário recriar significados, para isso inevitavelmente acarretam confusões temporárias. O fato é que para descrever processos necessitamos do uso da linguagem, contudo ao passar (transformar/codificar) por esta é necessário interpretá-la, onde também residem os equívocos e limitações. Mas é inerente ao progresso científico evitar má interpretação, ao contrário são resultados das inovações, que com o tempo passam a deixar de apresentar conflitos de linguagem ao se configurar como *novo paradigma*.

Esta atitude não se restringe à linguagem, mas também aos outros aspectos da pesquisa. Cada área de conhecimento possui suas próprias matrizes metodológicas e lógicas argumentativas restritas aos interesses da construção dos conhecimentos de determinada área. Ou seja, as ciências são desvinculadas entre si e como não se comunicam perdem possibilidades de compreenderem de outras perspectivas, muitas vezes, os mesmos problemas, ditos objetos de estudo. Pois por partirem de fundamentos diferentes e se fecham na abordagem já delimitada de seus campos de estudo.

A educação científica, tal como hoje a conhecemos, tem precisamente esse objetivo. Simplifica a ciência, simplificando seus elementos: antes de tudo, define-se um campo de pesquisa; esse campo é desligado do resto da História (a Física, por exemplo, é separada da Metafísica e da Teologia) e recebe uma 'lógica' própria. Um treinamento completo, nesse tipo de 'lógica', leva ao condicionamento dos que trabalham no campo delimitado (FEYERABEND 1977 p. 21)

No caso da Agroecologia, que se propõe humanista, pois considera essencial a manutenção das comunidades tradicionais assim como seus conhecimentos e costumes, sua cultura de modo geral, a questão passa a ser outra, a saber, como ser uma ciência humanista perante uma tradição racionalista? A resposta aparentemente apresentada por esta ciência parece ser a postura

transdisciplinar, porém será que ela soluciona essa questão?

É claro, portanto, que a ideia de um método estático ou de uma teoria estática de racionalidade funda-se em uma concepção demasiado ingênua do homem e de sua circunstância social. Os que tomam do rico material da história, sem a preocupação de empobrecê-lo para agradar a seus baixos instintos, a seu anseio de segurança intelectual (que se manifesta como desejo de clareza, precisão, ‘objetividade’, ‘verdade’), esses veem claro que só há um princípio que pode ser defendido em todas as circunstâncias e em todos os estágios do desenvolvimento humano. É o princípio: *tudo vale!* (FEYERABEND, 1977 p. 33)

Ao considerar este princípio e o conjunto de correntes filosóficas que pertencem ao conceito de Agroecologia, com suas distintas experiências, referências teóricas, crenças, religiões, culturas e tradições, fazer valer este princípio. O qual diz que toda contribuição é bem-vinda, independentemente de onde parte. Ao analisar separadamente cada uma das “correntes” da Agroecologia será possível deduzir que partem de fundamentos e metodologias diferentes, Biodinâmica, Agricultura Natural, Biológica, Alternativa (KAUTONANI, 2012), contudo ambas compartilham princípios comuns à Agroecologia.

A segunda razão está em que a educação científica [tradicional], tal como acima descrita (e como levada a efeito em nossas escolas), não pode ser conciliada ‘com uma atitude humanista. Põe-se em conflito ‘com o cultivo da humanidade, único procedimento que produz ou pode produzir seres humanos bem desenvolvidos’; ‘como o sapato de uma dama chinesa, mutila por compressão, cada aspecto da natureza humana que, ao ganhar relevo, poderia tornar certa pessoa marcadamente diferente’ e colocá-la fora dos ideais de racionalidade que a moda impõe para a ciência ou para a filosofia da ciência. (FEYERABEND, 1977 p.22)

No que tange o aspecto humanista, se a Agroecologia for entendida como um “guarda-chuva” em que as “correntes” filosóficas da Biodinâmica e Agricultura Natural, estão envolvidas ficará bem nítido este ponto humanista. Pois são teorias que envolvem a “força” dos astros e os elementos *sutis* da terra em harmonia com a humanidade. Mas mesmo que não seja este o caso (do “guarda-chuva”) ainda assim a Agroecologia pode conter os aspectos humanistas, pois se preocupa com os aspectos culturais e sociais das comunidades tradicionais e da sociedade no geral, a qual é envolta muitas vezes por fê, *causos* e mitos. Mas, mesmo assim, podemos considerá-los:

A variedade de opiniões é necessária para o conhecimento objetivo. E um método que estimule a variedade é a único método compatível com a concepção humanitarista. (Na medida em que a condição de coerência restringe a variedade, ela encerra um elemento teológico, elemento que se traduz na adoração dos "fatos", que é um traço característico de quase

todo empirismo). (FEYERABEND, 1977, p. 57).

Inclusive, vale lembrar que essa característica de perceber potencialidades nos conhecimentos advindos de fontes não científicas, como as religiosas estava presente na Metafísica de Aristóteles, segundo O Filósofo: “Ora, quem experimenta uma sensação de dúvida e de admiração reconhece que não sabe; e é por isso que também aquele que ama o mito é, de certo modo, considerado filósofo: o mito, com efeito, é constituído por um conjunto de coisas admiráveis” (ARISTÓTELES, Metafísica Livro I, p. 982b, linhas 15-20). Mas, mesmo assim ele elabora sua teoria das quatro causas, com categorias e uma estrutura lógica que formaram a base da ciência. Contudo, voltemos ao nosso pensador da ciência contemporânea, vejamos como ele compreende essa interface de saberes:

Em outras palavras, o cientista deve adotar metodologia pluralista. Compete-lhe comparar idéias antes com outras idéias do que com a ‘experiência’ e ele tentará antes aperfeiçoar que afastar as concepções que forem vencidas no confronto. Procedendo dessa maneira, manterá as teorias acerca do homem e do cosmos que se encontram no Gênese ou no Pimandro e as elaborará e utilizará a fim de avaliar o êxito da evolução e de outras concepções ‘modernas’. Concluirá, talvez, que a teoria da evolução não é tão bem fundada quanto geralmente se admite e que deve ser complementada ou inteiramente substituída por uma aperfeiçoada versão do Gênese. O conhecimento, concebido segundo essas linhas, não é uma série de teorias coerentes, a convergir para uma doutrina ideal; não é um gradual aproximar-se da verdade. É, antes, um oceano de alternativas mutuamente incompatíveis (e, talvez, até mesmo incomensuráveis), onde cada teoria singular, cada conto de fadas, cada mito que seja parte do todo força as demais partes a manterem articulação maior, fazendo com que todas concorram, através desse processo de competição, para o desenvolvimento de nossa consciência. (FEYERABEND 1977 p.40).

Portanto, nos parece que ele endossa a pluralidade no sentido da mesma nos obrigar a dialogar com diferentes perspectivas e buscar por explicações que contemplem diferentes formas de ver o mundo, ou a questão em pauta, aumentando o leque de possibilidades, de forma que as possíveis incompatibilidades entre as teorias promovam uma competição positiva para o desenvolvimento da humanidade.

Se a ciência convencional busca um único caminho para explicar a realidade, a Agroecologia terá de assumir a complexidade do real na busca desses caminhos. Em suma, ela deve assumir sua incapacidade de desenvolver um modelo, ou um pacote de intervenções homogêneas. As soluções estão diretamente relacionadas com a heterogeneidade do rural mundial (BORSATO, 2012, p. 713).

Conclui-se que não existe uma única epistemologia, metodologia, ou forma de se fazer Agroecologia, seja em seu sentido de campo científico, ou como movimento social, ou ainda, como modelo produtivo. É intrínseco ao conceito de Agroecologia a concepção de diversidade e singularidade com respeito aos elementos endêmicos. Sendo assim, contrária ao postulado pela ciência normal, que prega uma universalidade, uma regra, uma lei, uma reprodutibilidade, um controle e previsão. Portanto, neste aspecto, a Agroecologia se afasta da concepção de ciência moderna.

No caso das aulas de Filosofia para EM pensamos que esta introdução ao debate epistemológico é suficiente. Mas se for pensada para alunos da graduação, ou grupos de estudos, então o tema ganha outras proporções, em que seria o caso de inserirmos outros autores com diferentes concepções que contribuem para a aceção da epistemologia na Agroecologia, dentre eles, mencionamos a critério de conhecimento, abordagem de Edgar Morin, com a Teoria do Pensamento Complexo.

Simultaneamente Borsatto *et al.* (2005), Caporal *et al.* (2005) e Lima (2005) realizaram tentativas ainda iniciais desta aproximação. Posteriormente Caporal (2008) afirma que a Agroecologia pertence ao campo do pensamento complexo.

Uma importante contribuição nesse sentido foi realizada por Floriani e Floriani (2010), em um artigo em que evidenciaram acoplagens cognitivas a partir do referencial teórico-metodológico da Agroecologia, entre a proposta de saber ambiental de Leff e o paradigma do pensamento complexo de Morin (BORSATO, 2012, p. 715).

Concluimos esse subtópico acrescentando outras contribuições da filosofia nesta temática que podem apontar alguns caminhos para a Agroecologia, são pensadores da Escola de Frankfurt, que desenvolveram a denominada Teoria Crítica, a qual trabalha com diferentes campos da Filosofia, dentre eles, são referências de problematização da ciência tradicional e conseguem articular novas formas de fazer ciência que considerem outros elementos de diferentes áreas, principalmente no que diz respeito às ciências humanas, com grande influência de Freud e Marx, além de outros pensadores do último período da filosofia. Na Teoria Crítica é central o conceito de razão instrumental, o qual pode ser exemplificado facilmente na prática da agricultura capitalista baseada em monocultura.

## **5.6 Ética: área da Filosofia na Agroecologia**

No caso da intersecção da ética, campo da filosofia presente na Agroecologia, iniciaremos com a abordagem do conteúdo, o qual se faz necessário, segundo o professor Machado (2013) é fundante, deve ser o primeiro elemento do sujeito que se aproxima da agroecologia, pois sem este o restante não se sustenta. Entendemos o sentido dessa afirmação como a Metafísica para Aristóteles, ou a filosofia primeira, como O Filósofo denominava, ou seja, é a base de tudo, o princípio que rege. Isto fica muito evidente na agroecologia, em comparação com a agricultura orgânica, pois a primeira vai além da produção de alimentos sem o uso de adubos químicos e agrotóxicos, parte de fundamentos epistemológicos e busca uma finalidade para além do lucro, enquanto a segunda pode ser entendida como um nicho de mercado, grandes marcas estão lançando linhas orgânicas, mas estão longe de serem parte da agroecologia. Como exemplo temos a Nestlé, que está envolvida em diversos escândalos de diferentes dimensões, desde trabalho escravo infantil<sup>139</sup>, até desmineralização da água mineral para remineralizar artificialmente<sup>140</sup>, engarrafar e comercializar, porém a mesma empresa lançou algumas linhas de alimentos orgânicos. O mesmo ocorre com o Açúcar União, a empresa possui uma linha de produtos orgânicos, porém também fora denunciada por trabalho análogo ao escravo<sup>141</sup>, dessa forma jamais poderia ser colocada no bojo da agroecologia. Estes são apenas alguns exemplos, mas passam de centenas de empresas que observam este ramo apenas através do olhar econômico.

Desse modo, a ética ocupa lugar central na agroecologia, bem como na filosofia. Nos livros didáticos de filosofia, os chamados manuais, encontramos uma sessão dedicada à ética, geralmente, dentro desta existe ao menos uma coluna sobre a ética aplicada. A qual contempla, na maioria das vezes, a eco ética, ou ética ambiental nos livros de filosofia para o ensino médio, dentre eles: *Filosofando*<sup>142</sup>; bem como no *Filosofia: uma experiência do pensamento*<sup>143</sup>. No campo da eco ética, o filósofo que aparece nos livros didáticos é Hans Jonas, com os conceitos de *princípio de precaução* e o *princípio de responsabilidade*.

Essa temática é própria de seu tempo, conceitos trabalhados a partir de meados do século XX, quando muitos pensadores discutiram os rumos da humanidade e as relações com a natureza

<sup>139</sup> Segundo a reportagem de Marcos Casara, publicada no Brasil de Fato, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/16/artigo-nestle-e-mondelez-processadas-por-escravidao-de-criancas-na-cadeia-do-cacau>

<sup>140</sup> Conforme afirmado em audiência pública da Comissão de Defesa do Consumidor, de acordo com o site da Câmara: <https://www.camara.leg.br/noticias/51384-dnpm-nega-ter-autorizado-nestle-a-desmineralizar-agua/>

<sup>141</sup> A reportagem veiculada no site Repórter Brasil traz com mais detalhes essa informação, disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2010/09/mpf-denuncia-usina-de-cana-de-acucar-em-primavera-por-trabalho-escravo/>

<sup>142</sup> ARANHA e ARRUDA, nas páginas 168, 169, 170 e 171, onde tratam da ética aplicada; bioética; comitês de ética; eco ética; e ética da responsabilidade, respectivamente dentro do capítulo 12: Moral e ética aplicada. Também na página 220, capítulo teorias éticas: abordagem cronológica; tópico 11: ética e responsabilidade.

<sup>143</sup> GALLO, Silvío; nas páginas: 293, 294, 302, 303 304, 305 e 306

no contexto das grandes transformações ocorridas no mundo rapidamente, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, fato que evidenciou a capacidade destrutiva da humanidade, em seus diferentes aspectos, tanto materiais, naturais, quanto, ético, subjetivo. Sendo assim, muitos filósofos e filósofas contemporâneos se viram convocados a trabalhar a partir de uma nova abordagem ética, o mundo, antes visto como infinito, inesgotável, demonstrou-se pequeno para essa humanidade, forçando mudanças em diversos ramos do conhecimento.

A ética, historicamente foi tratada de modo antropocêntrico, desde o surgimento do conceito, com os filósofos da antiguidade, o primeiro deles, a abordar aspectos éticos foi o pré-socrático atomista, Demócrito, mas ainda em uma fase de transição da filosofia, que se concretizou com Sócrates, em que os temas filosóficos passam a pertencer ao debate do sujeito humano, da vida em sociedade, enfim, torna-se antropocêntrico, de certo modo, mesmo que ainda exista mais fortemente presente o senso de coletividade, de pertencimento ao corpo político da polis. Assim se manteve secularizado, ora mais, outrora menos, direcionado ao coletivo, ou ao indivíduo, como no imperativo categórico kantiano. Contudo, sempre na perspectiva do humano para o humano, a ética da humanidade para consigo mesma.

Todavia, não é suficiente para a conjuntura atual, assim nasce um novo paradigma<sup>144</sup>, de ética cosmocêntrica, que se apresenta como solução para os impasses éticos da humanidade provocados pela tradição filosófica que colabou com o curso da história. O novo paradigma, se opõe a lógica sectária, mecanicista, da Modernidade, embora houve importantes momentos e contribuições dos filósofos modernos e contemporâneos no desenvolvimento da história, contudo foram ultrapassados pelos acontecimentos históricos. Nos parece que há um consenso no que diz respeito à mudança de modelo ético:

Com efeito, sobretudo ao longo do século XX, vemos se estruturar um novo horizonte para a ética ambiental que, desde o princípio, visa contrapor-se à ética antropocêntrica, fundamentada nas raízes determinísticas e mecanicistas originadas no pensamento cartesiano. Vemos hoje que, para o desenvolvimento desta nova teoria ética relacionada ao meio ambiente, construída necessariamente por meio de uma reflexão crítica do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, empreendido a partir da modernidade, contamos com a contribuição de numerosos filósofos e cientistas dos séculos XIX e XX, dentre os quais podemos citar, além de Henri Bergson, Albert Einstein, Martin Heidegger, os filósofos da Escola de Frankfurt (Theodor Adorno e Max Horkheimer, por exemplo), Hans Jonas, Fritjof Capra, Michel Serres, Luc

---

<sup>144</sup> No sentido de Thomas Kuhn (2004), em *Estrutura das revoluções científicas*, na qual, segundo ele, após um momento de crise na ciência, nas teorias científicas que não dão mais conta dos problemas, passa-se ao novo paradigma, que propõe novas abordagens, princípios, soluções, enfim, revoluciona a ciência, porém este encontra resistência da própria comunidade científica no reconhecimento das novas proposições.

Ferry, Leonardo Boff, entre outros. Todos esses grandes pensadores apontam a importância de estarmos repensando o que é o homem em sua relação com a natureza e com a vida social e qual o sentido do conhecimento (TARCÍSIO, 2018, p. 14).

Desse modo, fica claro a quantidade de filósofos e cientistas que estão preocupados com o curso da história, a qual nos leva ao colapso social e ambiental sem precedentes, próprios do resultado obtido com o avanço da acumulação de riquezas proporcionada com a aplicação de novas tecnologias, somadas a exploração da humanidade e natureza, discussão importante, encabeçada pela Teoria Crítica, a qual se autodenominou assim em oposição à teoria tradicional, de herança moderna, sobretudo, cartesiana e kantiana. Mas este é também outro ponto de conexão da filosofia com a agroecologia, a saber, a Teoria do Conhecimento e a Epistemologia, as quais, em certa medida, dialogam com a ética, conforme a citação anterior, mas que trataremos mais adiante.

Então, voltando ao campo da ética, ainda em consonância com a citação acima, vemos que a ética antropocêntrica ganha mais força com no renascimento, sendo a figura do *homo virtuvianus*, de Leonardo da Vinci, a representação desse momento histórico. Porém, como o tempo não para, foi chegada a hora de retirar o homem do centro da roda, de parar de olhar para o próprio umbigo. No caso da ética, deixar a perspectiva exclusiva da humanidade, inclusive, mesmo nessa visão a categoria permanece parcial, pois a desigualdade permaneceu, a propósito, tem aumentado, no mundo e no Brasil, desse modo, em nome de melhores condições para a humanidade, se explorou grande parcela desta, se desapropriou, sendo assim, trata-se de um paradoxo, o qual já fora evidenciado desde o início da ciência moderna, quando Jean-Jacques Rousseau, em Discurso sobre as ciências e as artes publicado em 1750 e Discurso sobre a origem da desigualdade, publicado cinco anos depois, em 1755 (JAPIASSU e MARCONDES, 2006).

Outros autores são influentes na ética ambiental, como o pensador Peter Singer, que cunhou o conceito de ética ecológica profunda, em sua obra *Ética Prática*, na qual faz severas críticas ao modo como agimos, de modo geral, ou seja, a forma como a sociedade se organizou e se mantém, sem considerar as outras formas de vida. Trata-se de nos policiarmos à todo momento sobre os nossos atos, as nossas necessidades, nos responsabilizarmos pelas nossas ações e suas consequências.

O problema é que, como vimos, os princípios éticos mudam lentamente e temos pouco tempo para desenvolvermos uma nova ética do meio ambiente. Uma tal ética consideraria eticamente duvidoso todo o ato nocivo para o ambiente e os atos desnecessariamente prejudiciais como males claros. (SINGER, 1993. p.190).

Peter Singer, nos chama a atenção para o pouco tempo para efetuar as mudanças necessárias a fim de permanecermos vivos, lembrando que não se trata apenas da humanidade, nessa proposta ética, o antropocentrismo já foi deixado para atrás, sendo assim, ele se refere à vida de todas as espécies viventes na biosfera, pois como sabemos, a lista de animais ameaçados de extinção só aumenta. Neste sentido, o que podemos, ou devemos, deixar de fazer a fim de conservar o planeta? O filósofo ambientalista em questão, menciona como exemplo os esportes que fazem uso de combustíveis fósseis, será que são realmente necessários? Ainda vai além, questiona o quanto de energia, de material, de poluição, foi gerado ou empregado na fabricação – também após o uso – dos componentes para o exercício desses *hobbies*? Nesse sentido, para ele, alguns esportes devem ser deixados de serem praticados, alguns meros prazeres de alguns poucos humanos, colaboram para o desaparecimento de outras vidas, sendo assim, não se justificam, por exemplo, andar de *jet-ski*, como gosta de praticar o atual presidente do Brasil, em plena pandemia.

Um dos últimos escritos do filósofo Feliz Guattari, a obra *As três ecologias*, em que trata da ética ambiental numa perspectiva abrangente, a qual contempla a dimensão social e subjetiva da humanidade. Onde cunhou o conceito de *ecosofia* como “articulação ético-política entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia esclarecer convenientemente tais questões” (*Ibidem*, p. 8) na tentativa de propor novas formas de lidar com a natureza e a humanidade em suas complexidades como solução ao problema encontrado:

O planeta Terra vive um período de intensas transformações técnico-científicas, em contrapartida das quais engendram-se fenômenos de desequilíbrio ecológicos que, se não forem remediados, no limite, ameaçam a vida em sua superfície. Paralelamente a tais perturbações, os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluíram no sentido de uma progressiva deterioração.

[...] O que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre este planeta, no contexto da aceleração das mutações técnico-científicas e do considerável crescimento demográfico. Em função do contínuo desenvolvimento do trabalho maquínico redobrado pela revolução informática, as forças produtivas vão tornar disponível uma quantidade cada vez maior do tempo de atividade humana potencial<sup>145</sup>. Mas com que finalidade? A do desemprego, da marginalidade opressiva, da solidão, da ociosidade, da angústia, da neurose, ou da cultura, da criação, da pesquisa, da reinvenção do meio ambiente, do enriquecimento dos modos de vida e de sensibilidade?

---

<sup>145</sup> Nota de rodapé 2 do texto original do Félix Guattari, em que consta: “Nas fábricas Fiat, por exemplo, a mão de obra assalariada passou de 140 mil para 60 mil operários em uma década, enquanto a produtividade aumentava em 75%” (*idem*, p.9)

[...] Assim, para onde quer que nos voltemos, reencontramos esse mesmo paradoxo lancinante: de um lado, o desenvolvimento contínuo de novos meios técnico-científicos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e determinar o reequilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta e, de outro lado, a incapacidade das forças sociais organizadas e das formações subjetivas constituídas de se apropriarem desses meios para torná-los operativos (GUATTARI, 2011 p. 7 - 14).

O filósofo cita a pauperização do terceiro mundo que aumentou nestas últimas décadas, também as situações de conflitos em relação a imigrações e ao racismo, além da relação homem-mulher que ainda permanece antagônica em muitos lugares. Segundo Guattari, é necessário criar meios de resistência e luta contra a configuração uniforme da subjetividade, bem como, articular-se coletivamente a fim de solucionar problemas globais. Para Guattari, a humanidade conquistou conhecimentos suficientes para sanar o colapso ambiental e social, contudo ainda não fomos capazes de nos articular socialmente a ponto de impelirmos a aplicação desses acúmulos de tecnologias em prol da própria permanência da humanidade e da diversidade da natureza, juntamente com a diversidade de manifestações humanas, as quais passam por um processo de erosão e padronização, com existências uniformes, seja na agricultura de monocultura, expressão mais visível desse fenômeno, quanto na globalização da cultura que engendra na subjetividade um modo “correto” de ser, porém na perspectiva da filosofia da diferença, busca-se a percepção da nossa singularidade e a manifestação dessa em nosso ser.

### **5.7 Teoria do Conhecimento: estabelecendo paralelos com a Agroecologia**

Outra área da filosofia que possui bastante afinidade com a agroecologia é a Teoria do Conhecimento, pois tratam de questionar e entender como percebemos e compreendemos a realidade, como se dá o conhecimento. Discussão presente na agroecologia no campo da etnoecologia, ou memória biocultural, dos saberes populares, tradicionais, os quais atuam de uma forma orgânica na comunidade e apresentam diversas fontes para as pesquisas científicas de diferentes áreas.

O campo denominado de Etnobiologia foi o que recebeu maior destaque e se apresenta como aquele que se mostrou capaz de reunir conhecimentos científicos e populares, principalmente, de origem indígena e quilombola, no que diz respeito aos conhecimentos de propriedades medicinais ou botânicas, bem como de identificação taxonômica, respaldadas por confirmações metodológicas da ciência biológica tradicional, deste modo, muitas vezes, os

pesquisadores visitam as comunidades tradicionais para extrair conhecimentos populares e testar a validade destes em experimentos controlados em laboratórios, a fim de identificar a eficácia e isolar o princípio ativo para fornecê-los à indústria farmacêutica, por exemplo, isso quando não chegam ao extremo da contradição à ponto de retirarem do conhecimento indígena sobre as propriedades das plantas para posteriormente isolarem os genes responsáveis por resistência à um parasita e disponibilizar esse conhecimento para a indústria de sementes do agronegócio, o qual, em parte é responsável pela dizimação da população indígena, seus territórios e cultura. Mas estes são problemas que envolvem as questões éticas, políticas e da filosofia da ciência, mais do que da Teoria do Conhecimento.

Ao retornarmos ao nosso ponto, neste momento, podemos discutir a origem dos conhecimentos tradicionais, os quais diferem da tradição filosofia, uma vez que são transmitidos oralmente através de muitas gerações, conservando um registro histórico das fontes destes, as quais em grande parte são oriundas de histórias contadas pelos mais velhos, nas quais se misturam elementos extraordinários com evidências adquiridas ao longo do tempo através da experiência. Como exemplo podemos citar o caso do processo de cozimento da mandioca brava para a perda da sua toxicidade, bem como o feitio da Aiuwasca, ou ainda o calendário Maia, dentre tantos outros exemplos de conhecimentos ancestrais, anteriores à ciência, porém com inestimáveis contribuições para esta, bem como para a humanidade.

Neste sentido, podemos pensar nas diversidades culturais como riquezas da humanidade, expressa no maior número de línguas faladas, de manifestações artísticas existentes, bem como de espécies de animais, plantas, fungos e bactérias cultivados e preservados pelas populações tradicionais, uma vez que a concentração da biodiversidade incide sobre as mesmas áreas com maior diversidade de povos originários, de modo que ambos se preservem e garantam a sobrevivência e permanência, conferindo-lhes uma relação simbiótica. Portanto, é fundamental barrar o avanço do Agronegócio sobre novas áreas de vegetações nativas e territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, enfim, daqueles que garantem a existência de uma diversidade biológica (TOLEDO, 2015).

Sendo assim, o conhecimento tradicional é valorizado na Agroecologia, independentemente de suas origens estarem ligadas aos mitos, aos deuses, mensagens advindas em sonhos ou visões. Desse modo, a Agroecologia se aproxima de formas sutis de conhecimento, como a própria crença, a intuição, o que fica expresso nos preparados biodinâmicos, porém esse aspecto lhe afasta do status de ciência, ao menos, na perspectiva mais usual. Mas recusar essa

característica de ciência tradicional é parte do entendimento de Agroecologia nas principais referências no assunto.

### **5.8 Filosofia Política: um campo da filosofia presente na Agroecologia**

Nossa pesquisa esteve situada principalmente dentro do campo político, sendo assim, não vamos retomar os pontos tratados em capítulos anteriores, mas apenas mencionar como estabelecer relações entre a filosofia política e a agroecologia, que para nossas referências, deve se efetivar dentro de uma perspectiva política, isto é, de um entendimento de impacto social em busca de melhores condições de vida para a humanidade, ou seja, retornarmos aos princípios da filosofia política para entendermos melhor os conceitos adotados em nossos cotidianos e repensarmos as formas de organização social, bem como a disputa de correlação de forças que impelem as formas produtivas e sociais existentes.

Desde os princípios da filosofia política, com Platão e Aristóteles, a finalidade da *polis* é o bem viver, *eudaimonia* para isso a *autarkeia*, a autonomia, a independência da *polis*. Ponto este fundamental para o debate sobre soberania alimentar e segurança alimentar, ainda sobre modelos produtivos e desenvolvimento econômico, dentre outros, mas estes são os que mais se aproximam da questão agrária. Estes filósofos clássicos divergiam quanto à melhor forma de governo, para Platão cabe ao filósofo dirigir a *polis*, o que lhe aproxima de uma visão monárquica, mesmo que não seja hereditário a legitimidade do poder legislador, mas sim a identificação durante a educação da aptidão de acordo com a alma e natureza, concebendo a virtude como realização daquilo que se faz melhor para si e para o bem da coletividade, o que lhe confere um status utópico da *polis* perfeita, a *politeia*, a República de Platão, a qual desenvolveu teoricamente na obra que leva o mesmo nome, porém em outras, como em *As leis*, Platão também trata da política.

Platão (2000), ao falar (através de Sócrates) sobre a fundação desta *Polis* ideal “verdadeiramente boa”, que ele vinha desenvolvendo nos livros (capítulos) anteriores, I, II e III, nos diz logo no início do quarto livro da *Politéia*, que esta *Polis* não visa privilegiar mais uma classe (grupo) da cidade em relação aos demais cidadãos, mas o sucesso desta união de indivíduos, ou seja, do Estado (*Polis*) como um todo, sem excluir algum cidadão. Com isto, ele nos diz muitas coisas sobre o caráter da *Polis* ideal, que podemos identificar grandes características coletivistas, pois visa o bem comum, a prosperidade da *Polis*, e não de indivíduos particulares (pertencentes a uma classe, ou outra).

Outro ponto muito importante encontra-se nesta mesma fala de Sócrates (a terceira vez que dirige a fala no livro IV), ele aponta o dever de os cidadãos manterem sempre cada um à sua correspondente função específica essencial para a organização da Cidade-Estado (que, como veremos adiante, consiste em ser justo). Portanto, Platão está preocupado com a conduta dos cidadãos, estes não podem desviar suas finalidades para o prazer individual, para a vontade individual, não basta o cidadão querer deixar de ser, por exemplo, oleiro, e passar a desenvolver outra atividade na cidade, seja como, guardião, ou outra atividade qualquer, e até mesmo atividade nenhuma. O cidadão não tem esta *anarquia* (falsa liberdade), pois trata-se de ser injusto e tornar conseqüentemente o Estado injusto. Todos devem desenvolver sua arte de acordo com a natureza, não há possibilidade de mudar de função, depois de começar a realizar alguma, porque como notamos nos capítulos anteriores, o homem deve se dedicar integralmente apenas a uma arte (função bem exercida), visto que, se dedicar a muitas, é como se não dedicasse a nenhuma. Platão, então, coloca entre os objetivos dos guardiões o de fazer valer a todos as regras deles, ou seja, cumprir bem suas funções de acordo com as respectivas artes de cada cidadão, desta maneira a felicidade estará assegurada, pois o critério de felicidade corresponde à natureza de cada função, isto é desempenhar da melhor maneira sua finalidade. Logo, o sucesso da *Polis* justa depende de todos os cidadãos.

Sobre a origem da corrupção, Platão atribui à riqueza e a pobreza. Segundo ele, estas situações (de pobreza ou riqueza) afetam tanto os artesões e seus aprendizes, como seus produtos, uma vez que, quem está na pobreza não possui boas ferramentas, conseqüentemente bons produtos e bons aprendizes, por outro lado, quem está rico não quer (ou melhor, não precisa) trabalhar. Eis mais uma função para os guardiões, evitar, de qualquer maneira, que este mal (a riqueza e pobreza) entre na *Polis* justa. Outra função dos guardiões, expressa por Sócrates, seria evitar que o Estado deixe de ser único, homogêneo, assegurando suas fronteiras para que sejam nem muito grandes e dispersas e nem tão pequena acarretando escassez de produtos. A última função que cabe aos guardiões é assegurar a educação (música e ginástica) e a cultura, a prescrição suficiente. Esta é responsável pelo equilíbrio do homem, pela boa índole do indivíduo, pelo crescimento da cidade como um círculo (fechado, limitado, com artes específicas, não fúteis, essenciais à cidade).

[...] em fim todos os problemas que disciplinam mercados, vias e portos, todas essas coisas e outras semelhantes deveriam ser reguladas por lei?  
(pergunta Sócrates)

Adimanto – de nada valeria impor-las a homens honestos porque geralmente sabem se regular como convém.

Sócrates – Sim, meu amigo, se um Deus lhes conceder respeitar as leis que expusemos anteriormente.

Adimanto – Do contrário, haveriam de passar toda a vida a publicar e a refazer muitos regulamentos semelhantes na convicção de chegar à perfeição. (PLATÃO, 2000, p.194).

Notamos que não é devido aos decretos e leis que temos bons cidadãos, exceto se for a lei de Apolo de Delfos, pois são as únicas confiáveis, uma vez que, ao fundar um estado não seria prudente confiar em alguém, nem recorrer a um intérprete estrangeiro. Portanto, a educação e cultura fornecem o bom convívio, o respeito entre os cidadãos. Além do que, “o direcionamento impresso pela cultura determina todos os aspectos da existência porque o semelhante, por acaso, não atrai sempre o semelhante? [pergunta Sócrates]” (PLATÃO, 2000, p..193). Concluimos então o papel da cultura, do costume, do exemplo exercido diariamente, o hábito como criador da própria cultura, costume e tradição, ou seja, de certo modo, a cultura pertence a si mesma. Mas isto não provém da educação? Por isso a importância na finalidade da educação, em Platão. A lei pode surgir, mas mediante a educação.

Contudo na *Polis* ideal, apenas alguns cidadãos (a menor parcela da cidade) decidiriam sobre questões internas e externas da Cidade-Estado como um todo. Ou seja, existe uma ciência que consiste na sabedoria, que é uma das quatro virtudes presentes no homem e no Estado, esta ciência e sabedoria pertence à classe dos guardiões sábios. E por isso pode-se dizer que o Estado é feliz e sábio. Outra virtude que pertence aos guerreiros é a coragem, que é necessária em uma *Polis* ideal, assim como, nos verdadeiros guardiões, pois essa virtude é responsável por conservar a opinião correta e legítima sobre o que é, ou não, perigoso. A terceira virtude apresentada por Sócrates é a “temperança, que mais se aproxima a uma consonância e a uma harmonia (...) é uma espécie de ordem e de domínio dos desejos e das paixões. (...) temperança, harmonia natural entre o inferior e o superior a respeito de quem deva comandar no Estado e com relação a cada indivíduo” (PLATÃO, 2000, p.201). Está presente nesta ideia um domínio da razão guiada por um bom senso e intenção correta, tanto no indivíduo com suas paixões, quanto na *Pólis* e suas classes (grupos, fracos e fortes em relação à inteligência, à força, ao número, à riqueza, entre outros). Tornando em ambos os casos, homem e cidade, *dona de si mesma*, ou seja, de certo modo, autônoma, independente. Entretanto esta virtude encontra-se presente em poucas pessoas, que são as melhores por natureza (perfeição ao realizar da melhor maneira uma finalidade) e por educação.

Por fim, Sócrates descobre a resposta que buscava, desde o livro primeiro da *Politéia*, a quarta e última virtude para uma Cidade-Estado ser boa, a justiça, que Platão (através de Sócrates) diz ser “cumprir o próprio dever e não se intrometer naquele do outro” (PLATÃO,

2000, p.205). Sendo esta causa das demais virtudes, na medida que permite a existência delas, uma vez que, evita o conflito entre as classes da sociedade grega, mantém a *Polis* unida por um mesmo fim, que é, como já foi dito, o bem de todos, da cidade como um todo, não de apenas uma classe. Portanto, retoma o que foi dito antes, o dever de cumprir com a própria finalidade, isto é ser justo. E vai além, harmoniza as três faculdades distintas do homem, a saber: a faculdade intelectual, faculdade emocional e a faculdade concupiscível. Desta maneira, possibilita o domínio da razão sobre o corpo, com a colaboração da emoção, permite ao homem distinguir onde há perigo, desempenhando a virtude da coragem. Portanto a justiça é uma hierarquia natural que provém dos hábitos, da educação, como havíamos mencionado no início deste texto.

Platão começa o livro VIII da República, retomando elementos fundamentais da sua comunidade, através da primeira fala de Sócrates, obtemos os fundamentos dessa união entre os cidadãos, cito: “Num Estado governado à perfeição tudo deve ser comum: as mulheres, os filhos, a educação em seu conjunto, bem como as ocupações na paz e na guerra e os melhores em filosofia e na arte da guerra devem ser soberanos.” (PLATÃO, 2000, p.348, linhas 543<sup>a</sup> e seguintes). Portanto, não há propriedades particulares, que passaria a pertencer aos herdeiros. Entretanto, por haver uma mesma educação disponível a todos integrantes da cidade, os indivíduos, quando tornam-se maduros, de acordo com seu desempenho (ou melhor, natureza) no aprendizado, passam a exercer uma função necessária na cidade de acordo com a sua alma. Porque foram preparados durante o processo educacional, em que todos devem vivenciar.

Platão passa a tratar das cidades existentes, conhecidas por ele naquela época, segundo ele, existem quatro formas de governo, assim como quatro tipos de indivíduos, que corresponde a cada forma de governo (Timocracia, Oligarquia, Democracia e Tirania). Refere-se também à mudança nas formas de governo, porque ambos estão relacionados, como já indicamos anteriormente, assim como o próprio Platão faz (ao analisar primeiro o maior e mais visível – a cidade – e depois o menor e mais difícil – o indivíduo) o Estado é a soma dos indivíduos com suas almas, faculdades e virtudes, sendo assim torna-se reflexo destes.

Sobre esta mudança na forma de governo, deve haver, necessariamente, antes, uma mudança nos indivíduos da cidade, principalmente nos que exercem poder sobre esta. Esta mudança está relacionada com os nascimentos advindos de modo inoportuno, sem levar em conta a taxa populacional, segundo Sócrates, quando faz uso de Homero, para explicar essa transformação na cidade. Além disso, em Homero há hereditariedade dos governantes (raça de ouro), os sucessores tratados de maneira diferente dos demais, de modo a não se importarem com

o coletivo, levam a cidade ao caos. O início da mudança nas formas de governo vem com a guerra civil, motivada, por um lado o combate aos usurpadores com princípios individualistas, os nascimentos que mudam a taxa populacional da cidade, afetando significativamente a vida de todos na cidade, os corruptores tentam se defender da revolta das classes.

Então, surgiu um regime temporário, para dar fim à guerra civil, neste regime é firmado um acordo entre as partes da cidade (raça de ouro, de prata, de bronze e ferro – em Homero) colocando fim na guerra civil, privatizando moradias, tornando terrenos privados; e a população torna-se subjugada, como súditos e escravos. Notamos a discrepância que há da cidade ideal proposta anteriormente, pois não havia este problema, agora exposto como fatalidade da civilização e dos cidadãos. Segundo Sócrates, esta forma de governo, que mistura o bem e o mal, também provoca intriga e ambição, pois quem domina não é a razão, mas a emoção, trata-se da timocracia (*timo* – honra). Desta surge, de forma natural a oligarquia, uma vez que existe a propriedade privada, o dinheiro, que privilegia sempre quem tem mais, reduzindo as pessoas aos seus bens, ou seja, só tem poder quem tem patrimônio, reprimem os mais pobres a tal ponto, que não podem confiar nesta parte da população. Tornando a cidade desunida, ou seja, diferindo em pontos importantes da cidade ideal. Depois transforma-se na democracia, pois depois de ser oprimido e lesionado moralmente e materialmente, o povo se revolta contra os ricos, e faz eclodir uma revolução pelo regime democrático. Nesta forma de governo, ou melhor, não governo, uma vez que, cada cidadão pode fazer o que bem entender, inclusive fazer nada, em que tratam todos como iguais, mesmo que fosse diferentes, como numa democracia proporcional, Platão apresentaria refutações, como explica Barker, pois trata-se de negar o princípio da especialização do conhecimento, da função individual para bem do coletivo, ou seja, a finalidade deixa de ser a que mencionávamos no início deste texto (exercer apenas uma arte para proporcionar a justiça), ou seja, consiste em desviar da própria função específica na cidade. Naturalmente esta forma de organização entra em colapso, pois os jovens passam a desrespeitar os velhos, uma vez que desrespeitar as normas é melhor, neste regime, porque se submeter a elas é privar a suposta liberdade, mas que na verdade é anarquia, não se diferenciam mais as pessoas pelos trajés, nem por motivo algum, todos são homens, independentemente de onde nasceram, podem agir como queiram, modificando costumes locais, tornando a cidade autônoma um verdadeiro caos. Neste caso, a democracia tornou-se rapidamente tirania, porque expulsou o líder dos mais pobres, que propunha a redistribuição agrária, que não foi aceita, portanto, acontece mais uma guerra civil, que finaliza com a volta daquele líder à *Polis*, quando ele retorna, adquire poderes excepcionais, tornando-se nitidamente um tirano. Que por sua vez, não suporta de críticas e conselhos

divergentes, isto provoca um afastamento cada vez maior, até o cúmulo de depender de escravos e mercenários, oprimindo o povo que lhe concedeu o poder total. Desta forma, para Platão, fica explícito ser uma forma injusta, aliás, a pior e mais injusta forma de governo.

Concluimos que, segundo Platão, os princípios da justiça não estão presentes em nenhuma das formas de governo que sofrem transformações, pois, não estão em harmonia, a razão, a sabedoria, não comanda a cidade. Nestas formas existentes o excesso governa o homem, tornando-o refém de si. Talvez, a justiça pertença, principalmente, ao indivíduo, que deve ser, dono de si mesmo, habituado a agir com ciência; exerce sua melhor e própria função para a cidade. Entretanto o regime afeta diretamente cada indivíduo, afetando a coletividade, ou seja, a forma de governo que é injusta, causa injustiça nos indivíduos, tornando-os também injustos. Observamos que depende de o indivíduo proporcionar a justiça, pois, trata-se de uma ética particular, mas que beneficia o coletivo, como um todo, incluindo o próprio indivíduo. Contudo, indivíduos injustos no comando da *Polis* proporcionam um Estado injusto, como também cidadãos injustos.

Talvez, contou muito o fato de ter visto o seu mestre, Sócrates, condenado à morte por um regime democrático, não confiava na decisão da maioria como a mais pertinente, ao contrário, conforme ele nos relata em diversos diálogos, dentre eles, Fédon, A apologia de Sócrates, a população era constantemente guiada pelos poetas trágicos, comediógrafos e sofistas da época.

Aristóteles também parte da observação das *polis* existentes, mas não lhe impede de a partir disso supor uma forma de governo mais segura para a felicidade de todos os cidadãos, lembrando que apenas alguns pertenciam à esta categoria, o próprio Aristóteles não era cidadão de Atenas, pois embora morasse nesta cidade, era nascido em Estagira, logo, considerado estrangeiro e, portanto, sem os mesmos direitos políticos dos atenienses. Aristóteles pensa que um governo misto, ou seja, aquele combinado com elementos das três formas retas de governo, a Monarquia, Aristocracia, e a Democracia, dá origem a forma mais segura de governo a Politéia, que seria uma espécie de República.

Contemporâneo e mestre de Alexandre, O Grande, Aristóteles viveu no Estado que o poder será centralizado, em que, a *Polis*<sup>146</sup>, como reunião na *Agora*<sup>147</sup>, deixará de existir. A cultura desenvolvida através da história possibilita que Aristóteles escreva a respeito da vida em sociedade, entre tantos outros assuntos abordados por ele. Esse estudo (social) ele já iniciara antes mesmo de ser convidado, por Filipe da Macedônia, para educar Alexandre, que estava com

---

<sup>146</sup> Cidade Estado (autônoma, livre em relação à outras cidades) situada na Grécia.

<sup>147</sup> Isto é um espaço público, situado no centro da *Polis*, em que os cidadãos se reúnem para resolver assuntos públicos.

aproximadamente quatorze anos. Para estes estudos (sociais), Aristóteles separa as ciências em práticas e teóricas. A política, a vida em sociedade, é natural e factual e seu estudo deve ser feito sobre acontecimentos históricos e ideias praticáveis, mas também é vivenciado e adquirido diariamente, na prática das ações na *polis*. A política trata-se de uma ciência prática. “É manifesto, a partir disso que a Cidade faz parte das coisas naturais (*Πηισυς*) e que o homem é por natureza um animal político (*ζ’ο πολιτικον*), e que aquele que está fora da Cidade (*Πολις*) (...), ou é um ser degradado ou é um ser sobre-humano.” (ARISTÓTELES, 1998, 1253a).

A ideia de *zoo politikon*<sup>148</sup> está presente em Aristóteles, pois um ser degradado é um ser incompleto, que não realiza o seu fim, o bem viver. E não alcança o bem-estar, porque vivendo isolado não há conforto, visto que, na vida em sociedade (este é o meio pelo qual se pretende chegar ao fim) o conforto pode ser adquirido. Se fosse sobre-humano, seria completo, sem desejos e vontades, podendo permanecer isolado. Além disso, os valores e ações são legitimados por seres exteriores ao autor, mas são seres semelhantes a ele.

O fim do *zoo politikon* é o mesmo da ética<sup>149</sup>, o bem viver (*eudaimonia*) e para isso (o meio) a vida em sociedade se faz necessária. Aristóteles é claro ao relatar<sup>150</sup> que a família, é a primeira forma de vida em sociedade. Aristóteles define<sup>151</sup> fases da vida em sociedade, como a: família, a aldeia e a *pólis*, que contém as formas anteriores. Quanto mais desenvolvida e independente (*autarkeia*) for a comunidade, melhor será para os homens (desta comunidade) satisfazerem suas virtudes por completo.

Aristóteles infere<sup>152</sup> que os homens têm desejos e necessidades, sendo assim, unem-se para obter essas necessidades e através da prática alcançar as virtudes, mas também existem homens desviados, sem ética, os tiranos. Quanto a isso, Aristóteles irá examinar em vários escritos, dentre eles o *Ética a Nicômaco* e *Ética Eudaimonia*. No que tange à política ele irá analisar de acordo com o regime (forma de governo) adotado pela cidade e seu cumprimento.

Mas se examinarmos a *pólis*, assim como fez Aristóteles, veremos que, cada *Pólis* é, além de muitas definições, um conjunto de partes. Existem partes parecidas entre as cidades, mas diferentes dentro da própria cidade, sem as várias profissões (partes do todo) não é possível estabelecer uma *pólis*, pois se assim for, não haverá *autarkeia*, independência. Apenas na *pólis*

<sup>148</sup> Animal político por natureza; Animal social, que vive naturalmente em grupo. Política, I 1253<sup>a</sup> 2 e 3

<sup>149</sup> A felicidade

<sup>150</sup> Livro I da Política, 1234b

<sup>151</sup> Livro I da Política,

<sup>152</sup> livro I, da Política, 1252b

se tem: educação (*paidéia*), amizade (*phília*), bem estar (*eudaimonia*), como finalidade o bem viver de todos (*sinpherom koinonias*), na *polis* deve ser encontrados também: sapateiros, médicos, guardas, professores, agricultores e outras utilidades para a polis, esses compõe grande parte dos *eleutérios*<sup>153</sup>. Na *polis* também há os ricos (*oligois*)<sup>154</sup>, que muitas vezes se sobressaem quando se trata da autoridade e do poder, esses, segundo<sup>155</sup> Aristóteles, acompanham o bom nascimento e, na maioria das vezes, prevalecem perante as outras partes. Além destas duas partes (*oligois* e *eleuterios*, que estão presente em todas as cidades), Aristóteles define<sup>156</sup> outras características da cidade, sendo uma delas o regime, outra a sua constituição (esta é condicionada pelo regime). Teremos que definir os regimes. Estes são os mesmos que: formas de governos, isto é, à qual autoridade a cidade está submetida: do monarca, dos virtuosos, da lei deliberada na assembleia, ou das respectivas formas desviadas (*parakebasis*). Estas (as formas desviadas, no geral) visam o interesse particular, privado. Cada forma de governo tem várias possibilidades de se constituir e administrar uma cidade. Aristóteles expõe<sup>157</sup> cinco formas de democracia (que visa o interesse dos pobres), que são formas desviadas (*parakibasis*), corrompidas, do regime constitucional (em que a autoridade é a lei). Ele também apresenta<sup>158</sup> quatro formas de oligarquias (em que os governos visam os ricos), que também são regimes desviados da aristocracia (que tem como critério a virtude). No caso da monarquia, em que uma pessoa governa para o bem de todos, Aristóteles diz<sup>159</sup> ser naturalmente a primeira a se instalar e a mais fácil de corromper-se e decair na Tirania.

Agora nos resta saber se os *zoo poliktikos* cumprem seu meio em busca do seu fim. Em primeira análise podemos presumir que, como o *zoo poliktikon* tem a natureza de ser *politikos*<sup>160</sup>, então, a política existe, e para existir é exercida. Mas Aristóteles jamais afirmaria que todos os *zoo poliktikos* cumprem seu fim, o melhor para a *polis*. Além disso, a polis não é gerada espontaneamente pela natureza, mas sim resultado da prática, do exercício, dos *zoo poliktikos*. Francis Wolff deixa isto nítido quando faz a seguinte metáfora (inspirada no próprio Aristóteles, Política 1253<sup>a</sup> 8 e seguintes), que relaciona o aprendizado da fala com a vida na cidade: “pois, a

<sup>153</sup> Eleuterios são membros da cidade que não possuem muitas riquezas, mas são livres, dependendo do regime (democracia ou constitucional), adquirem as magistraturas.

<sup>154</sup> Oligois: detem riquezas, terras, eles têm mais oportunidades de adquirir virtude. Ocupam exclusivamente as magistraturas quando se trata da oligarquia.

<sup>155</sup> livro IV, da Política, 1294a

<sup>156</sup> livro IV, da Política

<sup>157</sup> Idem

<sup>158</sup> Idem

<sup>159</sup> livro I, Política 1234b

<sup>160</sup> Político, preocupado com a polis.

natureza de um ser não é necessariamente aquilo que aparece nele em primeiro lugar. É assim que os homens falam naturalmente” (WOLFF, 1999).

O meio é uma forma, um caminho, que o possibilite chegar ao seu fim. Este fim como vimos é o bem viver, o meio que se consegue realizar o fim natural, de bem viver, é através da vida em comunidade, no caso a polis, por ser a mais completa, nesta há “contratos sociais”, tradição, normas e leis para um bom convívio. Estas leis são conforme o regime (forma de governo), este também é um meio para a finalidade da polis, assim como, do homem, pois se um governo for corrupto, irá interferir de maneira que atrapalhe o fim da polis (pois será governado em vista do interesse privado do governante), da mesma maneira prejudicará o fim do homem. Mas, se for um governo justo, fará o possível para alcançar o fim da polis, que é também o do homem.

Apenas os adultos<sup>161</sup>, nascidos na própria *pólis*, que podem e devem participar nas decisões referentes à *pólis*, são cidadãos. Apesar, de o todo anteceder as partes, não há polis sem cidadãos<sup>162</sup>, assim como não há cidadão sem *polis*. Se para existir polis deve haver cidadãos então se deve investigar: ser cidadão. Segundo Marilena Chauí, “Ser cidadão não é votar para ter representantes. Ser cidadão é participar diretamente (das magistraturas, das assembleias, dos tribunais) e votar diretamente nos assuntos públicos posto em discussão para deliberação. (CHAUI, 2002). Neste fragmento retirado do capítulo referente à Política em Aristóteles temos uma definição clara e abrangente da concepção do cidadão, que além de direitos tem deveres. As chamadas magistraturas pertencem exclusivamente aos cidadãos<sup>163</sup>. Em uma monarquia há apenas um cidadão, o monarca<sup>164</sup>, todas outras pessoas são súditas deste<sup>165</sup>.

Convenhamos que a melhor forma de estudar uma ciência prática é atuando na prática: observando a realidade para agir de acordo com a ética, se isso é válido, concluímos que a melhor forma de governo é aquela que possibilita o aprendizado da cidadania. Assim sendo, a forma de governo que mais distribuir magistratura para as partes que formam a cidade, será a que mais despertará as pessoas para a vida política, pois elas terão participação nas decisões da *polis*, isto é, se tiverem tempo. Nesta perspectiva os cidadãos podem deliberar na assembleia o recolhimento

---

<sup>161</sup> “por uma questão cultural a mulher pertence ao *déspota*, ao privado e não pode deliberar sobre o público. Os mais idosos já não estão mais em plena forma e com virtudes. Os escravos não têm direito algum”(ARISTÓTELES, 1998, 1275<sup>a</sup>)

<sup>162</sup> Política, 1274b 39 e seguintes

<sup>163</sup> Política 1275<sup>a</sup>, 23 e seguintes

<sup>164</sup> No caso da aristocracia ou oligarquia são poucos os cidadãos. Diferente da democracia\* e do regime constitucional, em que são muitos os cidadãos.

\*Há uma democracia em que a cidadania está distribuída apenas aos pobres, independentemente da quantidade desses.

<sup>165</sup> Política 1275b 4 e seguintes

de tributos para sustentar as pessoas que têm que deliberar nas assembleias e não podem por falta de tempo, devido ao trabalho. Mas como será acatada a proposta de remuneração, que possibilita a participação na assembleia, se a deliberação é feita pelos que tem tempo livre, pois, até o momento, a assembleia exige tempo livre? Para responder essa questão apresentamos a parte média da cidade, que deve ser maioria na cidade, para esta ser boa. Pois a parte média ocupa o tempo entre: assembleias e trabalho, pois possuem trabalhadores. Além disso, ela não visa os extremos antagônicos.

Que o regime fundado nas classes médias é o melhor, torna-se por demais evidente pelo fato de ser o único regime isento de sublevações. Na verdade, nas cidades em que a classe média é muito numerosa, as revoluções e os levantamentos populares são muito mais raros. Isso explica, de resto, porque razão as grandes cidades são menos susceptíveis de sedições: nela a classe média é muito mais numerosa. (ARISTÓTELES, 1998, 1296<sup>a</sup> 6 e seguintes)

A questão agora é: Como fazer para a parte mediana da cidade seja a maior? Porque nas pequenas cidades esse grupo é quase inexistente. Quanto a isso Aristóteles mostra duas perspectivas: Ou os *eleuterios* têm a capacidade de adquirir riquezas com o trabalho e fundar naturalmente (com o tempo) uma nova parte na cidade. Ou a formação deste grupo se dá através de um critério racional, a mistura proporcional entre *eleutérios* e *oligois*. De modo que não se saiba qual é o grupo dominante e característico.

Vemos que em ambos os casos propostos por Aristóteles como meios para o alcance de um regime mais estável, regido pela maioria de classe média, não há uma intervenção do governo para alterar as realidades encontradas, seja o grande número de *eleuteros*, ou de *oligois*, mas ao contrário nos parece que o Filósofo deixa por conta dos indivíduos, do sucesso do trabalho de cada um, para com o tempo comporem uma nova classe social, o que torna-se muito difícil na prática, pois para o sucesso individual depende de fatores externos também, isto é de um desenvolvimento dos outros, se não ficará restrito aos casos isolados e jamais será maioria a classe média, logo não será a melhor forma de governo. No caso de isonomia entre as duas partes que compõem a cidade, também não teríamos uma mudança estrutural na cidade, pois as bases não são proporcionais, ou seja, suponhamos que exista dois terços de *eleuterios* e um terço de *oligois*, seria justo pensar em uma assembleia com números de representantes iguais entre essas partes desiguais? Pois, dificilmente algum membro dos *oligois*, legislaria a favor da outra parte, logo, a outra parte não conseguiria modificar as condições que as mantém como classe subalterna.

Podemos pensar essas categorias para entender a política atual, pois, ao definir a Oligarquia como uma forma decaída, uma forma de governo corrompida, em que não se governa para o bem comum, mas em prol de um pequeno grupo econômico, ou seja, seria o governo dos ricos para os ricos, o que degenera a cidade. Se traçarmos um paralelo com o exposto anteriormente ao longo do presente trabalho, veremos que o poder econômico dita as decisões políticas, mesmo que o povo algumas vezes faça resistência, de modo geral quem ocupa os cargos políticos são milionários, o que não representa o povo brasileiro, ainda governam para a pequena elite econômica nacional e internacional, a qual financiou as campanhas políticas dos mesmos, isso quando não é o caso de nepotismo, o que caracteriza uma Oligarquia nos tempos atuais.

O estudo da filosofia política vai além dos filósofos antigos, embora esses nos permitam pensar em elementos essenciais da política, ainda carecem de outras contribuições para uma melhor compreensão do movimento real da política. Neste sentido, Nicolau Maquiavel (1994) apresenta uma nova visão de política, descolada do caráter moral e ético, antes presente nas teorias políticas. Para Maquiavel (1994), a melhor forma de governo é a república, o que fica nítido no livro *Discurso Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, em que o filósofo estuda o que fez de Roma a maior e mais perfeita república. Nesta obra, o filósofo florentino irá demonstrar o aspecto positivo dos tumultos, os conflitos entre Plebe e Senado, que resultaram na criação do Tribunatos da Plebe como condição necessária para a permanência e crescimento da república, ainda garante ao povo o caráter de assegurar a liberdade, embora Maquiavel não mencione os irmãos Graco, como também não comente a reforma agrária, é importante destacar que ocorrera naquele momento. Sendo assim, pensamos que esse autor fortalece a compreensão da importância dos movimentos sociais a fim de assegurar os direitos e conquistas para o povo, o que nos permite estabelecer paralelos com o contexto atual e a atuação dos movimentos sociais. Seguiremos fazendo uma breve análise da obra em questão.

Será analisado apenas o primeiro livro<sup>166</sup>, porque o autor elabora um bloco teórico a partir do primeiro capítulo ao décimo oitavo. Nestes capítulos, ele elabora um pequeno tratado sobre as repúblicas. No início do livro I, Maquiavel, após tratar da origem das cidades e descrever “o ciclo segundo o qual todas as repúblicas se governaram e governam” (1999, p.34), ele enfatizará a importância em discutir as leis e organizações internas das cidades livres, pois pretende chegar à origem destas leis e organizações. Mas qual será a origem das leis e

---

<sup>166</sup> “começarei discorrendo sobre as coisas que, ocorriam dentro da cidade e por deliberação pública, me pareçam dignas de maior atenção, acrescentando tudo o que delas decorria; e com tais cursos terminará este primeiro livro” (Maquiavel, 1999, p.19).

organizações internas das cidades livres? Como são formadas as leis e organizações internas como as instituições?

A partir dos últimos parágrafos do segundo capítulo, ele aborda o governo que tem “um pouco de todos, por o julgarem mais firme e estável; por que, quando numa mesma cidade há principado, optimates e governo popular, um toma conta do outro.” (*Ibidem*). Este governo é a república, pois contém todas as partes internas da cidade na deliberação política da própria cidade. Isto é, este governo contempla as partes com poder, força política e instituições que expressam suas vontades. Nota-se então que, após explicar as formas de governo, o ciclo que é formado naturalmente entre estas e especificar qual é a melhor, “*mais firme e estável*”, mais duradoura e livre para expressar a vontade política de suas partes, pois estas têm a possibilidade de ação e engajamento, uma vez que, “*um toma conta do outro*”, ou seja, há como conflitar, fiscalizar; Maquiavel passa a exemplificar. Para isso, faz uso da história<sup>167</sup>, cita várias cidades antigas, mas aprofunda-se na história de Roma, a qual, segundo ele, “constituiu-se numa república perfeita: perfeição a que se chegou devido à desunião entre plebe e senado, como nos dois próximos capítulos profusamente se demonstrará.” (*Ibidem*). Nesta passagem o autor demonstra a condição para a perfeição, a necessidade de desunião entre as partes, ou “*plebe e senado*”, o que tornou Roma uma república perfeita. Desunião essa que é, ou gera, o conflito. Assim Maquiavel acaba o segundo capítulo, mostrando a origem da estabilidade, longevidade e força da cidade, o que torna a “*república perfeita*”.

Agora resta saber por que há desunião entre a plebe e o senado? Pois foi “*devido à desunião entre plebe e senado*” que “*se chegou [...] numa república perfeita*”. Para responder esta pergunta Maquiavel vai à natureza do homem. Ele parte no início do terceiro capítulo<sup>168</sup>, o qual é central na obra, de um pressuposto, um axioma incontestável: “quem estabelece uma república e ordena suas leis precisa pressupor que todos os homens são maus e que usarão a malignidade de seu ânimo sempre que para tanto tiverem ocasião;” (MAQUIAVEL, 2011, p. 430), aqui o autor diz que o homem é mal por natureza, esta é uma certeza dele, não há dúvidas, pois quando tiver oportunidade de fazer a maldade, o homem não cogitará, não pensará duas vezes. Para Maquiavel não há uma moral com poder de conter esta maldade intrínseca do homem. Então, o autor junta a maldade natural com a *ocasião*, a oportunidade de uso dessa maldade,

<sup>167</sup> No fim do texto introdutório de autoria de Maquiavel, anterior ao primeiro capítulo, temos: “para que aqueles que lerem estes comentários possam retirar deles mais facilmente a utilidade pela qual se deve procurar o conhecimento das histórias. (...) de tal modo que a algum outro será breve o caminho que resta para leva-lo até o destino.” (MAQUIAVEL, 1999, p.7). Ele também critica o fato de não tentarmos imitar o bom do passado.

<sup>168</sup> De título: “Quais foram os acidentes que criaram em Roma os Tribunos da Plebe, instituição que fez dela a mais perfeita república” (MAQUIAVEL, 2011, p.430).

assim ele tem o fundamento para o conflito. Não é apenas nestas linhas que o autor fala sobre esse fato incontestável, pode-se verificar no trecho que antecederia aquele a mesma perspectiva sobre o homem, onde Maquiavel diz: “Ainda que devido à natureza invejosa dos homens, [...], por estarem os homens sempre mais prontos a censurar do que louvar as ações alheias” (MAQUIAVEL, 2011, p.427).

Portanto, ele mostra que partirá desse homem normal, de “*natureza invejosa*” e “censurador” para estabelecer a república perfeita, uma vez que esses homens são os encontrados na realidade. Diferente de Platão, e de certo modo também Aristóteles, Maquiavel não pretende criar uma república ideal, fictícia. Mas sim uma república real, factual, que a própria história lhe mostrou. Os exemplos que Maquiavel retira do passado tem como função trazer o discurso mais próximo da realidade e também mostrar uma nova perspectiva para as cidades contemporâneas a ele, avaliando de maneira própria o que outros teóricos haviam analisado. Além de ser convenientes ao momento em que ele escreveu, o que faz do discurso de Maquiavel algo relevante ao ponto de entrar para a história e ser atual em pleno século XXI?

Maquiavel coloca no texto esse fato inovador perante sua sociedade contemporânea e seus antecessores, quando diz “deliberei entrar por um caminho que, não tendo sido ainda trilhado por ninguém” (MAQUIAVEL, 2011, p.427), ou seja, retirar a moral da política, a ética do legislador, ainda afirmar o conflito como motor do progresso na instituição Republicana.

Seguimos com nossa análise do capítulo três:

Quando alguma maldade permanece oculta por certo tempo, isso procede de alguma razão escusa, que não é conhecida por não ter existido evidência do contrário. Mas o tempo, que dizem ser o pai de toda verdade, traz às claras esta razão (MAQUIAVEL, 2011, p. 430-431).

Segundo Maquiavel, o tempo revela a verdade, e assim, o conflito “natural” entre as diferentes classes que compõe a cidade, uma vez que é do ser humano a inveja como vimos, o que reflete nas partes da cidade. Porém, ao que nos parece, é possível protelar a eclosão desse conflito, através de algum freio à maldade, vejamos do que se trata seguindo o texto:

Depois de cassados os Tarquínios, parecia haver em Roma uma grande união entre a plebe e o Senado. Aparentemente os nobres tinham deposto a sua soberba e mostravam-se de índole mais popular, podendo ser suportados por qualquer um, ainda que de ínfima condição. Enquanto os Tarquínios viveram, este engano esteve oculto e não se viam as suas razões. A nobreza os temia e tinha medo de que a plebe, caso fosse maltratada, deles se aproximasse e, assim, tratava-a humanamente. Mas, logo

que os Tarquínios morreram, o medo dos nobres desapareceu e estes começaram a cuspir sobre a plebe aquele veneno que tinham no peito, ofendendo-a de todos os modos que podiam. Esse fato serve de testemunho àquilo que afirmei acima, ou seja, que os homens nunca fazem nenhum bem a não ser por necessidade (MAQUIAVEL, 211, p.431).

O filósofo florentino nos mostra que o que mantinha a paz entre a plebe e o senado era o medo que os nobres tinham do apoio da plebe aos Tarquíneos<sup>169</sup>, porém com a morte destes o medo também acabou, sendo assim, passaram a maltratar a plebe, a abusar do poder que haviam conquistado pela fortuna, mas isso durou pouco, pois ninguém deseja perder o que conquistou, neste sentido a plebe não gostou de piorar de situação.

Pois, onde há muitas escolhas possíveis e onde se pode usar de licença, surgem logo inúmeras confusões e desordens. Por isso é que se diz que a fome e a pobreza fazem os homens industriosos e as leis os tornam bons (*ibidem*).

Desse modo, a plebe se viu obrigada, por necessidade, por fome, a sair às ruas e exigir melhores condições de vida, no caso uma instituição que os representasse a fim de assegurar os seus direitos que passavam a deixar de existir a partir da morte dos Traquíneos:

Assim, faltando os Tarquínios, que infligiam medo à nobreza, impondo-lhe freios, tornou-se necessário pensar em uma nova ordenação que produzisse o mesmo efeito produzido pelos Tarquínios enquanto estavam vivos. Deste modo, depois de muitas confusões, rumores e perigos de escândalo, que surgiram entre a plebe e a nobreza, chegou-se, para a segurança da plebe, à criação dos Tribunos, os quais foram instituídos com tanta preeminência e reputação que, a partir de então, puderam sempre estar entre a plebe e o senado, obviando à insolência dos nobres. (*Ibidem*).

No próximo capítulo de sua obra ele também expressa esse posicionamento, mas além de sustentar sua teoria inovadora, ele critica os demais teóricos, que condenam os tumultos.

Direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece censurar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma e considera mais as assuadas e a grita que tais tumultos nasciam do que os bons efeitos que eles geravam; e não consideram que em toda republica há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes, e que todas as leis que se fazem em favor da liberdade nascem da desunião deles, como facilmente se pode ver que ocorreu em Roma (MAQUIAVEL, 1999, p. 32).

---

<sup>169</sup> Os Traquínios foram os últimos Reis de Roma, depois deles o senado tornou-se a instância superior.

Nesta passagem há pontos de imensa importância que o autor coloca como fundamentais para sua teoria. Ele afirma que a causa primeira da liberdade de Roma são os tumultos, que geravam bons efeitos. De igual importância e como condição para estes tumultos, Maquiavel diz que “em toda as repúblicas há dois humores diferentes, o do povo, e o dos grandes”, por que chamar o desejo de cada parte interna da cidade de humores? Assim Maquiavel traz um aspecto vivo, aproxima o corpo humano ao corpo da cidade, ou corpo político. Isto significa que o autor vê na cidade uma vida, algo que nunca está acabado ou terminado, mas ao contrário, está em constante transformação. Inclusive, quando faltam mudanças, aprimoramentos e inovações é um sinal problemático para a cidade, pois ela está “doente”, seu colapso está próximo, não resistirá ao tempo se não alterar sua configuração. Deve-se então atualizar os ordenamentos da cidade para acompanhar as pessoas e suas necessidades, caso contrário a cidade está corrompida, perdida. Como mudar os ordenamentos da cidade? Como manter a cidade em pulsação, com vivacidade? Ou ainda, quais são os humores que há em toda a república? O humor do povo é de não quer ser oprimido, ou seja, o povo não admite ser incomodado, perder o que possui, no caso, a liberdade, o poder político, os direitos conquistados e segurados. Já os grandes querem expandir seu poder, seus direitos, tornarem soberanos. A este fato, Maquiavel atribui àquela naturalidade, o instinto intrínseco do homem. Principalmente quando se trata dos grandes, porque eles conhecem a grandeza, o poder e a luxúria. Então Maquiavel confia ao povo maior importância e valor, segundo ele: “E os desejos dos povos livres raras vezes são perniciosos à liberdade, visto que nascem ou de serem oprimidos ou na suspeita que virão a sê-lo” (*Idem*). Logo, o povo tem mais responsabilidade em garantir o direito e a liberdade, pois, no que depender dos grandes, irão almejar mais poder e fazer o possível para adquiri-lo. Isto é o oposto do humor do povo, uma vez que apenas não querem ser reprimidos. O humor do povo é uma não ação, tanto dele como dos grandes, pois não agirão se os grandes não agirem. Portanto algo que é gerado conforme o comportamento dos grandes. Mas se os grandes agem de acordo com sua natureza, cabe ao povo frear seus instintos, impedir os atos que ferem seus direitos e a liberdade. Ou seja, o povo nega a ambição dos grandes. Parece ser estes humores os principais agentes desta vivacidade na cidade. Se “todas as leis que se fazem em favor da liberdade nasceram desta desunião”, então pode-se chamar esta vivacidade de conflito?

Maquiavel defende o conflito como algo que traz a melhoria para a cidade como um todo, uma vez que gera mudanças positivas no ordenamento da cidade. Mas isso significa que todos irão obter melhorias? Alguma parte da cidade pode sentir-se prejudicada com uma mudança no ordenamento? Se esta mudança teve em vista acabar com o conflito, como alguém pode se sentir

prejudicado? Supondo que o conflito não fosse gerado, as mudanças não seriam feitas, logo a cidade cairia no caso descrito anteriormente, de estagnação, paralisação do organismo vivo da cidade, quando não há mudanças na cidade, ela não resiste ao tempo e degenera-se, caí no caso corrompido, falido. No limite, toda mudança no ordenamento, originada pelo conflito é positiva para todas as partes. As mudanças não visam favorecer apenas uma parte da cidade, mas sim equilibrar as partes, fornecerem liberdade para que a república resista ao tempo, tornando-a mais estável e firme. Porque destes conflitos entre as partes, nascem as instituições, que tem o objetivo de formular, quando necessário, e fiscalizar, as leis. Estas têm uma função bem definida: “os bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação nasce das boas leis; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar: porque quem examinar bem o fim deles, não descobrirá que eles deram origem a exílio ou violência em favor do bem comum, mas sim leis e ordenamentos benéficos à liberdade pública” (*Idem*). Maquiavel deixa nítida a origem: dos *bons exemplos, da boa educação e das boas leis*. O ponto de partida para isso são os “*tumultos que muitos condenam sem ponderar*”. A origem do conflito já foi explicada por ele, que de maneira sintética é a soma da natureza humana com a oportunidade, segundo ele “os homens nunca fazem bem algum, a não ser por necessidade” (*Idem*). A oportunidade está relacionada com a situação que antecede o conflito, quando há necessidade de agir. Provocada muitas vezes pelo anseio dos grandes de dominar e oprimir. Isso causa um conflito com o povo, que o que menos quer é ser oprimido, então, para manter a cidade estável e forte, criam as instituições que tem como finalidade criar e fiscalizar as leis. Será a lei que decretará o fim do conflito? Sim, pois o conflito surgiu por necessidade, por estarem abusando, barbarizando e com a nova lei este problema será sanado. Por que a boa educação nasce das boas leis? Porque elas são formadas a partir dos tumultos, ou seja, de acordo com os motivos do conflito, será o freio do homem que não tem o bom costume e deixa levar pelo poder ou natureza. Pois segundo Maquiavel: “E quando uma coisa funciona por si mesma, sem leis, não há necessidade de lei; mas, quando falta o bom costume, a lei logo se faz necessária” (*Idem*). Quando não há freio, há exagero, usurpação e prepotência por uma questão natural e factual. Estes ultrajes fazem com que a parte que se sente desfavorável, geralmente o povo com seu humor, “pacífico”, de não ação, aja contra essa usurpação e degeneração do poder. As atitudes tendem ao medo dos degenerados em perder o que conseguiram. Assim, acabam negociando e criam uma estância, uma instituição, um diálogo com a parte, que até então, estava desfavorável, para juntos estabelecerem leis benéficas para a República, entendida como soma das partes que compõe a cidade.

Na seguinte passagem do segundo capítulo, Maquiavel ilustra muito bem esta questão, quando ele trata de Roma:

Faltava-lhe apenas dar lugar ao governo popular: motivo por que, tornando-se a nobreza romana insolente pelas razões que abaixo se descreverão, o povo sublevou-se contra ela; e assim, para não perder tudo, ela foi obrigada a conceder ao povo a sua parte, e, por outro lado, o senado e os cônsules ficaram com tanta autoridade que puderam manter suas respectivas posições naquela república. E assim criaram os tribunos da plebe, tornando-se assim mais estável o estado daquela república, visto que as três formas de governo tinham sua parte. (MAQUIAVEL, 1999, p.25).

Para finalizar essa análise sobre o conflito e sua necessidade para a cidade ou república atingir a perfeição cabe algumas últimas perguntas e reflexões. A liberdade que há na república é relativa às partes ou a cidade? Considerando a república viva e possível de padecer, adoecer, qual remédio tira a república da degeneração, da corrupção? E por último, mas não menos importante, pode-se falar em uma finalidade um *telos* quando se trata da república maquiaveliana? Quanto à primeira pergunta deste parágrafo, a liberdade é relativa a ambas as partes, que expõem nas instituições esse conceito, que pode ser chamado de autonomia, mas também à própria cidade por ser independente, livre, autônoma. Já para responder a segunda pergunta Maquiavel trás o príncipe, aquele que, em meio à corrupção das instituições e dos cidadãos, inicia a reordenação da república e dirige os demais para o mesmo sentido, de interesse pelos assuntos públicos retomando seus humores e a luta política, o conflito. A partir deste momento o príncipe torna-se apenas um mediador dos conflitos. Na procura por um *telos*, uma finalidade, acha-se o *viver civil e livre*, isto é viver com civilidade e liberdade. É o mesmo que viver sem barbárie, com bons costumes e autonomia. Logo, uma busca incessante pela civilidade, pela liberdade, é isto que a república proporciona: civilidade, liberdade e conflito, portanto movimento.

Nos falta traçar um paralelo com o contexto atual do estudante brasileiro. Nesta perspectiva, feita as devidas considerações e ressalvas para não sermos demasiado anacrônicos, descontextualizados, ou simplistas, mas a fim de fomentar o debate e aumentar o interesse dos estudantes pela política atual, bem como pela filosofia política, sugerimos pensar com os estudantes o movimento que levou o ex-presidente Lula à prisão. Depois de ler o curto capítulo três da obra analisada anteriormente, propomos que em uma segunda leitura ao invés de ler “logo que os Tarquínios morreram”, coloca-se “Lula preso”, e retornamos ao texto original, “o medo dos nobres desapareceu e estes passaram a cuspir na plebe aquele veneno que tinham no peito, ofendendo-a de todos os modos que podiam” (MAQUIAVEL, 2011, p. 431), porém nos faltou

justamente os tumultos que instituiriam novamente os direitos perdidos durante o governo Temer, em verdade houve tumultos, a greve dos caminhoneiros, mas a pauta foi apenas da categoria, em que os partidos e movimentos sociais não souberam como se apropriar e ampliar as reivindicações para reconquistar os direitos trabalhistas, ou o retorno da política de reforma agrária, ou da agroecologia, dentre outras tantas bandeiras que poderiam ter se unido em uma frente ampla contrária ao governo Temer, enfim, são possibilidades de interação com o texto.

Podemos observar que pontos importantes do pensamento maquiaveliano estavam presentes anteriormente em Aristóteles e alguns em Platão, destacamos a ideia de autonomia da cidade, isto é de independência, a qual faz diálogo com a Agroecologia, pois um dos conceitos centrais desta é a baixa dependência de elementos externos, isto é, a busca pela subsistência do próprio agroecossistêma que assim consegue produzir excedentes para a cidade e desse modo suprir outras demandas, o mesmo ocorre com a cidade, no limite, com o país. Se pensarmos na adoção de sementes transgênicas, bem como de todo pacote tecnológico que a compõe, então estaremos nos afastando do princípio de autonomia, seja do agricultor, ou do país, enfim ferindo a soberania alimentar e a segurança alimentar, outro princípio é a ideia presente na agroecologia de circuitos curtos de comercialização, bem como economia solidária.

Na sequência cronológica dos principais filósofos que se destacaram no pensamento político, temos Hobbes, Locke e Rousseau, ambos liberais, cada qual com sua peculiaridade, seu contexto histórico e sua biografia. Contudo, eles partem do isolamento do indivíduo no “estado de natureza”, em um suposto passado da humanidade para na sequência legitimar o Estado, a propriedade privada, o direito burguês. Nos períodos em que estes filósofos viveram já ocorriam, evidentemente, grande desigualdade social, uma concentração fundiária herdada da estrutura estamental do recém passado<sup>170</sup> feudalismo, logo uma necessária reforma agrária, no limite uma revolução social generalizada, seja no campo ou nos centros urbanos que se formavam nesta época e que já acumulavam pessoas que viviam em situação de miséria.

Todavia, mesmo sabendo disso, teoricamente, estes filósofos, defendiam uma igualdade geral entre todos os homens, por natureza, contudo, reconhecem as diferenças físicas, embora, discurssem sobre a mitigação da miséria, ainda assim, na prática, acentuaram o alargamento da desigualdade. Marx comenta em diversas obras sobre essa referência ao homem em estado de

---

Segundo Marx, ainda se tratava de um período de transição, embora a base material e histórica do capitalismo já estivesse consolidada para permitir o progresso desse, conforme Marx nos mostra no capítulo 24 de O Capital, livro 1, “A assim chamada acumulação primitiva”, a qual já nos debruçamos com mais detalhes em outro capítulo dessa dissertação.

natureza como um artifício retórico, romântico, idealista, como uma fábula, que tomam como verdade.

O caçador ou pescador particular e isolado, pelo qual começam Smith e Ricardo, pertence às triviais imaginações do século 18. São robinsonadas que não expressam, de nenhum modo, como se afigura aos historiadores da civilização, uma simples reação contra um refinamento excessivo e o retorno a uma vida primitiva mal compreendida. Do mesmo modo, *O contrato social*, de Rousseau, que relaciona e liga indivíduos independentes por natureza, tampouco repousa sobre semelhante naturalismo. Essa é a aparência, e a aparência estética somente, das pequenas e grandes robinsonadas.

Essas antecipam, ao contrário, a "sociedade burguesa" que se preparava desde o século 16 e que no século 18 marchava a passos de gigante para sua maturidade. Nessa sociedade de livre concorrência, o indivíduo aparece como que desprendido dos laços da natureza, que em épocas anteriores da história fazem dele uma parte integrante de um conglomerado humano determinado, delimitado. Para os profetas do século 18, que levam nos ombros Smith e Ricardo, esse indivíduo do século 18 - de um lado, produto da dissolução das formas das sociedades feudais; doutro lado, resultado das forças produtivas novamente desenvolvidas a partir do século 16 - aparece como um ideal cuja existência pertence ao passado. Não como um resultado histórico, mas como um ponto de partida da história (MARX, 2008, p.238).

Doravante, devemos entender que ao se contraporem ao Antigo Regime, mesmo que por uma pressão popular, no caso de Hobbes, fomentam o debate da época. Portanto, são importantes, foram perseguidos, exilados, Hobbes, por exemplo, por pertencer à nobreza, ser próximo ao rei, fugiu para a França junto com a corte na Guerra civil inglesa a fim de conservar a sua vida e os privilégios que possuía, depois retornou à Inglaterra com a volta da monarquia, após 16 anos de república.

Para ele, seguindo o caminho aberto por Maquiavel, a humanidade tem uma natureza de medo, desconfiança, arrogância, o que gera luta, desejo de mais poder, resultando em uma “guerra de todos os homens contra todos os homens” (HOBBS, 2009, p.349), donde nasce a famosa frase “o homem é o lobo do próprio homem”. Para obter a sobrevivência, a paz, é necessária uma renúncia da liberdade total de todos os indivíduos no estado de natureza e uma transferência de autoridade para um soberano que será o responsável por assegurar a paz, para isso ele poderá fazer uso da força sempre que necessário, pois “os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar segurança a ninguém” (HOBBS, 2009, p.361). Assim nasce também a propriedade, a partir do pacto social, do Estado, do Poder Soberano, nos dizeres de Hobbes:

Portanto, onde não há o seu, isto é, não há propriedade, não pode haver injustiça, e onde não foi estabelecido um poder coercitivo, isto é, onde não há república, não há propriedade, pois todos os homens têm direito a todas as coisas. Portanto, onde não há república nada é injusto. De modo que a natureza da justiça consiste no cumprimento dos pactos válidos, mas a validade dos pactos só começa com a constituição de um poder civil suficiente para obrigar os homens a cumpri-los, e é também só aí que começa a haver propriedade. (HOBBS, 2009, p. 358).

Sendo assim, a propriedade se faz e se conserva com a autoridade do soberano munido de instrumentos coercitivos para o cumprimento do que for conveniente para assegurar a paz, logo a propriedade. Porém, esta não foi distribuída igualmente no suposto momento do pacto entre a humanidade, o que Rousseau percebe e afirma ser a origem da desigualdade.

No caso de Rousseau, foi diferente, viveu uma vida difícil, dentre os diversos motivos, o político contribuiu bastante com a sua condição de clandestinidade. Neste sentido, mesmo sendo liberal, foi perseguido. Porém, conseguiu exercer influência teórica nas revoluções que se aproximavam, dessa forma, foi parte da base filosófica para a Revolução Francesa, juntamente com outros pensadores e ativistas importantes, sobretudo da esquerda, como as correntes anarquistas, comunistas e socialistas, onde a crítica à propriedade privada e ao Estado estava sendo gestada.

Rousseau nos diz:

O primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: Isto é meu, e encontrou pessoas bastantes simples para acreditá-lo, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerras, assassinatos, misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou tapando o fosso, tivesse gritado aos seus semelhantes: “Não escutais esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos, e a terra de ninguém!” ninguém!”. Parece, porém, que as coisas já tinham chegado ao ponto de não mais poder ficar como estavam: porque essa ideia de propriedade, dependendo muito de ideias anteriores que só puderam nascer sucessivamente, não se formou de repente no espírito humano: foi preciso fazer muitos progressos, adquirir muita indústria e luzes, transmiti-las e aumentá-las de geração para geração, antes de chegar a esse último termo do estado de natureza. (ROUSSEAU, 2009, p.592).

Porém, logo adiante, o mesmo filósofo conclui que com o esclarecimento do espírito, o progresso humano, quando criou artefatos para facilitar a sobrevivência e deixou de dormir em árvores e cavernas, “foi a época da primeira revolução que formou o estabelecimento e a distinção das famílias e que introduziu uma espécie de propriedade, de onde já nasceram, talvez, muitas rixas e combates” (*ibidem*). Portanto, a propriedade aparece como uma consequência do

desenvolvimento ainda no estado de natureza, embora pareça ser contraditório afirmar isso, pois a humanidade, em seu estado natural, segundo Rousseau, viveria em paz, donde surge a ideia difundida do “mito do bom selvagem”, pois para o filósofo, o sentimento de “piedade” e de “amor de si mesmo” levam à conservação da espécie. Todavia, conforme afirmamos anteriormente, o progresso da humanidade nos permitiu criarmos linguagem, famílias, clãs, agricultura, arte, cultura, de modo geral, ao mesmo tempo que nos distanciamos do nosso estado mais próximo dos outros animais, isto é, fomos nos afastando do estado de natureza primitivo e passamos a nos domesticarmos.

Adquire-se o hábito de se reunir diante das cabanas ou em torno de uma grande árvore: o canto e a dança, verdadeiros filhos do amor e do lazer, tornam-se a distração, ou antes, a ocupação dos homens e das mulheres ociosos e agrupados. Cada um começa a olhar os outros e a querer ser olhado, e a estima pública tem um preço. Aquele que canta ou dança melhor, o mais belo, o mais forte, o mais destro ou o mais eloquente, torna-se o mais considerado. E foi esse o primeiro passo para a desigualdade e para o vício, ao mesmo tempo: dessas primeiras preferências nasceram, de um lado, a vaidade e o desprezo e, de outro, a vergonha e a inveja; e a fermentação causada por esses novos levedos produziu, enfim, compostos funestos à felicidade e à inocência (ROUSSEAU, 2001, p. 593).

Sendo assim, segundo Rousseau, a partir do momento em que a humanidade deixou de viver isolada, “errante pelos bosques”, houve o início da degeneração humana, gradativamente. Todavia, ainda assim, eram felizes e continham liberdade, até que fosse necessária a dependência mútua, na sequência, a divisão do trabalho, logo, a injustiça e desordem, a lei do mais forte, conseqüentemente a guerra generalizada.

Enquanto os homens se contentaram com as suas cabanas rústicas, enquanto se limitaram a costurar suas roupas de peles com espinhos ou gravetos, a se enfeitarem com plumas e conchas, a pintar o corpo de diversas cores, a aperfeiçoar ou embelezar os seus arcos e flechas, a talhar com pedras cortantes algumas canoas de pesca ou grosseiros instrumentos de música; em uma palavra, enquanto se aplicaram apenas a obras que um só podia fazer, e a artes que não necessitavam do concurso de muitas mãos, viveram livres, sãos, bons e felizes tanto quanto podiam ser pela sua natureza, e continuaram a gozar entre si das doçuras de uma convivência independente: mas, desde o instante que um homem teve necessidade do socorro de outro; desde que perceberam que era útil a um só ter provisões para dois, a igualdade desapareceu, a propriedade se introduziu, o trabalho tornou-se necessário e as vastas florestas se transformaram em campos agradáveis que foi preciso regar com o suor dos homens, e nos quais, em breve, se viram a escravidão e a miséria germinarem e crescerem com as colheitas. (ROUSSEAU, 2001, p. 594).

Portanto, ao mesmo tempo que existe uma apropriação maior da natureza, uma produção de alimentos organizada, também, concomitantemente eleva-se o número de pessoas passando fome, vivendo em condições miseráveis, pois, segundo Rousseau, a igualdade desaparece juntamente com o surgimento da propriedade privada e a divisão do trabalho, contudo, não se trata mais do estado de natureza puro, mas modificado pelo processo de desenvolvimento da cultura humana em ampla acepção, embora a ideia de Estado ainda não tenha nascido.

Da cultura das terras resulta necessariamente a sua partilha, e da propriedade uma vez reconhecida as primeiras regras de justiça: porque, para dar a cada um o seu, é preciso que cada um possa ter alguma coisa; de resto, como os homens começavam a dirigir suas vistas ao futuro e vendo todos que tinham alguns bens a perder, não houve nenhum que não receasse para si a represália dos males que pudesse causar a outrem. Essa origem é tanto mais natural quanto é impossível conceber a ideia da propriedade surgindo fora da mão de obra; porque não se vê o que, para se apropriar das coisas que não fez, possa o homem acrescentar-lhe além do seu trabalho. Só o trabalho, dando direito ao cultivador sobre o produto da terra que trabalhou lhe dá por conseguinte sobre a terra, pelo menos até à colheita, e assim todos os anos; e isso, constituindo uma posse contínua, transforma-se facilmente em propriedade (ROUSSEAU, 2001, p. 595).

Percebemos que o autor coloca o surgimento da propriedade privada no trabalho, todavia, sabemos que não é, nem foi assim, conforme vimos ao longo desta dissertação, tanto na Europa, pela análise de Marx, quanto no Brasil, conforme encontramos em nossa pesquisa, a propriedade se deu não pelo trabalho, mas pela violência, pela expulsão daqueles que habitavam as terras de modo comunal. Sendo assim, partindo de premissas equivocadas, Rousseau legitimará a propriedade privada, após ter condenado a desigualdade e a guerra de todos contra todos à existência desta.

Foi assim que os mais poderosos ou os mais miseráveis, fazendo de suas forças ou de suas necessidades uma espécie de direito ao bem do outro, equivalente, segundo eles, ao da propriedade, a igualdade rompida foi seguida da mais horrível desordem: e assim que as usurpações dos ricos, o banditismo dos pobres, as paixões desenfreadas de todos, abafando a piedade natural e a voz ainda mais fraca da justiça, tornaram os homens avarentos, ambiciosos e maus. Levantava-se entre o direito do mais forte e o direito do primeiro ocupante um conflito perpétuo que só terminava por meio de combates e assassinatos. A sociedade nascente deu lugar ao mais horrível estado de guerra: o gênero humano, aviltado e desolado, não podendo mais voltar atrás, nem renunciar às infelizes aquisições já realizadas, e não trabalhando senão para a sua vergonha, pelo abuso das faculdades que o honram, se colocou também na véspera de sua ruína. (ROUSSEAU, 2001, p. 595).

Sem ter como voltar no tempo, ou andar para trás na história do progresso, a humanidade se viu em uma situação que lhe obrigava a criar um pacto social a fim de garantir a sua sobrevivência, o fim desta situação conflituosa entre os homens, a legitimidade da propriedade, a qual se deu pelo trabalho ou pela força. Rousseau caracteriza sinteticamente da seguinte maneira essa passagem do estado de natureza para o contrato social:

Reduzamos todo este balanço a termos fáceis de comparar; o que o homem perde pelo contrato social é a liberdade natural e um direito ilimitado a tudo que o tenta e pode alcançar; o que ganha é a liberdade civil e a propriedade de tudo o que possui. Para não se enganar nessas compensações, é necessário distinguir a liberdade natural, limitada apenas pelas forças do indivíduo, da liberdade civil, que é limitada pela vontade geral, e a posse, que não é senão o efeito da força ou do direito do primeiro ocupante, da propriedade, que só pode ser fundada num título positivo. Poder-se-ia, sobre o que precede, acrescentar à aquisição do estado civil a liberdade moral, a única que torna o homem verdadeiramente senhor de si mesmo, pois o impulso do apetite é escravidão, e a obediência à lei que se prescreve a si mesmo é liberdade. (ROUSSEAU, 2001b, p. 607).

É evidente que não se trata da mesma argumentação nem da mesma proposta de constituição do estado, bem como da participação do povo, em relação ao proposto por Hobbes. Em Rousseau temos o conceito de vontade geral como fundamento de uma democracia direta, ou seja, de uma efetiva contribuição de cada indivíduo para com o corpo político, ou o soberano, de modo que este não pode excluir nenhum de seus integrantes. Portanto, existem pontos em comum, porém este último está mais próximo de uma revolução burguesa do que o primeiro, que se aproxima de uma monarquia constitucional, ou parlamentar.

Quanto ao Locke, que seria anterior ao Rousseau no aspecto cronológico, já apresenta a existência da propriedade privada desde o estado de natureza, como algo que sempre existiu. Locke enxerga a propriedade de um indivíduo a partir da posse de seu próprio corpo, isto é, o sujeito é dono de si, sendo assim, o que ele produzir a partir de seu corpo será igualmente dele, como o seu corpo. Neste sentido, a propriedade privada se dá sobre o seu trabalho sobre o solo o que leva à propriedade da terra, bem como dos bens naturais sobre ela. De modo que no estado de natureza já se encontram leis naturais, as quais são legítimas e devem ser seguidas por todos, sendo assim, se tem liberdade e igualdade quando se vive de acordo com a razão, porém, em algum momento, um indivíduo que não está na idade da razão, ou por loucura, ou por fé, ou por querer submeter o outro, pode contrariar estas leis, então temos um conflito sem um mediador, o que gera o estado de guerra. Para solucionar este impasse, há a necessidade de todos deixarem o estado de natureza para constituírem a sociedade civil, o pacto social. Esta surge para assegurar

a propriedade, em seu sentido amplo, para isso é preciso criar autoridades que faça cumprir a lei por todos, um juiz imparcial, caso não o acatem, será legítimo o uso da força.

Esses filósofos modernos foram os responsáveis por defenderem a ascensão da burguesia no campo político, a qual se efetivou nas revoluções burguesas contemporâneas aos seus períodos, a partir do século XVI, mas daremos destaque aos acontecimentos na França do século XIX, que remonta ao desdobramento da revolução de 1789, que contou com o impulso proclamado por Rousseau. Para isso utilizaremos a contribuição de compreensão dos acontecimentos da referida época proporcionados por Karl Marx em “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”.

Neste livro, Marx traz a história do movimento revolucionário constituinte na França como exemplo de repetição da história, quando ao invés da consolidação da revolução popular, ocorre justamente o oposto, uma concretização de um Golpe de Estado. Por isso, no início da obra encontra-se a famosa passagem: “a história se repete, a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 1971, p. 15), se referindo ao consentimento da maioria em eleger Luís Bona Parte, em nome de uma memória do passado glorioso de Napoleão Bonaparte, donde origina-se o título<sup>171</sup> da obra em questão, bem como aos equívocos na coligação da Montanha. Ou seja, o intuito do livro é demonstrar “como a luta de classes na França criou circunstâncias e uma tal situação que permitiu a um personagem medíocre e grotesco fazer figura de herói” (MARX, 1971, p. 9). Portanto, trata-se de um texto sobre política, que destrincha a forma como se desenvolvem as disputas de correlações de forças antagônicas entre as classes e a apropriação de discursos que introjetam a ideologia dominante. O livro parte de artigos escritos durante o calor dos acontecimentos, Marx consegue fazer uma leitura da realidade ímpar, enquanto muitos estavam animados, ou mesmo que críticos, careciam de compreensão da articulação realizada entre diferentes setores.

É nesta obra que Marx redige a célebre passagem: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas antes sob as condições diretamente herdadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações passadas pesa inexoravelmente sobre a consciência dos vivos.” (*ibidem*). Insere-se neste fato a dificuldade que temos em nos libertar da memória saudosista de um passado já distante e desse

---

<sup>171</sup> Na nota de rodapé da edição portuguesa do prefácio da 2ª ed. de Marx, encontramos a seguinte explicação: “Marx terá atribuído ao seu livro este título, a partir do facto de o golpe de Estado de dezembro de 1851 da autoria de Luiz Bonaparte, ser uma réplica, um decalque, do fato ocorrido a 9 de novembro de 1799 (18 de Brumário), como o sobrinho (Louis Bonaparte) é uma réplica, uma caricatura do tio (Napoleão Bonaparte)”

modo esconde fatos importantes da época, mas que não são de interesse da ideologia serem revelados, ressaltados, ao contrário, são propositadamente apagados, literalmente.

Vejamos a seguinte passagem:

A revolução social do século XIX não pode extrair a sua poesia do passado, mas antes do futuro. Não pode arrancar enquanto não liquidar radicalmente toda a supersticiosa veneração do passado. As revoluções anteriores tiveram necessidade das reminiscências históricas para se iludirem quanto ao próprio conteúdo. A revolução do século XIX deve deixar que os mortos enterrem os seus mortos para realizar os fins que se propõe. Dantes era a frase que superava o conteúdo, agora é o conteúdo que supera a frase.

A revolução de Fevereiro constituiu um *coup-de-main* [golpe de mão (surpresa)] que apanhou desprevenida a velha sociedade e que o povo considerou como um feliz acontecimento histórico iniciador de uma época. A de 2 de Dezembro, a revolução de Fevereiro é escamoteada pelo golpe de um trapaceiro, e o que parece ter sido derrubado é, não tanto a monarquia, mas antes as concessões liberais que lhes haviam sido arrancadas ao mais alto preço durante lutas seculares (MARX, 1971, p. 19).

Marx nos relata detalhadamente todos os acontecimentos que envolveram as mudanças políticas no período de fevereiro de 1848 até dezembro de 1851. Neste curto período com pouco mais de três anos a França passou da queda de Luís Filipe, em 24 de fevereiro de 1848, passando pela Assembleia Constituinte, em 4 de Maio de 1848, em que formam um governo provisório, o qual possuía as eleições em dezembro como meta das reformas requeridas, contudo, pela esquerda proletária estar liderando o movimento com armas em punho, proclamam a República Social, porém, logo em seguida se viu deixada de lado pela articulação dos outros setores da sociedade francesa.

[...] Enquanto o proletariado parisiense se deleitava ainda com grandiosas perspectivas que se abriam diante de si e se entregava a graves discussões sobre problemas sociais, as antigas forças sociais agrupavam-se, reuniam-se e encontravam um apoio inesperado na grande massa de Napoleão: os camponeses e a pequena burguesia que se precipitaram na cena política logo que as barreiras da monarquia de Junho caíram por terra. (MARX, 1971, p.24).

Assim, percebemos que houve um processo contra revolucionário durante a queda da monarquia, mais uma vez<sup>172</sup>, o qual se deu por vias democráticas, pois o povo ainda não estava preparado para a revolução conforme o proletariado parisiense esperava, sendo assim, nas outras

---

<sup>172</sup> Pois a monarquia perde seus poderes antes, em 1792, mas consegue retornar após o período napoleônico, com seus descendentes Bourbon, porém com os poderes limitados, na sequência Luís Filipe de Orleans, em 1830, governa em favor dos banqueiros.

regiões da França, as quais não participaram ativamente deste processo político, houve uma preocupação que lhes fez depositar a esperança em reconstituição da ordem.

Imediatamente após as jornadas de fevereiro, não só a oposição dinástica foi surpreendida pelos republicanos e os republicanos pelos socialistas, mas toda a França por Paris. A Assembleia Nacional, que se reuniu no dia 4 de maio de 1848 em decorrência das eleições nacionais, representou a nação. Ela tomou a forma de um protesto vívido contra as propostas pretensiosas das jornadas de fevereiro e deveria reduzir os resultados da revolução ao parâmetro burguês. O proletariado parisiense, que imediatamente se deu conta do caráter dessa Assembleia Nacional, tentou em vão negar a sua existência à força, dissolvê-la, desagregar novamente nos seus componentes individuais a estrutura orgânica com a qual o espírito reacionário nacional o ameaçava. (MARX, 2011, p. 40).

Assim, aquela articulação inicial que envolvia diferentes classes, composta por proletariados de Paris e Lion, seus patrões, a burguesia industrial republicana, pequena burguesia democrática e massa de camponeses, a fim de retirar o Poder de Luís Filipe de Orleans e formar o governo provisório, se viu rompida, mais do que isso, os proletários acabaram sendo utilizados para dar mais poder aos burgueses, mas quando se deram conta, tentaram impedir, porém não conseguiram. A tentativa de através da força do proletariado impedir que a assemblei fosse constituída majoritariamente por burgueses fracassou, tornando-se uma constante ameaça aos burgueses, os quais, junto aos outros setores da sociedade que estavam apreensivos com os proletários, elegem o sobrinho de Napoleão, em memória das vitórias em guerras, da reforma agrária, dentre outros feitos no período napoleônico. Porém, o primeiro Bonaparte era o *Le Gran*, o Grande, o segundo, o *Le Petit*, o Pequeno, o “personagem medíocre e grotesco” que foi eleito sub a sombra das memórias do passado de seu tio.

Essa derrota relegou o proletariado ao segundo plano da cena revolucionária. [...] Porém, esses golpes subsequentes tomaram-se cada vez mais atenuados à medida que se distribuíram sobre toda a superfície da sociedade. Um após o outro, os seus líderes mais expressivos na Assembleia e na imprensa foram vitimados pelos tribunais e figuras cada vez mais ambíguas passaram a encabeçá-lo. Ele se lançou, em parte, a experimentos doutrinários, bancos de câmbio e associações de trabalhadores, ou seja, a um movimento em que abriu mão de revolucionar o velho mundo com o seu grande cabedal de recursos próprios; ele tentou, antes, consumir a sua redenção pelas costas da sociedade, de modo privado, no âmbito das suas condições restritas de existência, e, por isso, necessariamente fracassou. Ele parece não conseguir reencontrar em si mesmo a grandeza revolucionária nem renovar as suas energias com as novas alianças feitas enquanto todas as classes contra as quais lutou naquele junho não estiverem aplastadas no chão ao lado dele próprio. [...]

A derrota dos insurgentes de junho, entretanto, havia preparado, aplaidado o terreno sobre o qual podia ser fundada e erigida a república burguesa; ao mesmo tempo, porém, ela havia evidenciado que, na Europa, as questões em pauta iam além da alternativa "República ou Monarquia". Ela havia revelado que, nesse caso, a república burguesa representava o despotismo irrestrito de uma classe sobre outras classes. Ela provou que, em países de civilização antiga com estrutura de classes evoluída, com modernas condições de produção e com um consciente intelectual em que todas as ideias tradicionais foram dissolvidas por séculos de elaboração, a República só pode representar a forma de revolução política da sociedade burguesa e não a sua forma de vida conservadora; [...]

Durante o mês de junho, todas as classes e todos os partidos se uniram no Partido da Ordem contra a classe proletária, considerada o partido da anarquia, do socialismo, do comunismo. Eles "salvaram" a sociedade dos "inimigos da sociedade". O lema repassado por eles às suas tropas consistia nas palavras chave da antiga sociedade: "Propriedade, família, religião, ordem", instigando a cruzada contrarrevolucionária com a frase: "Sob este signo vencerás!". A partir desse momento, sempre que qualquer um dos numerosos partidos que haviam se conglomerado sob esse signo contra os insurgentes de junho tenta impor na arena revolucionária o interesse da sua própria classe, ele sucumbe diante do mote:

"Propriedade, família, religião, ordem". A sociedade é salva sempre que o círculo dos seus dominadores se estreita, sempre que um interesse mais exclusivo é imposto a um mais amplo. Toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma financeira burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanismo, da mais banal democracia é simultaneamente punida como "atentado contra a sociedade" e estigmatizada como "socialismo". E, por fim, os próprios sumos sacerdotes da "religião e ordem" são escorraçados a pontapés dos seus tripodes pítios, tirados das suas camas na calada da noite, enfiados em carruagens prisionais, jogados em cárceres ou mandados ao exílio, o seu templo é arrasado, a sua boca é selada, a sua pena quebrada, a sua lei rasgada, tudo em nome da religião, da propriedade, da família, da ordem. Burgueses fanáticos pela ordem são fuzilados nos balcões das suas casas por pelotões de soldados bêbados, as suas casas são bombardeadas por passatempo-em nome da propriedade, da família, da religião e da ordem. A escória da sociedade burguesa acaba por formar a falange sagrada da ordem, e o herói Crapuliniski entra triunfalmente nas Tulherias como "salvador da sociedade" (MARX, 2011, p.41- 43).

Assim Marx encerra o primeiro capítulo da obra em questão, nos parece que em nome da propriedade, da religião e da ordem elegeram um ditador. Mas a própria burguesia republicana usou do mecanismo autoritário da força quando nomeou o general Cavaignac como substituto da Comissão Executiva nomeada pela Assembleia Nacional depois da primeira reunião desta, ou seja, o plano dos republicanos era excluir os comunistas, socialistas e anarquistas desde o princípio, inclusive teriam o feito anteriormente, quando cogitaram deixar a duquesa de Orléans, todavia irrompeu a revolução e com isso, por serem conhecidos, contavam com o apoio da imprensa, como a oposição republicana oficial ao Luís Filipe, assim conseguiram cadeiras na Assembleia Constituinte, porém fizeram mal uso delas, desejando apenas o benefício da própria

classe, criando desse modo uma ditadura ao seu modo “A eleição de Luís Bonaparte para presidente no dia 10 de dezembro de 1848 pôs fim à ditadura de Cavaignac e à Assembleia Constituinte” (MARX, 2011, p. 50), ditadura esta que deportou mais de 15.000 cidadãos em nome da propriedade, da constituição, da ordem. Em nome da segurança pública, eliminou-se a liberdade:

E, em continuação, as leis orgânicas foram promulgadas pelos amigos da ordem e todas as liberdades regulamentadas de tal modo que a burguesia pôde fruí-las sem tropeçar nos direitos iguais das outras classes da sociedade. Em todos os casos em que as leis orgânicas proibiram completamente essas liberdades [as das outras classes] ou as permitiram apenas em condições que não eram mais que armadilhas policiais, foram-no sempre exclusivamente em nome da segurança pública, ou melhor dizendo da segurança da burguesia, de acordo com o preceito da constituição. Como resultado, ambos os lados invocam em pleno direito a Constituição, quer os amigos da ordem que suprimiam toda a liberdade, quer os democratas que as reivindicavam integralmente. Com efeito, cada parágrafo da Constituição encerra a sua própria antítese, a sua Câmara Alta e sua Câmara Baixa: no corpo do texto, a liberdade, à margem, a sua supressão. Assim, desde que a palavra liberdade seja respeitada e que apenas a sua efetivação seja interdita, pelas vias legais, entenda-se, a existência condicional da liberdade mantém-se integral, intacta, mesmo que a sua prática real seja totalmente sufocada. (MARX, 1971, p.33).

Portanto a constituição, ou se preferirmos, a legalidade, o poder legislativo e o judiciário, a ordem requerida pelo executivo, estão a favor de uma classe, no caso a burguesia, que foi quem escreveu e aprovou as leis, elegeu o presidente. Neste texto, Marx demonstra como o proletariado não deve esperar da justiça a resolução de seus problemas sociais, mas ao contrário, a exploração de sua vida, de seus direitos conquistados com muito sangue e suor. Sendo assim, se faz necessária travar a disputa de correlações de forças através dos meios disponíveis para atingir o capital, modificar radicalmente as suas estruturas, caso contrário, fica-se a reboque da classe dominante.

Enquanto os republicanos burgueses se entretinham na Assembleia a criar minuciosamente, discutir e votar esta constituição, Cavaignac mantinha o estado de sítio em Paris. A proclamação do estado de sítio em Paris serviu à constituição de parteira nos trabalhos da sua infância republicana. Se a constituição mais tarde foi assassinada a golpes de baioneta, é preciso não esquecer que foi igualmente a poder de baioneta que foi lançada ao mundo. (MARX, 1971, p. 37).

Como mencionamos a pouco, com as eleições de dez de dezembro de 1848, Luís Bonaparte é empossado presidente, assim se encerra a ditadura do general imposto pela

assembleia. Porém após pouco tempo se iniciará outra, a do próprio presidente eleito que decidirá por acabar com o legislativo, o pior, com o apoio das massas desorganizadas. Contudo, ainda houve a oportunidade de reerguer a Montanha nas eleições para a Assembleia Constituinte em Maio de 1849, quando a burguesia se uniu novamente com a classe operária. Porém, durou pouco, pois a pequena burguesia democrata tenta uma revolução infecunda. O que faz a articulação dos setores mais conservadores, ligados ao Antigo Regime, como, os monarquistas, a aristocracia latifundiária, a aristocracia financeira, a burguesia industrial, enfim exercem a maioria no parlamento e conseguem abolir o sufrágio universal. Então, Luiz Bonaparte, após sinalizar a disputa com o parlamento, desafiando a constituição, no caso do envio de tropas à Roma sem a autorização do Parlamento, demonstra ter o apoio das forças militares, deixando o Parlamento isolado, assim não resta mais receio em Bonaparte sobrinho ocupar o parlamento com o exército e instituir uma ditadura, a Restauração do Império. O que nos chama mais atenção é como esse movimento de troca de vanguarda e revolução e contra-revolução se dá durante os acontecimentos, de modo que, Marx diz ocorrer o inverso da primeira Revolução Francesa de 1789, no caso da contemporânea dele, em 1848, acontece o seguinte:

O partido proletário aparece, como apêndice do partido pequeno burguês democrata. É traído e abandonado por este último [...]. O partido democrata, por seu lado, apoia-se no partido republicano burguês. Mas este último pensa ter conseguido uma base sólida, desembaraça-se do companheiro inoportuno e apoia-se no partido da ordem. Este último esquiva-se, faz ir pelos ares os republicanos burgueses e apoia-se por seu lado no exército. Imagina-se ainda sobre os ombros das forças armadas, quando uma bela manhã descobre que estes ombros foram transformados em baionetas. Cada partido ataca por trás aquele que deseja empurrá-lo para frente e apoia-se no que o empurra para trás. [...] A revolução segue assim uma linha descendente. [...]

O período que temos de ante de nós é a mistura mais heterogenia de gritantes contradições: de constitucionais que conspiram abertamente contra a constituição; revolucionários que se declaram constitucionais; uma Assembleia Nacional que quer ser detentora de todo poder mas que permanece constantemente Parlamentar; uma Montanha que faz da paciência uma vocação e que se consola das derrotas actuais profetizando uma vitória futura, dos partidários da realeza que são *pátras conscript* [Senadores romanos] da república e que são forçados pela situação a manter no estrangeiro a casas reais inimigas, de que são partidários, e a conservar em França a República que odeiam; o poder executivo que encontra a sua força em sua própria fraqueza e a sua respeitabilidade no desprezo que inspira; uma República que não é outra coisa senão a infância combinada de duas monarquias: a Restauração e a Monarquia de Julho, com uma etiqueta imperialista; a alianças cuja a primeira clausula é a separação; batalhas cuja a primeira lei é a indecisão (MARX, 1971, p.46-47).

Pois, fica evidente no 18 de Brumário, como a esquerda proletária dá início ao movimento revolucionário que sai de seu controle e a pequena burguesia democrata toma a frente, excluindo aqueles que a proporcionou chegar ao poder legislativo, porém, logo em seguida, a fim de proteger a propriedade privada e interromper um processo revolucionário em curso – o que chamamos de processo contra-revolucionário – faz uma aliança com aqueles que irão descartá-los assim que possível, os republicanos burgueses. Estes, se unem aos aristocratas latifundiários e industriais, também, paradoxalmente, aos monarquistas, os quais juntos acabam com o sufrágio universal e por sua vez, acreditavam ainda ter o apoio do exército que garantiu pelo uso da violência o estado de sítio, mas são surpreendidos, não possuem mais autoridade perante as forças armadas, nem o apoio popular, após a retirada do direito ao voto e da crise que se alastra por todas as regiões. Então, o presidente eleito pelas massas camponesas, joga o povo contra o parlamento, e com o apoio do exército o golpe de Estado do executivo é consumado ainda com grande parte do apoio do campesinato conservador, o qual ainda era a maioria da população. Trata-se de uma síntese dos acontecimentos que envolveram diversos nomes, eventos, armas, venda de cargos no Estado, enfim, todos os recursos disponíveis legais, ou não. Neste ponto cabe fazer algumas considerações sobre a conjuntura brasileira no momento da instauração do golpe civil militar de 1964 e o atual contexto que nos encontramos nestes últimos dez anos, especialmente com as jornadas de junho de 2013, seguida da eleição do segundo mandato da Dilma e seu posterior *impeachment*, com a continuidade de Temer e, por fim a eleição do Bolsonaro, que nunca escondeu a vontade de dar um golpe e instaurar uma ditadura.

No Brasil de 1964, a burguesia preferiu perder os direitos civis adquiridos em troca de barrar as reformas de base, incluindo o iminente processo de Reforma Agrária. Constatamos um processo semelhante nas jornadas de junho de 2013, quando o início desta se dá partir do Movimento Passe Livre (MPL) – de extrema esquerda, com princípios anárquicos – que articula a juventude e sai às ruas para reclamar do aumento da passagem do ônibus em São Paulo, porém perdem o controle e a classe média, com o apoio do próprio governo estadual que autorizou o aumento da passagem, agora dá a passagem de metrô para as manifestações aos domingos, a onda se alastra por todas as capitais do Brasil em um movimento difuso, com ampla diversidade de bandeiras e pautas que reuniam muitas pessoas no Brasil inteiro, em um primeiro olhar parecia ser um movimento de esquerda, com diversos partidos e anarquistas, mas depois se constituiu em um movimento contra a política de modo geral, com um lema “contra corrupção”, fruto do discurso midiático da Lava Jato. Mas, mesmo assim, em uma disputa acirrada Dilma (PT) consegue se reeleger, porém, Aécio Neves (PSDB), o segundo colocado na disputa eleitoral, pede

recontagem dos votos, daí em diante a disputa de poder dentro das câmaras e nas ruas ficam mais presentes, concomitantemente a operação Lava Jato prende Lula (PT), o Congresso decide “estancar essa sangria, com apoio do judiciário com tudo”, assim aprovam o *impeachment* de Dilma aos gritos de “pela família, por Deus”, imitando sem perceberem o ridículo antepassado de Paris de 1848, mas o que desejam é tirar o deles. O que fica evidente nesse processo de “levante” brasileiro é como a classe política está distante da sua base, em certo sentido, pois aprovam reformas, aumentam os próprios salários, retiram direitos, grilam terras, enfim, agem como se fossem superiores às leis. Na atualidade, em que a grande mídia cria uma narrativa de polarização na política, mesmo que a própria mídia e a população saiam prejudicados com isso, até mesmo a Federação saia enfraquecida, o mais importante permanece em pauta, as reformas liberais, as privatizações, enfim, as políticas econômicas que privilegiam o mercado mundial e a elite econômica local, a qual lucra com o aumento do Dólar, com o Agronegócio.

Poderíamos ainda nos dedicar aos filósofos mais contemporâneos que se dedicaram ao estudo do poder, as suas diferentes formas de manifestação e suas relações com a subjetividade e manutenção da sociedade. Seria possível estabelecer alguns paralelos entre a Teoria Crítica e a Agroecologia; ou a microfísica do Poder e o agronegócio; ou ainda a proposta de revolução molecular e a Agroecologia; enfim, existem muitas possibilidades de diálogos entre a filosofia política e a questão agrária no Brasil, a qual no limite, podemos identificar como o grande problema brasileiro.

Portanto, o estudo da filosofia política se faz necessário para entendermos a nossa realidade, a sua construção histórica e a percepção da conjuntura que determina a disputa de correlações de forças, neste sentido, voltamos ao paralelo com a Agroecologia, enquanto resposta aos problemas acarretados pelo agronegócio. Podemos ver que os letrados legitimaram o direito à propriedade privada constituída mesmo que sem o seu uso de caráter social, tal qual ainda estamos vivendo no momento atual do Brasil, embora o direito assegure a função social do uso da terra, o que percebemos é justamente o oposto, seria um uso anti-social da terra, despejos de camponeses sem terra pelo Estado durante a pandemia mesmo que ilegal. O modelo do agronegócio é anti-social por completo, pela sua lógica de funcionamento, pois exclui o campesinato, aumenta o preço dos alimentos no mercado interno, contamina os lençóis freáticos e cursos d’água, bem como o solo, e o ar, além disso, ainda fornece grande parte dos alimentos com níveis de resíduos químicos provenientes de agrotóxicos acima do permitido por cultura pela Anvisa.

## 5.9 Conclusões sobre o ensino de filosofia em consonância com a Agroecologia

Pensamos primeiramente no ensino de filosofia no Brasil, sua relação com a política, seu propósito com os estudantes e a sociedade. Concluimos que a filosofia cumpre um papel de preparação para o exercício da política, a cidadania, da ética, a solidariedade, além de outros objetivos elencados por nós, dentre eles, obter uma noção geral da história da filosofia, bem como seus principais temas, ainda, conquistar a capacidade de argumentar e mudar de opinião perante argumentos mais fortes, enfim, articular os conhecimentos de diferentes áreas, científicos, poéticos, religiosos, contextualizá-los e relacioná-los com as nossas vidas.

Na sequência, encontramos na PHC a melhor expressão para o enfrentamento das forças hegemônicas no discurso em sala de aula, como metodologia didática, tendo em vista o seu caráter revolucionário, se faz necessário no momento atual, bem como a Filosofia entendida no seu aspecto mais questionador da realidade. Neste sentido, a filosofia causa espanto, causa mudanças, pois investiga as formas existentes de explicações para os fenômenos e na sequência é capaz de, com rigor, levar ao limite os princípios adotados, isto é, ser radical, a fim de entender as consequências, os possíveis resultados. Sendo assim, estabelecer uma leitura da totalidade, do princípio ao fim, o que requer compreender as relações existentes entre as partes. Portanto, no caso do ensino de filosofia para alunos do ensino médio, pensado no contexto do interior paulista, concluimos a imprescindível problematização do trabalho na terra, nas relações determinantes com o mercado mundial, neste sentido, Saviani nos afirma que:

Em suma, a pedagogia histórico-crítica dispõe-se a participar e contribuir nessa forte mobilização para assegurar uma educação sintonizada teórica e praticamente com o novo papel que cabe ao campo desempenhar na luta pela construção de uma sociedade que supere a divisão em classes por meio da socialização de todos os meios de produção e das forças produtivas em benefício da humanidade em seu conjunto. Uma educação, em suma, que torne acessíveis aos trabalhadores do campo os conhecimentos produzidos pela humanidade permitindo-lhes, assim, incorporar em sua atividade os avanços tecnológicos sem o que não será viável o tão almejado desenvolvimento sustentável. Eis como a terra voltará a ser o celeiro e o laboratório da humanidade assegurando a todos e a cada pessoa humana uma vida em plenitude. (SAVIANI, 2015, p. 42).

Concluimos que a PHC é a metodologia que mais se aproxima da agroecologia, da reforma agrária e de um ensino de filosofia comprometido com a práxis social.

Tratamos brevemente dos principais elos que ligam a Agroecologia à filosofia, nos dedicamos ao entendimento da ética como princípio agroecológico e filosófico, pois para a Agroecologia é o ponto inicial de toda a mudança necessária, bem como para a filosofia, desde Demócrito, para sermos mais exatos, apresenta uma importante guinada na filosofia, pois é neste momento que ela volta-se para o humano, para os problemas da vida em sociedade, enfim, abre novos rumos para o pensamento filosófico, o que acarreta em intervir na prática do cotidiano, em enfrentar as tradições e autoridades, em questionar a verdade, em causar espanto ao senso comum, características próprias da juventude, a qual representa a possibilidade de mudanças, de revoluções, do novo, logo, a Agroecologia também deve se dedicar em atingir os jovens, pois serão estes os responsáveis por transformar as formas produtivas em vigor, mesmo que se faça necessário o resgate da tradição propositalmente esquecida pelo pacote tecnológico proposto pela aliança da indústria com a bancocracia e o Estado sobre a agricultura.

No que tange a história da filosofia, ficou explícito uma antiga proximidade entre as questões relativas ao campo e à alimentação, bem como ao entendimento de felicidade na vida fora da cidade, no caso de Epicuro, na Filosofia Antiga. Contudo, o desenvolvimento do pensamento medieval e posteriormente moderno aumentou essa distância entre humanidade e natureza, em seu sentido amplo, fato que a filosofia contemporânea irá problematizar, a ponto de buscar reestabelecer essa ideia de pertencimento e totalidade em diversas correntes filosóficas, dentre elas a Fenomenologia, o marxismo, a Teoria Crítica, os pós-modernos, enfim, a crítica foi efetuada por diferentes filósofos a partir de Hegel.

Do mesmo modo, pensamos a epistemologia, as origens da ciência moderna e sua relação com a natureza, como também a crítica efetuada por diferentes epistemólogos e escolas filosóficas sobre as consequências da ciência moderna. Para então, propormos outras possibilidades de ciência, as quais dialogam com a agroecologia, com os princípios que regem esta ciência, a qual é aberta ao conhecimento tradicional. Neste sentido, também entramos no debate da Teoria do Conhecimento, ao entendimento das diferentes formas de adquirir ciência sobre os fatos, ainda como a diversidade cultural é um patrimônio imaterial da humanidade e pudemos relacionar com a biodiversidade, em que há uma incidência maior nas regiões tropicais, que concentro maior número de espécies, isto é, de material genético, como de línguas faladas, como manifestação da pluralidade de etnias presentes nestes países localizados nestas regiões do globo.

Por fim, resgatamos uma pequena história da filosofia política buscando relacionar o pensamento político com a estruturação das forças hegemônicas, ou seja, foi através da filosofia

política que se estudou e se chegou ao modelo de Estado de direito constituído. Portanto, além da necessária prática política para a compreensão desta, também é importante ter uma noção geral das bases teóricas que legitimam o Estado. Mais importante ainda é perceber como essas filosofias se manifestam em nossa política do cotidiano, conseguir relacionar a teoria com a prática atual, tomando os devidos cuidados para não sermos anacrônicos, mas conseguindo articular e pensar as possibilidades que se apresentam como soluções, bem como aquelas que representam ameaças, tendo em vista os exemplos da história e a consolidação do que vivemos atualmente.

Considerando o que foi explanado ao longo do trabalho e ao durante este capítulo, fica evidente a conciliação da agroecologia com a filosofia, principalmente no que diz respeito ao debate ético, epistemológico e político, como também em algum grau a teoria do conhecimento, a história da filosofia e quiçá a filosofia da linguagem, a estética, a lógica, a metafísica, a ontologia, enfim, embora não tratamos dessas áreas filosóficas aqui, isso não significa que não são presentes na agroecologia, de algum modo, encontramos nesta nova ciência o debate filosófico em um sentido amplo, no sentido de um modo de ser, de existir, de transformar a natureza sendo parte desta, em prol de ambos, no presente e para as futuras gerações de todas as espécies viventes.

## 6.0 Pesquisa quantitativa e qualitativa com grupo de alunos do EM

Devido à situação da pandemia Covid-19, optamos por realizar o questionário de forma remota por meio da plataforma Google Forms, por ser gratuita, relativamente a mais conhecida no meio escolar, o que pode ter garantido mais confiança na participação dos estudantes. Para não criar resistência em permanecer respondendo o questionário, decidimos adotar um vocabulário simples, com perguntas curtas e respostas menor ainda, isso quando possível, mas também procuramos atender todas as possibilidades de respostas nas questões de múltiplas escolhas, deixando a alternativa “outra” aberta para respostas escritas, caso as alternativas não contemplassem a resposta desejada pelo participante.

Ainda propomos que fosse respondida de forma voluntária e anônima, para torná-la o mais fiel à realidade dos alunos. Contudo, obtivemos algumas respostas que demonstram o teor de falta de seriedade com a pesquisa por parte deles, o que acabaria por comprometê-la, contudo acreditamos ser um fato isolado e um estudante, o qual iremos analisar posteriormente as outras respostas a partir da que possibilitou identificar o que pensamos ser uma “brincadeira”, a saber ter marcado como outra opção na questão sexo, o que abre o campo para resposta escrita, em que afirmou ser “hermafrodita”. Feita essa observação, optamos por considerar a resposta de “brincadeira” como parte do processo de negação e refutação daqueles que demonstram a resistência ao debate da questão agrária na escola, a criticidade ao agronegócio e o pensamento inovador da agroecologia. Sendo assim, temos ciência da presença de respostas inverídicas no questionário, o que nos provoca a colocá-las como parte no debate.

O público-alvo da pesquisa foram alunos do Ensino Médio de Divinolândia-SP, Caconde-SP e algumas outras cidades brasileiras as quais o questionário também chegou por meio de mensagens encaminhadas pelo aplicativo WhatsApp, o qual foi utilizado para manter contato com os alunos durante o período de isolamento social provocado pelo avanço da pandemia do Covid-19 no Brasil. O questionário encontra-se na íntegra junto com todas as respostas de dos participantes em anexos desta pesquisa, porém faremos uma análise quantitativa das respostas e a partir desta levantaremos alguns problemas para serem pensados e desenvolvidos.

O questionário contém 49 questões, incluindo “idade”, “cidade”; “sexo”; “ano/série” e local de residência ou trabalho, a fim de traçar um perfil de todos os participantes na primeira

parte do questionário. Na segunda etapa do questionário encontram-se 19 questões destinadas aqueles que residem, trabalham ou frequentam o meio rural, apenas 25 estudantes. A terceira fase, aberta novamente para todos os participantes, são 15 perguntas relativas ao conteúdo do tema agrário, sendo a última delas um convite para participar de uma entrevista sobre essa temática.

No total foram 105 pessoas que participaram da pesquisa, destas, 79 pessoas responderam ser do sexo feminino, 25 do sexo masculino e uma pessoa marcou a opção “outro” e digitou ao lado “hermafrodita”. A maior parte dos participantes responderam no campo “Cidade/Estado”, residirem em Divinolândia/SP (56 respostas, sendo que uma delas marcou apenas “campestrinho”, mas como este é o nome de um distrito de Divinolândia, computamos que esta pessoa reside no município de Divinolândia), em segundo lugar com maior quantidade de residentes participantes da pesquisa, encontra-se Caconde/SP, com 31 respostas, depois temos Cambé/PR com 6 respostas, seguida de Londrina/PR e Ribeirão Preto/SP com uma resposta cada. Na questão “idade”, obtivemos 33 respostas para 15 e 16 anos, 29 que marcaram 17, 9 afirmaram possuir 14 anos e uma pessoa diz ter 21 anos. Seguindo a ordem do questionário, a próxima pergunta diz respeito ao “ano/série”, em que a maior parte dos estudantes que responderam os questionários afirmam estar na 1ª série do EM, com 41 respostas, seguida de 27 que responderam estar cursando a 2ª série do EM e 22 participantes responderam estarem matriculados na 3ª série do EM.

Na sequência, perguntamos “Você mora ou trabalha no meio rural?”, diferente das perguntas anteriores, nesta questão, dependendo da alternativa assinalada ela pula uma série de 19 questões sobre a vida no meio rural, seja no trabalho, na residência, ou ainda na convivência. Tentamos colocar todas as possibilidades de respostas nas alternativas a fim de conseguir direcionar as próximas 19 perguntas para esse público específico que frequenta de alguma forma o meio rural. Desse modo, estabelecemos como opções de alternativas a serem escolhidas de acordo com a experiência deles as elencadas a seguir de acordo com a ordem apresentada no questionário e sua respectiva quantidade de respostas dentro do parênteses: a) moro no meio urbano e não trabalho (com 49 participantes); b) moro e trabalho no meio urbano (31 pessoas); c) moro no meio rural e não trabalho (10 estudantes); d) moro no meio urbano mas frequento o meio rural (6 pessoas); e) Moro e trabalho no meio rural (apenas 4 alunos/as, sendo que 3 são do sexo feminino e um do masculino); f) moro no meio rural e trabalho na cidade (3 pessoas); e g) moro no meio urbano mas trabalho no meio rural (2 estudantes). Estas primeiras perguntas são de identificação do público participante do questionário que embasou a parte prática da pesquisa

e as discussões decorrentes das respostas obtidas para o presente trabalho teórico. Assim, obtivemos apenas 25 pessoas que responderam as questões relativas à vivência no campo, ou meio rural (como preferimos evidenciar para evitar algum tipo de equívoco por parte dos estudantes). Talvez o baixo número de participantes que possuam vínculos com o campo se deve pela falta de sinal de celular em muitos sítios, a baixa adesão desses alunos durante a pandemia foi notável nas escolas em que possuímos contato. Prosseguiremos com a análise dessas 19 perguntas que buscam compreender melhor a perspectiva e experiência destes estudantes que habitam ou frequentam o campo.

A primeira pergunta da segunda parte do questionário foi objetiva com apenas uma alternativa para assinalar dentre as 7 alternativas que buscavam atender todas as possibilidades de respostas para a questão: “você gosta de morar ou trabalhar no campo (meio rural)?”, das 25 pessoas que responderam, a maior parte delas, 9, marcaram “gostar muito”; 6 optaram por “não moro no meio rural, apenas frequento”; 3 estudantes assinalaram “gosto”; outros 3 escolheram a alternativa “não gosto”; 2 deliberaram por “mais ou menos (médio)”; 1 estudante marcou “não moro no meio rural, apenas trabalho”; e outro estudante optou por “outra” e escreveu: “não moro no meio rural, e nem frequento”. Esta última alternativa, em tese, não deveria ter nenhum adepto, pois a questão anterior direcionava para a etapa seguinte que não possui nenhum tipo de relação com o meio rural, o que comprova que ao menos um estudante assinalou a questão anterior errada ou redigiu a própria resposta equivocadamente, o que é pouco provável. Ao verificar o questionário individualmente, de acordo com as possibilidades da ferramenta utilizada, constatamos que a estudante em questão respondeu anteriormente a alternativa que diz: “moro no meio rural e não trabalho”, o que nos leva a crer que ela marcou por engano, uma vez que na questão seguinte preferiu digitar outra opção de resposta e conseqüentemente teve que passar pelas 19 questões específicas para aqueles que possuem uma relação mais presente com o campo. Desse modo, demonstra a falta de atenção da aluna com o questionário, logo no início da aplicação deste, o que indica que pode ter acontecido de outra coisa em seu aparelho eletrônico ter chamado a atenção durante a aplicação deste, como por exemplo, ela ter recebido uma mensagem, o que é bem provável de ter ocorrido durante os 15 minutos necessários para completar todas as respostas do questionário. Esse é mais um dos problemas que nos acompanham durante as aulas remotas no período de isolamento social da Covid-19.

A segunda pergunta para esse público mais restrito, que tem alguma experiência mais próxima do campo, diz: “você trabalha, ou já trabalhou, no meio rural (considerando o serviço de casa e seu entorno)? Marque mais de uma opção se necessário.” 9 estudantes responderam

que “sim, trabalho em um sítio (ou fazenda) da família. Mas não recebo uma renda própria para isso.”; 2 estudantes assinalaram “sim, mas não sou contratado(a), nem registrado(a) e recebo por dia trabalhado em alguns sítios e ou fazendas que não pertencem à minha família.”; também 2 estudantes marcaram “trabalho em um sítio (ou fazenda) que não é da família, mas não recebo nenhum pagamento pois vou para ajudar meu pai (ou minha mãe) no serviço dele(a)”. Um único estudante marcou “trabalho no meio urbano e nunca trabalhei no meio rural”. E 11 alunos/as marcaram “não trabalho”. Nesta questão cabe a observar que, apesar da maioria afirmar não trabalhar (44% dos que responderam esta questão), ainda assim há uma quantidade significativa, (36% dos participantes desta etapa) que trabalham para a família nas próprias terras, mesmo sem receber, o que não é ilegal, embora não colabore para a permanência do jovem no campo, no nosso entendimento, conforme veremos com o restante do questionário. Porém, encontramos casos de adolescentes que acompanham seus pais nos serviços deles na roça de terceiros, sem receberem por isso. Se formos fazer um comparativo, ainda que não caracterize trabalho análogo ao escravo, por diversos motivos, dentre eles, por não serem forçados pelo patrão, (ou seu representante, o jagunço, capataz, administrador, fiscal) os quais algumas vezes realmente não possuem conhecimento dessa prática, em outros casos se aproveitam dessas famílias mais numerosas que costumam trabalhar juntas, ainda assim, é uma situação delicada, pois uma das participantes que marcou essa alternativa, diz também gostar muito de morar na roça e que não sairia por nada, por outro lado acha importante possuir a própria renda e também assinalou ser herdeira de propriedade rural, desse modo fica difícil chegar a uma conclusão sobre a situação dela, uma vez que não quis participar da entrevista, a qual poderia nos ajudar a entender melhor o funcionamento desse trabalho em terras dos outros sem ser remunerada, se é que de fato isso ocorre no caso dela, por se dizer herdeira de propriedade rural, sendo assim, as informações parecem não ter lógica. A outra pessoa que assinalou essa alternativa também é uma jovem, a qual faz mais sentido a ligação das outras respostas com esta, pois em outra questão onde perguntou-se se ela é herdeira de propriedade rural, a jovem respondeu a alternativa em que diz “não, minha família mora e trabalha em terras de outra pessoa com carteira assinada”. Embora na questão relativa à experiência de vivência no campo, bem anterior à estas, ela marcou a alternativa “moro no meio rural e não trabalho”, o que entra em contradição com as respostas seguintes. Desse modo, mais uma vez, dificulta concluirmos algo com segurança, já que ela deixou em branco o campo que pergunta: “Você aceitaria participar de uma breve entrevista por internet para colaborar com a presente pesquisa? Se sim, acrescente o seu nome e número de celular”.

Continuando o percurso do questionário, a próxima pergunta encontrada pelos alunos busca entender como eles compreendem e se expressam sobre a importância da renda própria. Dessa forma a pergunta “Você acha importante receber uma renda própria? Sim, não, por quê?” era para ser respondida de forma discursiva, mas 3 estudantes optaram por deixar em branco. Dois escreveram, “sim, para pagar suas próprias contas”, três responderam apenas “sim”, um afirmou que “não, no meu caso, pois trabalho e não recebo, mais [sic] tudo que eu preciso eu tenho”. Outro, respondeu somente “talvez” e 16 afirmaram de modo positivo, e justificaram indicando independência econômica, investir em algo, gastar com o quiser e possibilidade de contribuir com a renda da família. As respostas foram bem curtas, se restringindo a uma frase, apenas uma pessoa respondeu de modo mais elaborado, utilizando 60 palavras:

Sim, é importante. Se eu quiser investir na minha educação, na minha saúde, em algum projeto, ajudar dentro de casa ou fora dela ...o dinheiro exerce um papel muito importante. Mas não que ele seja totalmente necessário em todos esses aspectos, tem muitas coisas que eu posso fazer sem utilizar o dinheiro. Mas para mim, pelo menos agora; ter a própria renda é importante para levar uma vida mais confortável. (Aluna 32)

Trata-se de uma jovem de 17 anos que gosta muito de morar no meio rural, mas trabalha na cidade. A próxima pergunta diz: “Você participa das decisões que envolvem o trabalho na lavoura? Sim, não, por quê? (exemplo: o que utilizar, como fazer, para quem vender, etc.)” as respostas eram discursivas, assim como na questão anterior, desse modo ela nos explica: “Não participo das decisões que envolvem o trabalho na lavoura. Eu e minha família trabalhamos na cidade e não temos experiência com lavoura.” outra aluna da mesma idade e cidade que também gosta muito de morar no meio rural afirma sobre a questão de participar das decisões, que “não, porque meu pai optou pelo arrendamento de terras, então dificilmente ele fala sobre”. A maioria respondeu apenas “não”, com 11 respostas, outros 4 participantes justificaram brevemente a resposta negativa: “não, porque [sic] sou de menor”; “não, mas quero aprender tudo sobre”; “não, não trabalho” e “eu não trabalho”, totalizando 17 respostas negativas, ainda houve quatro participantes que deixaram em branco, as quais duas adolescentes marcaram em questões anteriores alternativas que informavam que elas não trabalhavam, outra menina e um menino informaram em outras questões que moravam na cidade e trabalhavam em um sítio da família, mas não recebiam, porém não quiseram registrar a resposta discursiva sobre as tomadas de decisões, desse modo interpretamos que embora trabalhem no meio rural não participam das deliberações que envolvem a produção e comercialização, pois caso participassem, provavelmente, teriam mais ânimo para responder positivamente. Assim como ocorreu com

outras duas adolescentes que responderam “sim, sou a subchefe” e outra diz “sim, também [sic] sou proprietária” e mais uma que respondeu apenas “sim”, somadas as respostas positivas, temos 4 jovens que dizem participar das decisões.

A questão seguinte pergunta se a renda que a sua família recebe na terra é suficiente para a sobrevivência da família. Nesta pergunta, as respostas são de assinalar uma única alternativa. A mais marcada, com onze respostas, foi: “sim e ainda sobra um pouco”; posteriormente, com 6 respostas, “não, minha família possui outra(s) fonte(s) de renda (aluguel, aposentadoria, negócios, investimentos, etc.); empatadas com duas respostas cada encontra-se “não, minha família também trabalha na cidade”, bem como, “não, dependemos de auxílios do governo e ou ajuda de outros (familiares, amigos, igreja, etc.)”, ainda “sim, mas fica justa, não sobra nada no fim do ano” e “sim, ainda sobra bastante”. Portanto, a renda representa um estímulo de segurança financeira para apenas dois alunos, ao menos de acordo com as respostas que eles optaram em marcar.

Contudo, ainda assim, a maior parte dos/as estudantes que moram no meio rural pretendem continuar morando no campo, conforme percebemos a partir da próxima questão encontrada no questionário<sup>173</sup>. Oito estudantes marcaram a opção “sim, mas terei que sair caso precise trabalhar ou estudar na cidade”, dois assinalaram a opção sim, sempre, não desejo sair por nada”, bem como outros optaram por “talvez, não tenho certeza”, enquanto cinco marcaram “não, quero ir para a cidade” e oito declararam morar na cidade através da alternativa: “não moro no meio rural”.

Seguindo a ordem das perguntas o estudante foi convidado a escrever sobre “o que ele gosta ou acha importante em viver no meio rural?” Quatro deles decidiram deixar a resposta em branco, sendo que dessas, apenas duas declararam anteriormente não morar no meio rural, outra já havia marcado a alternativa “não gosto” de morar no meio rural. Interpretamos que essas quatro respostas em branco indicam o sentido negativo de morar no meio rural, em que as/os estudantes estão desestimulados a escrever o que eles gostam do meio rural, contudo, se na questão anterior oito estudantes marcaram não morar no meio rural e apenas dois destes deixaram em branco, significa que outros seis optaram por responder algum aspecto positivo em morar no meio rural. Um estudante respondeu “importante seria se o prefeito arrumasse as entradas kkkk. (porque tá horrível passar por elas)”, desse modo respondeu o que não gosta em morar no meio rural, esse mesmo aluno havia marcado dito que não gosta de morar no meio rural e pretendia sair deste. Dois responderam: “contato com a natureza”, de modo semelhante outros dezessete estudantes

---

<sup>173</sup> “Você pretende continuar morando no campo (meio rural)?”

responderam em outros termos essa relação positiva com a natureza, vamos citar todas estas respostas por serem curtas e ao mesmo tempo trazerem elementos interessantes sobre o entendimento deles.

O meio rural é muito importante para a vida de todos, pois nela são desenvolvidas as atividades agropecuárias, pecuárias e outras. A maioria das famílias de zona rural trabalham com isso e nós temos muito o que agradecer-las (Est.32)

Gosto porque os alimentos da minha casa são produzidos por nós mesmos, é mais tranquilo e ainda tem lugares incríveis (Est. 7)

A porque o meio rural dá uma sensação de liberdade, gosto muito da zona rural. (Est. 14).

O campo é mais tranquilo, são outros ares, nasci no campo e gosto muito (Est. 19).

Gosto pelo fato de não ter que comprar todos os alimentos por ter plantação (Est.22).

Eu gosto do meio rural por ser um ambiente mais tranquilo, legal, livre. (Est.50).

Acho que a segurança que esse meio trás [sic], além da tranquilidade (Est.21).

Maior convivência com a natureza, menor poluição e mais sossego. (Est.44).

Gosto do ar puro, cheiro de liberdade que aquece minha alma. (Est. 65).

Eu gosto pela questão do meio ambiente (Est. 77).

Eu gosto, pois, minha vida está aqui (Est. 84).

Da água mais saborosa e sem cloro (Est. 30).

A sua importância para a sociedade (Est. 46).

Para a plantação (Est. 104).

Gosto do campo (Est. 34).

As plantações (Est. 83).

A paz o ar (Est. 101).

Paz (Est. 9).

Portanto, a ideia de natureza limpa, água sem poluição, sem resíduos de agrotóxicos, o mesmo no que diz respeito ao ar, está presente no imaginário de alguns deles, outro conteúdo que aparece é a tranquilidade, o sossego, a paz, bem como a liberdade, o que caracteriza uma visão romântica, pois abre algumas indagações, como, o que, ou como, é essa liberdade? Uma vez que sabemos das necessidades que a lavoura e pecuária empregam diariamente para a permanência dessas atividades, ou do pouco retorno econômico, ou ainda da falta de autonomia e participação nas decisões dentro da produção, acreditamos que a seguinte resposta: “A porque o meio rural dá uma sensação de liberdade” é a que nos esclarece o sentido desse termo, pois trata-se de uma sensação, um sentimento, uma imaginação, que tem relação com a percepção do mundo fenomênico, mas também está envolta de assimilações provocadas pela grande mídia, pela publicidade, enfim, por uma atuação de agentes externos que remetem o meio rural à liberdade, felicidade, paz e etc., o famoso exemplo da “família Dorian”, ou das inúmeras

imagens de rótulos de produtos alimentícios. Por outro lado, o silêncio, a brisa, o som da natureza, são fatores que contribuem para produzir a sensação de liberdade, sossego, tranquilidade e paz, embora a briga entre vizinhos (e familiares) seja algo comum, bem como o trabalho árduo e de longa duração, principalmente nas épocas de colheitas, as quais, no caso da pecuária leiteira, envolvem a produção de silagem para a alimentação do gado em época de poucas pastagens, ou no caso da cafeicultura a seca do grão.

A questão seguinte é um levantamento de dados dos participantes que frequentam o meio rural a fim de saber se eles são futuros proprietários de terras, desse modo, optamos por respostas objetivas, em que a maioria, com dezessete respostas, afirmou ser um futuro herdeiro de propriedade rural. Três marcaram “não, minha família mora e trabalha nas terras de outra pessoa como meeiro (contrato de parceria)”; outros dois optaram por “Não, minha família mora e trabalha em terras de outras pessoas com carteira assinada”; uma pessoa assinalou “não moro no campo, nem minha família possui propriedade rural, mas eu trabalho no campo” e uma pessoa clicou em outra opção e escreveu “não moro no campo nem minha família”.

A próxima pergunta busca informações quanto ao tipo de escola frequentada ao longo da vida escolar por parte desses estudantes que possuem alguma relação com o meio rural. A grande maioria sempre estudou na cidade, com dezessete respostas. Outros cinco estudaram no bairro rural em classes seriadas; dois no distrito rural em também em classes seriadas; e um marcou que estudou no bairro rural em classes multisseriadas. Na sequência, perguntamos se eles pretendem continuar os estudos após o término do ensino médio. Dezessete responderam que pretendem fazer faculdade; quatro assinalaram “talvez, ainda não tenho certeza”; dois afirmaram que pretendem fazer um curso técnico; e dois disseram que “não, apenas quero trabalhar”.

Após esse breve levantamento de informações, questionamos: “Você se considera parte do Agronegócio”. Embora, trata-se de uma resposta que expresse a subjetividade do participante, optamos por respostas objetivas, tendo apenas 3 opções, são elas: sim; não; talvez, não tenho certeza. Desse modo, procuramos ser categóricos a fim de quantificar os participantes que se identificam como parte pertencente à categoria do agronegócio. Treze responderam “não”; sete “sim”; e cinco “talvez, não tenho certeza”. O que demonstra que, embora somados todos os esforços do agronegócio em angariar adeptos, conforme mencionamos ao longo deste trabalho, ainda assim, a maior parte dos participantes com vínculos ao meio rural não se identificam como integrante do agronegócio. Porém, quando perguntamos “Você se identifica com a categoria de camponês”, catorze responderam “não”; seis “sim” e cinco “talvez, não tenho certeza”, desse modo a maior parte deles também não se consideram parte do campesinato. Ainda indagamos na

sequência: “você integra a classe da agricultura familiar”, também catorze responderam que “não”; oito “sim”; e três “talvez, não tenho certeza”. É interessante notar que onze desses estudantes afirmaram não pertencerem à nenhuma das três categorias questionadas por nós. Será que eles se identificam com alguma outra categoria, ou trata-se justamente do sentimento de pertencimento à nenhuma classe? Pensamos ser mais plausível essa segunda interpretação, tendo em vista o vigor do discurso apolítico, individualista, supostamente forjado pela ideia desconfigurada de igualdade. Afirmamos isso a partir das outras respostas dos mesmos estudantes, pois a maior parte (seis) desses declararam serem futuros herdeiros das propriedades, outros três não possuem terras e dois deixaram em branco as duas questões que possibilitavam concluir a posse de terras. Neste último caso, corrobora a interpretação de falta de compromisso desses com a pesquisa realizada através do questionário.

Em seguida, o questionário faz perguntas referentes ao uso de agrotóxicos, primeiro, se o estudante já aplicou agrotóxico na lavoura, dois afirmaram que sim, outros dois declaram não saberem se era um agrotóxico, pois poderia ser uma adubação via folhar, e vinte um responderam que não aplicaram, sendo que através da questão seguinte, a qual pergunta sobre o uso de EPI (equipamento de Proteção Individual) identificamos que um dos estudantes nunca trabalhou no campo. Ainda sobre o uso de EPIs, dois responderam que “sim, todas as vezes usei o kit completo: botas de borracha, macacão impermeável de manga comprida, luvas de borracha, máscara e óculos de proteção” um aluno respondeu que “sim, mas nunca o kit completo[...]” e outra estudante afirmou “Não tenho EPI, logo, nunca usei”, a qual na pergunta anterior marcou a alternativa que dizia não saber se era um agrotóxico, quando interrogada “se já sentiu os efeitos colaterais na saúde após o uso de agrotóxicos” assinalou “não, nunca”, já na questão sobre a leitura dos rótulos dos agroquímicos e das providências em caso de emergência ela optou por deixar em branco, o que podemos interpretar como uma resposta negativa ao conhecimento em questão. Quanto aos outros estudantes, vinte um marcaram novamente que nunca aplicaram agrotóxicos, três responderam que nunca sentiram danos à saúde; e uma aluna marcou “só uma vez”, mesmo sempre utilizando o kit completo, conforme ela havia afirmado anteriormente. Sobre a questão “você lê a bula do agrotóxico antes de utilizá-lo? Sabe o que fazer em caso de emergência?” está aluna, assim como outras 5, respondeu que “sim, sempre leio as informações importantes no rótulo e sei o que fazer em caso de emergência”, porém a maior parte, dez estudantes, marcaram a alternativa que diz “não li e não sei o que fazer em caso de emergência” e outros cinco estudantes optaram por “não li, mas sei o que fazer em caso de emergência”. Assim, embora sabemos que grande parte deles afirmam não aplicarem agrotóxico, existe um

risco à saúde latente com a presença destes no mesmo ambiente frequentado por crianças, adolescentes, adultos e idosos, os casos de acidente podem ocorrer por pessoas que não aplicam os produtos, desse modo, ao trazerem para dentro da propriedade ou do lar agroquímicos, com poder letal, é imprescindível instruir todos que habitam o mesmo espaço, o que não acontece, segundo as respostas da pesquisa.

Todavia, a maior parte dos estudantes já observaram aspectos negativos na natureza após o uso de agrotóxicos, conforme as respostas referentes à pergunta: “você já observou aspectos negativos na lavoura, ou meio ambiente, após o uso de agrotóxicos?”, em que oito assinalaram “sim, em plantas, animais e cursos d’água”; seis marcaram “talvez, não tenho certeza”; outros quatro optaram por “não alterou nada, exceto o efeito desejável (indicado)”; duas estudantes responderam “nunca observei a natureza após o uso de agrotóxicos”; e com apenas uma resposta “sim, em animais e plantas, mas nunca na água”; bem como, “sim, só nas plantas”; também uma pessoa escreveu em outra “não”; e mais uma escreveu “nunca trabalhei com agrotóxicos”.

Ainda na mesma perspectiva, perguntamos “você consome tranquilamente os produtos da sua lavoura convencional?”, a fim de saber se eles possuem uma outra produção em menor escala e com menor uso de agroquímicos, para o consumo da família. Encontramos a seguinte situação apresentada por eles através das nossas opções de respostas, oito deles afirmaram que “sim, sem problemas, é o mesmo que a gente vende”; outros cinco marcaram “não, produzimos um único produto, tendo que comprar o restante de fora da propriedade”; três optaram por “não, possuímos uma outra pequena produção apenas para o consumo próprio da família” e quatro decidiram escrever a resposta em “outra opção” assim, mencionaram não possuir lavoura, sendo que um deles afirmou possuírem uma indústria na zona rural.

A partir da próxima questão todos os 105 participantes voltam a responder, mesmo aqueles que não possuem alguma relação mais íntima com o meio rural. A primeira delas é “Você tem algum conhecimento sobre Agroecologia?” em que cinquenta e seis estudantes, isto representa 53% dos entrevistados, marcaram a alternativa “não”, enquanto 27% assinalaram “talvez, não tenho certeza” e apenas 19% “sim”. Na sequência perguntamos “você sabe a que se refere a “questão agrária”?”, houve um equilíbrio nas respostas em que cada uma das opções (“sim”, “não”, “talvez, não tenho certeza”) ficou aproximadamente com um terço do público. Mas quando se trata do agronegócio, mais da metade dos estudantes (57%) afirma que “entende o significado do conceito de agronegócio”, 26% não tem certeza e 16% admitem que “não” possuem pleno entendimento do conceito de agronegócio. Assim, percebemos que estão

familiarizados com o termo que faz parte do contexto dos estudantes, sejam eles da cidade ou do campo.

A pergunta seguinte questiona se eles enxergam “algum problema no uso de sementes transgênicas”. A maior parte, 44%, assinalou “não consigo opinar”, 27% marcou “sim, muitos: ambientais, sociais, econômicos e de saúde pública”, enquanto 18%, dizem “não, nenhum” e uma pessoa marcou outra opção e deixou em branco a explicativa. Portanto, o entendimento sobre transgênico ainda é nebuloso para a maioria, entretanto, parte significativa consegue identificar os impactos negativos do uso de transgênicos, mas ainda dezenove estudantes pensam não haver problema algum, o que deve ser considerado também um número expressivo da permeabilidade do discurso do agronegócio nos estudantes.

Após, questionamos: “você já estudou sobre questão agrária no Brasil?”, sabemos que trata-se de um componente curricular da geografia e que os professores da disciplina trabalham essa temática com eles, contudo, perguntamos no sentido de entender a assimilação, a apropriação dessa temática nas vidas dos alunos, ou seja, um conhecimento orgânico do conteúdo. Nesse sentido, encontramos as seguintes porcentagens nas respostas: 41% dizem que “sim”; 34% “talvez, não lembro”; e 24% afirmam que “não”, sendo assim, se somadas as porcentagens das respostas que identificam a falta do conhecimento nesse tema, então teremos a maior parte dos alunos sem o entendimento da questão agrária no Brasil. Mencionamos isso sem o teor de julgamento ou avaliação dos didáticos trabalhos dos professores da área específica, nossa intenção é apenas constatar a necessidade de se travar esse debate constantemente, com o apoio de outras áreas do conhecimento, a fim de proporcionar uma melhor compreensão da realidade, o que justifica a nossa abordagem filosófica.

O mesmo ocorreu com relação ao conhecimento sobre a reforma agrária, matéria da pergunta na questão conseguinte, em que 26,9% assinalaram ter algum conhecimento sobre reforma agrária, enquanto 35,6% marcaram “não” e 37,5% “talvez, não tenho certeza”. Desse modo, há necessidade de retomar a discussão no que tange a reforma agrária devido à relevância do tema no que tange as origens dos alargamentos da desigualdade social no país, decorrentes em grande parte por conta da política adotada no modelo de desenvolvimento econômico de nossa nação alinhada com os ditames dos países centrais do capitalismo, embora os mesmos, tenham realizado alguma forma de reforma agrária, desse modo, cabe refletir esses fatos com os estudantes em busca deles compreenderem melhor as forças em jogo e quais delas representam mais os interesses da pequena propriedade rural e dos trabalhadores rurais e urbanos. Afirmamos isso, tendo em vista, as respostas das perguntas subsequentes, a saber: “Você acha justa a

“distribuição” de terras feitas ao longo da história no Brasil?”, as respostas corroboram a importância que os estudantes atribuem ao tema, pois parte significativa considera injusta, com 39%, se ainda forem somadas com a resposta: “talvez um pouco” injustas, a qual recebeu 18% dos participantes, então temos 57% que discordam com a forma com que se efetivou a apropriação do solo brasileiro. Também foi significativa a quantidade de pessoas que afirmaram “não consigo opinar”, 19 estudantes assinalaram essa alternativa, representando 18% dos participantes, exatamente a mesma quantidade daqueles que marcaram por “sim”, no sentido de acharem justa a “distribuição” de terras no Brasil ao longo da história, o que nos parece preocupante a compreensão do conceito de justiça entendido por eles, ou o desconhecimento imperceptível por eles da história do Brasil.

Dando continuidade ao questionário, os estudantes se deparam com uma questão de múltiplas opções de conteúdos agrários para marcarem aquelas que tenham lembrança em alguma vez terem sido trabalhadas em sala de aula. São eles: agroecologia, com 18% de assinalações; agronegócio, 45% dos estudantes marcaram-na; transgênicos, apenas 17% se lembram de terem tipo algum contato com esse conteúdo na escola; agrotóxicos, 42%; reforma agrária, 51%; conflitos no campo 43%; demarcação de terras indígenas e reservas extrativistas, 55%. Além dessas opções, estipulamos mais duas alternativas, a saber, “tive, mas não me lembro de nada”, que recebeu 21% de assinaladas; e “não tive nenhum deles”, com 8,7% dos participantes. O que nos desperta atenção com estes resultados é incompatibilidade deles com as respostas de questões anteriores, por exemplo, se 55% afirmam terem lembrança de receberem o conteúdo referente à demarcação de terras indígenas e reservas extrativistas, sendo que apenas 41% dos participantes havia afirmando terem estudado a questão agrária no Brasil, talvez a solução para essa contradição se dê pelo entendimento que possuem no que tange a expressão “questão agrária”, quiçá imaginem tratar-se daquilo que toca somente às técnicas de produção agrícola tendo em vista o aumento da produtividade no campo, mas isso é uma suposição nossa, pois falhamos ao não perguntar em uma questão aberta qual era o entendimento deles sobre este termo.

Seguindo a ordem das indagações propostas no questionário, os participantes devem responder se eles pensam “ser importante estudar esses assuntos agrários na escola?”, a maioria, 69,5%, optou pela alternativa, “sim, todos eles”; 24,8%, marcou “sim alguns deles”; enquanto 3,8% assinalou “não, nenhum deles” e 1,9%, ou seja, dois estudantes afirmaram “não consigo opinar”, desse modo, apenas 5% não são favoráveis aos estudos relativos ao meio rural na escola.

Porém, quase três quartos deles pensam ser importante o estudo de todos esses conteúdos, o que, novamente, ratifica nossa pesquisa e proposta de trabalho com esses temas em sala de aula.

Após, os alunos – aqui entendemos a categoria que envolve tanto as meninas como os meninos, embora elas sejam maioria das participantes, normalmente utiliza-se o substantivo no masculino para designar o conjunto todo – leram a questão: “Você acha que o campo é um território em disputa, com conflitos de interesses antagônico?”, 43,8% dos estudantes afirmaram que “sim”, outros 42,9% declararam “não sei opinar” e 13,3% assinalaram “não”. Se adicionarmos à estas, as respostas daqueles que não sabem opinar, então a maior parcela dos participantes não evidenciam um conflito no campo. O que é alarmante, uma vez que este se faz presente desde muito tempo no Brasil e ainda não foi solucionado, sendo um dos países com o maior nível de violência no campo e ameaças contra a vida daqueles que se dedicam ao combate das desigualdades e injustiças cometidas no campo.

Próximo do término do questionário, ainda seguindo a ordem estabelecida, os estudantes se deparam com a pergunta: “Você pensa ser possível produzir alimentos sem agroquímicos?”, 42,9% deles afirmam que “sim”; 41,1% “talvez”; 12,4% dizem que “não”; e 3,8% optaram por “não consigo opinar”. Sendo assim, agroecologia pode aparecer como uma perspectiva de análise e prática por grande parte dos estudantes, ainda mais se somadas as respostas “sim” e “talvez” que juntas representam 84% dos participantes.

Depois, a pergunta que aparece é “você acredita que algumas grandes empresas praticam a grilagem de terras?”, 39% não conseguem opinar; 34,3% respondeu que “sim”; 22,9% assinalou “talvez”; e 3,8% marcou “não”. Portanto, embora a maior parte não consiga opinar, é expressivo o resultado pífio da resposta negativa, o que deixa evidente a pouca confiança nas autoridades fiscalizadoras e reguladoras vigentes no país, pois se são empresas – pois não questionamos sobre políticos ou cidadãos que operam clandestinamente, mas sim, dessas que estão registradas, com CNPJ – então possuem uma autorização para se manterem em situação ativa para a comercialização, emissão de notas, registros de produção, enfim, são auditáveis.

A próxima questão indaga “Sobre as ocupações como estratégia de luta pela reforma agrária, você pensa serem: (pode marcar mais de uma opção)”, decidimos a fim de não tornar muito cansativo e estimular a maior participação deles no questionário por elencar algumas alternativas embasadas em possíveis respostas do senso comum e de um senso crítico como opções de respostas, deixando sempre a oportunidade do estudante assinalar “outra” e escrever o que quiser. Assim obtemos o seguinte resultado: 30 estudantes marcaram a opção “invasão e merecem serem presos aqueles que entram em terras que não são suas”; 9 estudantes acham

“negativas, pois atrapalham o setor produtivo do agronegócio”; 24 alunos acreditam serem “indevidas, pois deveriam aguardar uma determinação legal para entrarem e constituírem a reforma agrária”; 13 discentes pensam ser “preocupantes, pois podem entrar na terra da minha família”; 12 assinalaram serem “justas, pois ocupam fazendas de grileiros, ou do Estado, ou ainda por bloqueio judicial ou outro motivo legítimo”; 14 deles afirmam serem “Justas, porque promovem a inclusão social através da criação de novos postos de trabalho e geração de renda”; 19 alunos dizem serem “necessária, uma vez que o governo não faz a reforma agrária restam aos movimentos sociais fazerem pressão ao Estado”; ainda 14 estudantes marcaram: “positivas, porque produzem uma diversidade de alimentos próximos do local de consumo e de um modo menos agressivo ao meio ambiente”; outros 6 estudantes assinalaram “outra” e escreveram “não sei” ou “não tenho certeza” ou ainda deixaram em branco a descrição. O curioso na análise individual das respostas dessa questão foi encontrar vários (doze) estudantes que assinalaram alternativas totalmente contraditórias, como por exemplo a alternativa que menciona o termo “presos” e a outra que contém “inclusão social”, foram diversos casos com combinações paradoxais. O que demonstra a falta de compreensão deles, bem como a ausência de coerência desses, ou a falta de atenção na leitura, mas por não serem obrigados a assinalarem mais de uma opção, como fizeram 49 dos participantes que optaram por marcar apenas uma alternativa, acreditamos que não seja o caso de incompreensão de interpretação textual, mas sim de lógica, de estabelecer relações entre as alternativas, outros oito estudantes conseguiram marcar mais de uma opção mantendo a coesão entre elas de modo favorável à tática de ocupações, chegando a assinalarem até quatro alternativas que se complementam. No sentido oposto onze estudantes conseguiram estabelecer relações coerentes com até três alternativas contrárias às ocupações de terras. Nas respostas de alunos que optaram por alternativa única, se somadas as desfavoráveis às ocupações, totalizam 32 estudantes. Desse modo, no montante geral de respostas coerentes contrárias, temos 40 participantes declaradamente contra as ocupações. Por outro lado, se somarmos as respostas isoladas favoráveis, 25 alunos, com as combinações, no caso foram 8, chegamos em 33 estudantes favoráveis às ocupações, número inferior, contudo ainda expressivo, não se distanciando em larga escala dos desfavoráveis, inclusive, na próxima pergunta o resultado se modificará em números absolutos daqueles que pensam ser viável e necessária a Reforma Agrária no Brasil.

A questão seguinte indagava: “você acha viável fazer uma reforma agrária no Brasil? O que você pensa sobre esse tema?”, dessa vez deixamos a resposta aberta para que os estudantes escrevessem o que desejavam. Vinte e nove deles decidiram por deixar em branco. Nove

responderam apenas “sim”. Catorze escreveram “não sei opinar” ou algo similar; e três digitaram somente “não”, seguindo o modelo das questões anteriores de múltipla escolha. Quatro respostas foram idênticas “sim, pois a reforma agrária é basicamente a distribuição mais justa da terra”, coincidentemente são todas meninas da mesma série na mesma escola, sendo assim, indica que possivelmente elas trocaram a resposta por mensagem de texto virtual, quiçá fizeram uma busca na internet para responder mais “adequadamente” e depois compartilharam a resposta encontrada. Afirmamos isso tendo em mãos a resposta de uma outra pessoa diz que consultou o Google e depois expressa sua opinião, segue abaixo:

no Google diz que reforma agrária seria uma forma "justa" de divisão de terras para quem deseja produzir. Bom, no meu ponto de vista, cada um com o que é seu. Não acho justo que entrem em terras de alguém querendo fazer essa tal divisão, pois, a maioria das pessoas tem essas terras como seu meio de ganho, isto é, elas ganham seu dinheiro trabalhando lá, não seria justo tirar o meio de renda dessas pessoas sem a conscientização delas. Um exemplo que posso dar é a família do meu padrasto, eles trabalham com o que eles têm [sic] e ganham com isso, isso sustenta eles, então, se alguém entrasse lá com esses interesses, eles teriam uma renda menor, podendo prejudicar em algumas coisas. (est.81)

A dedicação na resposta foi admirável, pois, por ser a penúltima pergunta do questionário, tendo em vista as respostas anteriores das questões abertas e comparada com a dos demais estudantes, foi uma longa resposta, porém percebe-se que a estudante expressa sua opinião sem conhecimentos, a partir de uma visão individualista de medo e proteção dos bens da própria família, porém são pequenos agricultores, sendo assim estão fora de risco de desapropriação para a reforma agrária, ao contrário, conforme as novas gerações vão herdando a propriedade chegará um momento que será necessário aderirem à algum programa fundiário. A opinião dessa garota de catorze anos de idade é similar à encontrada em outras respostas, como: “Não, pois muitos trabalharam muito para conseguir essas terras, e na maioria vezes tiram seu sustento delas, seria injusto uma pessoa que não trabalhou para conseguir tome posse dessas terras, muitas provavelmente depois de conseguir essas terras venderiam e iriam atrás de outras.” (est.26). Não iremos transcrever todas elas aqui, mas registramos duas respostas idênticas, novamente de duas meninas da mesma escola e série, com uma fala preocupante, a saber, “Não tenho uma opinião completamente formada a respeito, mas discordo totalmente de movimentos como o MST.” O que demonstra o preconceito existente nelas em relação ao MST e outros movimentos sociais da luta camponesa, pois ao mesmo tempo que através da questão de múltipla escolha admitem não ser justa a distribuição de terras no Brasil, são contrárias aos “movimentos como o MST”, o maior movimento nacional de luta pela reforma agrária. Contabilizamos essa resposta como

negativa à reforma agrária, embora elas afirmem não possuírem “uma opinião completamente formada”, nem mencionem explicitamente se acreditam ser viável ou não a efetivação desta, contudo fica implícito o teor conservador na resposta delas. O total das respostas discursivas desse viés contrário, desconsiderando as em branco e aqueles que não souberam opinar, excluindo destes as duas ocorrências mencionadas anteriormente, ou seja, estas duas foram contabilizadas como negativas, resultou em apenas onze manifestações contrárias.

Em contraposição, outros 44 estudantes defenderam a viabilidade da reforma agrária, sendo que houve dentre elas algumas mais cautelosas, com ressalvas, outras com críticas aos políticos e empresários, bem como a defesa da propriedade privada de modo generalizado, propondo uma reforma agrária apenas em áreas do Estado. Por um viés mais crítico encontramos a seguinte resposta, que embora parta de um termo impreciso, na sequência coloca um condicional com denúncia contra a acumulação de capital e consequente aumento da desigualdade social: “Talvez, se for a divisão feita for realmente justa e não mais um motivo para os grandes empresários conseguirem mais dinheiro,” (est.40), outro caso similar foi a resposta favorável mais longa:

Sim, justo, pois quem sempre ocupa terras do governo são, empresário, pessoas que têm renda alta, e usam essas terras para seus negócios, para sua renda, e acabam sendo donos, pois é uma máfia, conseguem provar que as terras pertence a eles, e os de baixa renda sempre sem aproveitamento nenhum. É uma desigualdade social muito grande. (est. 16)

De modo parecido encontramos a resposta questionadora da aluna de 16 anos do 2º ano de Tapiratiba, que reside no meio rural em terras de outrem e é filha de trabalhadores rurais contratados: “O qual se pode fazer, se não existe nem vontade, nem decisão política para beneficiar os desprotegidos?” (est.65). Diversas respostas iniciaram com talvez, mas são favoráveis pois na sequência argumentam que ajudaria na redução da desigualdade social, ou geração de renda.

Por fim, a última questão, pergunta se o estudante aceitaria participar de uma entrevista virtual, em caso positivo pedia que ele adicionasse o nome e número de celular. Catorze estudantes possuíam interesse em participar de uma possível entrevista, os quais treze deles adicionaram o número de celular e doze o nome. Porém, por diversos motivos, dentre eles o pouco tempo hábil de transcrição e análise, bem como a dimensão que esta dissertação chegou, ainda a necessidade de aprovação daquela em reunião de colegiado do conselho de ética dentro do escasso prazo que possuímos para finalizar a presente pesquisa, bem como a continuidade de outras atribuições docentes do executor desta e a manutenção da lavoura sobre seus cuidados,

dentre outros fatores de dificuldades temporárias da vida privada deste, se fez necessário o cancelamento das entrevistas previstas no projeto inicial da pesquisa presente, o que nos forneceria uma escuta mais profunda destes estudantes no que tange a temática em questão, proporcionando uma melhor compreensão do entendimento deles sobre os conceitos aqui tratados, assim como dos preconceitos, dentre outros elementos que poderiam emergir destas entrevistas.

Não descartamos a possibilidade de os estudantes terem respondido esse questionário considerando a informação que possuem de exercício de atividade agrícola orgânica desenvolvida pelo proponente do formulário, o professor de filosofia, autor dessa dissertação. Comentamos esse fato, para não isentarmos aqueles que provavelmente desejaram agradar a autoridade em sala de aula, deliberando por respostas mais “certas” ou que agradariam mais o docente. Contudo, deixamos claro no início do questionário e na mensagem de divulgação do mesmo, o caráter científico do mesmo, a fim de proporcionar um diagnóstico a partir do anonimato e voluntariado de parte dos estudantes, conforme mencionamos no início deste capítulo.

Conforme buscamos compreender os dados apontados pelo questionário, percebemos as dificuldades encontradas pelos estudantes em conseguir entender a pergunta, ou ler com atenção as respostas, ao ainda, responder de modo verídico e coerente com as respostas anteriores. Talvez a redação das perguntas ou respostas possam ter dificultado a comunicação, por mais diretos e simplificadas que pudemos fazer, ainda assim, nos parece que a capacidade de interpretação de parte considerável dos estudantes do EM está aquém do esperado, o que pode ser corroborado pelas avaliações do governo e internas das escolas.

### **6.1 Projeto de ação prática no ensino de filosofia**

O programa PROF-FILO envolve um produto, uma ação prática que deve ser desenvolvida preferencialmente na UE. Embora, pensamos que a formação de professores e a pesquisa envolvida para a escrita deste trabalho interferem inevitavelmente na melhoria do ensino nas escolas em que trabalham, inclusive por acreditarmos que o conteúdo envolvido nesta pesquisa deve ser trabalhado ao longo dos anos, das diversas aulas, incluindo em outras disciplinas, de modo que torne-se mais presente o pensamento crítico e contra hegemônico em diferentes áreas do conhecimentos, articulados e contextualizados, envolvendo a principal atividade econômica dos municípios em que as escolas estão, de modo que, sempre que possível,

em diferentes temáticas da filosofia, quando couber traçar um paralelo entre a esfera municipal e a relação de inserção na lógica da globalização como resultante do processo histórico, problematizando as consequências à que levam e repensar as bases em que se criaram as condições materiais para a efetivação do mesmo, possibilitamos aos estudantes a oportunidade de compreensão do movimento histórico. Ainda assim, faz-se necessária uma proposta de materialização desta pesquisa nestas escolas.

A nossa ideia inicial era realizar um evento interdisciplinar na escola, contudo, devido a pandemia, fomos obrigados a replanejar a realização deste. Deste modo, optamos por realizar o desenvolvimento da temática dentro das aulas remotas de modo virtual, em reunião online junto aos alunos, na semana do dia 17 de abril, Dia internacional de Luta pela Reforma Agrária.

Partimos de três temáticas diferentes nos três anos do EM, a saber, na primeira série estávamos tratando da introdução à filosofia no primeiro bimestre, nas primeiras aulas questionamos o que é a filosofia; para que serve a filosofia; e qual foi o contexto do nascimento da filosofia. Então, após trabalhar essas questões, explanamos sobre a divisão dos períodos da filosofia, bem como das principais áreas da filosofia, todos esses temas foram trabalhados em consonância com o Centro de Mídias do Estado de São Paulo (CMSP), uma plataforma digital criada e mantida pela Secretaria Estadual de Educação a fim de promover aulas e atividades durante o período de quarentena. A orientação das Diretorias de Ensino foi abordar os temas apresentados nas aulas online do CMSP durante os nossos encontros virtuais com os estudantes, pois como estaria contando presença para os estudantes, bem como para os professores, a participação nas aulas e atividades do CMSP, deveríamos ministrar aulas usando o CMSP com o aprofundamento e esclarecimentos com a matéria abordada na semana anterior pelos professores da rede que estavam gravando as aulas para a transmissão ao vivo e também disponíveis posteriormente.

No caso da primeira série, as aulas fornecidas pelo CMSP iniciou-se com a primeira aula de introdução à filosofia no dia 11 de fevereiro, intitulada: A filosofia e o filosofar; na sequência, a aula do dia 18 de fevereiro abordou “Filosofia: história e campos de investigação”; no dia 25 de fevereiro, apresentou-se a filosofia de Nietzsche, a partir da área de Ética e cotidiano, em que a primeira aula nessa temática teve como título “instintos e civilização em Nietzsche”; o tema seguinte, realizado no dia 04 de março, foi “Filosofia a golpes de martelo” e o pensamento pós-moderno”; no dia 11 de março, a aula foi intitulada, “conhecimento é reconhecimento”, quando tratou do conceito de tradição; na semana do dia 08 de abril a aula foi “Conhecimento vs. Conhecimento”, em que foi abordado o conceito de senso comum e conhecimento científico; na

semana do dia 15 de abril (como dia 17 caiu em um sábado), a aula foi sobre a segunda parte do conteúdo: Ética e Consciência Moral, que tinha como objetivo compreender os sentidos antigo e moderno da ética.

No caso de contextualizar o conteúdo do CMSP com a vida dos estudantes e o presente momento que enfrentamos na conjuntura do século XXI, partimos do entendimento desses dois conceitos de pulsões opostas presentes no interior de cada sujeito, a qual reflete na relação entre os sujeitos, ponto que Freud também irá estudar. No pensamento nietzscheano podemos encontrar algumas bases de avaliação a partir das forças vitais que regem a existência material e subjetiva dos sujeitos. Esse fundamento estará presente no pensamento de Marcuse (1978), sobretudo no livro *Eros e Civilização*, o qual traça uma abordagem crítica à forma de dominação do capitalismo sobre o ser humano, bem como a base material oriunda da exploração da natureza. Neste sentido, aproximamos o princípio de Thanatos, isto é, o princípio de morte, com o potencial destrutivo proporcionado por uma sobreposição da razão, ou seja, do princípio apolíneo, sobre a força dionisíaca, o prazer, o princípio de vida, o amor, a libido, a pulsão de Eros.

Ao trazer esses conceitos para concretude da realidade, o exemplo que se encaixa no contexto atual é a hegemonia do agronegócio, que se apresenta como prática racional e discurso de avanço tecnológico capaz de promover o desenvolvimento econômico e social<sup>174</sup>. Esses elementos são apropriados pelas grandes corporações que se inserem em um amplo mercado com impactos tanto na economia local das pequenas cidades espalhadas pelo Brasil e grande parte do mundo, quanto nas grandes potências econômicas tanto dos países centrais quanto dos países periféricos do capitalismo. O agronegócio exerce importante força vetorial em decisões políticas, com impactos em agendas econômicas e de transformações nas paisagens e modos de vida ao redor do mundo. Neste último sentido, o agronegócio se empenha em fomentar uma construção imaginária no sujeito a fim de criar uma subjetividade confortável perante o avanço do agronegócio no planeta. Isto é, através de diferentes veículos de comunicação e eventos, as grandes corporações do agronegócio, desenvolvem campanhas para angariar adeptos, dentre estes estão também os jovens, neste sentido se faz necessário uma linguagem inovadora, que remeta ao futuro e que possua o apelo de popularidade, de reconhecimento do amplo público e apoio midiático de diferentes artistas, ao ponto de unir o discurso de diferentes gerações.

Portanto, o agronegócio se aproxima do princípio apolíneo, da pulsão de Thanatos, ao ponto de promover a morte, de operar racionalmente com o aval do poder legislativo e executivo,

---

<sup>174</sup> Na cartilha “O agro para estudantes”, encontramos a seguinte afirmação ao final do texto: “[...] o agro é muito forte e capaz de melhorar a vida dos brasileiros e, se unirmos forças, conseguiremos elevar nosso país à uma potência mundial” (GRAZIANO, Xico; NEVES, Marcos; 2021, p.21).

bem como muitas vezes do judiciário, vide os exemplos de despejo em acampamentos camponeses, ou da inércia perante as contaminações oriundas de agrotóxicos, ainda observamos a conivência das autoridades públicas em casos de perseguições, ameaças e extermínios de lideranças ligadas aos movimentos sociais do campo, bem como em invasões de territórios indígenas, desmatamentos ilegais e uso de mão de obra infantil ou trabalho análogo ao escravo. No que tange o conteúdo da ética, apresentamos as outras abordagens mencionadas nesta dissertação no capítulo referente à ética ambiental, ou ecoética. E questionamos o critério ético adotado por grandes corporações e por autoridades do Estado em condutas que favorecem o uso de agrotóxicos, bem como a diminuição da fiscalização, quando não é o extremo de intervenções para liberar mercadorias apreendidas, como foi o caso da viagem do Ministro Ricardo Salles para o Pará, a fim de liberar a maior carga de madeira ilegal apreendida na história pela Polícia Federal, fato mencionado em aula como exemplo, de interpelações favoráveis aos interesses econômicos de um pequeno grupo de madeireiros ligados à políticos, o mesmo ocorre com mineradores, pecuaristas, latifundiários, enfim, aqueles que são grandes possuidores dos meios de produção e controlam a política, a qual não retira qualquer resquício de ética. De modo que se torna hipocrisia exigir ética em uma conjuntura de injustiças.

Sobre o tema referente ao conhecimento, em que no CMSP apresentou-se uma introdução ao diferentes tipos de conhecimento, incluindo a ciência, bem como o conhecimento tradicional, nos facilitou apresentar diferentes vertentes epistemológicas para o critério de cientificidade do conhecimento, utilizando-se da abordagem na Agroecologia, no que diz respeito à valorização do conhecimento popular bem como da disputa dentro do campo científico, ainda das influências da sociedade de modo geral no desenvolvimento das pesquisas, seja por interesses econômicos, ou por motivações políticas, ou ainda religiosas, ou mesmo alguma causa distinta dessas, o que nos permitiu mencionar o caso da pesquisadora da USP, Larissa Lombardi, que foi exilada após receber ameaças contra a sua vida e de seus familiares devido ao conteúdo de suas publicações, sobretudo às denúncias referentes ao uso substancial de agrotóxicos, como em Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil.

Buscamos trabalhar com os conteúdos apresentados no CMSP de modo integrado com a realidade e formulando uma ligação entre os diferentes temas tratados desde o início do ano no CMSP e nas aulas virtuais, o que nos permitiu, através da análise do agronegócio no Brasil, relacionar a ética, a política, a teoria do conhecimento e a epistemologia, as quais também foram apresentadas nas aulas do CMSP para a 1ª série do Ensino Médio, com a vida cotidiana dos estudantes do interior paulista e com o desenvolvimento histórico da humanidade e da filosofia.

## 7.0. Conclusões

A presente dissertação buscou compreender o pensamento dos estudantes do Ensino Médio que habitam o meio rural e urbano no interior de São Paulo, mais especificamente na região da cidade de Caconde e Divinolândia, sobre a questão agrária de modo geral. Tendo em vista a práxis pautada no método<sup>175</sup> de Marx (2020), ousamos fazer uma indução a partir dos 105 estudantes que responderam o nosso questionário para nos permitir ter uma hipótese de generalização do percentual de estudantes nos dois municípios e, projetar uma suposição sobre a categoria de estudantes brasileiros no que diz respeito ao entendimento da questão agrária no Brasil a fim de saber se há uma necessidade da contribuição da Filosofia no Ensino Médio no que diz respeito ao entendimento da realidade do rural brasileiro, dito de outro modo, nossa intenção foi avaliar as possibilidades da filosofia somar no aprendizado da questão agrária no Brasil. Partimos do questionário para posteriormente percorrer o caminho inverso e verificar a compatibilidade da teoria que embasou nossa pesquisa com as respostas obtidas na amostragem que respondeu o questionário, neste sentido, o questionário foi aplicado no início da pesquisa, contudo, apresentamos as respostas dos estudantes ao final da presente dissertação, considerando-o como amostragem dos estudantes do interior paulista.

Nos permitimos entrar nos conteúdos das áreas de geografia e sociologia, tendo em vista a capacidade da filosofia de dialogar com outras disciplinas, por se tratar da característica interdisciplinar da filosofia, como “mãe” das outras ciências, o que nos proporciona pensar juntos a realidade, a construção histórica, social e subjetiva do sujeito e sua relação com o coletivo tendo em mente os objetivos da LDB e os PCN-filosofia, os quais vão na direção de contribuir com a formação da cidadania e da solidariedade, dentre outras finalidades mencionadas no capítulo referente ao ensino de filosofia no Brasil.

Estudamos a estruturação da sociedade brasileira no capítulo segundo para compreender as origens do contexto atual do campo e sua relação com a cidade, relação esta que nos debruçamos no capítulo terceiro e evidenciamos o interesse mundial, no caso dos países centrais do capitalismo, em nosso país como mero fornecedor de commodities e comprador de tecnologia no comércio mundial.

---

<sup>175</sup> O que no Brasil ficou mais conhecido como materialismo-histórico-dialético, principalmente pelas contribuições de José Paulo Neto (2011).

Assim, constatamos que a conjuntura é resultante da estrutura social constituída no processo histórico, o que torna imprescindível uma pedagogia que considere o desenvolvimento da história e vá além, reivindique uma transformação social, se for o caso de injustiças e desigualdades sociais encontradas na presente sociedade. Portanto, se faz necessária uma pedagogia revolucionária, uma pedagogia que se proponha em transformar a realidade, assim encontramos a Pedagogia Histórico Crítica. O primeiro passo é nos perguntarmos, tem algum problema a ser resolvido na atualidade? Existe alguma crise em curso? Se sim, de onde ela se origina? Quais são seus impactos? Como saná-la?

De acordo com a nossa percepção e referencial teórico, vivemos um momento de colapso ambiental e social, em sentido amplo, envolvendo o aspecto cultural, econômico, político e etc. Esta grande crise se originou decorrente do processo histórico da humanidade sobre o princípio de exploração da natureza e da própria humanidade em benefício de um pequeno grupo que detém o poder econômico, político, midiático, ideológico, seja através de quaisquer meios necessários, incluindo o uso da força, para se perpetuarem neste e garantirem os seus ganhos econômicos.

Vimos isso ocorrendo no Brasil, desde a chegada dos portugueses até o presente momento. Neste sentido, a filosofia, bem como a sociologia, a história e a geografia, não devem temer em serem claras quanto ao aspecto desigual sempre existentes em nossa sociedade, ao contrário, devemos compreendê-los para buscar soluções, conscientizar os estudantes das origens históricas das mazelas sociais.

Embora a questão agrária seja trabalhada nas aulas de geografia, ainda assim, é importante a contribuição de outras disciplinas, pois grande parte dos estudantes não possuem conhecimentos suficientes para opinar sobre o assunto, bem como, apresentam preconceitos em relação aos movimentos sociais de luta pela reforma agrária, conforme percebemos de acordo com as respostas encontradas no questionário aplicado durante a pesquisa. A qual revelou que embora parte significativa dos estudantes trabalham e/ou residem no campo, ainda assim carecem de uma percepção de conjuntura das relações que determinam a produção agropecuária brasileira.

Trata-se da necessidade do trabalho da equipe escolar, ao menos dos professores na área de humanidades, para alterarmos a ideologia hegemônica imposta pelos meios de comunicação e por convivência familiar em uma sociedade estruturada sob as bases da religião, do latifúndio e do trabalho escravo, os quais ainda deixam as suas marcas na sociedade brasileira.

Sendo assim, é prerrogativa reafirmarmos as construções históricas de consolidação do povo e território brasileiro, donde concluímos que foram forjadas as desigualdades sociais desde

a chegada dos europeus em terras indígenas. Como sabemos, houve uma drástica diminuição da população nativa, grande parte daqueles que resistiram tiveram seu território roubado, outros, mesmo que em aldeias resilientes, perderam parte de sua cultura, desde danças, ritos, até, pinturas e línguas, quando não é o caso da perda do próprio território, dos líderes das comunidades, pois fica evidente o crescimento da agricultura capitalista no período militar como do atual avanço do agronegócio, o qual muitos jovens camponeses se identificam, pesam pertencer à essa categoria, conforme vimos no questionário.

Sendo assim, fica nítida a confusão conceitual no que tange a questão agrária. O que é reflexo de uma incompreensão da história do Brasil, pois esta, indiretamente trata daquela, isto é, são de certo modo indissociáveis, bem como da sociologia e antropologia do Brasil, ou seja, não é um “problema” do professor de geografia a pouca compreensão da questão agrária pelos alunos, trata-se de um problema de todos os professores da área de humanidades, no limite, de toda a sociedade brasileira, exceto daqueles que se beneficiam com ignorância do povo.

Portanto, estamos afirmando que a educação é, além de um direito de todos, uma possibilidade de proporcionar as condições materiais e subjetivas para revolver as estruturas arcaicas, em outros termos, a juventude em formação corresponde ao futuro próximo dos eleitores, profissionais, mães e pais de uma nova geração. Enfim, a juventude é responsável por constituir e/ou manter um modo de vida, o que a torna educadora dos mais novos e mantenedora dos mais idosos.

Logo, o principal problema de uma juventude alienada de sua história, de seu próprio pensamento, é gerar uma sociedade que aceita sem questionar o discurso hegemônico, sendo manipulada por um pequeno grupo que dita os bons costumes, a forma de fazer, o modo de ser, as regras, as leis, isso se ainda restar algum direito, pois há um risco de criar um governo totalitário, porque ao acreditarem em um único discurso verdadeiro, aquele mais aceito pela sociedade conservadora, alienada, o diferente passa a ser um inimigo, um alvo, que deve ser aniquilados inclusive para garantir o status de melhor, em outras palavras, daqueles que foram escolhidos para perpetuar a verdade deles. Neste ponto, a Filosofia e a Sociologia têm muito trabalho pela frente, tendo em vista uma onda de retrocessos nestes últimos anos, vivemos em um momento peculiar da história do Brasil e quiçá mundial, se por um lado ficou mais fácil se comunicar, obter informação, pelo avanço da internet, por outro as *fake News*'s também aumentaram.

Logo, é preocupante que a maioria dos estudantes careçam de entendimento de sua realidade, suas origens, cultura, história, isto é, da compreensão estrutural que acarretou na

conjuntura atual. Pois, conforme vimos em nosso questionário, o preconceito ainda é existente onde a ignorância deixa espaço para a reprodução do imaginário criado a partir da ideologia, como o medo do MST ocupar as terras da agricultura familiar.

Assim, se consolidou e se manteve o discurso da propriedade privada inviolável ao longo dos quatro séculos e como possuir terra é ter poder, domínio sobre o território, poder econômico e conseqüentemente, poder político, no país consolidou-se uma política ruralista desde o início do processo de colonização, ou seja, mesmo antes da independência e posteriormente à Proclamação da República, bem como ao Estado Novo, enfim, em todas as fases da história do Brasil, os latifundiários se preservaram no poder e junto com eles os interesses da elite econômica mundial. Resta ao estudante perceber como estes elementos aparecem no cotidiano dele, isto é, ser capaz de relacionar a política com sua atividade rural, ou no caso dos estudantes do meio urbano, ter conscientização da cadeia produtiva dos alimentos e bens de consumos derivados do campo e o envolvimento dos partidos políticos sobre essa cadeia.

A partir dessa compreensão, somada ao conteúdo de filosofia política, bem como de ciência política, nas aulas de sociologia, ainda acrescenta-se a disciplina de história,, que também trata dos diferentes momentos políticos que a humanidade viveu, no mundo e no Brasil, como também podemos contar com as aulas de geopolítica, enfim, somadas as diferentes contribuições os estudantes deveram no fim do EM estarem preparados para o exercício da cidadania, do voto consciente, mas, não a cidadania não se restringe ao ato de votar a cada dois anos, embora este seja importante de ser realizado de modo sério, estudado, escolhido, pesquisado, contudo também estamos formando os próprios políticos de nossas cidades, seja no sentido de políticos profissionais, ou no sentido amplo do termo, quando se dão conta que a política se faz todos os dias até mesmo em nossas ações do cotidiano, porém mais ainda naqueles momentos da história em que a crise, junto com os estudos e a organização coletiva, levam o povo às ruas, esperamos que os alunos egressos do curso de filosofia no ensino médio compreendam que a ciência política se faz na prática e que a ação de cada um é importante, ainda que a não ação seja vista como uma ação, uma escolha consciente de não integrar um movimento que não lhe representa.

Pensando desta perspectiva, chegamos ao entendimento que a filosofia pode e deve acrescentar elementos nessa temática, dentre estes, destacamos no presente trabalho a importância do aprofundamento no campo da ética, da epistemologia, da teoria do conhecimento e da política, como primordiais para a construção de um pensamento crítico e de uma sociedade mais justa.

Nosso trabalho se pautou prioritariamente no campo da filosofia política, buscamos tecer relações entre diferentes campos do conhecimento com a filosofia política, ainda estruturamos nossa argumentação a partir do caso brasileiro, demos mais destaque às passagens mais significativas no direcionamento do desenvolvimento rural do Brasil. Porém, não deixamos de mencionar a história da filosofia, seus principais autores, embora fora feito um recorte para não tornar o trabalho demasiadamente longo e, também, pelo pouco tempo disponível, abordamos as principais influências que consolidaram a política europeia e consequentemente dos continentes colonizados por ela, sendo assim, partimos de Platão e Aristóteles, avançamos em Maquiavel, depois Hobbes, Rousseau, Locke e por fim Marx, que nos dá a crítica à agricultura capitalista em outro momento da presente dissertação, a qual não perdemos de vista, mas ao tratar dos sistemas políticos optamos por abordar a disputa de correlações de forças presentes na França de seu tempo, donde nasceu o livro “O 18 de Brumário de Luís Bonaparte”.

No que tange a epistemologia, fizemos o percurso parecido, traçamos um panorama geral da história da filosofia epistêmica, sobretudo o grande salto do conhecimento a partir do fim da Idade Média, e do seu desenvolvimento durante a modernidade, as quais formaram a base da metodologia científica empregada até hoje em grande medida nas diferentes áreas das ciências, contudo, no caso da agroecologia, bem como das ciências humanas, dentre outras que buscam outra matriz epistêmica para embasar os seus estudos, encontramos o pensamento contemporâneo de diversos epistemólogos, dentre eles destacamos como potencial contribuição para a Agroecologia o Paul Feyarband, com o seu livro *Contra o Método*, em que chega ao princípio do *tudo vale*. Também discutimos brevemente a Teoria do Conhecimento e suas aproximações com a Agroecologia, em que concluímos que existem diferentes formas de conhecer a realidade e que não podemos hierarquizar esses conhecimentos tornando uma superior ao outro, mas somar, buscar unir os conhecimentos a fim de preservar a humanidade e a natureza.

A ética se apresenta como princípio da Agroecologia, também como princípio filosófico de relação sujeito e sociedade, sendo assim, cabe ao professor de filosofia contextualizar o ensino desta com a conjuntura atual, a qual é proveniente dos desdobramentos da filosofia liberal, que embasou o capitalismo e justificou a exploração da humanidade e dos recursos naturais sem as devidas preocupações no que diz respeito aos danos, priorizando os lucros e incentivando o consumismo. O que torna prioritária a abordagem ecoética, tendo em vista o curto prazo para reverter os impactos ambientais e a escassez de recursos naturais.

Porém, constatamos que, até a data de escrita deste trabalho, o CMSP trabalhou os conteúdos éticos nas aulas virtuais para o estado todo sem mencionar absolutamente nada no que

diz respeito aos aspectos ambientais, o que evidencia o caráter descontextualizado e superficial dos conteúdos de filosofia transmitidos para todos os estudantes da rede de ensino público no estado de São Paulo pelo CMSP.

De fato, a ainda presente, pandemia dificultou em muito o trabalho didático dos professores e os estudos dos alunos, principalmente daqueles que residem no campo, em ambos os casos. Tivemos casos de estudantes sem acesso à internet devido ao relevo montanhoso da nossa região, o que impede o sinal de celular e ondas de internet à rádio. Outro elemento complicador do ensino remoto é a necessidade de uma disciplina e comprometimento maiores para acompanhar as aulas de suas próprias casas, em um ambiente que, em muitos casos, desfavorece a atenção, como o próprio celular, o qual recebe outras notificações que estimulam a curiosidade e a falta de foco por parte dos usuários. As aulas remotas adotaram outra dinâmica de interação com os estudantes, a qual foi praticamente nula, quando houve foi por meio de mensagens escritas bem curtas, na maioria das vezes com uma palavra, ou quando muito uma frase. O que revela um impedimento da aplicação metodológica da PHC.

Portanto, embora nosso projeto de pesquisa tenha sido pensado anteriormente à pandemia, foi necessário readequá-lo, o que inviabilizou partes importantes da aplicação desse. Nos restringimos às atividades remotas e com pouca participação ativa dos estudantes. As aulas se tornaram mais expositivas. Dessa forma, as aulas são mais cansativas para ambas as partes, pois requerem mais atenção e disciplina por parte dos alunos, e para os professores, que abrem suas casas, cozinhas, quartos, ou na melhor das opções escritórios, para as câmeras, para as outras famílias, professores, coordenadores, diretores, enfim, para toda a rede através de um print, ou uma gravação de tela, a qual pode sofrer alterações, montagens, das quais até então estavam menos sujeitos, agora acabam ficando ainda mais tensos, porém necessita continuar o seu trabalho. Sendo assim, o professor deve ter o traquejo de tornar a aula mais agradável para ser “escutada”, “assistida”, pois garantir a participação ativa dos estudantes tornou-se mais distante da nossa realidade de ensino durante a pandemia, desse modo, mesmo que o estudante esteja logado no sistema remoto online, fica difícil saber se ele está ouvindo, assistindo, uma vez que respondendo e escrevendo no chat são pouquíssimos destes.

Por fim, para encerrar a presente dissertação, concluímos que o nosso objetivo, que era repensar a questão agrária e o agronegócio através da abordagem marxista foi realizado com sucesso, conseguimos percorrer o caminho das grandes referências na área e realizar aproximações com a filosofia a fim de poder contribuir com o debate, neste itinerário, chegamos

ao entendimento da Agroecologia com a reforma agrária como resposta aos problemas encontrados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. São Paulo: AS-PTA, 2012.

ARANAHA, M. L. A. **Filosofando: introdução à filosofia**; São Paulo: Moderna, 2016.

ARISTÓTELES, **Política**, São Paulo: Vega, 1998.

ARMS, D. P. **Brasil: nunca mais**, Petrópolis: Vozes, 1985.

ANDA, **Agroanalysis a revista de agronegócios da UFGV**, v.7, mar. 2007.

ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1995.

BARBOSA, C. L. A. Da ética ambiental à Agroecologia: contribuições do ensino de Filosofia para a educação agrícola. **In Educação Unisinos**, v.14, n.3, 2010.

BENTHIEN, P. F. As sementes transgênicas no Brasil: da proibição à liberação. **Revista vernáculo**, n.8,9,10; p.61-76, 2010.

BEZERRA NETO, L. Pedagogia Histórico-Crítica: alternativa para a revalorização dos conteúdos escolares. **Pedagogia Histórico-Crítica e Educação no Campo**, São Carlos: Pedro&João, 2016.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio**, Brasília, MEC/SEMTEC, 2002.

\_\_\_\_\_. LDB. **Lei 9394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 24 dez. 2018.

BORSATO S. R. e CARMO S. M. Agroecologia e sua epistemologia. **Revista Inter ciência**, v.37 n.9, set. 2012.

CALDART S. R.; **Desafios do Vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular**; texto apresentado como trabalho encomendado na 36ª Reunião

Anual da Anped, GT Trabalho e Educação. Goiânia, 30 de setembro 2013.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, p.70-85, jul./set. 2002b

CARMO S. M. **Agroecologia: novos caminhos para a agricultura familiar**; artigo publicado na revista tecnologia e inovação agropecuária; dezembro de 2008.

CARVALHO, J. G. **Material didático para o curso na UFRRJ**, 2004?

COSTA, W.M. da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. Campinas: ed. Unicamp, 1996.

CASTILHO, A. L. **Partido da terra: como os políticos conquistaram o território brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012.

CATTALAN R.; ROSSONI R. A.; MORAES M. L. **A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995 – 2019)** Presidente Prudente: Rev. NERA v. 23, n. 55, pp. 138-164 Set.-Dez./2020.

CHAUÍ, M. Introdução à História da Filosofia. **Companhia das Letras**. v.1, São Paulo, 2002.

DELGADO, G. **Do capital Financeiro na agricultura à economia do agronegócio**, Porto Alegre: UFRGS, 2012.

\_\_\_\_\_, Commodities Agrícolas, verbete, Dicionário da Educação do Campo. **Expressão Popular**, Rio de Janeiro, São Paulo, 2012.

DESCARTES, R. Meditações. **Cultural Coleção: Os Pensadores**. São Paulo, 1973.

FELICIANO, C. A. A Prática da violência no campo brasileiro do século XXI, in RAMOS FILHO, E. **Coleção Território e Questão Agrária**. Expressão Popular, São Paulo, 2016.

FERREIRRA, A. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004.

FERNANDES, F. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Gaudi editorial, São Paulo, 2009.

FERNANDES, B. M. **Agroecologia e reforma agrária**. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/agronegocio-e-reforma-agraria.pdf/view>.

\_\_\_\_\_, **500 anos de luta pela terra**. **Revista cultura vozes**. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/brasil-500-anos-de-luta-pela-terra.pdf/view>

FEYERABEND, P. **Contra o Método**. Rio de Janeiro:

- FICO, C. **Operação Brother San: do golpe militar aos anos de chumbo**, Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2008.
- FRANK, A. G. A agricultura brasileira: Capitalismo e Mito do Feudalismo – 1964, in STÉ-DILE (org.) **A questão agrária no brasil**. Expressão Popular, v.2, São Paulo: 2012.
- FURTADO, C. **A formação econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1997.
- GALLO, S. **Filosofia: uma experiência do pensar**. São Paulo: Scipione, 2017.
- GRAZIANO, Xico; NEVES, Marcos; **O agro para estudantes**, Brasília: 2021.
- GRAZIANO NETO, F. **Questão Agrária e ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- GUATARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 2011.
- GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**, São Paulo: fulgor, 1964.
- GUZMÁN, E.S. Lá Agroecología Como Estrategia Metodológica de Transformación Social. **Instituto de Sociologia y Estudios Campesinos de La Universidad de Codoba**, Espanha (mimeo) 7p.
- HOBBS, Leviaã, **Antologia de textos filosóficos**, Curitiba: Seed, 2011.
- HOLANDA, S. B. de. **História da civilização brasileira**. T.I, v.1, Rio de Janeiro: Bertand Brasil LTDA, 2011.
- JAPIASSU; MARCONDES. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar. 2006.
- JUNQUEIRA, V. H; BEZERRA M. C. S. da. **Perspectiva**, Florianópolis, v.36, n.4, p. 1378-1397, out./dez. 2018
- KAGEYAMA, A. A questão agrária brasileira: interpretações clássicas; Campinas: **revista reforma agrária**, v.23, n.3, p.5-17, 1993.
- \_\_\_\_\_; GRAZIANO, J. S. Dos complexos rurais aos complexos industriais in **A nova dinâmica da agricultura brasileira**; Campinas: Unicamp, 1998.
- KUHN, T. **Estrutura das revoluções científicas**, São Paulo: perspectiva, 2004.
- LAMARCHE H. **A agricultura familiar**. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.
- LENIN. **Lenin e a questão agrária (textos introdutórios 1917- 1922)**, São Paulo: Portal Editora, 2011.
- LIEBIG, **Tratado de química orgânica**. Madri, 1847. Disponível em: [https://play.google.com/books/reader?id=76szHZurA3wC&hl=pt\\_BR&pg=GBS.PR246](https://play.google.com/books/reader?id=76szHZurA3wC&hl=pt_BR&pg=GBS.PR246)
- LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**; Rio de Janeiro:

AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

\_\_\_\_\_. **Transgênicos no Brasil: as verdadeiras consequências**. Campinas: Unicamp, 2020. Disponível em: [https://www.unicamp.br/fea/ortega/agenda21/candeia.htm#\\_ftn1](https://www.unicamp.br/fea/ortega/agenda21/candeia.htm#_ftn1)

MACHADO P.C.L; FILHO M. C. P. **A dialética da Agroecologia**, Expressão Popular; São Paulo, 2014.

MACHADO, J. C. F. Princípio da Precaução fundamentado na filosofia de Hans Jonas. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR** - v.13, n.24, 1º sem, p. 9 a 23 - ISSN 1679-348X, 2013.

MAQUIAVEL, **Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio** Brasília: UnB, 1994.

MAQUIAVEL, Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio, **Antologia de textos filosóficos**, Curitiba: Seed, 2011.

MARTINS, J. S. **A militarização da questão agrária no Brasil**, vozes, 1984.

\_\_\_\_\_, **O Cativo da Terra**, Disponível em: <http://www.suelourbano.org/wp-content/uploads/2017/09/O-Cativeiro-da-Terra-Jos%C3%A9-de-Souza-Martins-1.pdf>.

MATOS, J. C. Filosofando sobre o ensino de filosofia. **O que nos faz pensar**. S.1, v. 24, n. 36, p. 367-382, mar, ISSN 0104-6675, 2013. Disponível em: [http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/import/pdf\\_articles/OQNFP\\_36\\_19\\_junot\\_cornelio\\_matos.pdf](http://oquenofazpensar.fil.puc-rio.br/import/pdf_articles/OQNFP_36_19_junot_cornelio_matos.pdf).

MARCUSE, H. **Eros e civilização**, Zahar: Rio de Janeiro, 1978.

MARX, K. **O Capital, livro I**, São Paulo: Boi Tempo, 2017.

\_\_\_\_\_, **Cadernos de Pariz & Manuscritos Econômicos-Filosófico de 1844**; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

\_\_\_\_\_, **O 18 de Brumário de Louis Bonaparte**, Coimbra: Oficina da Gráfica, 1971.

\_\_\_\_\_, **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**, São Paulo: Boi Tempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Sobre o suicídio**, São Paulo: Boi Tempo, 2006.

\_\_\_\_\_. Crítica à economia política, **História Natureza Trabalho Educação** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História da Agricultura no Mundo**; São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MENDONÇA, S. R; STEDILE, J. P (org.) **A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento, 1964 – 1990**, São Paulo: expressão Popular, 2010.

MERA, C. M. **A questão agrária no Brasil: as contribuições de Caio Prado Júnior e Igná-**

**cio Rangel.** Disponível em: [http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI\\_ANPEC-Sul/artigos\\_pdf/a1/ANPEC-Sul-A1-04-a\\_questao\\_agraria\\_no\\_bra.pdf](http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a1/ANPEC-Sul-A1-04-a_questao_agraria_no_bra.pdf).

MORAES, in STÉDILE, J. P. (Org.) **A questão Agrária no Brasil**, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MORISSAWA, M. **A história de luta pela terra e o MST**, São Paulo: expressão Popular 2001.

OLIVEIRA, A. U. de. **A geografia das lutas no campo**, São Paulo: Contexto 1996.

PASCHOAL, A. **Pragas, agrotóxicos e a crise ambiente**; São Paulo: Expressão Popular, 2019.

PAULO NETTO J. **Introdução ao estudo do método de Mars**, São Paulo: Expressão Popular.

PEREIRA I. B; ALENTEJANO P; FRIGOTTO G. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PETERSON P.; Agroecologia em construção: terceira edição em um terceiro contexto; in ALTIERI M.; **Agroecologia: as bases científicas da Agricultura Sustentável**. Expressão Popular, São Paulo, 2012.

PISTRAK. **Pedagogia do Trabalho**. Expressão Popular, Campinas, 2011.

PLATÃO A **República**. Belém: EDUFPA, 2000.

POPPER, K. **Conjecturas e Refutações (O progresso do conhecimento científico)**. Editora da UNB: Brasília, 1994.

PORTO, J. S. O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”; **Revista NERA**. Presidente Prudente Ano 17, nº. 25 pp. 24-46 Jul-dez./2014.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**, São Pulo: editora brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_, **Formação do Brasil Contemporâneo**, São Pulo: editora brasiliense, 2004b.

\_\_\_\_\_, **A questão agrária**, São Paulo: editora brasiliense, 1979.

PRIMAVESI, A. **A biocenose do solo na produção vegetal & Deficiências minerais em culturas**; São Paulo: Expressão Popular, 2018.

PROUS, A, **O Brasil Antes dos Brasileiros: a pré-história do nosso país**, Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**, São Paulo: Companhia de bolso, 2010.

\_\_\_\_\_, **Teoria do Brasil**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ROUSSEAU, Do Contrato Social, **Antologia de Textos Filosóficos**, Curitiba: Seed, 2011.

\_\_\_\_\_, Discurso Sobre as Ciências e as Artes, **Antologia de textos filosóficos**, Curitiba: Seed, 2011.

SANTOS, Z. B. dos.; OLIVEIRA, U. J. de.; GUALBERTO, C. L. O discurso midiático do agronegócio no Brasil sob um olhar da Análise Discursiva Crítica e da Semiótica Social. **Diálogo das Letras, Pau dos Ferros**, v. 8, n. 1, p. 159-178, jan./abr. 2019.

SAUER, LEITE. **Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil**, 2002.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**; Campinas: Autores Associados, 2008.

\_\_\_\_\_, Pedagogia Histórico-crítica, educação e revolução, *in* ORSO et all (org.) **Pedagogia Histórico-Crítica, educação e revolução: 100 anos da revolução Russa**; Campinas: Armazém do Ipê, 2017.

\_\_\_\_\_. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**; Campinas, 2005.

\_\_\_\_\_. **Para além da curvatura da vara; Germinal: Marxismo e Educação em debate**, v.5, 2013.

\_\_\_\_\_. **Da inspiração à formulação da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC)**; interface, 2017.

SCOPINHO, R.A. e MACEDO, M. E.; **Cultura e comunicação no mundo rural**; Síntese dos Trabalhos apresentados no GT de Comunicação e Cultura no 6º Encontro da Rede Rural, Campinas, 2014.

SILVA, M. A. da; SOUZA Jr., H. P. **A preservação das comunas camponesas russas e a construção do socialismo: análise dos rascunhos de carta de Karl Marx – Vera Zaslitch (1881)** disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/28819/19384>

SILVA OLIVEIRA, R. A questão agrária em debate (1958 -1964): as perspectivas de Caio Prado Júnior e Alberto Passos Guimarães, **dissertação de mestrado em história UFRS**, 2008.

SOUSA, M. A. A. de. **Ética ambiental em Hans Jonas: a necessidade do princípio responsabilidade para a civilização tecnológica**. Disponível em: <http://www.revis-taea.org/pf.php?idartigo=1367>. Acesso em: 30 set. 2018.

SOUZA, L. O. C. de. **Quilombos**, Rio de Janeiro: nova fronteira 2012.

STEDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária no Brasil vol.1**, São Paulo: Expressão Popular: 2012a.

\_\_\_\_\_, **A questão agrária no Brasil vol.2**, São Paulo: Expressão Popular: 2013.

\_\_\_\_\_, **A questão agrária no Brasil vol.3**, São Paulo: Expressão Popular: 2012b.

\_\_\_\_\_, **A questão agrária no Brasil vol.4**, São Paulo: Expressão Popular: 2012c.

\_\_\_\_\_, **A questão agrária no Brasil vol.5**, São Paulo: Expressão Popular: 2012d.

\_\_\_\_\_, **A questão agrária no Brasil vol.9**, São Paulo: Expressão Popular: 2012e.

STEPHAN, C. **A Ideologia da Bipolaridade: a Introdução da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e as Implicações para a Democracia no Brasil**, artigo apresentado no I seminário Internacional de ciências políticas da UFRS, Porto Alegre, setembro de 2015. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/STEPHAN-A-Ideologia-da-Bipolaridade\\_a-Introdu%C3%A7%C3%A3o-da-Doutrina-de-Seguran%C3%A7a-Nacional-DSN-e-as-Implica%C3%A7%C3%B5es-para-a-Democracia-no-Brasil.pdf](https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/STEPHAN-A-Ideologia-da-Bipolaridade_a-Introdu%C3%A7%C3%A3o-da-Doutrina-de-Seguran%C3%A7a-Nacional-DSN-e-as-Implica%C3%A7%C3%B5es-para-a-Democracia-no-Brasil.pdf). Acesso em: 17mar. 2020.

TARCÍSIO, J. S. P. **Filosofia, ética e meio ambiente – Bergson x Descartes: a crítica ao modelo mecanicista e antropocentrismo de compreensão da natureza e a abertura de novas perspectivas para a ética ambiental**. Disponível em: [http://www.machadosobrinho.com.br/revista\\_online/publicacao/artigos/artigo02rems3.pdf](http://www.machadosobrinho.com.br/revista_online/publicacao/artigos/artigo02rems3.pdf), Acesso em: 28 set. 2018.

TROTSKY, **Terrorismo e comunismo o anti Kautsky**, Rio de Janeiro: Saga, 1969.

TOLEDO, V. M. **A memória biocultural**, Expressão Popular: São Paulo, 2015.

VILLAS BÔAS, R. L. **Novo ciclo de modernização conservadora: Indústria cultural e reconfiguração da hegemonia**. Brasília: rebel, 2012.

WERNECK, F; SORDI, J; ARAÚJO, S; ANGELO, C. **Passando a Boiada; Observatório do Clima**; 2020.

WOOLF, F. Introdução à Política de Aristóteles, **Política**, São Paulo: Vega, 1998.

Sites:

<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/livros>

<http://www.mst.org.br>

<https://diplomatie.org.br/agronegocio-e-midia-brasileira-onde-duas-monoculturas-se-conectam/>

<https://diplomatie.org.br/pacto-de-poder-com-os-donos-da-terra/>

<https://diplomatie.org.br/dinheiro-publico-para-o-agronegocio/>

[http://noticias.r7.com/brasil/noticias/zeze-perrella-pdt-tem-patrimonio-invejavel-que-o-tre-desconhece-20110703.html?source=post\\_page-----](http://noticias.r7.com/brasil/noticias/zeze-perrella-pdt-tem-patrimonio-invejavel-que-o-tre-desconhece-20110703.html?source=post_page-----)

<http://oglobo.globo.com/brasil/concentracao-de-terra-cresce-latifundios-equivalem-quase-tres-estados-de-sergipe-15004053>

<http://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/agrotoxicos>

[www.brasildefato.com.br](http://www.brasildefato.com.br)

[www.theintercept.com](http://www.theintercept.com)

[https://www.unicamp.br/fea/ortega/agenda21/candeia.htm#\\_ftn1](https://www.unicamp.br/fea/ortega/agenda21/candeia.htm#_ftn1)

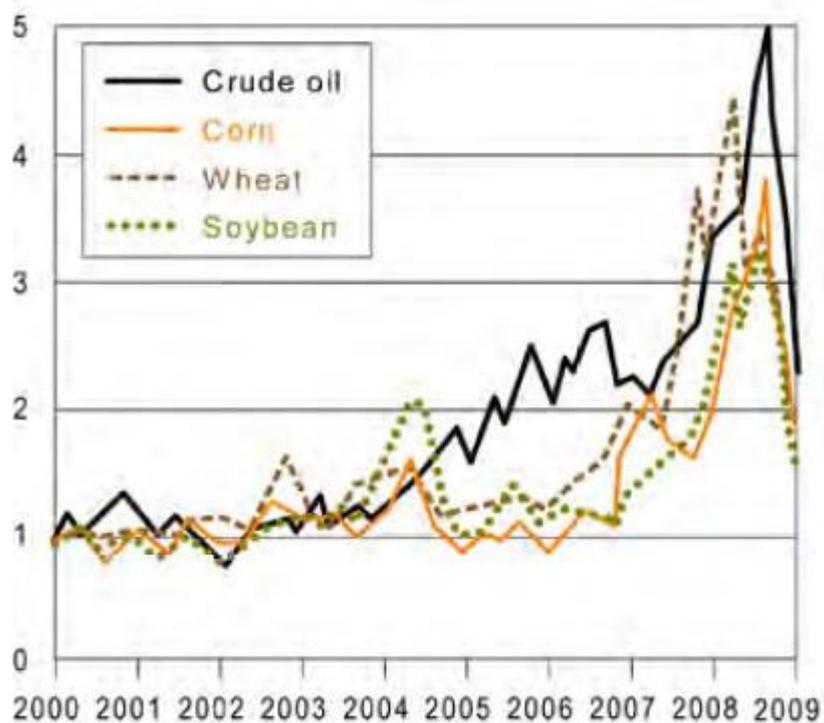
## 8.0. Anexos

**Mapa 1: Região do MATOPIBA ou MAPITOBA**



Fonte: Agra FNP, Conab, Ícone e Ministério da Agricultura

**Gráfico 1: preço do petróleo, preço do milho, trigo e soja**



Fonte: HEINBERG, 2009.

**Gráfico 02 – Número de famílias assentadas no Brasil por ano (1990 a 2016)**

Fonte: CATTALAN, 2020

**Tabela 1: Principais projetos educacionais de algumas das entidades da classe patronal e das principais empresas do agronegócio no Brasil**

Empresa/ Projeto	Objetivos/ Principais ações	Abrangência/ Resultados	Executores Parceiros
<b>ABAG</b> Agronegócio na Escola	Oferece cartilhas aos estudantes e um vídeo, que é utilizado nas aulas. Aborda temas como o surgimento da agricultura e sua modernização. Professores vão conhecer usinas e são capacitados. Concursos de redação	Criado em 2001 135 mil alunos 8 mil professores	ABAG – RP Secretarias estaduais de educação
<b>CNA</b> Agrinho	O programa AGRINHO desenvolve projetos pedagógicos em diversas áreas nas escolas para contribuir com a criação de uma geração de cidadãos mais conscientes. O SENAR capacita os professores e fornece material didático para a rede pública e particular	Criado em 1995 56.472 turmas 1.477.406 alunos Criado pelo Faep/Senar-PR hoje vários estados	SENAR Secretarias de Educação Rede particular de ensino

<b>UNICA Projeto AGORA</b>	Principais objetivos são a “geração de conhecimento” e conscientização sobre as questões da indústria da cana-de-açúcar e a sustentabilidade”. Produção de materiais didáticos, como cadernos para os professores, jogos educativos; concursos e desafios.	Em 2013: 250 mil alunos 1.400 escolas 105 municípios	Empresas que compõem a UNICA Editora Horizonte Secretarias de Educação
<b>BUNGE Comunidade Educativa</b>	Programa de voluntariado corporativo Objetivo: estimular a leitura em escolas e espaços comunitários Estruturação de espaços de leitura com doação de livros e formação de mediadores de leitura; Acompanhamento dos trabalhos pelo Blog Semear Leitores e Facebook.	09 Estados: RS, SC, PR, SP, BA MG, PI, PE, MT 38 escolas 10.254 alunos 584 professores 321 voluntários	Fundação Bunge
<b>SYNGENTA Escola no campo</b>	Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades do campo, os jovens são estimulados a transmitir o que aprendem para suas famílias e comunidade. Fornece capacitação aos professores e materiais didáticos sobre conservação ambiental; o papel das comunidades rurais; e erradicação do trabalho infantil	Criado em 1991 Em 2013: 22.599 alunos 1.575 professores 518 escolas 118 voluntários 189 municípios 13 Estados Total: 420 mil alunos	Fundação ABRINQ Secretarias de educação Empresas locais de agronegócio (Cotrijui, Coocam,etc)
<b>DUPONT DuPont na Escola</b>	Destina-se a filhos de produtores rurais. Objetivo é promover os conceitos de crescimento sustentável da atividade agrícola, cidadania, preservação e segurança na aplicação de defensivos agrícolas, usando esse público como propagador da mensagem.	Nos últimos seis anos cerca de 45 mil estudantes de 7 10 anos de 450 escolas de todo o Brasil	Secretarias de Educação Empresas locais do agronegócio

<b>Grupo JBS Escola Germinare</b>	<p>Produção de textos e trabalhos artísticos sobre boas práticas agrícolas. Prêmio com tema: Meu herói, o Agricultor</p> <p>Oferecer alta qualidade de ensino para jovens potenciais com o propósito de formar administradores de empresas e gestores de negócios, que serão os líderes do futuro. A escola é regular e oferece sem custo, Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Busca conjugar a excelência acadêmica com uma preparação que coloque os jovens diante dos problemas reais.</p>	<p>Criada em 2009</p> <p>Faz parte da J&amp;F Investimentos: JBS; Vigor; Flora; Eldorado; Banco Original; Oklahoma e Floresta Agropecuária, e Canal Rural.</p> <p>360 alunos</p>	<p>Instituto Germinare</p>
---------------------------------------	---	--	----------------------------

FONTE: CHÂ, Ana; 2018, p.48.

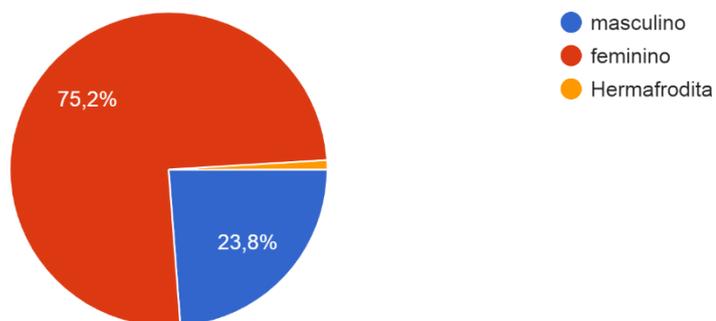
**Tabela 2: Classificação e Toxicidade com Cor indicada na embalagem e DL de agrotóxicos**

Classe	Toxicidade	Cor no rótulo	Dose Letal 50 oral de sólidos (DL50)
I	Extremamente tóxico	Faixa vermelha	DL50 e $\leq$ 0,005 grama/kg
II	Altamente tóxico	Faixa amarela	DL50 e $>$ 0,005 até 0,05 grama/kg
III	Moderadamente tóxico	Faixa azul	DL50 $>$ 0,05 a 0,5 gramas/kg
IV	Pouco tóxico	Faixa verde	DL50 $>$ 0,5 gramas/kg

\* A classificação toxicológica dos agrotóxicos é feita em função de estudos laboratoriais com exposição oral, dérmica e inalatória para determinar a CL50 e DL50 (Concentração Letal e Dose Letal, dadas em miligramas do produto tóxico por quilo de peso corporal necessários para matar 50% dos ratos ou outros animais expostos ao produto.

## Questionário realizado com os estudantes através do Google Forms: Ruralidade e educação

Sexo  
105 respostas



Cidade/Estado  
105 respostas

Divinolândia SP
Caconde sp
Divinolândia
Divinolândia
Divinolândia/ sp
Caconde SP

A captura de tela mostra a interface de uma planilha de respostas do Google Forms. O cabeçalho indica o campo 'Cidade/Estado' com 105 respostas. Abaixo, há uma lista de respostas individuais para este campo, incluindo 'Divinolândia SP', 'Caconde sp', 'Divinolândia', 'Divinolândia', 'Divinolândia/ sp' e 'Caconde SP'. A barra de tarefas do Windows é visível na base da imagem, mostrando o relógio em 18:21 em 29/05/2021.

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

Cambé, Paraná

Divinolândia sp

Caconde

Divinolândia- SP

Divinolândia/Sp

Divinolândia sp

Caconde-SP

Divinolândia-SP

cambe

Windows taskbar: File Explorer, Edge, Adobe Reader, Chrome, Word, OneDrive. System tray: Keyboard, Volume, Network, Language (POR, PTB2), Date/Time (18:22, 29/05/2021).

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

Cambé, Paraná

Cambé - PR

Divinolândia-Sp

Cambé/Paraná

Londrina/ Paraná

Rolândia Paraná

Divinolândia/ SP

Cambé PR

Divinolândia

Windows taskbar: File Explorer, Edge, Adobe Reader, Chrome, Word, OneDrive. System tray: Keyboard, Volume, Network, Language (POR, PTB2), Date/Time (18:22, 29/05/2021).

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

Divinolândia, Sao Paulo

Divinolandia SP

Divinolândia / SP

Cambé /Paraná

Divinolândia - SP

Campestrinho

Divinolandia/sp

Cambé

Caconde SP

Windows taskbar: 18:22, 29/05/2021

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

Ribeirão Preto/São Paulo

Divinolândia-,sp

Divinolândia/São Paulo

Divinolandia/Sp

Divinolândia São Paulo

Divinolândia SP

Divinolândia/SP

Caconde -São Paulo

Caconde SP

Windows taskbar: 18:23, 29/05/2021

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

Caconde-SP

Tapiratiba sp

Divinolândia-sp

caconde sp

Divinolândia-SP

Caconde / SP

Divinolandia-SP

Caconde São Paulo

Caconde ssp

Windows taskbar: File Explorer, Edge, Adobe Reader, Chrome, Word, Teams, System tray: Keyboard, Volume, Network, Date: POR 18:23, PTB2 29/05/2021

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

Divinolândia \_SP

Divinolandia/SP

Divinolândia/São Paulo

Divinolândia (SP)

Caconde São Paulo

Divinolândia, São Paulo

Caconde-sp

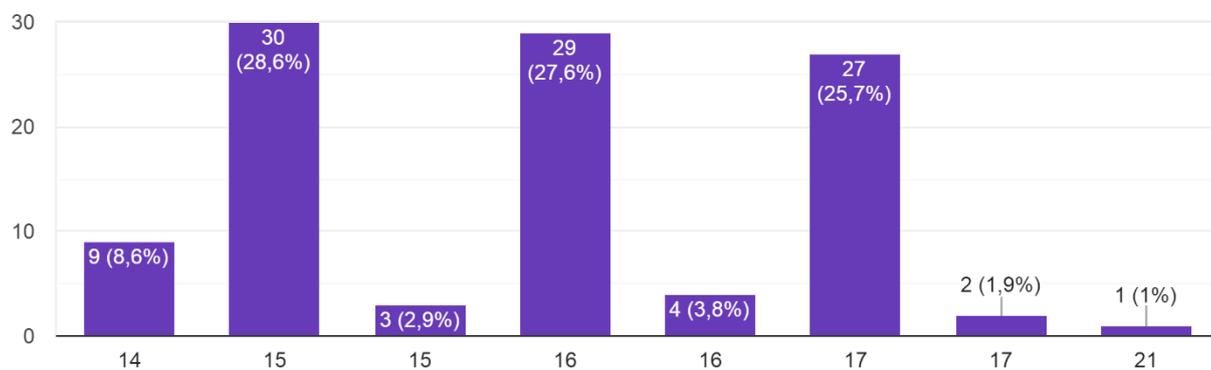
Caconde SP

Caconde

Windows taskbar: File Explorer, Edge, Adobe Reader, Chrome, Word, Teams, System tray: Keyboard, Volume, Network, Date: POR 18:23, PTB2 29/05/2021

## Idade

105 respostas



Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

ano/Série

105 respostas

- 2 colégio
- 1
- 1 colégio
- 3
- 2ªA
- 1º colégio
- 1ªA

Windows Taskbar: File Explorer, Edge, Adobe Reader, Chrome, Word, Teams, System Tray: Network, Volume, Power, Date: POR PTB2 18:17 29/05/2021

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

ano/Série

105 respostas

3A

1ª série do ensino médio

3º ano

2º ano

1ºC

2ºB

1º ano do ensino médio

Windows Taskbar: File Explorer, Edge, PDF Reader, Chrome, Word, OneDrive, System Tray: Keyboard, Network, Volume, Date/Time: POR PTB2 18:17 29/05/2021

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

ano/Série

105 respostas

3ºano

Segundo ano EM

2º

2 ano do ensino médio

3 ano B

3 ano em

1º

Windows Taskbar: File Explorer, Edge, PDF Reader, Chrome, Word, OneDrive, System Tray: Keyboard, Network, Volume, Date/Time: POR PTB2 18:17 29/05/2021

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

ano/Série

105 respostas

3°C-Ensino médio

primeiro ano do ensino médio

2ºano B

2020/3colégio

3º colégio

3B

3 ano do ensino médio

Windows Taskbar: File Explorer, Edge, PDF Reader, Chrome, Word, OneDrive, System Tray: Keyboard, Volume, Network, Time: 18:17, Date: 29/05/2021

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

3ºA

3º Colégio

3ºAno A

3ºano

3º ano

2ºB

3 col A

2 Ensino médio

3º ano do ensino médio

Windows Taskbar: File Explorer, Edge, PDF Reader, Chrome, Word, OneDrive, System Tray: Keyboard, Volume, Network, Time: 18:18, Date: 29/05/2021

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

2 °A

2° Colégio B

1° Ensino Médio

3°A

2 série

2° Sériio

2020/2serie

2 colégio

1 Colégio novotec

Windows Taskbar: File Explorer, Edge, PDF Reader, Chrome, Word, OneDrive, System Tray: Keyboard, Volume, Network, Date/Time: POR PTB2 18:18 29/05/2021

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

1anoA

1°ano C

1°colegio 9°serie

1 novotec

1°colegio

1 C

1° Novotec

1° B

1 ano C 2021

Windows Taskbar: File Explorer, Edge, PDF Reader, Chrome, Word, OneDrive, System Tray: Keyboard, Volume, Network, Date/Time: POR PTB2 18:18 29/05/2021

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

1 ano C 2021

1anoC

3 ano A

1colegio

1°NotoTec

2021 3a

3°

1°colégio

Windows taskbar: File Explorer, Edge, Adobe Reader, Chrome, Word, OneDrive. System tray: Keyboard, Network, Volume, Date/Time: POR PTB2 18:19 29/05/2021

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

1 serie

1 Novotec

1 B

2 a

1°NOVOTEC

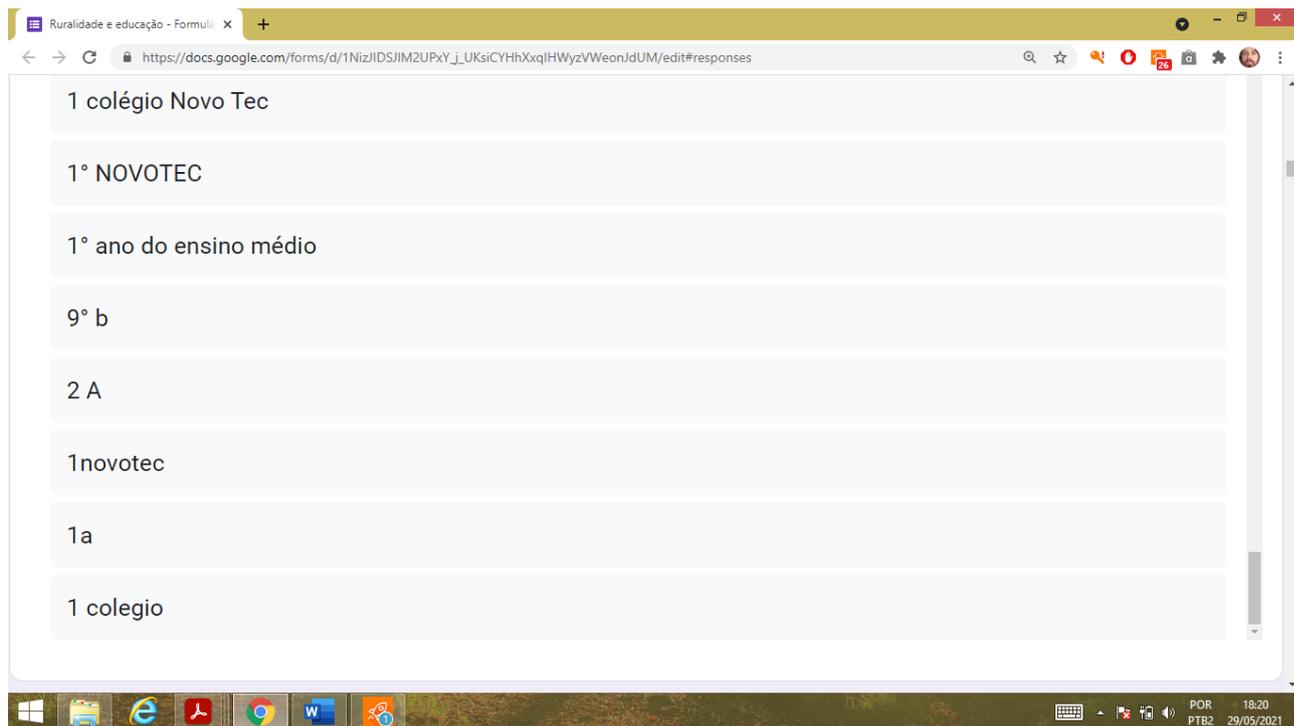
3 A

1 ano do ensino médio

2a

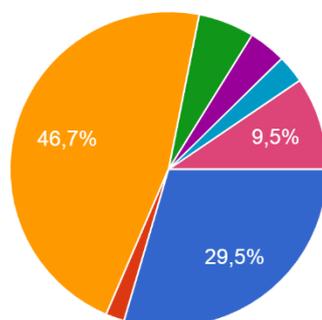
2ano

Windows taskbar: File Explorer, Edge, Adobe Reader, Chrome, Word, OneDrive. System tray: Keyboard, Network, Volume, Date/Time: POR PTB2 18:19 29/05/2021



Você mora ou trabalha no meio rural ou urbano?

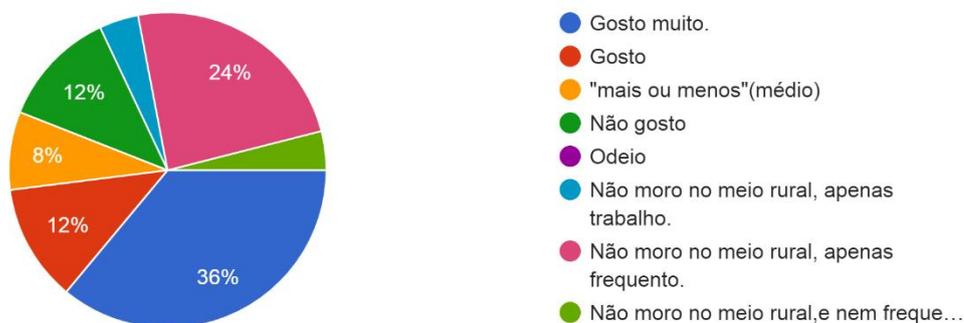
105 respostas



- Moro e trabalho no meio urbano
- Moro no meio urbano, mas trabalho no meio rural
- Moro no meio urbano e não trabalho.
- Moro no meio urbano mas frequento o meio rural
- Moro e trabalho no meio rural
- Moro no meio rural e trabalho na cidade
- Moro no meio rural e não trabalho

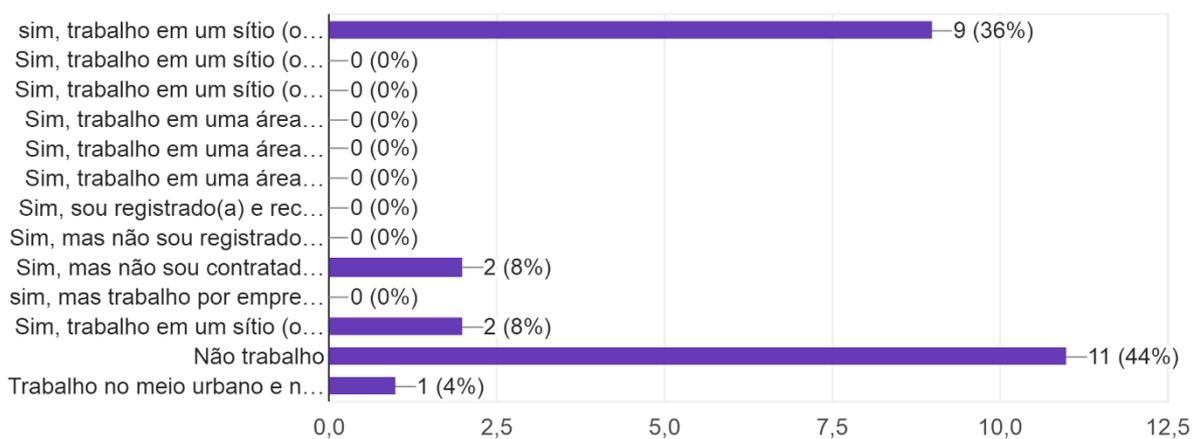
### Você gosta de morar no campo (meio rural)?

25 respostas



### Você trabalha, ou já trabalhou, no meio rural (considerando também o serviço de casa e seu entorno)? Marque mais de uma opção se necessário.

25 respostas



Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

Você acha importante receber uma renda própria? Sim, não, por quê?

22 respostas

- Sim. Para pagar suas próprias contas
- Sim, para poder ter uma vida financeira boa, ser mais independente.
- Sim para ter seu próprio dinheiro
- Sim,
- Sim
- Sim, porque é um trabalho meu suado.
- Sim, é muito melhor ter ser próprio dinheiro, ser independente
- Sim, para poder ajudar

Windows Taskbar: 17:32, 29/05/2021

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

Você participa das decisões que envolvem o trabalho na lavoura? Sim, não, por quê? (exemplo: o que utilizar, como fazer, para quem vender, etc.)

21 respostas

- Não
- Sim. Sou a sub chefe
- Não
- Não.
- Não, porque meu pai optou pelo arrendamento de terras, então dificilmente ele fala sobre
- Sim, tbm sou proprietária

Windows Taskbar: 18:14, 29/05/2021

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

Não participo das decisões que envolvem o trabalho na lavoura. Eu e minha família trabalhamos na cidade e não temos experiência com lavoura.

Sim

Não, não trabalho.

Não.

Eu não trabalho

Nao.pq sou de menor

Nao

Não, mais quero aprender Sobre tudo.

POR 18:14  
PTB2 29/05/2021

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

A renda que sua família recebe na terra é suficiente para a sobrevivência da família?

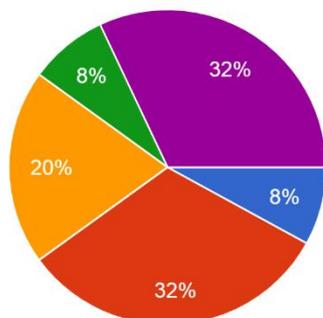
25 respostas

Resposta	Porcentagem
sim, e ainda sobra bastante	8%
sim e sobra um pouco	44%
sim, mas fica justa, não sobra nada no fim do ano	8%
Não, minha família também trabalha na cidade	8%
Não, minha família possui outra(s) fonte(s) de renda (aluguel, aposentad...)	24%
não, dependemos também de auxílios do governo e/ou ajuda de outros (fami...)	8%
(Resposta não listada)	8%

POR 17:33  
PTB2 29/05/2021

### Você pretende continuar morando no campo (meio rural)?

25 respostas



- Sim, sempre não desejo sair por nada.
- sim, mas terei que sair caso precise trabalhar ou estudar na cidade.
- Não, quero ir pra cidade.
- Talvez, não tenho certeza
- não moro no meio rural

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizlIDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

### O que você gosta ou acha importante em viver no meio rural?

21 respostas

- Contato com a natureza
- Gosto porque os alimentos da minha casa são produzidos por nós mesmos, é mais tranquilo e ainda tem lugares incríveis
- Paz
- A porque no meio rural dá uma sensação de liberdade, gosto muito da zona rural.
- O campo é bem mais tranquilo, são " outros ares ",nasci no campo e gosto muito.
- Acho que a segurança que esse meio tras , alem da tranquilidade.

Windows Taskbar: File Explorer, Edge, PDF Reader, Chrome, Word, OneDrive, System Tray: Network, Volume, Power, Date: POR PT&2 17:34 29/05/2021

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

Gosto do fato de não ter que comprar todos os alimentos por ter plantação

Da água mais saborosa e sem cloro

O meio rural é muito importante para a vida de todos, pois nela são desenvolvidas as atividades agropecuárias, pecuárias e outras.  
A maioria das famílias de zona rural trabalham com isso e nós temos muito o que agradecer-las.

Gosto do campo

Maior convivência com a natureza, menor poluição e mais sossego.

A sua importância para sociedade

Eu gosto do meio rural por ser um ambiente mais tranquilo, legal, livre.

Windows Taskbar: File Explorer, Edge, Adobe Reader, Chrome, Word, OneDrive, System Tray: Keyboard, Volume, Network, Date/Time: POR 18:12, PTB2 29/05/2021

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

Eu gosto do meio rural por ser um ambiente mais tranquilo, legal, livre.

Gosto do ar puro, cheiro de liberdade que aquece minha alma!

Importante seria se o prefeito arrumasse as entradas kkkk. (Porque tá horrível passar por elas)

Eu gosto pela questão do meio ambiente

As plantações

Eu gosto pois minha vida está aqui.

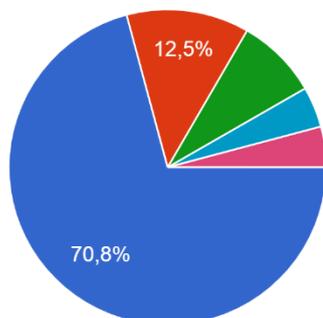
A paz o ar

Para plantações

Windows Taskbar: File Explorer, Edge, Adobe Reader, Chrome, Word, OneDrive, System Tray: Keyboard, Volume, Network, Date/Time: POR 18:12, PTB2 29/05/2021

Você é um futuro herdeiro da propriedade em que reside?

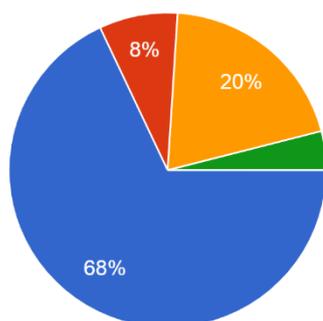
24 respostas



- sim, pertence aos meus pais e/ou avós e tios
- não, minha família mora e trabalha nas terras de outra pessoa como meieiro (...)
- não, minha família mora e trabalha nas terras de outra pessoa como arrendat...
- não, minha família mora e trabalha na...
- Não moro no campo, mas minha famíl...
- Não moro no campo, nem minha famíl...
- Não moro no campo e nem minha fa...

Você já estudou no meio rural? Se sim, em qual tipo de classe?

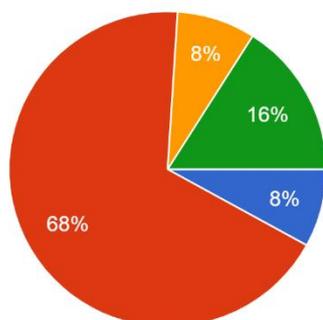
25 respostas



- não, sempre estudei na cidade
- Sim, em classes seriadas (normais) no distrito rural
- Sim em classes seriadas no bairro rural
- sim, em classes multisseriadas no bairro rural

Você pretende continuar os estudos após o término desta etapa?

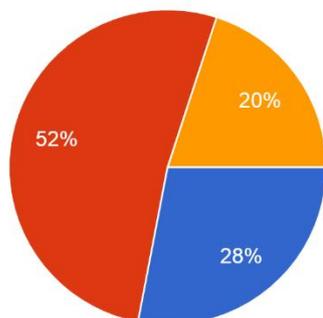
25 respostas



- Sim, pretendo fazer um curso técnico
- Sim, pretendo fazer faculdade.
- Não, apenas quero trabalhar.
- Talvez, ainda não tenho certeza.

Você se considera parte do agronegócio?

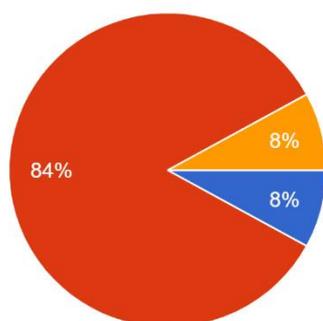
25 respostas



- Sim
- Não
- Talvez, não tenho certeza.

Você já aplicou agrotóxicos na lavoura?

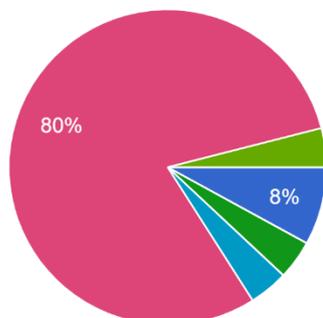
25 respostas



- Sim
- Não
- Talvez, não sei se era um agrotóxico.

Você utilizou EPI (equipamento de proteção individual) quando trabalhou com agrotóxicos?

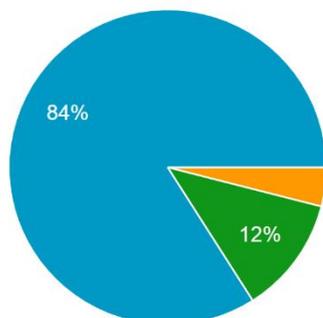
25 respostas



- Sim, todas as vezes usei o kit completo: Botas de borracha, Macacão impermeável...
- Sim, algumas vezes usei o kit completo.
- Sim, uma vez usei o kit completo.
- Sim, mas nunca usei o kit completo, somente alguns itens, como luvas de...
- Tenho o EPI, mas nunca usei nenhum...
- Não tenho EPI, logo nunca usei.
- Nunca apliquei agrotóxicos na minha...
- Nunca trabalhei no campo, nem com...

Você já sentiu os efeitos colaterais na sua saúde após trabalhar com agrotóxicos?

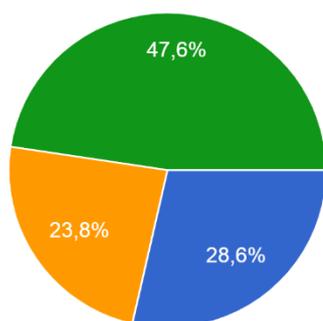
25 respostas



- Sim, sempre que utilizo.
- Sim, algumas vezes.
- Só uma vez.
- Não, nunca.
- Talvez, não tenho certeza dos sintomas de intoxicação.
- Nunca apliquei agrotóxicos.

Você lê a bula do agrotóxico antes de utilizá-lo? Sabe o que fazer em caso de emergência?

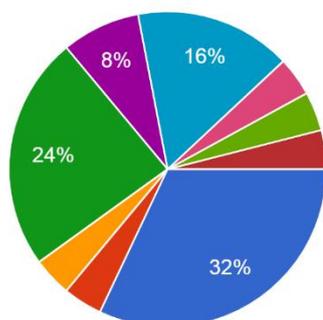
21 respostas



- Sim, sempre leio as informações importantes no rótulo e sei o que fazer em caso de emergência.
- Sim, já li, mas também já apliquei sem ler. Não tenho certeza se sei o que fazer em caso de emergência.
- Não li, mas sei o que fazer no caso de um acidente.
- Não li e não sei o que fazer no caso de um acidente.

Você já observou aspectos negativos na lavoura, ou meio ambiente, após o uso de agrotóxicos?

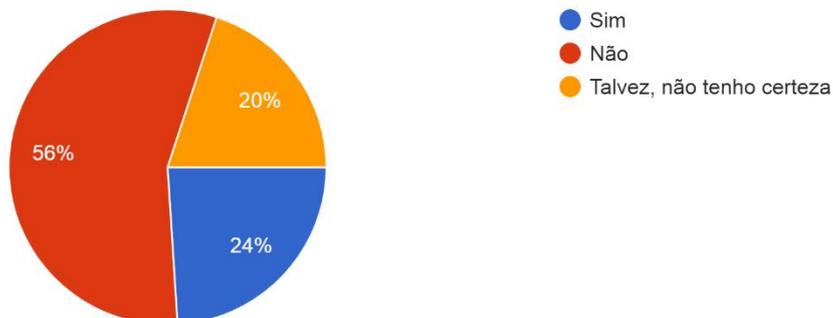
25 respostas



- sim, em plantas, animais e cursos d'água.
- sim, em animais e plantas, mas nunca...
- sim, só nas plantas.
- talvez, não tenho certeza
- Nunca observei a natureza após o us...
- Não alterou nada, exceto o efeito des...
- Nao
- Nunca trabalhei com agrotóxicos
- Nunca observei.

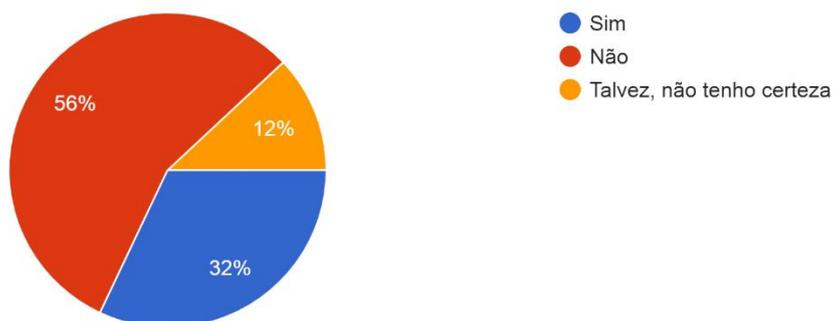
Você se identifica com a categoria de camponês?

25 respostas



Você integra a classe da agricultura familiar?

25 respostas



Você consome tranquilamente os produtos da sua lavoura convencional?

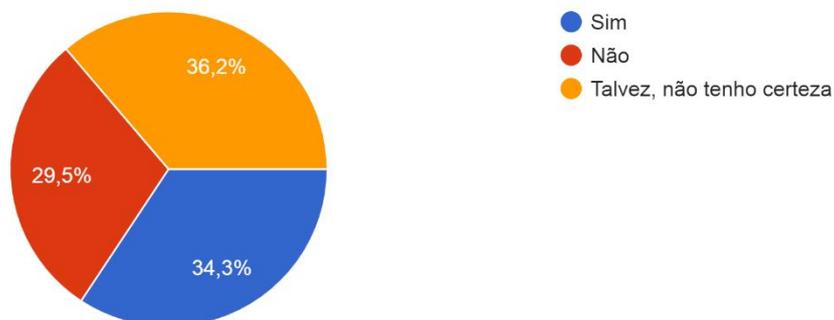
24 respostas





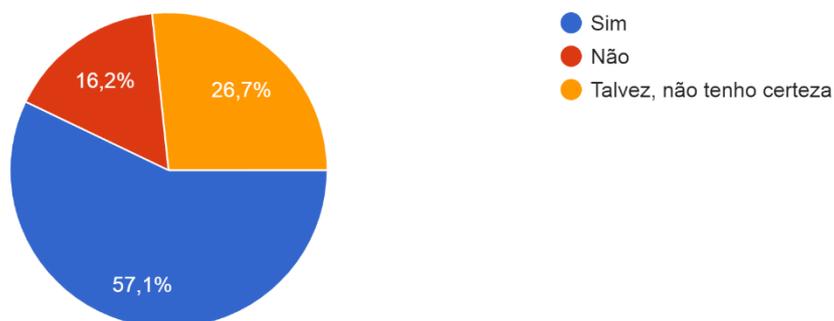
Você sabe a que se refere a "questão agrária"?

105 respostas



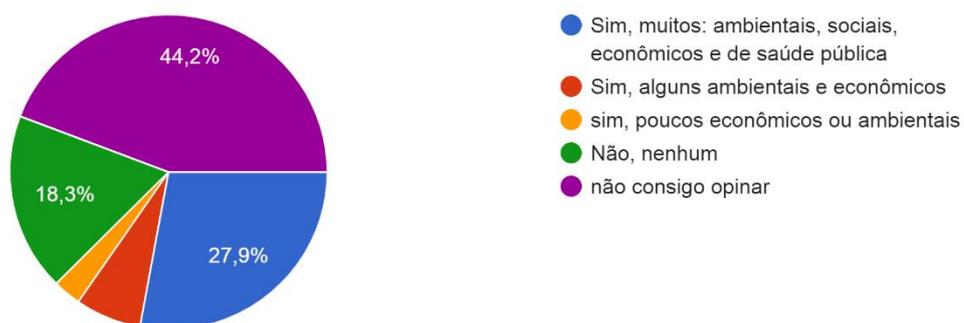
Você entende o significado do conceito "agronegócio"?

105 respostas



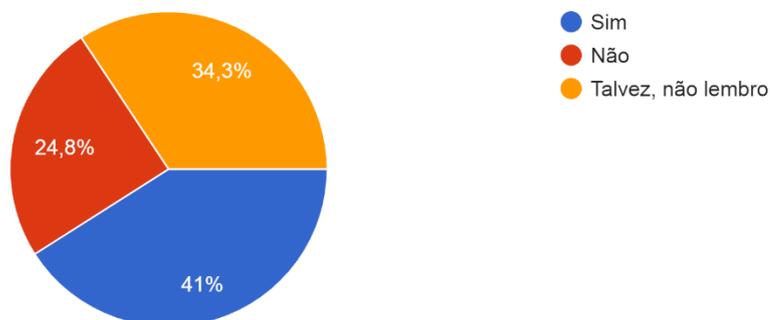
Você vê algum problema no uso de sementes transgênicas?

104 respostas



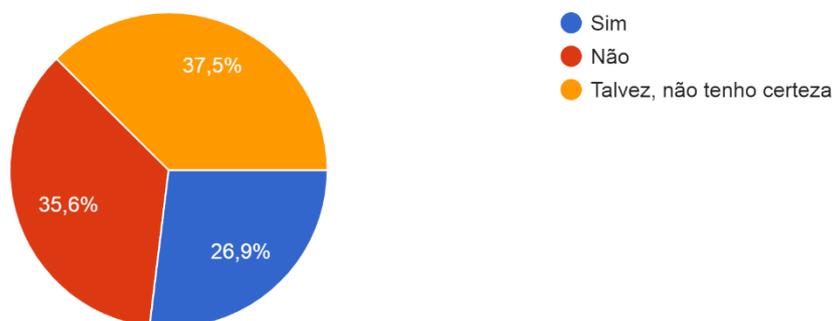
Você já estudou sobre Questão Agrária no Brasil?

105 respostas



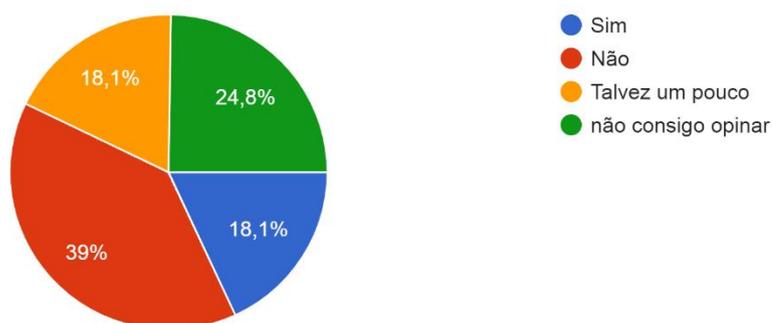
Você tem algum conhecimento sobre a reforma agrária?

104 respostas



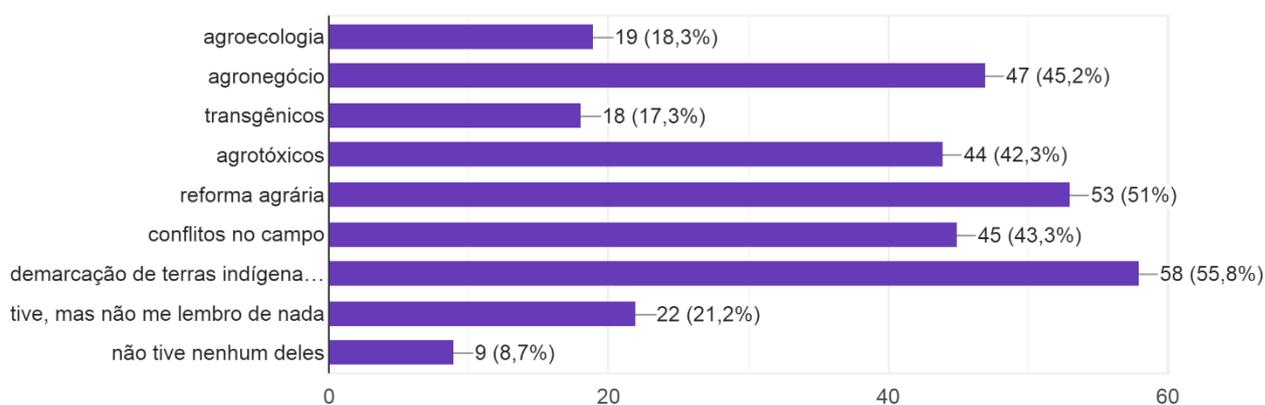
Você acha justa a "distribuição" de terras feita ao longo da história no Brasil?

105 respostas



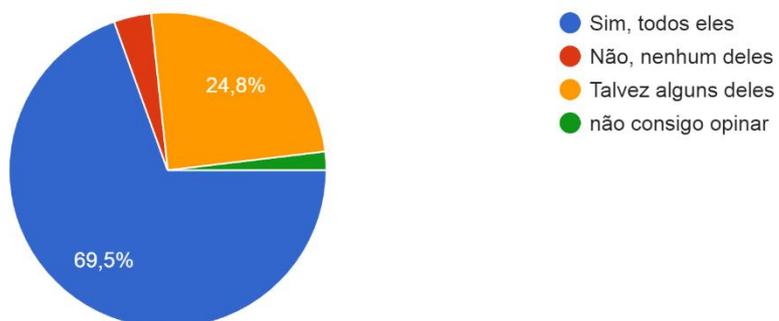
Você obteve, ou lembra, de algum desses conteúdos terem sido apresentados na escola? Se sim, qual? (pode assinalar mais de uma opção)

104 respostas



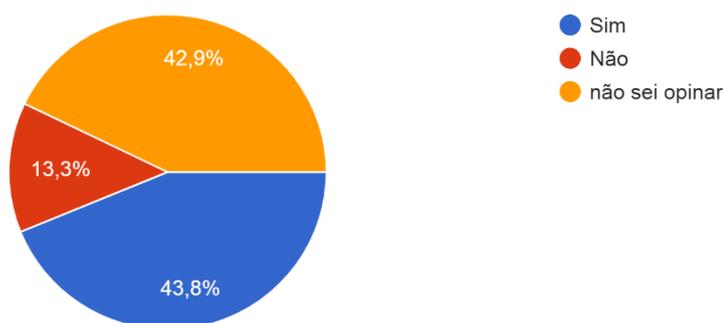
Você pensa ser importante estudar esses assuntos agrários na escola?

105 respostas



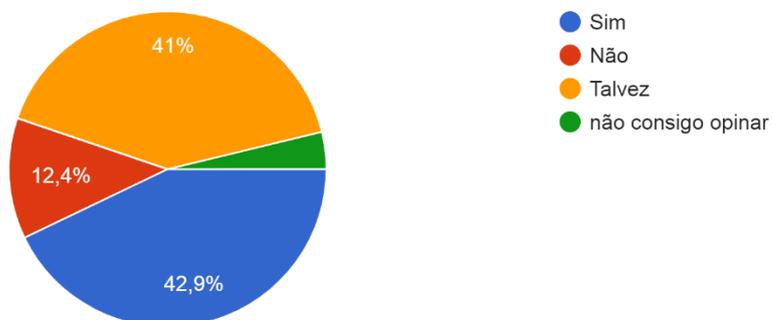
Você acha que o campo é um território em disputa, com conflitos de interesses antagônicos?

105 respostas



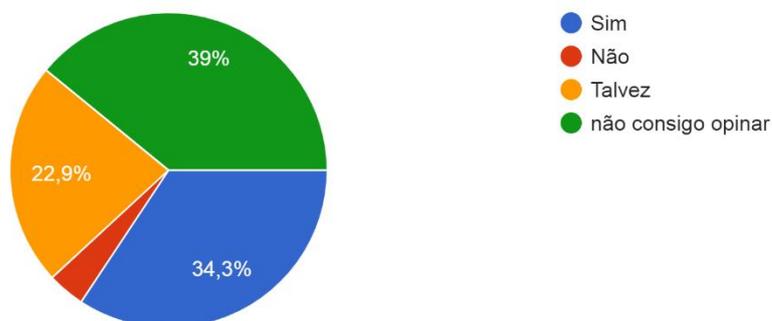
Você pensa ser possível produzir alimentos sem agroquímicos?

105 respostas



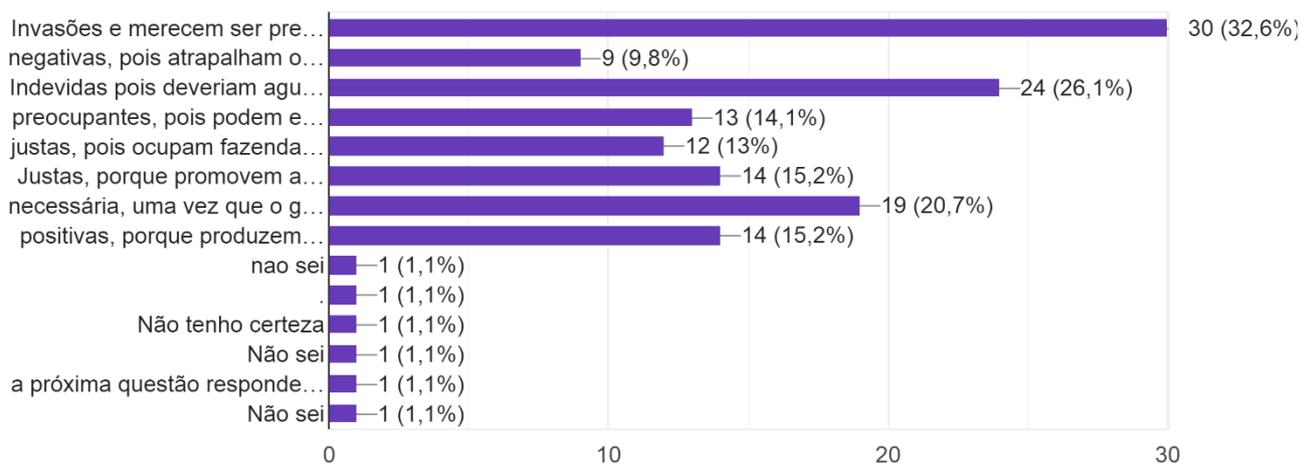
Você acredita que algumas grandes empresas praticaram a "grilagem" de terras?

105 respostas



Sobre as ocupações como estratégia de luta pela reforma agrária, você pensa serem: (pode marcar mais de uma opção)

92 respostas



Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

Você acha viável fazer uma reforma agrária no Brasil? O que você pensa sobre esse tema?

79 respostas

Sim

Não sei opinar

Sim, porque a reforma agrária é basicamente a distribuição mais justa da terra.

Não sei opinar

Sim

.

Não

Windows Taskbar: File Explorer, Edge, PDF Reader, Chrome, Word, OneDrive, System Tray: Keyboard, Volume, Network, Language (POR), Date/Time (17:46, 29/05/2021)

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

Você acha viável fazer uma reforma agrária no Brasil? O que você pensa sobre esse tema?

79 respostas

Nunca modificou pra melhor.

Não consigo opinar

Sim. acho bom

Não sei

Não tenho uma opinião completamente formada a respeito, mas discordo totalmente de movimentos como o MST.

nao sei

Windows Taskbar: File Explorer, Edge, PDF Reader, Chrome, Word, OneDrive, System Tray: Keyboard, Volume, Network, Language (POR), Date/Time (17:46, 29/05/2021)

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

Você acha viável fazer uma reforma agrária no Brasil? O que você pensa sobre esse tema?

79 respostas

Sim, nunca me aprofundei muito

Não sei exatamente do que se trata

Sim, porque o Estado distribuiu de formas incorretas as terras.

talvez, muitas pessoas precisam de terras mais que outras para viver. não tenho muita opinião sobre esse tema

Não, não sei muito bem o que é, mas acho que não. Acho que já está bom assim.

Sim, É muito bem elaborado, porque visam a redistribuição "justa" das propriedades rurais.

eu acho muito correto uma reforma agrária no Brasil

POR 17:47  
PTB2 29/05/2021

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

Você acha viável fazer uma reforma agrária no Brasil? O que você pensa sobre esse tema?

79 respostas

Acho viável

Sim, justo, pois quem sempre ocupa terras do governo são, empresário, pessoas que têm renda alta, e usam essas terras para seus negócios, para sua renda, e acabam sendo donos, pois é uma mafia, conseguem provar que as terras pertencem a eles, e os de baixa renda sempre sem aproveitamento nenhum. É uma desigualdade social muito grande.

Apenas se for com as terras do Estado, pois se for em propriedade privada estará violando o direito defendido pela constituição da propriedade privada.

Sim. É um meio de fazer a distribuição de terras que não estão sendo utilizadas.

Sim, pois existem várias terras sem ser usadas que poderiam ser aproveitadas.

POR 17:48  
PTB2 29/05/2021

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

Você acha viável fazer uma reforma agrária no Brasil? O que você pensa sobre esse tema?

79 respostas

Acho que sempre foi viável porem os que tem as terras em mãos, jamais abriria mão delas

Acho viável, pois todos teriam um pedaço de terra e uma renda melhor e igualitária para todos

Não, pois muitos trabalharam muito para conseguir essas terras , e na maioria vezes tiram seu sustento delas , séria injusto uma pessoas que não trabalhou para conseguir tome posse dessas terras ,muitas provavelmente depois de conseguir essas terras venderiam e iriam atrás de outras .

A reforma agrária é algo necessário, mas precisa ser bem executada, não tenho certeza se é viável fazer uma reforma agrária no Brasil e também não tenho conhecimento suficiente sobre o tema para opinar.

Sim, muitos deveria saber mais sobre o assunto

Talvez, se for a divisão feita for realmente justa e não mais um motivo para os grandes empresários

Windows Taskbar: File Explorer, Edge, PDF Reader, Chrome, Word, OneDrive, System Tray: Keyboard, Network, Volume, Date/Time: POR PTB2 17:50 29/05/2021

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxY\_j\_UKsiCYHhXxqlHWyzVWeonJdUM/edit#responses

Sim acho importante

S bom

Bom e ruim

Eu acho q sim

Bom, talvez. Não entendo muito desse tema, mas acho que ajudaria muitas famílias a ter seu próprio negócio rural

Na minha opinião, auxiliaria famílias brasileiras a se destacarem e terem seu próprio negócio na área rural

Eu não sei

Sim,na minha opinião deveria haver uma melhor distribuição das terras,principalmente para aqueles que mais precisam.

Windows Taskbar: File Explorer, Edge, PDF Reader, Chrome, Word, OneDrive, System Tray: Keyboard, Network, Volume, Date/Time: POR PTB2 17:51 29/05/2021

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxYj\_UKsiCYHhXxqIHwyzVWweonJdUM/edit#responses

O qual se pode fazer, se não existe nem vontade, nem decisão política para beneficiar os desprotegidos?

Não, eu penso que esse tema não é por meu gosto. Mas, deixo para quem gosta.

sim nao

Sim, porque a Reforma Agrária é uma forma de gerar empregos produtivos na agricultura e garantir as produtores rurais um nível de renda adequado.

Sim, penso que seria muito bom.

Nada

Sim, as propriedades rurais devem ser divididas de maneira justa

no Google diz que reforma agrária seria uma forma "justa" de divisão de terras para quem deseja produzir. Bom, no meu ponto de vista, cada um com o que é seu. Não acho justo que entrem em terras de alguém querendo fazer essa tal divisão, pois a maioria das pessoas tem essas terras como seu meio de ganho

POR 17:51  
PTB2 29/05/2021

Ruralidade e educação - Formulário

https://docs.google.com/forms/d/1NizJDSJIM2UPxYj\_UKsiCYHhXxqIHwyzVWweonJdUM/edit#responses

Bom, no meu ponto de vista, cada um com o que é seu. Não acho justo que entrem em terras de alguém querendo fazer essa tal divisão, pois, a maioria das pessoas tem essas terras como seu meio de ganho, isto é, elas ganham seu dinheiro trabalhando lá, não seria justo tirar o meio de renda dessas pessoas sem a conscientização delas.

Um exemplo que posso dar é a família do meu padrasto, eles trabalham com o que eles tem e ganham com isso, isso sustenta eles, então, se alguém entrasse lá com esses interesses, eles teriam uma renda menor, podendo prejudicar em algumas coisas.

Ss,eu acho bem legal

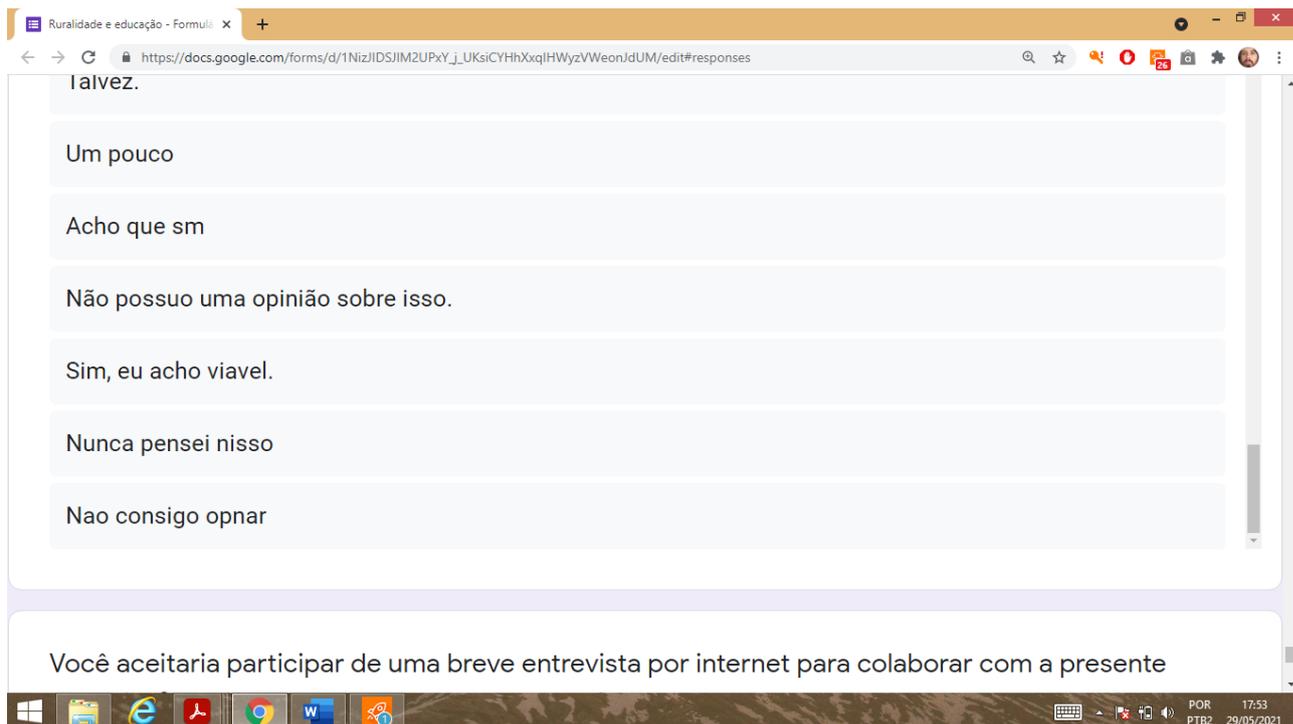
Talvez.

Um pouco

Acho que sm

Não possuo uma opinião sobre isso.

POR 17:52  
PTB2 29/05/2021



Você aceitaria participar de uma breve entrevista por internet para colaborar com a presente pesquisa? Se sim, acrescente o seu nome e número de celular.

61 respostas

